

Mensagem à
**Assembleia
Legislativa**

Eduardo Leite
Governador

20
20

GOV **RS**
NOVAS FAÇANHAS
NO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

rs.gov.br

GOVERNADOR DO ESTADO Eduardo Leite	VICE-GOVERNADOR DO ESTADO Ranolfo Vieira Júnior
SECRETÁRIO CHEFE DA CASA CIVIL Otomar Vivian	SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS E HABITAÇÃO José Stédile
CHEFE DA CASA MILITAR Cel. Júlio César Rocha Lopes	SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO Ruy Irigaray
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO Eduardo Cunha da Costa	SECRETÁRIO DE ESTADO DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA Luís da Cunha Lamb
SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO Leany Lemos	SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL Covatti Filho
SECRETÁRIA DE COMUNICAÇÃO Tânia Moreira	SECRETÁRIO DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER João Derly
SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA Cláudio Gastal	SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA Artur Lemos Junior
SECRETÁRIA DE ESTADO DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E INTERNACIONAIS Ana Amélia Lemos	SECRETÁRIA DE ESTADO DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL Regina Becker Fortunati
SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO Faisal Karam	SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA Cesar Luis de Araújo Faccioli
SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE Arita Bergmann	SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS Catarina Paladini
SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA Ranolfo Vieira Júnior	SECRETÁRIO DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO E APOIO AOS MUNICÍPIOS Agostinho Meirelles
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA Marco Aurélio Santos Cardoso	SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA Beatriz Araújo
SECRETÁRIO DE ESTADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES Juvir Costella	

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
PANORAMA DA ECONOMIA GAÚCHA	6
CENÁRIO DAS FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS	23
RIO GRANDE DO SUL: AS AGENDAS ESTRATÉGICAS E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	53
REALIZAÇÕES DO GOVERNO EM 2019 E PRIORIDADES PARA 2020	78
QUESTÕES ESTRATÉGICAS E INICIATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PPA 2020-2023	138

APRESENTAÇÃO



Em atenção ao disposto no artigo 82, inciso IX da Constituição Estadual, encaminho a presente Mensagem à Assembleia Legislativa, por ocasião da abertura da sua sessão legislativa anual.

Atendendo aos preceitos constitucionais, o documento apresenta um panorama da economia gaúcha, com aspectos do cenário nacional e internacional, e expõe o cenário financeiro ao qual estamos vinculados. Procuramos, também, por meio desta Mensagem, mostrar à sociedade quais as principais agendas trabalhadas, bem como os principais resultados alcançados no sentido da modernização da gestão e das estruturas governamentais para a prestação de serviços públicos de qualidade, com vistas à retomada do desenvolvimento econômico e social do Rio Grande, em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Por último, compreendendo que a preocupação com o planejamento de todo o território gaúcho é fundamental, apresentamos questões e desafios que será necessário enfrentar para o desenvolvimento regional equilibrado do Estado.

Estamos em um contexto de lenta recuperação econômica, tanto no cenário mundial quanto nacional. As expectativas são de retomada de crescimento, ainda sujeito às turbulências geradas pelas instabilidades geopolíticas mundiais. Embora a economia gaúcha tenha apresentado comportamento associado ao desempenho nacional, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) apresentou uma evolução superior à nacional em 2019. O crescimento no acumulado do ano de janeiro a setembro foi de 2,7%, quando o do País foi de 1%, no mesmo período. O resultado de 2019 pode ser explicado pelo desempenho superior da economia gaúcha nos três grandes setores, com destaque para o crescimento de 3,3% da indústria, de 6,7% da agropecuária e de 1,6% do setor de serviços.

Entretanto, o fato de o País ter atravessado forte crise econômica, no período recente, deprimiu vertiginosamente a arrecadação tributária. Essa situação foi sobremaneira agravada devido ao Estado do Rio Grande do Sul possuir uma estrutura de gasto crescente com o grupo de pessoal. Tudo indica que o problema não será resolvido no curto prazo.

Um contexto financeiro adverso está sendo enfrentado, com medidas de controle de despesas e modernização da máquina pública. A situação atual das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul é grave, com problemas estruturais extremamente sérios e de difícil solução no curto e no médio prazos. Por décadas, convivemos com problemas financeiros: não arrecadamos o suficiente para pagar as nossas contas, e a despesa tem crescido sempre muito acima da inflação.



Em outros tempos, as alternativas para cobrir esse déficit não foram suficientes para solucionar os problemas estruturais, agravando por vezes a situação das finanças públicas. Por isso, reformar é um imperativo.

O Rio Grande do Sul está diante de um dos maiores desafios de sua história. Vivenciamos um quadro de transição demográfica que se caracteriza pela diminuição da taxa de natalidade e aumento da expectativa de vida, resultando no envelhecimento da população. No que tange ao quadro de servidores, há uma tendência de aumento substancial do número de inativos. Precisamos nos adaptar a esse novo contexto. Por essa razão, propomos a Reforma RS, que tem como objetivo criar as condições para o poder público administrar a sua maior despesa: o gasto com pessoal. As proposições modernizam as leis sobre o estatuto dos servidores públicos e algumas carreiras, propõem novas regras para a previdência e sinalizam novas medidas para enfrentar a crise. As propostas que foram encaminhadas à Assembleia Legislativa representam uma mudança profunda e transversal, que envolve os servidores de todos os poderes. Trata-se de um passo decisivo para trazer equilíbrio à gestão financeira do Estado.

Paralelamente, o governo já adotou e seguirá trabalhando em outras frentes em busca do equilíbrio fiscal e para recuperar a capacidade de atrair investimentos. Privatização de empresas do setor de energia, gás e mineração, concessões, Parcerias Público-Privadas (PPPs), simplificação de leis e processos, desburocratização, modernização da estrutura de arrecadação tributária, adoção de um novo olhar para a inovação e atração de investimentos, adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e uma nova política de governança, transparência e revisão dos incentivos fiscais são medidas que já foram tomadas ou estão sendo estudadas e aprofundadas. A essas medidas somam-se a renegociação dos contratos com fornecedores, o contingenciamento do orçamento, a negociação de prazos para os restos a pagar e um rigoroso controle das despesas.

Nas políticas públicas, também estamos inovando. O RS Seguro tem atuado com ênfase para garantir mais segurança para os gaúchos. Sabemos que a violência é uma questão que vai além da segurança, representando desafios sociais e econômicos. Para tratar desse tema, o governo elaborou um programa com medidas que envolvem vários órgãos para inovar e qualificar a estrutura de segurança do Estado, orientadas pelo tripé integração, inteligência e investimento qualificado.

A redução dos índices de criminalidade para os menores níveis dos últimos dez anos é o resultado de um conjunto de ações em diferentes aspectos da segurança. Podemos destacar a realização de operações simultâneas: a criação de novos batalhões de Polícia de Choque – em Caxias do Sul e Pelotas, o policiamento 24 horas em todas as estradas cobertas pelo Comando Rodoviário da Brigada Militar (CRBM), a implantação pela Polícia Civil da Divisão de Combate à Corrupção no Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC); o atendimento de 169 escolas em áreas vulneráveis, totalizando 116 mil alunos, com mais de 30 ações para melhoria da aprendizagem e do ambiente escolar e as ações que resultaram na queda de 60% no estoque de veículos esperando por perícia na Região Metropolitana de Porto Alegre. Além disso, tivemos o plano

de nomeação de novos servidores e os investimentos, tanto na segurança quanto no sistema prisional.

Com o RS Sustentável, foram viabilizadas reformas estruturais para o Estado retomar o desenvolvimento, com medidas adotadas em três eixos principais: racionalização dos gastos públicos, modernização da estrutura de arrecadação tributária e execução de um programa de desestatização e parceria com o setor privado.

As Parcerias Público-Privadas são uma possibilidade concreta para gerarmos transformações no Estado. A PPP da CORSAN é o maior projeto de saneamento do País e deverá beneficiar 1,7 milhão de pessoas até 2055.


O novo Código Estadual do Meio Ambiente, aprovado pela Assembleia Legislativa, harmoniza a proteção ambiental com o desenvolvimento socioeconômico e institucional, visando ao bem-estar da população gaúcha e à manutenção da biodiversidade do Estado. A nova legislação deverá fortalecer os mecanismos de proteção ao meio ambiente, gerar bem-estar à população, fomentar o empreendedorismo e valorizar boas práticas adotadas na proteção ambiental.

Na área da saúde, foram destinados R\$ 3,2 bilhões para o pagamento de dívidas. O governo manteve regularidade dos repasses na saúde em 2019, além de negociar a quitação, em 16 parcelas, de dívidas empenhadas desde 2014 com municípios e hospitais. Emendas parlamentares federais destinadas à área da saúde garantiram R\$ 127 milhões para o Estado, como resultado de negociações envolvendo a Secretaria da Saúde (SES), hospitais, Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) e outras entidades de saúde.

A recente liberação de R\$ 213,2 milhões pelo Ministério da Saúde para prestação de novos serviços aos usuários do SUS no Estado, atendendo a pleitos e projetos apresentados pela Secretaria da Saúde, deverá proporcionar as condições necessárias para a compra de equipamentos para o Hospital Regional de Santa Maria e para as áreas de atenção básica e a Rede de Urgência e Emergência de 85 municípios. Além disso, teremos a abertura de um Centro Especializado em Reabilitação e 258 novos leitos de UTI em 20 municípios.

A criação do Sistema de Regulação Compartilhada do SAMU em Bento Gonçalves, Santa Cruz do Sul e Santa Maria permitiu que os chamados de urgência e emergência fossem atendidos por médicos reguladores no próprio município, em vez de serem realizados na Central de Porto Alegre. São, com isso, 500 mil pessoas beneficiadas por terem uma resposta mais rápida no serviço de atendimento a emergências.

Mudanças de gestão no sistema de ensino estão sendo implantadas para qualificar a educação gaúcha. O novo Plano de Carreira para o magistério atualizará e modernizará o atual, vigente desde 1974. Para 2020, pretendemos ainda avançar na qualificação de coordenadores



regionais, diretores e vice-diretores de escolas. O governo fez também um esforço para ampliar os recursos disponíveis na rede de ensino e introduzir novas propostas de gestão da vida escolar. Em 2019, depois de dez anos, foram revisados os critérios para a autonomia financeira das unidades de ensino. Além de ajustar o número de alunos por escola, o resultado na Prova Gaúcha (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS) será usado no cálculo em 2020 para a distribuição de parcela da receita do ICMS para os municípios, entre outros parâmetros de desempenho. Os recursos disponíveis para alimentação também serão ampliados no próximo ano, passando de R\$ 4,3 milhões mensais para R\$ 8,5 milhões.

Para comunicar com maior transparência, o Estado reuniu os serviços digitais do governo em um só lugar. O portal unificado rs.gov.br aprimora a relação do Estado com os cidadãos, centralizando os serviços digitais em uma única plataforma. São serviços totalmente digitais, que permitem ao cidadão resolver suas demandas sem necessidade da presença física em uma unidade de um órgão público.

Por meio do Descomplica RS, teremos menos burocracia e mais facilidade para a vida dos empreendedores e cidadãos. O projeto combate as dificuldades para abertura de empresas e o excesso de burocracia em serviços públicos, além de revogar decretos ultrapassados. Ao longo do ano, revogamos 900 decretos ultrapassados ou em desuso.

No que tange às infraestruturas, podemos destacar a liberação de R\$ 301 milhões para investimento e manutenção de rodovias e estradas. Os recursos oriundos do Tesouro do Estado, da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e de financiamento via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) devem propiciar a conclusão de 72 quilômetros de ligações asfálticas, ligando cidades do interior a grandes corredores rodoviários. Podemos destacar também liberação de R\$ 131 milhões (financiados via BNDES) para a conclusão da duplicação da ERS-118 e a liberação de tráfego no viaduto da ERS-040, entroncamento com a ERS-118, em Viamão, que facilitará o fluxo entre o Litoral Norte e a Região Metropolitana de Porto Alegre.

A obra de dragagem do canal de acesso ao porto de Rio Grande está concluída. A retirada dos 16 mil metros cúbicos de sedimentos permitirá a homologação do novo calado de 12,8 metros para 14,4 metros. Dessa forma, navios com maior capacidade de carregamento poderão entrar e sair do complexo portuário.

No âmbito da gestão do Estado, por sua vez, adotamos medidas para reduzir em mais de mil veículos a frota oficial e para regularizar o acervo mobiliário do Estado, cedendo ou doando parte dos sem utilização, em permuta por área construída e vagas prisionais. Do ponto de vista da qualificação do servidor público, realizamos um processo inédito de seleção para cargos comissionados estratégicos na área de educação e da gestão. Além disso, mais de 2300 servidores públicos participaram de atividades e cursos de aperfeiçoamento da Escola de Governo.

Essas são apenas algumas realizações que encaminhamos no primeiro ano de governo. O governo do Estado tem mantido o diálogo aberto e transparente com todos os representantes da sociedade. Buscamos, desde as primeiras semanas, ouvir todos os representantes de instituições e da sociedade. Entendemos que a solução para nossos graves problemas envolve todos os atores que fazem parte do processo. Nossas conquistas desse primeiro ano de Governo já começam a mostrar sinais dessa forma de atuação.

O governo de um Estado é apenas liderado pelo Poder Executivo, que propõe uma agenda à sociedade e aguarda dela e dos demais poderes a contribuição para se chegar aos melhores resultados. O retrato do primeiro ano demonstra que o Rio Grande do Sul trabalha para superar os impasses financeiros do setor público, gerados nas últimas três décadas, e que é necessário persistir com otimismo.

No entanto, sabemos que as mudanças transformadoras pretendidas somente serão possíveis com a construção de consensos estratégicos e sacrifícios coletivos, com um olhar para o futuro e para o bem comum. A longa crise financeira, que perdura há décadas, tem mostrado a todos o tamanho da dificuldade de caixa que praticamente paralisa o setor público do Rio Grande do Sul. Portanto, todos sabem que não há mais espaço para a sociedade aceitar saídas delirantes e malabarismos fiscais. Chegou a hora da verdade.

As primeiras medidas já foram tomadas. Sabemos, contudo, que a superação do quadro de dificuldades exigirá a adoção de novas medidas, que deverão ser construídas com o apoio dos diferentes poderes – em especial do Legislativo – e da sociedade gaúcha.

Precisamos mudar nosso paradigma, e nossa persistência é fruto da convicção. Queremos tranquilizar a sociedade gaúcha, em nome de quem propusemos as medidas: agora o remédio pode parecer amargo, mas lançamos as bases de uma transformação. São os cidadãos os mais afetados pelos prejuízos de um governo em crise financeira permanente. São eles que aguardam as respostas. Por isso, um governo de soluções não pode recuar do compromisso de agir. Não é contra ninguém, é a favor de todos, justamente como preconiza a verdadeira democracia.

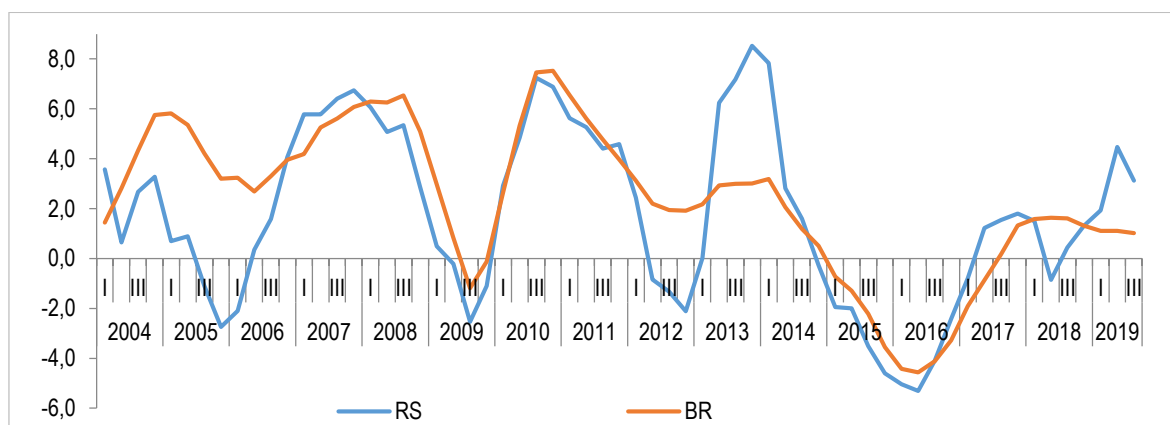
EDUARDO LEITE
Governador do Estado

PANORAMA DA ECONOMIA GAÚCHA

O desempenho da economia do Estado do Rio Grande do Sul deve ser compreendido a partir da dinâmica econômica nacional e internacional, diante das relações produtivas, comerciais e financeiras da economia estadual com a economia brasileira e mundial.

Por esse ângulo, o ritmo de crescimento da economia gaúcha é condicionado, principalmente, pelos ciclos econômicos do País, conforme o gráfico a seguir. Os períodos de descolamento entre as séries podem ser atribuídos, principalmente, a fenômenos climáticos adversos no Estado, especialmente os períodos de estiagem e os subsequentes anos de recuperação da safra agrícola.

Figura 1 – Variação (%) acumulada em quatro trimestres do PIB – Brasil e RS 1° tri./2004–3° tri./2019



Fontes: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais/IBGE e Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (DEE/SEPLAG).

Portanto, a análise da economia gaúcha parte do estudo da economia nacional, a qual, em linhas gerais, vivenciou um período próspero entre 2004 e 2010. Após a desaceleração de 2011–2014, registrou um biênio de retração do PIB (2015–2016), seguido por dois anos de variação econômica positiva (2017–2018) e expectativa de crescimento ao redor de 1,2%, em 2019¹.

No entanto, a recuperação da economia brasileira é a mais lenta do histórico das nossas crises, diante do contingente de 11,9 milhões de desempregados² e de uma produção industrial que ainda não recuperou as perdas durante a crise. Sob a perspectiva externa, o cenário internacional é

¹ Conforme Boletim Focus do Banco Central de 03 de janeiro de 2020.

² Com base em dados do IBGE para o período setembro-novembro de 2019.

mercado por uma desaceleração sincronizada no ritmo de crescimento econômico, conforme será discutido na seção a seguir.

CENÁRIO INTERNACIONAL

Em 2019, a estimativa de crescimento da economia mundial foi de 2,9%, conforme os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). Isso representa o segundo ano seguido de desaceleração em relação ao ano anterior e a menor taxa de variação desde a Crise Financeira Global de 2008-2009.

Esse desempenho está relacionado à enfraquecida produção industrial e ao baixo dinamismo do comércio mundial. Contribuem para esse resultado a reduzida demanda mundial por bens de capital e a escalada das barreiras comerciais. Destaca-se, ainda, o ritmo mais lento da economia estadunidense e chinesa e a *performance* de economias em crise severa como a Argentina, o Irã e a Venezuela.

Por outro lado, o setor de serviços tem contribuído positivamente, especialmente para o mercado de trabalho das economias avançadas. Isso, juntamente com políticas expansionistas, tem minimizado os impactos negativos provenientes da baixa demanda externa. No entanto, não impediu a desaceleração no crescimento econômico desse grupo de países, de acordo com o FMI, a qual alcançou os Estados Unidos, que se encontra no período mais longo de crescimento da sua história econômica.

Por sua vez, o grupo das economias em desenvolvimento também desacelerou de forma abrangente em 2019. Isso destoa do comportamento de convergência de renda em relação às economias avançadas no primeiro decênio do século XXI e de descolamento de trajetória econômica no imediato pós-crise de 2008-2009, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)³.

Sob esse prisma, ressalta-se a desaceleração estrutural da China, com efeitos adversos especialmente para as economias do Leste Asiático. Já para a América Latina e Caribe, projetou-se um crescimento de 0,1% em 2019, segundo o FMI. Para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), esse resultado é atribuído principalmente à enfraquecida demanda doméstica, somada a uma baixa demanda por exportações e à maior fragilidade nos mercados financeiros internacionais.

Na região, destaca-se ainda o ritmo lento de recuperação no Brasil e o baixo dinamismo da economia do México. A crise humanitária na Venezuela, os protestos no Chile e os problemas

³ Com base no documento *Trade and Development Report, 2019*.

financeiros na Argentina, entre outros, adicionam obstáculos no desempenho econômico da região, em 2019.

Se, por um lado, em 2019, a desaceleração da economia mundial foi generalizada, a modesta recuperação projetada pelo FMI para 2020 (3,3%) depende da melhora nas condições das economias em crise, como a Argentina e o Irã, juntamente com os países emergentes e em desenvolvimento que desaceleraram ou cresceram de forma modesta em 2019, tais como Turquia, Brasil, Índia, Rússia, México e Arábia Saudita.

No entanto, o cenário para 2020 é repleto de incertezas, especialmente no tocante à perda de ritmo econômico esperado para a China, os Estados Unidos e o Japão; às tensões geopolíticas; aos conflitos sociais; às disputas comerciais, apesar de terem diminuído recentemente diante do acordo entre os Estados Unidos e a China; aos impactos do *Brexit*; e à maior propensão a vulnerabilidades financeiras acumuladas durante o longo período de expansionismo monetário, as quais são suscetíveis a mudanças abruptas no apetite ao risco dos investidores financeiros internacionais. Nesse sentido, segundo a UNCTAD, não está descartada a possibilidade de que a desaceleração mundial de 2019 se intensifique em 2020.

Tabela 1 – Taxa de crescimento (%) do PIB mundial, por regiões e países selecionados – 2018-2020

Grupos/ Regiões/ Países	2018	2019	2020*
Mundo	3,6	2,9	3,3
Economias avançadas	2,2	1,7	1,6
Estados Unidos	2,9	2,3	2,0
Zona do Euro	1,9	1,2	1,3
Reino Unido	1,3	1,3	1,4
Japão	0,3	1,0	0,7
Economias emergentes e em desenvolvimento	4,5	3,7	4,4
Emergentes e em desenvolvimento da Ásia	6,4	5,6	5,8
China	6,6	6,1	6,0
Índia	6,8	4,8	5,8
América Latina e Caribe	1,1	0,1	1,6
Brasil	1,3	1,2	2,2
México	2,1	0,0	1,0
Argentina	-2,5	-3,1	-1,3

Fonte: *World Economic Outlook*/FMI. Nota 1: Relatório de outubro de 2019 atualizado em janeiro de 2020. Nota 2: Os dados para 2020* são projeções.

Essa análise do cenário econômico internacional é relevante para a dinâmica econômica do Rio Grande do Sul, diante das conexões produtivas, comerciais e financeiras entre a economia regional, brasileira e internacional. O impacto das mudanças vai depender da magnitude dessas relações e do grau de exposição ou de vulnerabilidade do País e do Estado ao mercado externo.

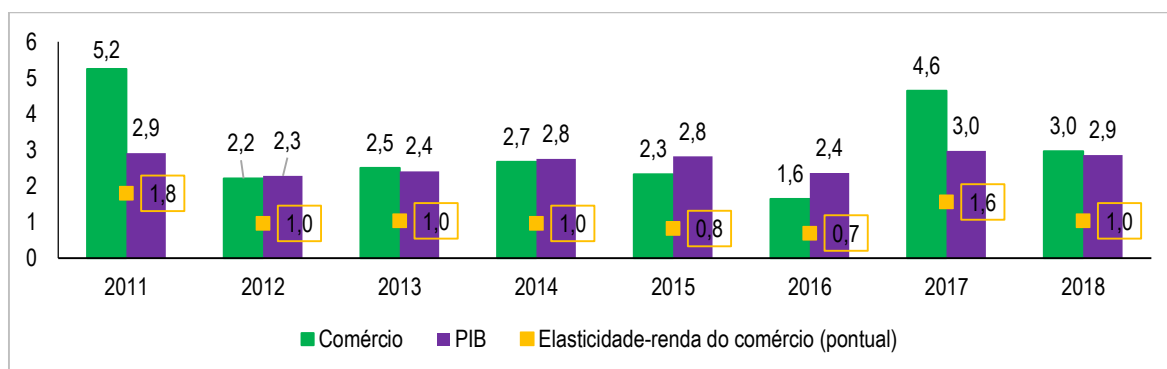
No que tange às transações comerciais internacionais, após o “Colapso do Comércio Mundial” (2008–2009) e a recuperação de curto prazo (2010–2011), o comércio desacelerou, não apenas em termos absolutos, mas, também em relação ao PIB. Enquanto nos anos 1990 o comércio crescia mais do que o dobro do PIB, após 2012 as duas variáveis passaram a crescer mais ou menos no mesmo ritmo (exceto em 2017).

A aproximação da elasticidade–renda do comércio mundial⁴ ao valor unitário vai ao encontro do diagnóstico estrutural da referida desaceleração, marcada pelo esgotamento dos fatores prévios que levaram a um crescimento do comércio acima do PIB, em especial os processos de abertura e liberalização comercial, nos anos 1990, e a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001.

Vale destacar, também, a dimensão cíclica do enfraquecimento da razão entre o comércio e o PIB, especialmente o baixo dinamismo do investimento, o componente da demanda mais intensivo em comércio. Para agravar esse quadro de enfraquecimento absoluto e relativo das transações comerciais, há o aumento das barreiras comerciais, ou seja, o protecionismo não é a única explicação para o desempenho desapontador do comércio nos últimos anos.

Segundo a OMC, o crescimento do volume do comércio mundial de bens caiu de 4,6% (2017) para 3,0% (2018), conforme o gráfico a seguir, com destaque para a redução na produção mundial de veículos, a qual é intensiva em partes e componentes importados e está inserida em complexas redes internacionais de produção.

Figura 2 – Taxa de crescimento (%) do comércio de bens e do PIB Mundial – 2011-2018



Fonte: Adaptado de *World Trade Statistical Review* (2019). Nota 1: O comércio de bens compreende a soma das importações e exportações, em volume. Nota 2: A elasticidade–renda do comércio é calculada como a razão entre o crescimento do comércio e do PIB (agregado conforme taxa de câmbio de mercado).

⁴ A elasticidade-renda do comércio mundial é calculada como a razão entre o crescimento do comércio internacional e o crescimento do PIB em nível mundial.

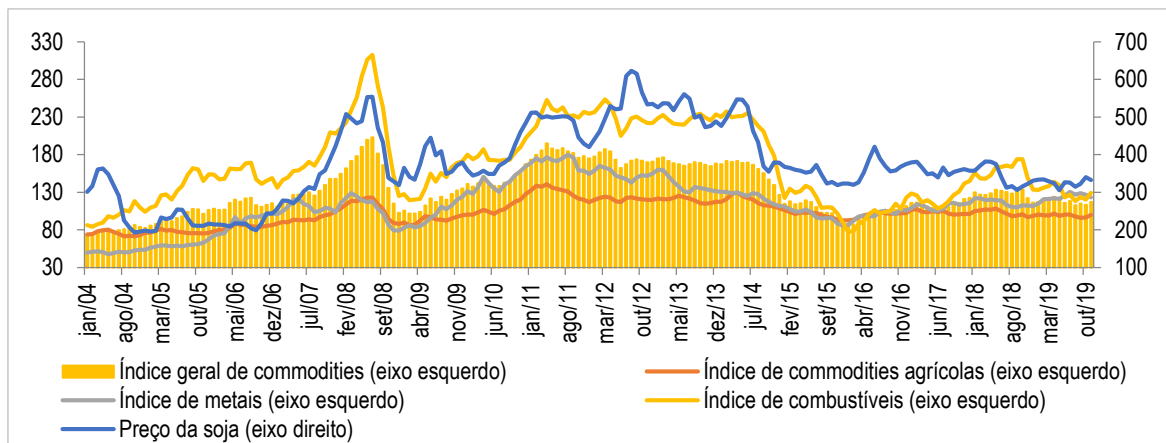
Em 2019, a expectativa é de manutenção da trajetória de enfraquecimento do comércio. Segundo dados do CPB *Netherlands Bureau of Economic Policy Analysis*, entre janeiro e setembro de 2019, o volume mundial do comércio caiu 0,4%, em relação a igual período do ano anterior, o que pode ser atribuído principalmente à China e às demais economias emergentes da Ásia, de acordo com a CEPAL. Segundo dados do FMI, a estimativa de crescimento do volume do comércio de bens e serviços é de 1,0%, em 2019, e projeção de 2,9% (2020), enquanto, em 2018, essa taxa foi 3,7%.

Esse baixo dinamismo do comércio mundial, a crise argentina e a peste suína na China prejudicaram as exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul. Segundo dados do Ministério da Economia – ME, em 2019, os valores das vendas externas brasileiras e gaúchas caíram 6,4% e 12,5%, respectivamente, em relação ao mesmo resultado do ano anterior. Nesse período, as exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul para a Argentina caíram 34,8% e 36,3%, nessa ordem, enquanto as vendas externas nacionais e estaduais para a China recuaram 1,7% e 11,4%, respectivamente. Vale destacar a peste suína africana na China, a qual reduziu a demanda pela soja brasileira e gaúcha, utilizada como insumo para a ração animal. Por outro lado, aumentou as importações de carne, mas não o suficiente para colocar as vendas externas brasileiras e gaúchas para o país asiático no terreno positivo.

Outro importante determinante do valor das vendas externas do País e do Estado são os preços internacionais de *commodities*, cuja determinação ocorre no mercado internacional, portanto fora da alçada dos formuladores de política. Dados até novembro de 2019 indicam que o índice geral de *commodities* variou -8,4%, com destaque para os combustíveis, que registraram taxa de -17,4% em relação ao índice médio anual de 2018. Quanto ao preço da soja, importante produto da pauta exportadora gaúcha e brasileira, o preço internacional caiu 4,7% nesse mesmo período.

Assim, essa dinâmica se coloca muito aquém do *boom* das *commodities* (2003–2011) e muito distante das máximas alcançadas durante a fase “platô” (2012–2014), o que prejudica o valor das exportações desses produtos. Nesse sentido, vale destacar o caráter dual das exportações – como fonte de demanda e de geração de divisas (US\$) – e os diferentes canais de transmissão das *commodities* para o crescimento econômico, com destaque para o efeito-renda e os seus impactos multiplicadores na economia.

Figura 3 – Índice de preços internacionais de commodities – jan./2004 a nov./2019

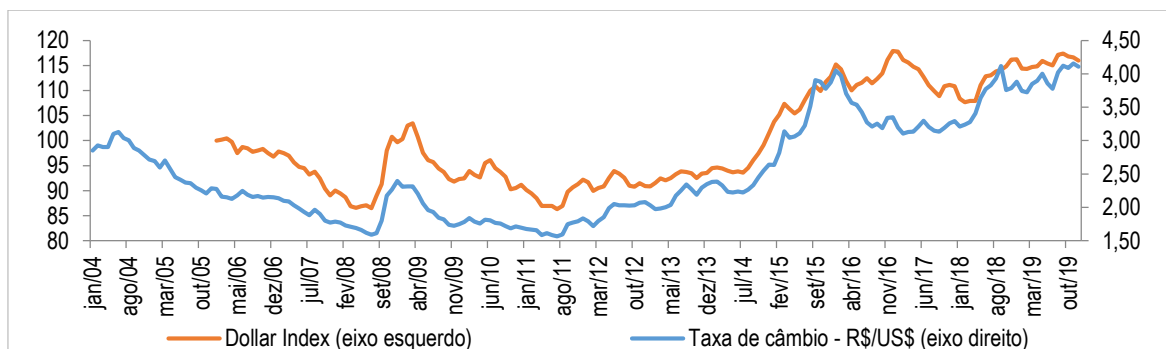


Fonte: FMI. Nota 1: Base 2016=100. Nota 2: O preço internacional da soja está em US\$/tonelada métrica.

Se, por um lado, os reduzidos preços de *commodities* deprimem os valores exportados, por outro, minimizam as pressões inflacionárias mundiais. Esse fator, juntamente com o rebaixamento das expectativas do crescimento mundial, levou o Banco Central estadunidense a anunciar, já no primeiro trimestre de 2019, o fim da política de contração monetária de 2018. Ao longo do ano de 2019, reativou as compras líquidas de dívida pública e privada e reduziu a taxa de juros, o que acalmou os mercados e minimizou as turbulências.

A despeito da retomada de uma política monetária mais acomodatória, a partir de março de 2019, por parte do *Federal Reserve*, houve um aumento na taxa nominal de câmbio (R\$/US\$). Vale destacar o cenário internacional dominado por incertezas, o que levou a uma valorização do dólar em relação a uma ampla cesta de moedas, e o ambiente interno de redução da taxa básica de juros SELIC como potenciais explicações para esse resultado.

Figura 4 – Dollar Index e taxa de câmbio nominal (R\$/US\$) – jan/04 a dez/19



Fonte: Banco Central do Brasil e Federal Reserve (FED). Nota: Dollar Index é o índice da taxa de câmbio nominal de uma cesta de moedas por unidade de dólar, com base jan/06=100.

Entretanto, o câmbio mais elevado não foi suficiente para estimular o crescimento das exportações, conforme afirmado anteriormente. Diante de um quadro de redução mais intensa das exportações (-6,4%) do que das importações (-2,1%), o saldo da balança comercial brasileira de bens caiu 19,6% em 2019, quando comparado ao saldo do mesmo período do ano anterior, e totalizou US\$ 46,7 bilhões, segundo dados do ME.

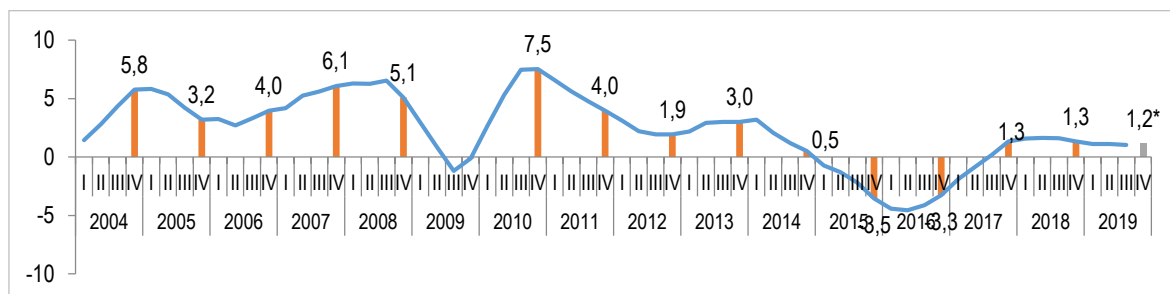
Apesar disso, o País mantém a sua solidez do ponto de vista externo, ao considerar o estoque de reservas internacionais administradas pelo Banco Central do Brasil (US\$ 356,9 bilhões)⁵, o qual foi acumulado principalmente entre 2004 e 2012, mas que se reduziu em 2019, e o baixo nível relativo de dívida externa denominada em moeda estrangeira.

Em suma, o contexto internacional é marcado pelo segundo ano consecutivo de desaceleração na atividade econômica, com possibilidade de aprofundamento dessa tendência em 2020. Destaca-se que, apesar dos riscos decorrentes das tensões geopolíticas e comerciais e do aumento das vulnerabilidades financeiras, a política mais acomodatória por parte dos principais bancos centrais permanece favorável aos países em desenvolvimento. Assim, se por um lado a demanda externa está menos dinâmica, a ausência de restrições externas ao crescimento abre espaço para políticas de estímulo à demanda doméstica. Com isso em mente, a seção a seguir analisa a conjuntura econômica brasileira, apresenta os seus precedentes e identifica quais as suas perspectivas.

CONJUNTURA BRASILEIRA

Antes de analisar a conjuntura brasileira de 2019, convém fazer um breve retrospecto das fases que a antecederam, em especial a fase de acelerado crescimento (2004–2010), seguida pela desaceleração (2011–2014), a recessão (2015–2016) e a lenta recuperação (2017–2019), conforme o gráfico abaixo.

Figura 5 – Taxa de crescimento (%) acumulado em 4 trimestres – PIB do Brasil – 1º tri./2004 – 3º tri./2019



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: o símbolo * indica que o valor é uma previsão, conforme relatório Focus do Banco Central de 03 de janeiro de 2020.

⁵ Conforme posição de dezembro de 2009.

A economia brasileira viveu um período próspero entre 2004 e 2010, influenciado por um cenário externo favorável – com crescimento nos preços de *commodities* e abundante liquidez internacional – e por uma expansão do mercado doméstico, especialmente após 2006, marcada pelo aumento do emprego formal, do salário, do crédito e dos investimentos públicos, e pela redução das desigualdades sociais e de renda.

Após a retração do PIB em 2009 (–0,1%) – reflexo da Crise Financeira Internacional – e a subsequente recuperação de 2010, na qual o PIB cresceu 7,5%, a economia brasileira desacelerou no período 2011–2014, em um contexto de estabilização e posterior retração dos preços internacionais de *commodities*. Nesse período, o crescimento dos salários acima da produtividade pressionava para baixo as taxas de lucro da produção industrial. Diante disso, em uma tentativa de elevar a lucratividade para estimular a produção e os investimentos, foram tomadas uma série de medidas, como a redução nas taxas de juros, a interferência nos preços de energia elétrica e as desonerações fiscais ao setor produtivo, entre outras. Entretanto, essas intervenções, além de não terem obtido êxito para engendrar uma nova fase de crescimento econômico, atuaram no sentido de piorar as condições das contas públicas.

Após a prosperidade de 2004–2010 e a desaceleração de 2011–2014, veio a crise de 2015–2016, na qual o PIB se retraiu 3,5% e 3,3%, respectivamente, em um cenário interno de ajuste fiscal e instabilidade econômica e política. No ano seguinte, a economia voltou ao terreno positivo, porém abaixo das expectativas do mercado, beneficiada por fatores temporários, como o saque das contas inativas do FGTS, que estimulou o consumo das famílias e a “supersafra” registrada em 2017.

O ano de 2018 foi o segundo consecutivo de variação real positiva do PIB brasileiro (1,3%), porém à mesma taxa de crescimento do ano anterior. Por sua vez, os primeiros três trimestres de 2019 também registraram variação positiva de 0,6%, 1,1% e 1,2% nessa ordem, em relação aos mesmos trimestres do ano anterior e de 0,0%, 0,5% e 0,6% em comparação com o trimestre imediatamente anterior.

Vale destacar que o resultado acumulado no ano até o terceiro trimestre de 2019 representou uma alta 1,0% em relação ao ano anterior. No entanto, a economia permanece no mesmo patamar do terceiro trimestre de 2012, o que sinaliza que o País ainda não conseguiu reverter as perdas durante o período de retração do PIB em 2015 e 2016.

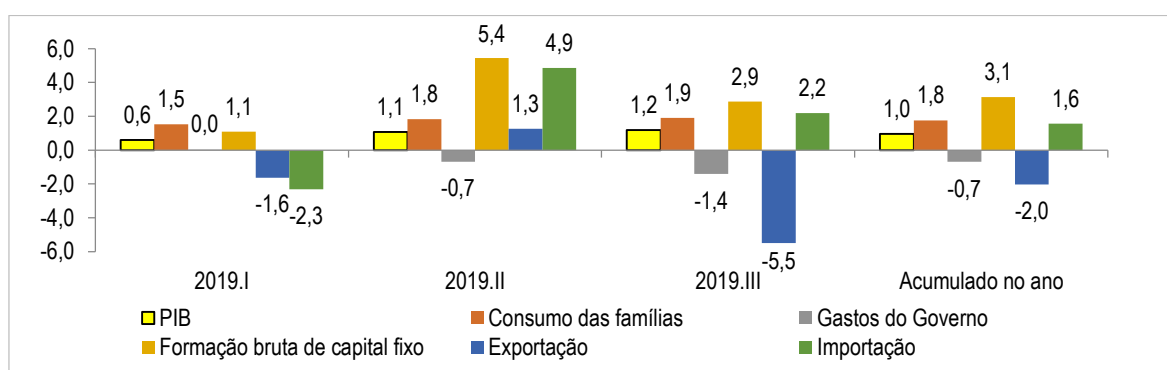
Nesta que é a mais lenta recuperação do histórico das crises brasileiras, o baixo dinamismo do mercado de trabalho é o reflexo de maior repercussão para as famílias brasileiras. As filas de desempregados são o retrato da elevada taxa de desocupação de 11,8%, em nível nacional, e de 8,8% no Rio Grande do Sul, segundo dados do IBGE para o terceiro trimestre de 2019, e de 11,2% no País no intervalo setembro-novembro. Isso tem um impacto negativo, principalmente nos setores que dependem do consumo para a retomada da produção.

Além da ociosidade de trabalho, o capital é outro fator produtivo que também se encontra subutilizado na economia brasileira, o que significa um desincentivo a novos investimentos para ampliar a capacidade produtiva da economia. Nesse sentido, a utilização da capacidade instalada da indústria ficou em 79,4% em outubro de 2019, conforme dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), distante da máxima alcançada em setembro de 2008 (85,1%), considerando o período observado (2004-2019).

Desse modo, a economia brasileira permanece em um ritmo lento de recuperação da atividade econômica e com uma considerável ociosidade de fatores produtivos (trabalho e capital), o que distancia da realidade o pleno emprego de fatores. Assim, as explicações para a crise e a lenta recuperação da economia brasileira têm seus fundamentos principalmente no enfraquecimento da demanda, e não na insuficiência das condições de oferta, diante da ociosidade referida. Em outras palavras, há potencial de ampliação da oferta e da geração de valor adicionado se houver aumento da demanda.

Frente a essas considerações, torna-se pertinente analisar o crescimento dos componentes da demanda⁶ do PIB, conforme o gráfico a seguir. No acumulado do ano até o terceiro trimestre, o PIB cresceu 1,0%, com destaque positivo para a formação bruta de capital fixo (3,1%). Esse resultado contribuiu, principalmente, para o avanço da construção civil (no segundo e no terceiro trimestre de 2019, após 20 trimestres de retração), estimulado pelo aumento no financiamento imobiliário e nos gastos com bens de capital, e não por obras públicas de infraestrutura. Em geral, movimentos de crescimento no investimento são acompanhados por aumento das importações, o componente da demanda mais intensivo em comércio, que foi de 1,6% no período.

Figura 6 – Taxa de crescimento (%) dos componentes da demanda em relação ao ano anterior – Brasil – 1º tri/2019-3º-tri/2019



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

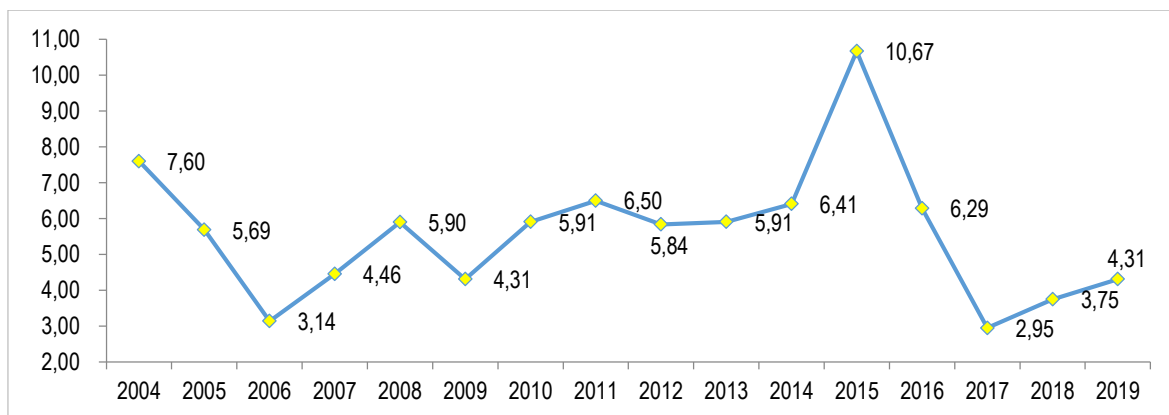
⁶ O PIB pela ótica demanda é calculado como a soma do Consumo das Famílias (C), dos Gastos do Governo (G), do Investimento (I) e das Exportações Líquidas, essas últimas calculadas como as Exportações (X) descontadas as Importações (M). Vale destacar que, o Investimento é dado pela soma da Formação Bruta de Capital Fixo (F) e da Variação de Estoques (ΔE). Portanto, em termos algébricos, $PIB = C + G + I + X - M$ ou $PIB = C + G + F + \Delta E + X - M$.

Já as exportações registraram retração acumulada de 2,0% diante do ambiente externo menos favorável, conforme argumentação na seção anterior. Por sua vez, os gastos do governo caíram 2,0%, no contexto de forte ajustamento fiscal.

O consumo das famílias, por sua vez, o componente da demanda com maior participação no PIB, cresceu 1,8% no intervalo referido. O principal fator que dificulta um crescimento mais robusto dessa categoria é a elevada taxa de desemprego da economia, conforme pontuado anteriormente. Por outro lado, a expansão do crédito à pessoa física – concomitante a uma redução do crédito à pessoa jurídica, vale ressaltar, o que mantém o crédito relativamente estável em proporção ao PIB – o baixo nível de inflação, as reduzidas taxas de juros e o início dos saques do FGTS minimizam parcialmente as pressões de enfraquecimento dos gastos das famílias que decorrem da desocupação.

Nesse sentido, o reduzido patamar inflacionário no último triênio, conforme o gráfico a seguir, possibilitou um processo de redução na taxa SELIC até alcançar o piso histórico de 4,5%. No que concerne ao nível de preços, destaca-se a alta dos preços da carne, dos combustíveis e dos jogos de azar para a aceleração da inflação no último mês de 2019, o que levou a uma taxa de inflação acumulada no ano de 4,31%, acima da meta de 4,25%, mas dentro das bandas toleradas. Vale lembrar que a meta de inflação para 2020 é de 4,00%, com um intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual acima ou abaixo da meta.

Figura 7 – Taxa Inflação (%) – Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – 2004–2019



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em suma, verificou-se que a economia brasileira ainda não conseguiu retomar um ritmo mais acelerado de crescimento. Ressaltou-se, igualmente, que, apesar das adversidades no cenário externo, o País mantém a estabilidade de preços e os juros em níveis historicamente baixos e também não enfrenta restrição de divisas, o que contrasta com o histórico das crises brasileiras, marcado por

hiperinflação, problemas no balanço de pagamentos e necessidades de recorrer a empréstimos do FMI (e seu conjunto de medidas restritivas). Ademais, o País conta, ainda, com ociosidade de fatores, ou seja, tem potencial de ampliar a capacidade produtiva rapidamente frente a um impulso mais consistente de demanda.

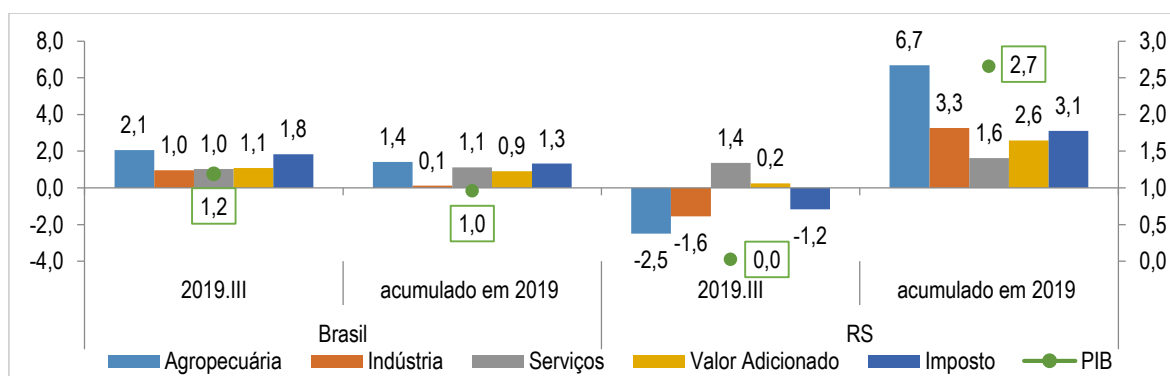
É nesse cenário de retomada ainda em ritmo lento da economia brasileira e em uma conjuntura externa menos favorável às exportações gaúchas que deve ser compreendido o desempenho da atividade econômica do Rio Grande do Sul, em um recorte setorial, assunto da próxima seção. A seguir são apresentados os dados da agropecuária, da indústria, do comércio e dos serviços do Estado, em paralelo aos resultados registrados no País.

ATIVIDADE ECONÔMICA GAÚCHA NO CENÁRIO NACIONAL

No período observado, o PIB do Rio Grande do Sul seguiu, na maior parte do tempo, as fases de prosperidade, desaceleração, crise e lenta retomada da economia nacional. A exceção é atribuída, principalmente, aos períodos de quebra de safra no Estado e aos anos imediatos de recuperação.

O gráfico a seguir exhibe os dados do PIB nacional e estadual, calculados pelo Valor Adicionado Bruto (VAB), somado ao valor dos impostos⁷ e desmembrado setorialmente em Agropecuária, Indústria e Serviços⁸ para o terceiro trimestre de 2019.

Figura 8 – Taxa de crescimento (%) dos componentes da oferta em relação ao ano anterior – Brasil e Rio Grande do Sul – trimestral e acumulado em 2019 – 3° tri/2019



Fonte: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais/IBGE e Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG-RS/DEE).

⁷ Impostos líquidos de subsídios, uma vez que o PIB é calculado a preços de mercado.

⁸ O setor secundário, por sua vez, é desmembrado em: Indústria Extrativa; de Transformação; Eletricidade e Gás, Água, Esgoto e Atividades de Gestão de Resíduos; e Construção. Já o setor terciário é separado em: Comércio; Transportes; Informação e Comunicação; Atividades Financeiras; Atividades Imobiliárias; Outras; e Administração, Defesa, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social.

De acordo com os dados do SEPLAG/DEE, em 2019, a economia gaúcha apresentou crescimento do PIB de 2,7% no acumulado do ano de janeiro a setembro de 2019, tendo apresentado, portanto, maior dinamismo em relação ao Brasil (1,0%), no mesmo período.

O resultado de 2019 é explicado pelo desempenho superior da economia gaúcha nos três grandes setores, com destaque para o crescimento de 3,3% da indústria, de 6,7% da agropecuária e de 1,6% do setor de serviços, conforme o gráfico anterior e a tabela a seguir. O bom resultado no ano é atribuído ao crescimento da produção agrícola, diante da baixa base de comparação em 2018 e das vendas de automóveis e do comércio, em um ciclo de recuperação subsequente à paralisação dos caminhoneiros em maio de 2018.

Tabela 2 – Taxa de crescimento acumulada no ano do Produto Interno Bruto (PIB), dos impostos e do Valor Adicionado Bruto (VAB), total e por atividades econômicas, no Rio Grande do Sul e no Brasil — jan.-set. 2019

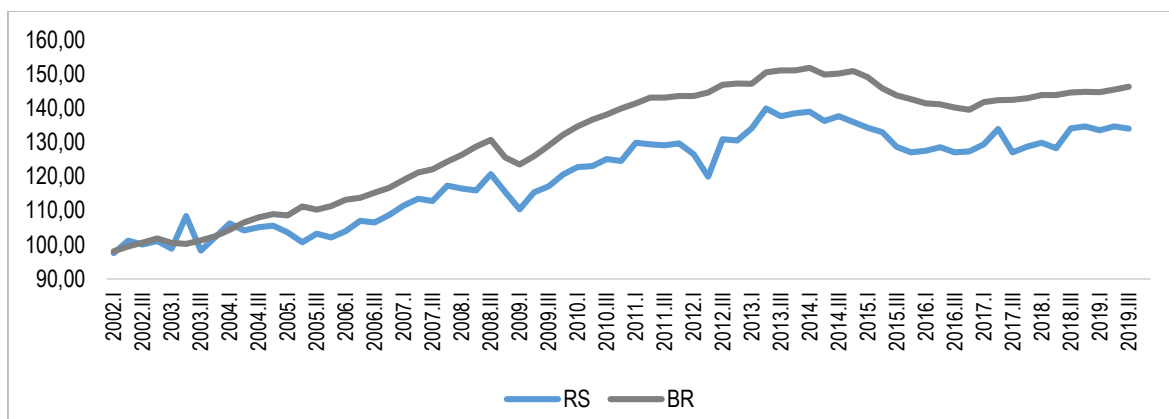
ATIVIDADES	RS	BRASIL
PIB	2,7	1,0
Impostos	3,1	1,3
Valor Adicionado Bruto	2,6	0,9
Agropecuária	6,7	1,4
Indústria	3,3	0,1
Indústria extrativa mineral	-10,4	-2,7
Indústria de transformação	3,5	-0,2
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	7,9	2,8
Construção	-0,4	1,7
Serviços	1,6	1,1
Comércio	1,0	1,6
Transporte, armazenagem e correio	1,5	-0,1
Serviços de informação	2,8	3,8
Intermediação financeira e seguros	2,5	0,4
Atividades imobiliárias	1,5	2,5
Outros serviços	2,3	1,2
Administração pública, educação pública e saúde pública	0,9	-0,1

Fonte: SEPLAG-RS/DEE; IBGE.

No entanto, a taxa acumulada no ano de 2019 (2,7%) é inferior à taxa acumulada nos últimos quatro trimestres (3,1%) no Estado, o que revela uma desaceleração do processo de recuperação da economia gaúcha iniciado no terceiro trimestre de 2018. Dessa forma, o resultado no terceiro trimestre de 2019 foi nulo, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, após ter registrado crescimento expressivo no segundo trimestre de 2019 (4,9%), influenciado por uma base estatística deprimida em 2018 (devido à paralisação dos caminhoneiros e às perdas agrícolas). Outra ponderação importante

quanto aos dados positivos do ano remete aos níveis de produção ainda estarem abaixo dos níveis pré-crise, conforme o gráfico a seguir.

Figura 9 – Índice de volume do PIB trimestral (com ajuste sazonal): 1º. Trim./2002- 3º. Trim./2019



Fonte: SEPLAG/DEE; IBGE.

No que tange ao setor primário, as informações divulgadas pelo IBGE, por meio do Levantamento Sistemático da Produção Agropecuária (LSPA) estimam safra recorde de cereais, leguminosas e oleaginosas no Brasil para 2019 e 2020. Ao analisar a série histórica iniciada em 1975, a safra de 2019 (241,5 milhões de toneladas) superou o atual recorde de 2017 (238,4 milhões de toneladas), com crescimento de 6,6% da produção em relação a 2018.

Esse desempenho é decorrente do aumento de culturas como o milho, com produção recorde de 100,6 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 23,6% em relação a 2018, conforme a tabela a seguir. Dentre as explicações para esse resultado está o aumento dos preços, que incentivou o plantio de segunda safra, e o clima. Além do milho, outros produtos também bateram o recorde de produção, como o algodão (6,9 milhões de toneladas).

Entre os principais produtos agrícolas do País, destacam-se os resultados negativos da produção nacional de café arábica (-23,1%), cana de açúcar (-1,0%) e soja (-3,7%) e estimativa positiva para a laranja (5,6%). Por sua vez, no Rio Grande do Sul, as produções de soja (5,5%), milho (25,7%), trigo (30,4%) e fumo (4,1%) cresceram em 2019. Por outro lado, a lavoura de arroz (-14,6%), a segunda principal cultura do Estado e a mais importante em nível nacional, e a produção de uva (-19,0%) encolheram no período. Para 2020, a diminuição da ocorrência de chuvas e o clima seco no Estado podem prejudicar o desempenho da agricultura gaúcha, especialmente a produção de milho e soja.

Tabela 3 – Produção agrícola, produtos selecionados – Brasil e Rio Grande do Sul – 2018 e 2019*

Produtos/Regiões	2018	2019	Varição (%) 2019/2018
BRASIL			
Algodão	4.930.518	6.894.169	39,8%
Milho	81.364.535	100.566.125	23,6%
Soja	117.833.492	113.488.489	-3,7%
Café arábica	2.693.622	2.072.728	-23,1%
Café canephora	899.543	922.836	2,6%
Cana-de-açúcar	674.178.718	667.532.475	-1,0%
Laranja	16.677.091	17.614.270	5,6%
RIO GRANDE DO SUL			
Arroz	8.401.785	7.172.102	-14,6%
Milho	4.565.633	5.738.614	25,7%
Soja	17.538.575	18.495.151	5,5%
Trigo	1.753.099	2.286.672	30,4%
Fumo	358.732	373.447	4,1%
Uva	822.689	666.423	-19,0%

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)/IBGE divulgado em 08/01/2020.

No setor industrial gaúcho, a Indústria de Transformação e a atividade de Eletricidade e Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana apresentaram crescimento de 3,5% e 7,9%, respectivamente, no acumulado do ano até o terceiro trimestre. Por sua vez, a Indústria Extrativa, pouco representativa para o Estado, e a Construção apresentaram resultados negativos. Em âmbito nacional, o resultado da indústria é explicado, principalmente, pelas quedas na Indústria Extrativa (-2,7%), sob os efeitos da tragédia de Brumadinho, e da Indústria de Transformação (-0,2%), conforme a Tabela 2.

Vale destacar que a Construção no Estado cresceu no terceiro trimestre de 2019 (2,2%), o que interrompeu uma sequência de 21 trimestres consecutivos de retração, mas manteve um resultado negativo no acumulado do ano. No País, a Construção cresceu no segundo (2,4%) e no terceiro trimestre (4,4%) de 2019, após 20 trimestres de queda. Apesar desse resultado positivo em um setor intensivo em mão de obra, é muito cedo para afirmar se é o início de uma retomada mais consistente da economia, ou tão somente um impulso cíclico, após um longo período de resultados negativos.

Segundo os dados de produção industrial (tabela a seguir), da Pesquisa Industrial Mensal (PIM–PF) do IBGE, a Indústria de Transformação no Rio Grande do Sul registrou desempenho superior ao do Brasil no acumulado do ano até outubro de 2019, com crescimento de 3,7% e 0,2%, respectivamente. O crescimento mais elevado da indústria gaúcha em relação ao do Brasil foi impulsionado, principalmente, pelo aumento da fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias, com expansão de 17,5% no ano. Destacam-se, ainda, o crescimento da produção de

Derivados do Petróleo (4,5%), de Produtos de Couro e Calçados (7,8%) e de Produtos de Metal (9,7%).

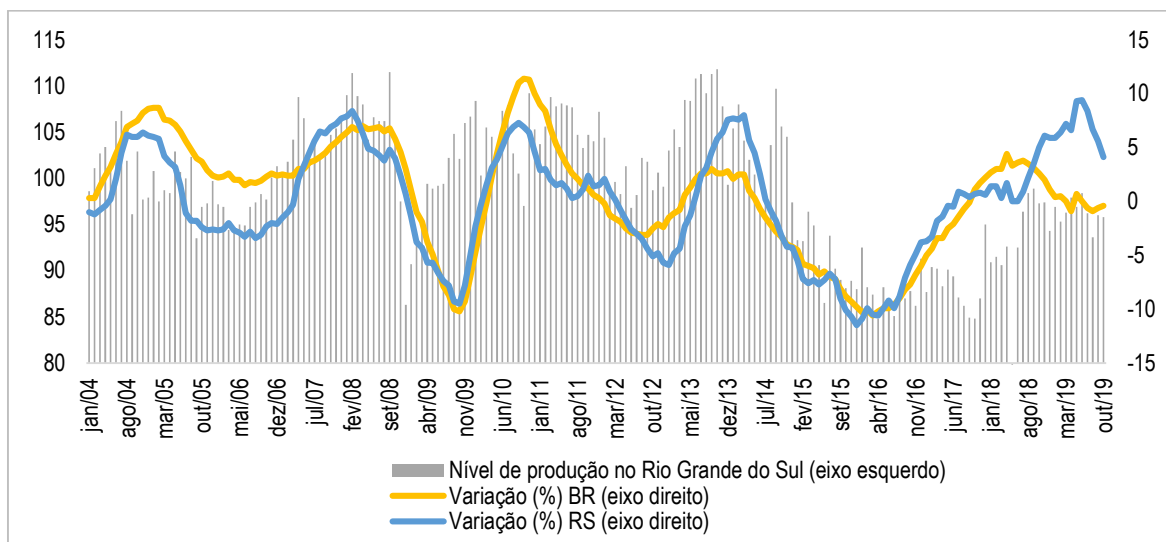
Tabela 4 – Variação (%) acumulada no ano do volume de Produção Física, Indústria de Transformação – Brasil e Rio Grande do Sul – out./2019

Atividades	Brasil	RS
Indústrias de transformação	0,2	3,7
Produtos alimentícios	1,6	-1,3
Bebidas	3,6	0,1
Fumo	-0,6	0,9
Têxteis	-1,7	-
Vestuário e acessórios	-0,3	-
Couros e artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	0,2	7,8
Produtos de madeira	-5,7	-
Celulose, papel e produtos de papel	-3,7	-2,8
Produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	0,5	4,5
Produtos de limpeza e de higiene pessoal	-3,2	-
Outros produtos químicos	-0,5	1,5
Farmoquímicos e farmacêuticos	-2,5	-
Produtos de borracha e de material plástico	-2,0	-6,9
Produtos de minerais não-metálicos	1,5	-2,1
Metalurgia	-1,5	-3,5
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	5,4	9,7
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-2,1	-
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1,5	-
Máquinas e equipamentos	1,3	0,9
Veículos automotores, reboques e carrocerias	2,9	17,5
Outros equip. de transporte, exceto veículos automotores	-9,9	-
Móveis	0,2	3,2

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF)/IBGE. Nota: o símbolo “-” denota dados inexistentes. Taxa acumulada no ano de janeiro a outubro/2019.

Apesar do resultado ainda positivo da Indústria de Transformação gaúcha em 2019, é possível observar que o nível da produção permanece inferior ao do período pré-crise. Ademais, o desempenho da produção industrial do Rio Grande do Sul apresenta tendência de desaceleração, com ênfase na perda de fôlego da fabricação de veículos automotores, e de convergência para os resultados em nível nacional, conforme o gráfico na sequência.

Figura 10 – Produção Física, Indústria de Transformação – variação (%) acumulada em 12 meses e índice do nível mensal com ajuste sazonal – Brasil e Rio Grande do Sul – jan/2004–out/2019



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal (PIM–PF)/IBGE. Nota 1: O índice do nível da produção da indústria de transformação tem como base o índice da produção da indústria geral, uma vez que a indústria extrativa tem uma participação irrisória na indústria do Estado. Nota 2: O índice está ajustado sazonalmente e tem como base 2012=100.

Por fim, o setor de serviços cresceu 1,6% no Rio Grande do Sul e 1,1% no País, no acumulado do ano até setembro de 2019. Todos os segmentos apresentaram variação positiva no período no Estado, com a maior taxa atribuída à atividade de Serviços de Informação (2,8%); seguida pela atividade de Intermediação Financeira e Seguros (2,5%); Outros Serviços (2,3%); Atividades Imobiliárias (1,5%); Transporte, Armazenagem e Correio (1,5%); Comércio (1,0%); e Administração, Educação e Saúde Públicas (0,9%). Em três das sete atividades o Brasil registrou desempenho superior no período, a citar, Comércio (1,6%), Serviços de Informação (3,8%) e Atividades Imobiliárias (2,5%).

Quanto ao comércio interno, em 2019 o índice de volume de vendas no comércio varejista ampliado, acumulado no ano até outubro, indica expansão de 3,8% no Brasil e 2,5% no Rio Grande do Sul. O destaque negativo, tanto em nível nacional quanto estadual, foi o setor de Livros, Jornais, Revistas e Papelaria, com variação de -23,6% no Brasil e -16,5% no Rio Grande do Sul. O destaque positivo foi o aumento do volume de vendas de Veículos, Motocicletas, Partes e Peças de 10,5 % no Brasil e de 8,3% no Rio Grande do Sul. Outras atividades que exibiram desempenho positivo expressivo no Estado foram Tecidos, Vestuário e Calçados (9,1%) e Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação (10,2%), conforme a tabela a seguir. Vale destacar que, assim como a indústria, o comércio gaúcho também desacelerou na segunda metade de 2019.

Tabela 5 – Variação (%) do Índice do Volume de Vendas no Comércio Varejista Ampliado acumulado no ano – Brasil e Rio Grande do Sul – 2019

Atividades do Comércio	Brasil	Rio Grande do Sul
Comércio varejista ampliado	3,8	2,5
Combustíveis e lubrificantes	0,8	-1,8
Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	0,6	0,6
Hipermercados e Supermercados	0,9	1,3
Tecidos, Vestuário e Calçados	0,0	9,1
Móveis e Eletrodomésticos	1,5	-0,7
Móveis	4,7	0,9
Eletrodomésticos	0,3	-1,8
Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	6,5	2,4
Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	-23,6	-16,5
Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	-0,1	10,2
Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	5,6	4,1
Veículos, Motocicletas, Partes e Peças	10,5	8,3
Material de Construção	4,2	-1,0

Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio (PMC)/IBGE. Nota: taxa acumulada no ano de janeiro a outubro/2019.

No que concerne às expectativas para a economia gaúcha no final de 2019, após um bom resultado na primeira metade do ano, o processo de desaceleração da produção estadual deve permanecer no último trimestre. Para 2020, aguarda-se a contabilização das perdas agrícolas com a insuficiência de chuvas no Estado. Quanto à produção destinada ao mercado externo, há obstáculos diante de um cenário incerto e menos favorável às vendas externas, conforme descrito anteriormente, porém com uma taxa de câmbio mais atrativa. Por fim, quanto aos segmentos que dependem principalmente da demanda nacional, é preciso aguardar o balanço dos impactos positivos na demanda agregada diante da liberação dos recursos do FGTS, por um lado, e as condições ainda precárias da produção industrial e do mercado de trabalho, por outro.

CENÁRIO DAS FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS

ORÇAMENTO ESTADUAL DE 2020

A Lei de Diretrizes Orçamentária Estadual nº 15.304, de 30/07/2019 (LDO 2020) foi construída com base realista das contas públicas do Estado do Rio Grande do Sul e norteou a elaboração da PLOA 2020, que nos artigos 17, 39 e 40, determinaram que os grupos de Pessoal e Encargos Sociais, das Outras Despesas Correntes, dos Investimentos e das Inversões Financeiras, com a fonte de recursos do Tesouro, fossem mantidos com a mesma dotação fixada na Lei Orçamentária de 2019, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais, aprovados até 30/04/2019.

Ao fixar em zero o limite de expansão das dotações com verbas do Tesouro do Estado, dessa forma, no orçamento de 2020, assumiram-se o desafio e o compromisso de ajustar as contas estaduais, apontando um resultado fiscal negativo.

O texto legal teve seu efeito suspenso, no que se refere às dotações dos demais Poderes e Órgãos autônomos do Estado do Rio Grande do Sul (Tribunal de Justiça, Justiça Militar, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública), motivado por uma decisão judicial oriunda do Tribunal de Justiça do Estado do RS, que reajustou as dotações no percentual de 4,06%, em relação ao orçamento de 2019.

Por sua vez, a Assembleia Legislativa gaúcha aprovou o orçamento de 2020, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou seja, sem qualquer reajuste. Contudo, nova liminar judicial determinou que o orçamento daqueles Poderes e Órgãos autônomos tivesse o reajuste de 4,06%.

A tabela seguinte mostra os principais agregados da receita pública, constantes da LOA 2020, comparados com a LOA 2019. É de suma importância destacar que, na coluna da LOA de 2019, foi excluída, nas "Outras Receitas Correntes", a rubrica denominada "Receita Extraordinária para a Cobertura do Déficit", de R\$ 7,391 bilhões. Por outro lado, em 2020, o resultado entre as receitas totais menos as despesas totais resultou em um déficit orçamentário explícito de R\$ 5,279 bilhões.

Para 2020, sobre uma receita total estimada de R\$ 61,159 bilhões, excluídas as receitas intraorçamentárias (dupla contagem contábil), de R\$ 16,282 bilhões, estima-se um montante de arrecadação **ajustada** de R\$ 44,877 bilhões, contra R\$ 40,732 bilhões previstos na LOA 2019, acréscimo de R\$ 4,145 bilhões, 10,2% maior.

É igualmente relevante frisar que, no PLOA de 2019, não foram incluídos R\$ 2,5 bilhões na rubrica do ICMS, tendo em vista que, quando da época do orçamento, ainda não tinha sido aprovada a manutenção das alíquotas do tributo pela ALRS, que ocorreu no final daquele exercício.

Tabela 6 – Principais Agregados das Receitas Públicas Consolidadas

Agregados da Receita Pública	LOA 2019	PLOA 2020	PLOA 2020 – LOA 2019	% PLOA 2020 / LOA 2019
Receitas Correntes	40.206.899.096	44.417.259.602	4.210.360.506	10,5
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	40.657.123.457	46.501.450.682	5.844.327.225	14,4
ICMS TOTAL	32.609.998.198	37.550.000.000	4.940.001.802	15,1
IPVA TOTAL	2.976.888.480	3.091.622.789	114.734.309	3,9
IRRF	2.345.749.711	2.980.585.109	634.835.398	27,1
Demais Impostos e Taxas	2.724.487.068	2.879.242.784	154.755.716	5,7
Receitas de Contribuições	3.569.485.813	3.842.500.163	273.014.350	7,6
Receitas Patrimoniais	955.303.909	990.188.572	34.884.663	3,7
Receitas Agropecuária, Industrial e de serviços	384.623.193	633.892.074	249.268.881	64,8
Transferências Correntes	9.120.771.076	9.443.064.392	322.293.316	3,5
Cota-parte do Fundo Participação dos Estados	2.163.311.353	2.262.805.467	99.494.114	4,6
Cota-parte do IPI – Estados Exportadores	549.536.618	549.324.054	-212.564	0,0
Lei Kandir e Fundo de Auxílio à Exportação	303.553.096	146.900.228	-156.652.868	-51,6
Salário Educação	563.361.231	671.257.989	107.896.758	19,2
Fundo da Educação (Crédito do FUNDEB)	4.427.112.916	4.633.727.359	206.614.443	4,7
Gestão Plena do SUS	798.500.000	861.772.031	63.272.031	7,9
Demais Transferências Correntes	315.395.862	317.277.264	1.881.402	0,6
Outras Receitas Correntes	1.102.727.144	667.145.261	-435.581.883	-39,5
Deduções para o Fundo da Educação (Débito do FUNDEB)	-5.865.588.723	-6.655.078.095	-789.489.372	13,5
Deduções para as Transferência aos Municípios (TLCM)	-9.717.546.773	-11.005.903.447	-1.288.356.674	13,3
Receitas de Capital	525.443.703	460.196.743	-65.246.960	-12,4
Operações de Crédito	268.484.759	64.300.000	-204.184.759	-76,1
Outras Receitas de Capital	256.958.944	395.896.743	138.937.799	54,1
Total Receitas sem Transferências Intraorçamentárias	40.732.342.799	44.877.456.345	4.145.113.546	10,2
Receitas Correntes Intraorçamentárias	15.522.213.270	16.282.469.579	760.256.309	4,9
Total Receitas com Transferências Intraorçamentárias	56.254.556.069	61.159.925.924	4.905.369.855	8,7

Fonte: LOA 2019 (sem a rubrica Receita Extraordinária para a Cobertura do Deficit, nas Outras Receitas Correntes) e LOA 2020.

A tabela seguinte mostra os principais agregados das despesas dotadas na proposta orçamentária de 2020. Sobre uma despesa total de R\$ 66,438 bilhões, excluindo as transferências intraorçamentárias (dupla contagem contábil) de R\$ 16,282 bilhões, prevê-se um gasto total ajustado de R\$ 50,156 bilhões, contra R\$ 48,123 bilhões previstos em 2019, acréscimo de R\$ 2,033 bilhões, 4,2% maior.

Tabela 7 – Principais Agregados das Despesas Públicas Consolidadas para os Exercícios de 2019 e 2020

Agregados da Despesa Pública	LOA 2019	LOA 2020	LOA 2020 – LOA 2019	% LOA 2020 / LOA 2019
Pessoal e Encargos Sociais	30.593.360.239	30.728.170.276	134.810.037	0,4
Outras Despesas Correntes (Manutenção e Custeio)	11.225.787.249	11.884.990.110	659.202.861	5,9
Serviço da Dívida (Juros, Encargos e Amortização)	4.139.904.937	4.559.705.823	419.800.886	10,1
Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras)	1.136.496.026	1.088.349.449	-48.146.577	-4,2
Reserva de Contingência e Previdenciária	1.027.630.437	1.894.741.802	867.111.365	84,4
Total das Despesas sem as Transferências Intraorçamentárias	48.123.178.888	50.155.957.460	2.032.778.572	4,2
(+) Transferência de Despesas Intraorçamentárias	15.522.213.270	16.282.469.579	760.256.309	4,9
Total das Despesas com as Transferências Intraorçamentárias	63.645.392.158	66.438.427.039	2.793.034.881	4,4

Fonte: LOA 2019 e LOA 2020.

Quanto ao orçamento de investimento das 15 estatais gaúchas, constante na LOA 2020, está prevista a execução de R\$ 1,85 bilhão, conforme se detalha na tabela abaixo.

Tabela 8 – Demonstrativo dos investimentos das empresas estatais gaúchas por Área – Orçamento de 2020

Área	Orçamento
Área de infraestrutura	1.024.498.634
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – Sulgás	39.774.911
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	146.757.247
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT	320.546.064
Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN	459.305.453
Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. – EGR	58.114.959
Área econômica	435.769.607
Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento – BADESUL	28.000.000
Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. – Ceasa	1.870.000
Área administrativa – gestão e governança	391.126.180
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – BANRISUL	404.999.607
BANRISUL Armazéns Gerais – BAGERGS	900.000
BANRISUL Cartões S.A. – BCartões	376.626.180
Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rs – PROCERGS	14.500.000
Total dos investimentos das diversas áreas	1.851.394.423

Fonte: LOA 2020.

PROJETOS ESTRUTURANTES ENVIADOS PELO PODER EXECUTIVO PARA DISCUSSÃO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA GAÚCHA

No mês de novembro de 2019, o Governo do Estado encaminhou ao Poder Legislativo gaúcho um conjunto de medidas que representam a **Reforma RS**, com o objetivo de enfrentar o crescimento da despesa com pessoal, modernizar a legislação sobre as carreiras dos servidores públicos e recepcionar para o Estado as novas regras previdenciárias aprovadas no Congresso Nacional.

Dentre os projetos encontram-se a Emenda Constitucional, que visa à extinção das vantagens por tempo de serviço dos servidores públicos civis e militares do Estado, em decorrência de avanços, triênios, quinquênios, adicionais ou gratificações de 15 (quinze) e de 25 (vinte e cinco) anos. Fica vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo ou aos proventos de inatividade. Igualmente, modifica as regras de aposentadoria, no tocante à idade mínima e a desconstitucionalização das regras de inatividade e pensão, para adequar às propostas da ECF 103/2019 e Lei da Reforma das Forças Armadas, assim como a base de cálculo para aposentadorias e pensões, alinhando aos servidores civis da União.

A Reforma RS contempla, ainda, as modificações no Regime Próprio de Previdência dos Servidores Civis (**Lei 15.429 de 23/12/2019**) e Militares (**PLC 5/2020**); modificações no Estatuto dos Servidores Civis (**PLC 2/2020**); modificações no Estatuto dos Militares Estaduais, fixando a remuneração por subsídio e, entre outros temas a serem discutidos, a transferência da reserva remunerada de militares (**PLC 6/2020**); modificações no Estatuto e Plano de Carreira do Magistério e o estabelecimento da remuneração por subsídio para o magistério (**PL 3/2020**); fixação do subsídio mensal para o Quadro de Cargos de Provimento Efetivo do Instituto-Geral de Perícias (**PLC 4/2020**); e o **PLC 509/2019**, que dispõe sobre aposentadoria especial para os policiais civis e agentes penitenciários.

Com o conjunto de projetos encaminhados em novembro de 2019 para votação na ALRS, esperava-se uma economia de, aproximadamente, R\$ 25,4 bilhões em 10 anos, sendo R\$17,1 bilhões com a reforma previdenciária e R\$ 8,3 bilhões nos projetos de revisão dos Estatutos. Com a proposta já aprovada da previdência dos servidores civis no final de dezembro e com os projetos encaminhados na convocação extraordinária para a ALRS, a **economia ficou estimada para cerca de R\$ 21,7 bilhões, sendo de R\$ 13,8 bilhões na reforma da previdência**. Contudo, após o final da tramitação dos projetos, o impacto dessa economia deve ser reavaliado.

Com a entrada em vigor da reforma previdenciária, tomando-se os mesmos moldes da aprovada pela União, trará significativo alívio aos cofres do Estado, tanto no médio como no longo prazos. O equacionamento no tocante às vantagens pessoais dos servidores (adicionais, avanços, triênio, quinquênios) proporcionará que o crescimento vegetativo da folha de pessoal seja reduzido.

Ademais, as privatizações da CEEE, SULGÁS e CRM injetarão recursos preciosos e, ainda, é condicionante principal para a adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal, instituído pelo Governo Federal.

BREVE QUADRO DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RS

A situação atual das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul é peculiarmente grave, apresentando-se com problemas estruturais extremamente sérios e de difícil solução no curto e no médio prazos. Em 2020, mesmo com o possível não pagamento das parcelas da dívida contratada com a União, as receitas arrecadadas não serão suficientes para fazer frente às despesas fixadas, faltando recursos para pagar em dia o conjunto das obrigações.

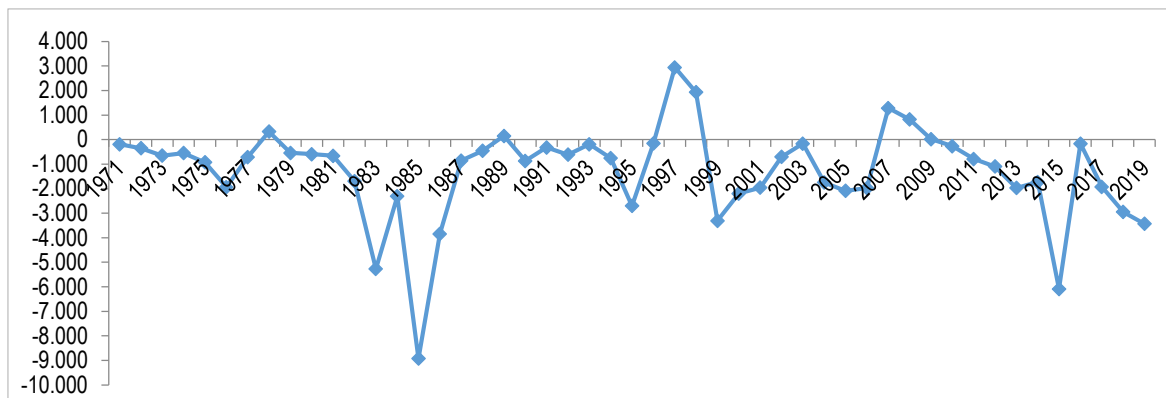
Entre 2014 e 2016, o País atravessou seu pior momento econômico da história recente, deprimindo vertiginosamente a arrecadação tributária, tanto federal quanto estadual e municipal. Entre 2017 e 2019, mesmo um crescimento em torno de 1,0% anual, não foi suficiente para o PIB voltar aos patamares anteriores a 2014. Em todo esse período, a situação das finanças foi agravada pelo fato de o Estado possuir uma estrutura de gasto crescente com o grupo de pessoal.

Neste ano de 2020, em que pesem as previsões mais otimistas sobre uma retomada mais consistente da economia, não se imagina que possa apresentar *performance* tão significativa a ponto de sustentar, por si só, um melhor equilíbrio das contas públicas. A solução definitiva virá somente após uma sequência de governos comprometidos com a boa gestão, com a responsabilidade fiscal e, igualmente, com as reformas estruturantes necessárias.

Nas últimas décadas, as contas estaduais apresentaram déficits fiscais recorrentes. A partir de 1971 até 2019 (49 anos), somente em sete anos as receitas arrecadadas foram maiores do que as despesas empenhadas. Apesar de, em alguns anos, apresentar superávit, isso somente ocorreu em função de receitas extraordinárias, como por exemplo, pela privatização de empresas estatais ou pela venda de outros ativos.

O gráfico seguinte exhibe a evolução do resultado orçamentário, em valores atualizados pelo IGP-DI.

Figura 11 – Evolução do Resultado Orçamentário desde 1971 até 2019 – R\$ milhões



Fonte de dados brutos: CAGE/RS (Balanço Geral do Estado do RS).

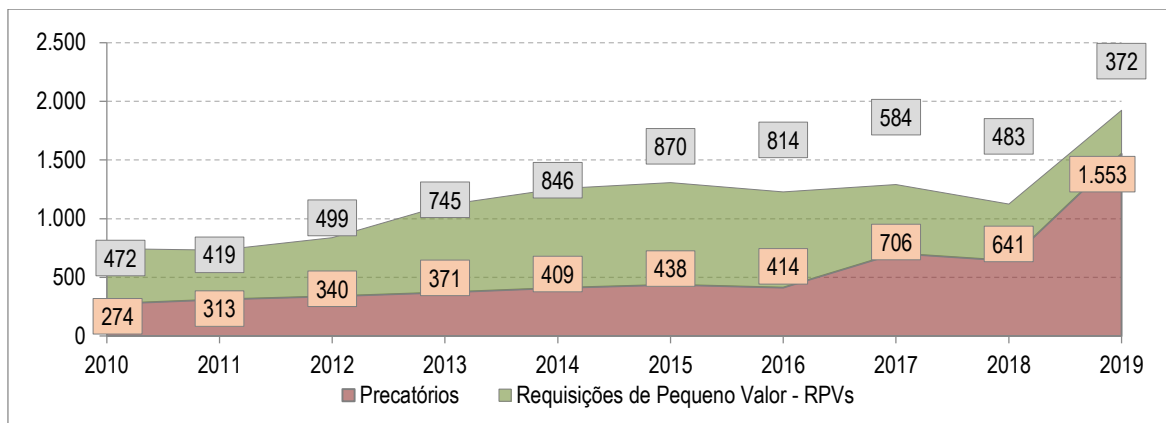
O mais grave problema das finanças é a questão previdenciária. Ao longo do tempo, o Estado não se preparou para suportar os encargos dos seus aposentados e pensionistas. Em 2019, os gastos com inativos e pensionistas foram de R\$ 16,534 bilhões, equivalentes a 41,6% da Receita Corrente Líquida (RCL). Entre os Estados brasileiros, em 2018, o Rio Grande do Sul apresentou, em relação à RCL, a 2ª maior despesa previdenciária, o 2º maior déficit previdenciário e o maior déficit previdenciário *per capita*.

Outra grande preocupação é a dívida pública estadual. Do montante consolidado de R\$ 77,585 bilhões, em 31/12/2019, R\$ 66,915 bilhões (86,2%) são débitos exclusivos com o Governo Federal. No tocante especificamente à dívida do Estado com a União, ressalta-se o não pagamento, entre abril e junho de 2016, e a suspensão das parcelas entre julho e dezembro de 2016. O pagamento das parcelas foi retomado a partir de janeiro de 2017, porém, desde julho de 2017, as mensalidades foram suspensas por conta de liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

Outra preocupação por parte do Tesouro estadual é com relação ao montante a ser pago anualmente com Precatórios e com as Requisições de Pequeno Valor (RPVs), que são dívidas judiciais. O gráfico a seguir mostra os valores pagos sob essas rubricas que, em 2019, somaram R\$ 1,925 bilhão e, entre 2010 e 2019, atingiram a cifra de R\$ 11,6 bilhões, em valores nominais.

A partir de sua entrada em vigor, a Lei nº 15.038, de 16/11/17, autorizou a compensação de débitos de natureza tributária ou de outra natureza, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, com precatórios vencidos do Estado do Rio Grande do Sul, suas autarquias ou fundações, próprios ou de terceiros. Em 2018, foram negociados nessa modalidade R\$ 171,5 milhões; já em 2019, R\$ 804 milhões.

Figura 12 – Pagamento de Precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) – R\$ milhões



Fonte: Sistema Cubo da Secretaria da Fazenda do RS. Nota 1: Em 31/12/2019, estima-se preliminarmente ao Balanço Geral do Estado que o estoque de Precatórios seja em torno de R\$ 15,0 bilhões. Nota 2: Cada RPV está limitada a 10 salários mínimos, contudo, antes da Lei nº 14.751/15, cada RPV era de até 40 salários mínimos. Nota 3: Os valores das Requisições de Pequeno Valor (RPVs) de 2019 são preliminares e poderão sofrer modificações.

FINANCIAMENTO PÚBLICO ESTADUAL AO LONGO DO TEMPO

As contas públicas estaduais apresentaram, ao longo do tempo, déficits fiscais sucessivos. Esses desequilíbrios foram cobertos pelo endividamento suportado por operações de crédito ou pela emissão de títulos públicos. Em outras oportunidades, pelo financiamento inflacionário e pelas receitas de privatizações. Mais recentemente, pela alienação de parte das ações do BANRISUL, pelas antecipações tributárias e pelos atrasos nos pagamentos de fornecedores. Também pelo parcelamento de vencimentos mensais e do 13º salário de parte dos servidores.

A reestruturação da dívida contratualizada junto à União, ocorrida no final dos anos 90, e a entrada em vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), no início dos anos 2000, fizeram com que o Estado não pudesse mais emitir títulos públicos. Afora isso, o Estado está impedido de contratar novas operações de crédito, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista que a Dívida Consolidada Líquida (DCL) é maior do que 2,0 vezes a Receita Corrente Líquida (RCL).

Assim, sem outros recursos para fazer frente ao constante aumento das despesas, houve forte crescimento do endividamento de curto prazo, a exemplo do montante a pagar de passivos judiciais trabalhistas (precatórios e de Requisições de Pequeno Valor), bem como pelos saques do caixa único, potencializados pelos depósitos judiciais.

A tabela abaixo mostra de forma sucinta como foi enfrentado o déficit financeiro pelos últimos governos. É importante ressaltar o fato de que, apesar do uso de um variado conjunto de fontes extraordinárias de financiamento, não se conseguiu superar o baixo volume de investimento dos últimos governos.

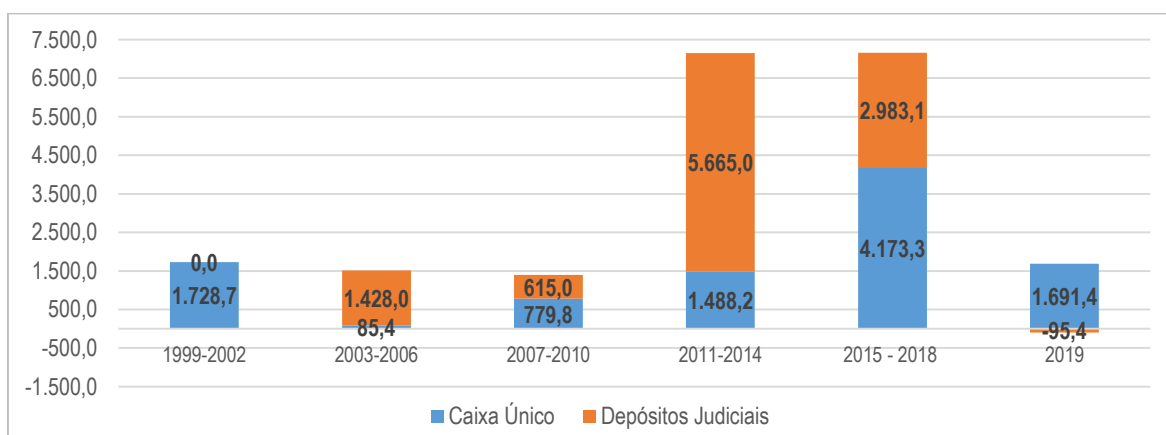
Quadro 1 – Principais formas de enfrentamento do déficit público pelos diversos governos

Período	Governo	Enfrentamento do déficit público
1999-2002	Olívio	Saques do caixa único, menor volume de investimentos, venda de ativos, antecipação de impostos, atrasos no pagamento de fornecedores, programa de refinanciamento de dívidas, não pagamento de precatórios e das Leis Britto.
2003-2006	Rigotto	Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, atrasos no pagamento de fornecedores, não pagamento de precatórios e das Leis Britto, antecipação de impostos, menor volume em custeio e em investimentos, programa de refinanciamento de dívidas, financiamento do 13º salário junto ao BANRISUL e aumento de tributos.
2007-2010	Yeda	Venda de ações do BANRISUL, saques do caixa único e dos depósitos judiciais, antecipação de impostos, financiamento do 13º salário junto ao BANRISUL, parcelamento de salários mensais, programa de refinanciamento de dívidas, redução do gasto em custeio e em investimento.
2011-2014	Tarso	Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, antecipação de impostos, endividamento com recursos de operações de crédito internas e externas, programa de refinanciamento de dívidas e redução de gastos com investimentos.
2015/2018	Sartori	Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, atraso no pagamento de fornecedores e convênios, antecipação de impostos, parcelamento de salários, não pagamento integral do 13º salário, redução de gastos em custeio e investimento, venda da folha de pagamento ao BANRISUL, programa de refinanciamento de dívidas, venda de ações do BANRISUL, suspensão de parcelas da dívida com a União e aumento de tributos.
2019	Leite	Saques do caixa único, atraso no pagamento de fornecedores e convênios, parcelamento de salários mensais e do 13º salário, redução de gastos em custeio e investimento, venda de créditos do FUNDOPEM, entrada de recursos oriundos da partilha de royalties de petróleo, programa de refinanciamento de dívida, entrada de recursos de causa judicial da cesta básica e não pagamento das parcelas da dívida com a União.

Fonte de dados brutos: Balanço do Estado do RS (CAGE/RS).

O gráfico adiante demonstra os valores sacados do caixa único e dos depósitos judiciais, nos diversos governos. Atendendo determinação do STF, o Estado vem aos poucos recompondo os saques dos depósitos judiciais. No ano de 2018, o Estado depositou R\$ 30 milhões, já em 2019, foram R\$ 95,4 milhões.

Figura 13 – Saques do caixa único e dos depósitos judiciais – Em valores nominais – R\$ mil



Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS. Nota 1: A autorização para saques dos depósitos judiciais deu-se através da Lei nº 12.069/04. Nota 2: Os depósitos judiciais são remunerados pela mesma rentabilidade da caderneta de poupança. Nota 3: O Estado fez uso dos depósitos judiciais até o ano de 2017.

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTÁRIO E PRIMÁRIO

O **resultado orçamentário** é a diferença entre as receitas arrecadadas em um exercício e as despesas nele empenhadas. Quando as despesas forem maiores que as receitas, o resultado orçamentário é deficitário. O **resultado primário** indica se os níveis de gastos orçamentários não financeiros são compatíveis com a arrecadação não financeira, ou seja, se as receitas primárias são capazes de suportar as despesas primárias. Assim, o resultado primário positivo seria o quanto sobrou do orçamento para pagar o serviço da dívida (juros, encargos e amortização da dívida).

Na tabela a seguir são apresentados os resultados orçamentário e primário, entre os anos de 1999 e 2019, bem como os percentuais dos orçamentos executados das receitas e das despesas, em relação ao PIB gaúcho. Consta-se a frequência de resultados orçamentários negativos. Somente entre 2007 e 2009, houve resultados orçamentários positivos. Ressalva-se que o resultado primário menor que o orçamentário, que se verifica em alguns anos da série, deveu-se, principalmente, ao uso de receitas de operações de crédito ou de alienação de bens (receitas não primárias) para a cobertura de gastos com custeio e investimento (despesas primárias); ainda, às operações de crédito de valor maior do que o pagamento da dívida.

Tabela 9 – Resultados Primário e Orçamentário

Ano	Resultado Orçamentário – IGP-DI de 31/12/2019	Resultado Primário IGP-DI de 31/12/2019	Resultado Orçamentário sobre o PIB/RS	Resultado Primário sobre o PIB/RS	Receita Total sobre o PIB/RS	Despesa Total sobre o PIB/RS
1999	-3.310.013.888	-1.766.290.741	-1,02%	-0,54%	10,72%	11,81%
2000	-2.195.786.079	-1.647.051.436	-0,66%	-0,49%	11,26%	11,99%
2001	-1.954.679.878	-1.037.337.231	-0,59%	-0,31%	11,39%	12,16%
2002	-706.349.925	-184.235.655	-0,23%	-0,06%	11,60%	11,96%
2003	-164.168.471	-258.677.432	-0,05%	-0,08%	11,12%	11,42%
2004	-1.749.066.478	83.282.707	-0,55%	0,03%	10,50%	11,17%
2005	-2.090.538.209	1.302.405.897	-0,64%	0,40%	11,55%	12,19%
2006	-1.976.684.753	998.884.650	-0,57%	0,29%	11,54%	12,12%
2007	1.284.337.480	1.966.734.143	0,35%	0,54%	11,41%	11,05%
2008	820.426.776	3.986.331.508	0,22%	1,08%	11,81%	11,61%
2009	19.606.296	3.433.772.027	0,00%	0,84%	10,97%	10,97%
2010	-266.608.924	2.700.622.525	-0,06%	0,66%	11,87%	11,93%
2011	-786.663.210	2.346.009.430	-0,18%	0,55%	11,18%	11,36%
2012	-1.092.830.225	1.200.783.646	-0,26%	0,28%	11,34%	11,60%
2013	-1.971.613.947	882.356.370	-0,42%	0,19%	10,98%	11,40%
2014	-1.726.299.161	-738.880.535	-0,35%	-0,15%	11,60%	11,95%
2015	-6.084.819.308	-2.187.856.082	-1,29%	-0,46%	10,64%	11,93%
2016	-164.406.824	981.704.886	-0,04%	0,21%	11,50%	11,51%
2017	-1.924.869.555	-487.340.516	0,40%	-0,10%	11,64%	12,04%
2018	-2.948.569.271	-277.683.181	-0,62%	-0,06%	11,97%	12,62%
2019	-3.432.479.495	-437.149.501	ND	ND	ND	ND

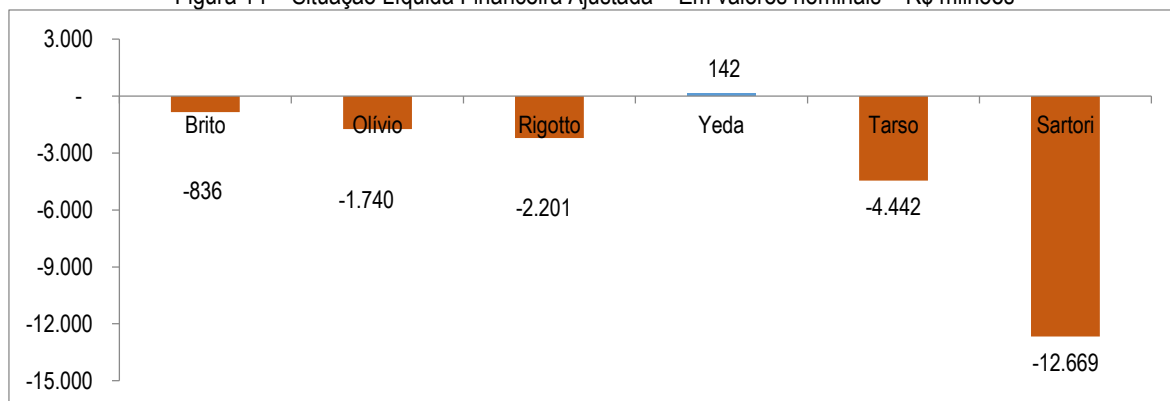
Fontes de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e SEPLAG/RS. Nota 1: As receitas e despesas em totais líquidos, sem as transferências intraorçamentárias. Nota 2: Para o resultado primário, toma-se o valor empenhado. Nota 3: Valores de 2019 são nominais.

EVOLUÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO

O gráfico seguinte mostra a Situação Líquida Financeira Ajustada pelo Passivo Potencial dos últimos governos estaduais, em valores nominais. Nota-se que o governo Britto deixou uma situação financeira de R\$ 836 milhões negativos; o governo Olívio, de R\$ 1,740 bilhão negativo; o governo Rigotto, de R\$ 2,201 bilhões negativos; o governo Yeda, uma situação superavitária de R\$ 142 milhões; o governo Tarso, de R\$ 4,442 bilhões negativos e o governo Sartori, de R\$ 12,669 bilhões negativos. No período de 1995 a 2018, o resultado financeiro foi de R\$ 21,746 bilhões negativos.

A Situação Líquida Financeira Ajustada pelo Passivo Potencial corresponde ao saldo financeiro real acrescido dos recursos vinculado a empenhar. A composição da dívida de curto prazo (passivo financeiro) é formada, principalmente, pelos valores sacados do SIAC (caixa único, potencializado pelos depósitos judiciais), restos a pagar e depósitos judiciais.

Figura 14 – Situação Líquida Financeira Ajustada – Em valores nominais – R\$ milhões



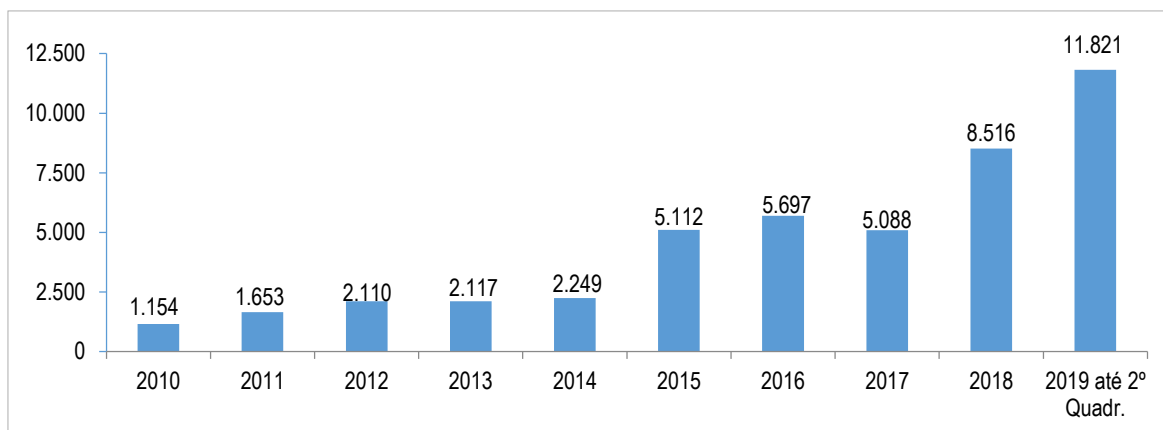
Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul/CAGE.

EVOLUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

Os Restos a Pagar são as despesas empenhadas, liquidadas e não pagas. O aumento do estoque dos “Restos a Pagar”, ocorrido a partir de 2015, foi devido a três fatores principais: (i) o não pagamento de parcelas da dívida do Estado com a União; (ii) o não pagamento do décimo terceiro salário de parte dos servidores estaduais que, nos últimos anos, está sendo quitado ao longo do exercício seguinte; e (iii) o não pagamento da folha salarial do mês de dezembro, de parte dos servidores estaduais, quitada no início do ano seguinte.

O gráfico seguinte exhibe os valores dos Restos a Pagar.

Figura 15 – Restos a pagar – Em valores nominais – R\$ milhões



Fonte: Balanço Geral do Estado.

PRINCIPAIS AGREGADOS DA RECEITA PÚBLICA

A tabela abaixo mostra a evolução real da receita pública consolidada, a partir de 2010 até 2019. No demonstrativo, as receitas intraorçamentárias são expurgadas, por representarem dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma receita em mais de um órgão estadual. As receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (receitas próprias do Estado) são responsáveis pela maior parte da arrecadação, seguidas pelas Transferências Correntes (receitas advindas da União).

No período entre 2010 e 2019, as receitas totais cresceram 14,9%, em termos reais pelo IPCA. As receitas correntes, 17,4%; Dentro das receitas correntes, os impostos, taxas e contribuições de melhoria cresceram 22,7%; enquanto que as transferências advindas da União decresceram 11,3%. Ou seja, em 2019, o Estado recebeu de transferências federais um valor menor do que foi repassado em 2010. Comparando-se 2019 em relação a 2018, as receitas totais foram menores em 0,4%, sendo que as receitas correntes cresceram 0,7%, e as receitas de capital decresceram 40,5%.

Tabela 10 – Receitas Orçamentárias Consolidadas — Atualizadas pelo IPCA até 31/12/2019 – R\$ milhões

Especificação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	% 2019 / 2010	% 2019 / 2018
Receitas Correntes	47.065	46.792	47.820	50.654	52.303	50.031	52.727	52.387	54.892	55.254	17,4	0,7
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	37.735	37.344	38.901	41.808	42.437	41.056	42.127	43.146	45.697	46.307	22,7	1,3
Receita de contribuições	2.375	2.638	2.697	3.103	3.440	3.319	3.539	3.463	3.804	3.777	59,0	-0,7
Receita patrimonial	1.066	986	929	688	790	727	2.189	799	920	979	-8,1	6,4
Receita agropecuária	6	1	3	3	1	3	2	1	2	1	-81,1	-31,7
Receita industrial	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	-99,4	-64,9
Receita de serviços	444	436	465	453	408	435	436	556	552	523	17,9	-5,2
Transferências correntes	10.197	10.321	9.985	9.854	10.294	9.822	9.518	9.120	9.149	9.041	-11,3	-1,2
Outras receitas correntes	729	710	623	879	1.138	748	997	1.437	1.312	1.060	45,5	-19,2
Deduções receita corrente	-5.488	-5.646	-5.784	-6.135	-6.206	-6.079	-6.081	-6.135	-6.545	-6.435	17,3	-1,7
Receitas de Capital	1.786	595	1.641	1.281	3.521	530	632	864	1.436	854	-52,1	-40,5
Operações de crédito	1.352	391	1.406	768	2.913	242	375	605	284	195	-85,6	-31,6
Alienação de bens	7	8	63	140	128	170	95	139	906	580	8.152,7	-35,9
Amortização empréstimos	59	60	25	94	219	70	54	25	27	28	-52,7	5,6
Outras receitas de capital	367	135	147	278	260	49	107	97	219	51	-86,0	-76,5
Total das Receitas	48.850	47.386	49.461	51.936	55.824	50.561	53.359	53.251	56.327	56.109	14,9	-0,4

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

ICMS

O ICMS é o principal tributo estadual, representando, em média, 2/3 de todas as receitas correntes arrecadadas pelo Estado (de impostos, taxas e contribuições de melhoria, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, de transferências e demais receitas correntes). O ICMS é, basicamente, um imposto que age sobre o consumo, com grande impacto sobre o poder de compra, dependente do emprego e da renda do conjunto das famílias. Em época de ótimo crescimento econômico, coincide com boa arrecadação, sendo que as famílias gastam mais em quantidade e qualidade, pois os salários estão reajustados; os empregos, garantidos, e a confiança, em alta.

Diversas variáveis impactam direta e indiretamente na arrecadação do ICMS, entre outras tantas: (i) O PIB brasileiro e o PIB gaúcho; (ii) a inflação passada, a inflação presente e a inflação inercial; (iii) a taxa de câmbio; (iv) a taxa básica de juros da economia; (v) o preço das commodities no mercado internacional; (vi) o valor das importações e das exportações; (vii) o nível de produção das indústrias; (viii) o poder de compra do consumidor; (ix) a taxa de emprego; (x) a confiança na economia interna e externa; (xi) as crises econômicas, tanto interna como externa; (xii) a instabilidade política interna e externa; (xiii) o tempo e o clima, importantes no nível de produção agrícola; (xiv) as imunidades tributárias; (xv) as desonerações fiscais; e (xvi) a sonegação fiscal.

A tabela seguinte mostra a evolução da arrecadação do ICMS Total (ICMS Tributo mais Dívida Ativa), entre 2008 e 2019. Observa-se que, no período, o ICMS Total cresceu 146,4% nominais (de R\$ 14,825 bilhões para R\$ 36,531 bilhões) e 33,6% reais pelo IPCA (de R\$ 27,894 bilhões para

R\$ 37,252 bilhões). Em 2019 comparado com 2018, o ICMS cresceu 4,9% nominais (de R\$ 34,839 bilhões para R\$ 36,531 bilhões) e 1,1% pelo IPCA (de R\$ 36,853 bilhões para R\$ 37,252 bilhões).

Tabela 11 – Evolução da Arrecadação do ICMS Total – R\$ milhões

Ano	Arrecadação nominal	Varição nominal sobre ano anterior	IPCA	Varição IPCA sobre ano anterior	% Arrecadação ICMS / PIB do RS
2008	14.825	20,9	27.390	14,6	7,4
2009	15.087	1,8	26.572	-3,0	7,0
2010	17.893	18,6	30.002	12,9	7,4
2011	19.503	9,0	30.661	2,2	7,4
2012	21.378	9,6	31.867	3,9	7,4
2013	24.061	12,6	33.792	6,0	7,2
2014	25.854	7,5	34.151	1,1	7,2
2015	27.126	4,9	32.880	-3,7	7,1
2016	30.386	12,0	33.871	3,0	7,4
2017	31.933	5,1	34.409	1,6	7,7
2018	34.838	9,1	36.187	5,2	7,8
2019	36.531	4,9	37.252	1,1	ND
% 2019 / 2008	146,4	-	33,6		

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS e SEPLAG/RS. Nota: Dado referente ao PIB de 2019 ainda não havia sido publicado à época da conclusão deste trabalho.

TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DA UNIÃO AO ESTADO DO RS

As principais transferências constitucionais da União ao Estado são o Fundo de Participação dos Estados, a Cota-Parte do IPI-Exportação, a Compensação Financeira da Lei Kandir e o Auxílio Financeiro à Exportação, que apresentaram, ao longo do tempo, uma redução significativa na sua participação.

A tabela seguinte mostra que, entre os anos 2008 e 2019, as principais transferências federais apresentaram variação negativa de 4,7 pontos percentuais, em relação à variação dos impostos, taxas e contribuição de melhoria (receitas próprias do Estado). Em 2008, as transferências federais representaram o equivalente a 10,7% dos impostos, taxas e contribuições de melhoria; já em 2019, diminuíram drasticamente para 6,0%, o menor nível em 12 anos. Em relação a esses tributos, caso se tomasse o mesmo percentual de 2008, a perda, somente no ano de 2019, seria da ordem de R\$ 2,1 bilhões (receita de impostos, taxas e contribuição de melhorias de 2019 de R\$ 45,432 bilhões x 4,7% de perda de participação = perda de R\$ 2,135 bilhões), suficiente para pagar uma folha mensal de todos os Poderes do Estado.

Tabela 12 – Transferências Constitucionais e Legais da União ao Estado do RS – Em valores nominais – R\$ milhões

Especificação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Cota-parte do FPE	1106	1066	1149	1415	1459	1569	1710	1799	1974	1918	2.038	2.183
Cota-parte IPI-exportação	432	335	440	483	361	353	466	529	380	487	509	534
Lei Kandir (LCF 87/96)	147	147	147	147	147	147	147	147	147	147	144	-
Auxílio financeiro à exportação	174	134	118	112	96	0	112	113	261	139	0	-
Total	1.858	1.681	1.853	2.157	2.062	2.069	2.435	2.588	2.762	2.691	2.691	2.717
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	17.426	18.260	22.109	23.325	25.616	29.236	31.555	33.263	37.095	39.321	43.184	45.432
% Transferência da União / Impostos	10,7	9,2	8,4	9,2	8,0	7,1	7,7	7,8	7,4	6,8	6,2	6,0

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Em relação à estimativa das perdas financeiras, referentes às desonerações de ICMS promovidas pela Lei Kandir, a metodologia de apuração é definida no âmbito da COTEPE/CONFAZ. Conforme dados divulgados pela Secretaria da Fazenda do RS, em valores nominais, entre 1996 e 2017, a perda líquida acumulada chega a R\$ 37,1 bilhões (perda bruta de R\$ 44,8 bilhões contra ressarcimento de R\$ 7,7 bilhões). Já em valores reais, atualizados pelo IGP-DI até 31/12/2017, as perdas líquidas da Lei Kandir totalizam 59,0 bilhões. Nesse período, o percentual médio de compensação foi de 17,1% das perdas brutas. O ressarcimento, em 2017, foi de apenas 7,9% das perdas.

O ressarcimento torna-se sempre menor, tendo em vista que os valores repassados vêm sendo nominalmente os mesmos há vários anos. Ressalva-se que, a partir de 2018, a União não está mais repassando quaisquer valores a título Auxílio Financeiro à Exportação e, a partir de 2019, qualquer valor referente à Lei Kandir.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RECEITAS PÚBLICAS

Para fazer frente à escassez de recursos, o Estado agrega ininterrupto esforço para atualizar e aprimorar a função arrecadadora. Para isso: (i) fez a aquisição de equipamento de grande capacidade de processamento de dados; (ii) incorporou ao sistema a Nota Fiscal Eletrônica; (iii) criou a Nota Fiscal Gaúcha – NFG, que ultrapassou a marca de 1,5 milhão de cidadãos cadastrados e com 100% do comércio varejista obrigado a incluir o CPF na Nota Fiscal; e (iv) criou o Programa de Sustentabilidade Financeira que engloba ações de melhoria da gestão fiscal, tais como a malha fina estadual, o rigor com o devedor contumaz e o domicílio eletrônico.

O Estado precisa avançar na qualificação das ações de cobrança, com foco principal na simplificação da vida das empresas, sendo que a única obrigação do contribuinte seria emitir devidamente a Nota Fiscal. As ações do fisco estadual buscam dar respostas para uma melhor performance de arrecadação tributária. O objetivo no médio prazo é transformar a “Receita 100% Digital”, desburocratizando o sistema e incorporando os avanços tecnológicos nos mecanismos de

arrecadação. Além disso, precisará também avançar na política de revisão da totalidade dos incentivos fiscais concedidos às empresas, com o objetivo de corrigir possíveis distorções, ampliando os mecanismos de controle e transparência social. Por fim, tão importante quanto racionalizar o gasto da maneira mais eficaz possível é empreender todos os esforços possíveis para a promoção de uma melhor arrecadação pública.

GASTO TOTAL CONSOLIDADO DO ESTADO

A tabela seguinte mostra a evolução da despesa pública consolidada ajustada, a partir de 2010 até 2019, em valores nominais. Ressalva-se que, no demonstrativo, não foram computadas as despesas intraorçamentárias, visto que implicariam uma dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma despesa em mais de um órgão estadual.

Em 2019, o Estado registrou um déficit orçamentário de R\$ 3,432 bilhões, com R\$ 70,429 bilhões de receitas totais contra R\$ 73,861 bilhões de despesas totais. Sem computar a dupla contagem contábil (receitas e despesas intraorçamentárias), em 2010, o Estado gastou 11,5% acima da variação da Receita Corrente Líquida e, em 2019, as despesas ultrapassaram a RCL em 19,9%.

Tabela 13 – Despesas Empenhadas Consolidadas do Estado do RS – Em valores nominais – R\$ milhões

Grupo da Despesa	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Pessoal e Encargos Sociais	7.617	8.426	16.616	18.920	21.611	23.985	25.332	27.093	29.215	31.160
(+) Aposentadorias, Pensões e Precatórios	5.966	6.707	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal e Encargos Sociais Ajustados	13.583	15.133	16.616	18.920	21.611	23.985	25.332	27.093	29.215	31.160
Outras Despesas Correntes	16.272	18.069	12.708	14.501	16.076	17.025	18.847	19.736	21.225	21.823
(-) Distribuição Receitas aos Municípios	5.360	5.867	6.404	7.125	7.669	8.135	8.921	9.327	10.345	10.543
(-) Aposentadorias/Pensões e Precatórios	5.966	6.707	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes Ajustadas	4.946	5.495	6.304	7.376	8.407	8.889	9.926	10.409	10.881	11.280
Serviço da Dívida	2.956	2.504	2.686	2.895	3.269	3.740	1.744	2.250	3.970	4.338
(-) Operação Externa com o BIRD	787	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviço da Dívida Ajustado	2.169	2.504	2.686	2.895	3.269	3.740	1.744	2.250	3.970	4.338
Investimentos Amplos	1.937	1.105	1.223	1.429	1.775	809	1.097	1.106	1.751	928
Total do Grupo da Despesa	22.635	24.237	26.829	30.620	35.062	37.424	38.099	40.858	45.818	47.707
Receita Corrente Líquida – RCL	20.298	21.928	23.711	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779
% do Total da Despesa / RCL	111,5	110,5	113,2	116,0	122,5	124,2	109,9	116,6	121,3	119,9

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS. Nota: Em 2016, houve forte aumento da RCL, tendo em vista o aumento de alíquota do ICMS aprovado pela ALRS, a contar de 01/01/2016.

GRUPO DE "PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS"

A tabela seguinte mostra a evolução quantitativa de pessoal. No período entre 2000 e agosto de 2019, as matrículas totais da Administração Direta e Indireta do Estado (ativos, inativos e pensionistas) cresceram 7,2%. Em 2000, os ativos representavam 50,6% do total das matrículas (174.428 matrículas); em agosto de 2019, 40,8% (150.814 matrículas) no período considerado. O quadro de ativos foi reduzido em 13,5% (23.614 matrículas), já os inativos tiveram acréscimo de 50,6% (58.024 matrículas). Entre 2000 e agosto de 2019, em torno de 3 mil matrículas líquidas por ano foram para a inatividade. Nos últimos anos, essa média foi muito maior. Frisa-se que, em 2013, a quantidade de matrículas de inativos e de pensionistas ultrapassou a do pessoal ativo.

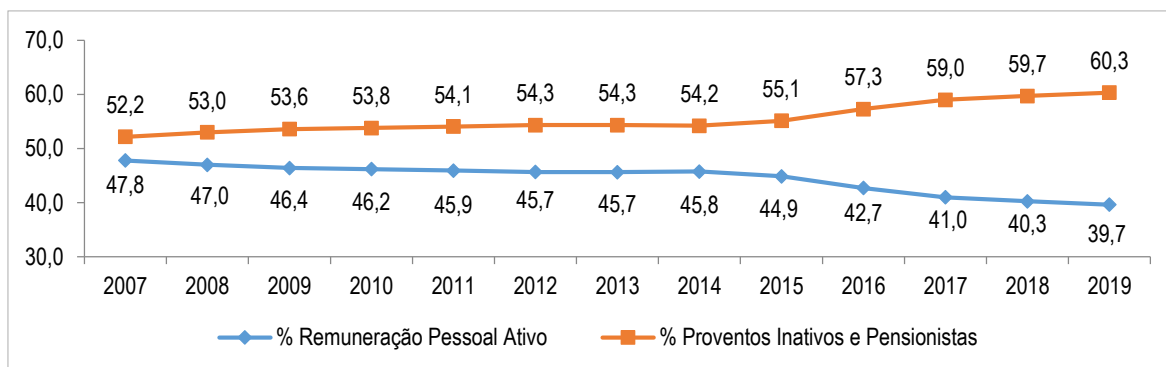
Tabela 14 – Matrículas dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Estado do RS

Órgãos	Matrículas	2000	Agosto de 2019	Agosto 2019 – 2000	% Agosto 2019 / 2000
Administração Direta	Ativos	165.180	143.309	-21.871	-13,2
	Inativos	108.417	168.219	59.802	55,2
	Pensionistas	1.927	1.212	-715	-37,1
	Total	275.524	312.740	37.216	13,5
Fundações	Ativos	4.943	4.514	-429	-8,7
	Inativos	0	1	1	-
	Pensionistas	0	8	8	-
	Total	4.943	4.523	-420	-8,5
Autarquias	Ativos	4.305	2.991	-1.314	-30,5
	Inativos	6.277	4.498	-1.779	-28,3
	Pensionistas	53.992	44.975	-9.017	-16,7
	Total	64.574	52.464	-12.110	-18,8
Total Geral de Matrículas	Ativos	174.428	150.814	-23.614	-13,5
	Inativos	114.694	172.718	58.024	50,6
	Pensionistas	55.919	46.195	-9.724	-17,4
	Total	345.041	369.727	24.686	7,2

Fontes de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS. Nota 1: Até o fechamento deste trabalho, os dados de 2019 da Administração Direta e Indireta ainda não tinham sido consolidados. Nota 2: Os dados das Fundações e Autarquias referem-se ao final de 2018.

O gráfico seguinte mostra a evolução das despesas com pessoal, entre 2007 e 2019. Tomando-se por base a despesa empenhada com a remuneração do pessoal ativo civil e militar, em relação aos vencimentos dos aposentados e pensionistas, constata-se que, em 2007, os gastos com os aposentados e pensionistas já estavam maiores. Em 2019, do gasto total com remuneração, 39,7% foram para o pessoal ativo e 60,3% para os aposentados e pensionistas. Como se pode observar, o gasto com pessoal inativo está crescendo de forma consistente em toda a série apresentada.

Figura 16 – Percentual Empenhado com a Remuneração de Pessoal da Administração Pública Consolidada – R\$ milhões



Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A tabela abaixo exhibe as médias salariais dos principais Órgãos do Poder Executivo e dos demais Poderes e Órgãos Autônomos do Estado.

Tabela 15 – Média salarial dos Poderes e Órgãos Autônomos da Administração Direta estadual – agosto de 2019

Especificação	Média Salarial Ativos	Média Salarial Inativos	Média Salarial Geral
Poder Executivo	5.557	6.003	5.704
Secretaria da Educação	2.993	3.447	3.257
Secretaria da Segurança Pública	9.970	13.225	11.576
Secretaria da Saúde	6.906	5.049	5.803
Secretaria da Fazenda	21.910	25.193	23.904
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural	6.360	5.266	5.715
Procuradoria Geral do Estado	18.042	26.823	19.577
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão	8.445	5.493	6.415
Demais Secretarias da Administração Direta	6.970	6.828	6.883
Demais Poderes e Órgãos Autônomos	14.454	18.015	15.569
Assembleia Legislativa	11.934	24.560	15.863
Tribunal de Contas	21.782	33.512	27.127
Poder Judiciário	12.774	14.421	13.356
Ministério Público	17.753	18.583	17.918
Defensoria Pública	16.303	26.039	18.068
Total da Média Salarial	6.481	6.514	6.512

Fonte de dados brutos: Boletim de Pessoal da Secretaria da Fazenda do RS.

A tabela seguinte mostra a relação entre a arrecadação de ICMS líquido e a despesa com o grupo Pessoal e Encargos Sociais. Em 2010, o ICMS líquido pagava 98,8% dos gastos. Já em 2019, caiu para 88,8% dos gastos, sendo que foi necessário o aporte extra de R\$ 3,49 bilhões. Entre 2010 e 2019 (10 anos), em valores nominais, a arrecadação do ICMS líquido cresceu 106,2%, enquanto

que a despesa com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais cresceu 129,4%. É importante considerar que, em 2018 e 2019, o grupo de Pessoal e Encargos Sociais teve o pagamento de R\$ 172 milhões e R\$ 804 milhões, respectivamente, por conta do Programa RS Compensa.

Tabela 16 – Relação entre o ICMS líquido e o grupo de Pessoal e Encargos Sociais – R\$ milhões

Especificação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	%2019 / 2010
Gasto com Pessoal e Encargos Sociais	13.583	15.134	16.616	18.920	21.611	23.985	25.332	27.093	29.215	31.160	129,4
Total arrecadado de ICMS	17.893	19.503	21.378	24.061	25.854	27.126	30.386	31.933	34.839	36.531	-
(-) Transferências aos Municípios	4.473	4.876	5.345	6.015	6.464	6.781	7.543	7.916	8.629	8.860	-
(=) ICMS Líquido	13.420	14.627	16.033	18.046	19.390	20.345	22.843	24.017	26.210	27.672	106,2
ICMS Líquido – Gasto Pessoal (R\$)	-163	-507	-583	-874	-2.221	-3.640	-2.489	-3.076	-3.005	-3.488	-
ICMS Líquido / Gasto Pessoal (%)	98,8	96,6	96,5	95,4	89,7	84,8	90,2	88,6	89,7	88,8	-

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A tabela adiante processa os gastos com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, por elemento da despesa, entre 2010 e 2019. Em 2019, os gastos com as aposentadorias totalizaram R\$ 13,25 bilhões; com o pessoal ativo civil, R\$ 8,84 bilhões; com as pensões, R\$ 3,28 bilhões; e com o pessoal ativo militar, R\$ 2,03 bilhões. Em 2010, gastava-se com o grupo de pessoal o equivalente a 66,9% da RCL; já em 2019, o gasto avançou fortemente para 78,3% da RCL.

Tabela 17 – Gasto com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, em valores nominais – R\$ milhões

Elementos da Despesa	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Aposentadorias	4.996	5.596	6.335	7.266	8.298	9.521	10.560	11.602	12.525	13.251
Pensões	1.497	1.642	1.806	1.980	2.202	2.430	2.649	2.866	3.105	3.284
Vencimentos Pessoal Civil	4.913	5.432	5.987	6.754	7.686	8.461	8.505	8.520	8.723	8.838
Vencimentos Pessoal Militar	663	720	854	1.014	1.177	1.272	1.344	1.533	1.815	2.027
Sentenças Judiciais	753	827	574	656	831	1.175	898	1.031	1.073	1.838
Despesas Exercícios Anteriores	333	423	479	606	659	368	492	370	585	613
Obrigações Patronal (RGPS)	200	241	293	327	373	381	384	406	440	435
Demais despesas	227	251	289	317	385	377	500	765	949	874
Total da Despesa	13.583	15.134	16.616	18.920	21.611	23.985	25.332	27.093	29.215	31.160
Receita Corrente Líquida	20.298	21.928	23.711	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779
% Total da Despesa / RCL	66,9	69,0	70,1	71,7	75,5	79,6	73,1	77,3	77,3	78,3

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS. Nota: O grupo de Pessoal e Encargos Sociais engloba orçamentariamente todos os gastos diretos e indiretos com pessoal e encargos, diferentemente do demonstrativo do gasto de pessoal sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que não considera a totalidade dos gastos do grupo de Pessoal e Encargos Sociais.

Cabe, finalmente, observar que o Estado publica os indicadores de despesa de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) seguindo parâmetros diferentes daqueles estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Utilizando a padronização nacional, o indicador do Poder

Executivo Estadual passaria de 45,60% da RCL para 57,89% da RCL, acima do limite máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que é de 49,00% da RCL. Considerando todos os Poderes e Órgãos Autônomos, a despesa de pessoal em relação à RCL seria de 68,22%, quando o máximo estabelecido pela LRF é de 60% da RCL. Isso demonstra a importância do controle das despesas de pessoal para a sustentabilidade fiscal do Estado do Rio Grande do Sul.

GRUPO DAS "OUTRAS DESPESAS CORRENTES"

O grupo Outras Despesas Correntes engloba, basicamente, a manutenção e o custeio dos órgãos do Estado; os gastos com os serviços prestados à população nas áreas da Saúde, Educação e Segurança Pública; as transferências constitucionais e legais aos municípios; e a gestão plena do SUS.

A tabela seguinte mostra a evolução das Outras Despesas Correntes, sem as transferências aos municípios, entre 2010 e 2019, discriminada por elemento da despesa. No período, as despesas cresceram 128,2%, em valores nominais (de R\$ 4,943 bilhões para R\$ 11,280 bilhões). A partir de 2010, os gastos tiveram crescimentos recordes, em função de valores apropriados em Saúde, tendo em vista o atingimento vinculado de 12,0% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT). Em 2010, gastava-se 24,4% da RCL; já em 2019, o gasto avançou para 28,4% da RCL.

Tabela 18 – Outras Despesas Correntes, por elemento da despesa nominal empenhada – R\$ milhões

Elementos da Despesa	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Outros Serviços de Terceiros – Jurídica	1.723	2.002	2.333	2.805	2.950	2.958	3.384	3.729	3.962	3.369
Contribuições	246	289	451	738	949	874	943	1.057	1.050	1.239
Gestão Plena do SUS	771	825	874	762	905	757	794	858	909	1.025
Despesas Exercícios Anteriores	340	348	360	513	679	976	1.072	1.031	1.058	1.173
Material de Consumo	445	441	441	449	450	415	469	483	559	610
Outros Serviços Terceiros – Física	222	281	317	335	339	346	353	370	373	382
Locação de mão-de-obra	152	174	224	267	322	356	380	404	413	433
Obrigações Tributárias e Contribuições	231	244	261	290	319	381	397	403	438	482
Auxílio-alimentação	190	222	231	253	281	297	329	367	360	356
Indenizações e Restituições	211	240	203	226	476	872	1.164	930	802	826
Sentenças Judiciais	56	93	150	201	132	245	235	270	355	528
Subvenções Sociais	111	68	84	127	141	87	80	74	89	90
Diárias – Pessoal Civil	50	53	75	91	96	57	55	59	60	50
Diárias – Pessoal Militar	26	33	52	54	64	39	45	37	31	25
Auxílio-transporte	53	60	64	59	59	61	71	76	82	87
Demais "Outras Despesas Correntes"	116	124	184	208	246	167	155	260	321	605
Total das Outras Despesas Correntes	4.943	5.497	6.304	7.378	8.408	8.888	9.926	10.408	10.862	11.280
Receita Corrente Líquida	20.298	21.928	23.711	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779
% Outras Despesas Correntes / RCL	24,4	25,1	26,6	28	29,4	29,5	28,6	29,7	28,8	28,4

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS. Nota: Em 2010 e 2011, os valores foram ajustados com a exclusão da dupla contagem contábil (despesas intraorçamentárias) e das despesas com aposentadorias, pensões e sentenças judiciais do Poder Executivo (Órgão 40 do IPERGS).

GRUPOS DOS "INVESTIMENTOS AMPLOS" (INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS)

A tabela seguinte mostra os dispêndios com investimentos. A crise estrutural das finanças públicas, a partir do final da década de 90, teve reflexo direto sobre a capacidade de investimento do Estado. A tabela seguinte demonstra a evolução dos valores apropriados em Investimentos Amplos, por elemento da despesa, entre 2009 e 2019. Em 2009, aplicou-se 3,8% da Receita Corrente Líquida e, em 2019, 2,3% da RCL.

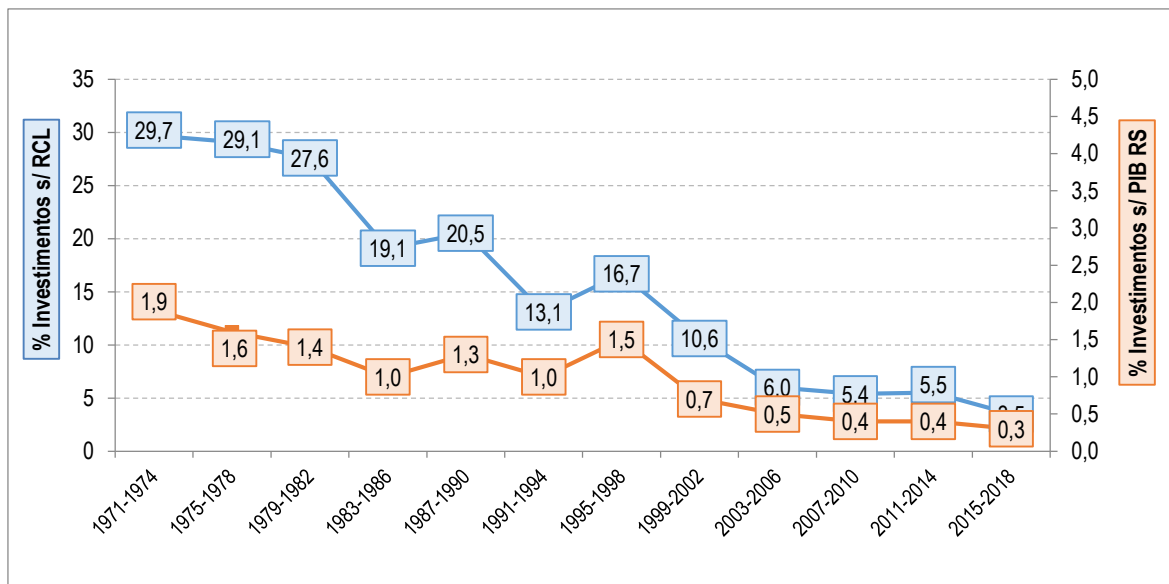
Tabela 19 – Valores empenhados em Investimentos Amplos – Em valores nominais- R\$ milhões

Elementos da Despesa	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Obras e Instalações	380	1.268	469	509	458	683	343	509	657	1.013	513
Equipamento e Material	131	186	170	216	491	400	212	198	223	422	207
Auxílios Financeiros	48	294	80	154	273	272	41	91	87	49	31
Constituição de Capital	39	55	77	191	20	160	38	236	56	94	51
Despesas Exercícios Anteriores	6	77	224	52	88	89	115	34	57	63	29
Concessão Empréstimo e Financiamento	24	6	13	45	59	96	44	16	14	15	9
Outras Despesas com Investimentos	33	50	71	57	40	75	16	13	12	96	87
Total	662	1.937	1.105	1.223	1.429	1.775	809	1.097	1.106	1.751	928
Receita Corrente Líquida	17.387	20.298	21.928	23.711	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773	39.779
% Outras Despesas Correntes / RCL	3,8	9,5	5,0	5,2	5,4	6,2	2,7	3,2	3,2	4,6	2,3

Fontes de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS. Nota: O percentual de investimento realizado em 2010, muito acima das médias anuais do período considerado, deve-se à utilização de R\$ 670,6 milhões no Programa Construção de Malha Rodoviária, com recursos do Fundo de Equilíbrio Previdenciário (FE-PREV – Lei nº 13.328/09), originados da venda de parte das ações do BANRISUL.

O gráfico seguinte mostra os investimentos dos vários governos. Os governos Triches (1971-1974) e Guazelli (1975-1978) investiram, respectivamente, 29,7% e 29,1% da Receita Corrente Líquida. Já os governos mais recentes de Tarso Genro (2011-2014) e Ivo Sartori (2015-2018) investiram, em média, respectivamente, 5,5% e 3,5% da RCL e 0,4% e 0,3% do PIB gaúcho. Constata-se que a crise estrutural recente das finanças públicas, a partir dos anos 2000, teve reflexo devastador sobre a capacidade de investimento do Estado.

Figura 17– Investimentos Amplos, por Governo, em relação à RCL e ao PIB gaúcho – Em %

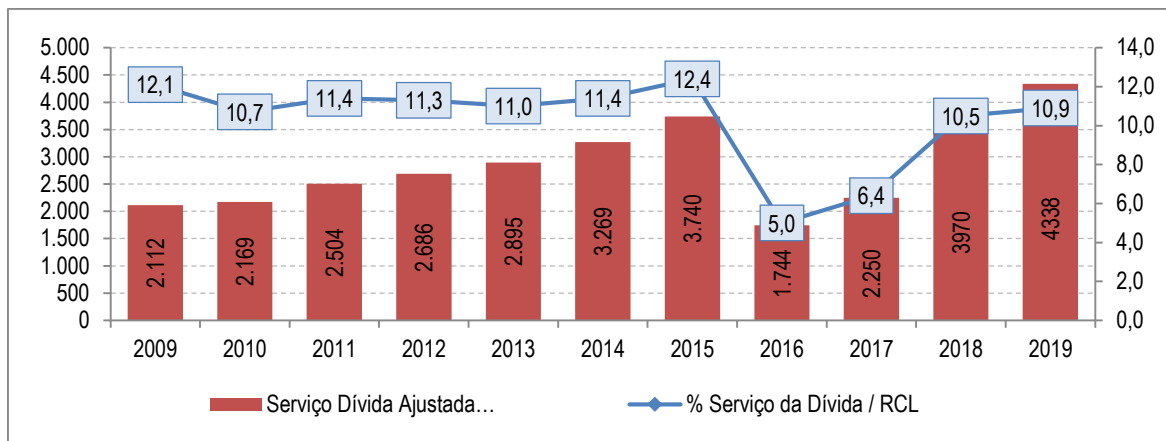


Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

GRUPOS DO "SERVIÇO DA DÍVIDA" (JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA)

O próximo gráfico mostra os valores empenhados do serviço da dívida (juros, encargos e amortização), entre 2009 e 2019. Em 2009, foram comprometidos 12,1% da RCL. Já em 2019, a participação foi de 10,9% da RCL. O estoque da dívida no final de mandato, a valores atualizados pelo IGP-DI até 31/12/2019, somava R\$ 68.831 milhões em 2010, R\$ 74.646 milhões em 2014 e R\$ 78.935 milhões em 2018. Em 2019, o estoque da dívida somou R\$ 77.585 milhões.

Figura 18 – Valores empenhados com o serviço da dívida em relação à RCL – Em valores nominais – R\$ milhões

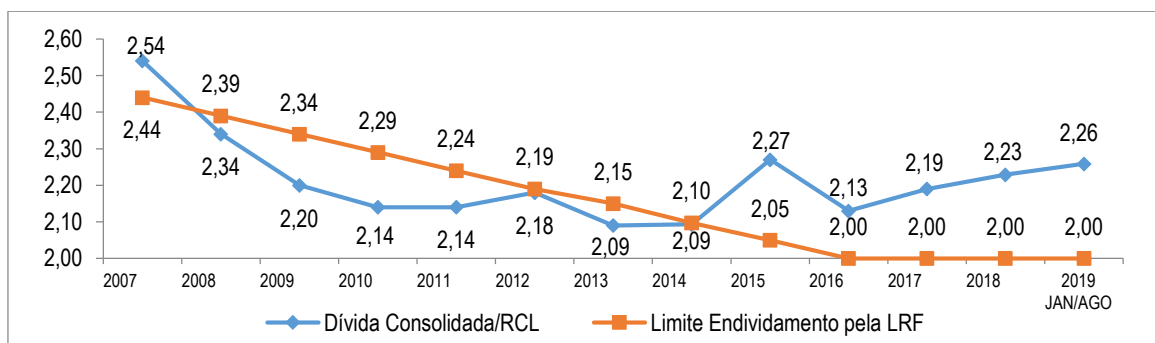


Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS. Nota 1: Não constam os valores pagos em contrapartida às contratações das operações de crédito com o Banco Mundial, de R\$ 1,192 bilhão (2008), e de R\$ 786,8 milhões (2010), em valores nominais, visto que os mesmos objetivaram mudar o perfil de parte da dívida extralimite do Estado com a União. Nota 2: A queda brusca do percentual empenhado de Serviço da Dívida em relação à RCL, que se verifica em 2016 e 2017, deveu-se ao não pagamento das parcelas da dívida com a União, entre abril e junho de 2016 e pela suspensão do pagamento das parcelas entre julho e dezembro de 2016. A partir de julho de 2017, o Estado não paga as parcelas mensais por liminar concedida pelo STF, contudo contabiliza os valores da dívida com a União. Nota 3: No estoque da dívida, incluiu-se a operação original do PROES (capitalização do BANRISUL), da Fundação BANRISUL (R\$ 700 milhões) e da Caixa Econômica Estadual (R\$ 1.679 milhões), realizada em 1998. Fonte: Balanço Geral de 1998, pg. 115. Esses valores, atualizados pelo IGP-DI até 31/12/2019, atingem R\$ 13,134 bilhões.

O gráfico seguinte mostra a Dívida Consolidada Líquida (DCL), entre 2007 até agosto de 2019, em relação à Receita Corrente Líquida. Em 2007, a dívida comprometia 2,54 vezes a RCL. Ao final de agosto de 2019, a relação DCL foi de 2,26 vezes a RCL.

Alguns dos motivos que impediram o Estado de cumprir o limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal – ou seja, a dívida estar acima de 2 (duas) vezes a Receita Corrente Líquida – foram a mais grave crise econômica brasileira ocorrida entre 2014 e 2016, que deprimiu vertiginosamente a arrecadação de tributos; a inflação medida pelo IPCA alto em alguns anos da série; e, principalmente, a suspensão dos pagamentos das parcelas da dívida com a União que acresceram ao seu estoque.

Figura 19 – Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal, Anexo 2, da LRF, art. 55, I, alínea "b", da Secretaria Fazenda do RS.

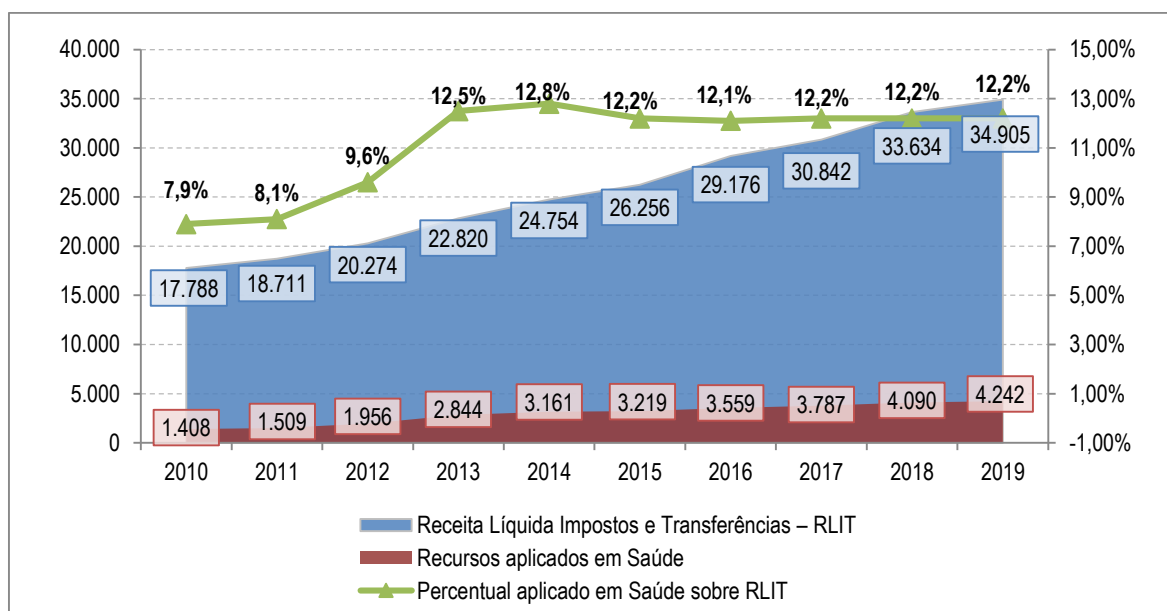
A dívida com a União constitui um sério problema estrutural para as finanças estaduais. Com a aprovação do PL nº 238/2013, a partir de 01/01/2013, o estoque passou a ser corrigido pelo IPCA mais 4% ao ano ou a Taxa SELIC, o que for menor, em substituição ao IGP-DI mais 6% ao ano. A matéria foi regulamentada através do Decreto nº 8.616, de 29/12/15. Essa nova metodologia de atualização do estoque poderá beneficiar o Estado no médio prazo, podendo abrir espaço para novas operações de crédito, assim que o Estado enquadre sua Dívida Consolidada Líquida em menos de 2 vezes a sua Receita Corrente Líquida. Em tese, no longo prazo, a renegociação será benéfica porque poderá reduzir o estoque da dívida no final do contrato, em 2048.

Em capítulo especial adiante, tratar-se-á da dívida contratualizada do Estado com a União.

EVOLUÇÃO DO GASTO COM SAÚDE

O gráfico adiante mostra os valores aplicados em Saúde, entre os anos de 2010 e 2019, em relação à RLIT. Como mostram os números abaixo, há uma retomada gradual de recursos drenados para essa área, motivada pela obrigatoriedade de o Estado aplicar 12,0% da RLIT em Saúde. Em 2019, foram aplicados 12,2% da RLIT. A Constituição Federal determina aplicação mínima de 12,0% da RLIT; já a Constituição Estadual, 10,0% da RTL.

Figura 20 – Percentuais aplicados (liquidados nominais) em Saúde em relação à RLIT – R\$ milhões

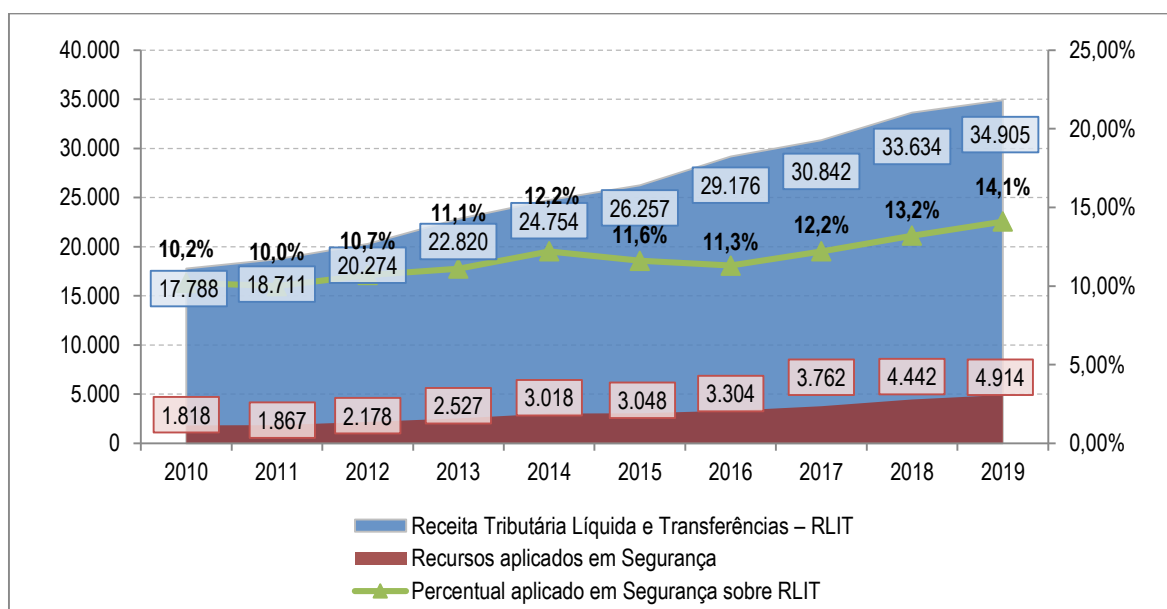


Fonte: Balanço Geral do Estado do RS. Nota 1: Não estão computados recursos da CORSAN.

EVOLUÇÃO DO GASTO COM SEGURANÇA

O gráfico adiante mostra os gastos liquidados com a Função Segurança Pública em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), entre 2010 e 2019. Em 2019, foram aplicados 14,1% da RLIT. O grande crescimento dos gastos com a Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, a partir de 2012, deveu-se em função dos constantes aumentos salariais concedidos, o que elevou sobremaneira o gasto dessa pasta. Pesaram, ainda, os gastos com promoções, novas contratações e compra de equipamentos.

Figura 21 – Percentuais aplicados em Segurança em relação à RLIT – R\$ milhões



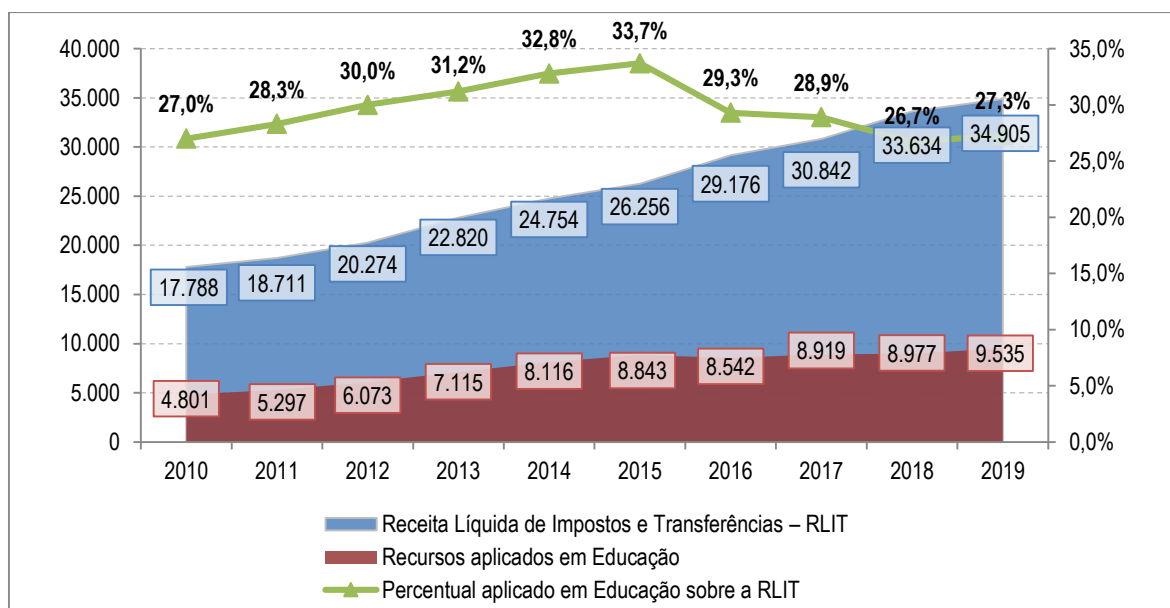
Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS. Nota 1: Os valores referem-se tão somente aos gastos ordinários dos respectivos órgãos de segurança. Não estão incluídos inativos.

É importante ressaltar que, na área da Segurança Pública, houve a criação do Programa de Incentivo ao Reaparelhamento da Segurança, através da Lei nº 15.224/2018, com o objetivo de conjugar esforços entre os setores público e privado, no intuito de aumentar e modernizar os equipamentos e estruturas a serem utilizados, através da compensação do ICMS, com impacto direto de cerca de R\$ 15,3 milhões, na Lei Orçamentária de 2020.

EVOLUÇÃO DO GASTO COM EDUCAÇÃO

O gráfico abaixo mostra a evolução do gasto com Educação, em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), entre 2010 e 2019. Em 2019, aplicou-se 27,3% da RLIT. A Constituição Federal determina aplicação mínima de 25,0% da RLIT; já a Constituição Estadual, 35,0% da RLIT.

Figura 22 – Percentuais aplicados (liquidados nominais) em Educação em relação à RLIT – R\$ milhões



Fonte: Balanço Geral do Estado do RS.

FUNDO DA EDUCAÇÃO (FUNDEB) E AS PERDAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COM O FUNDEB

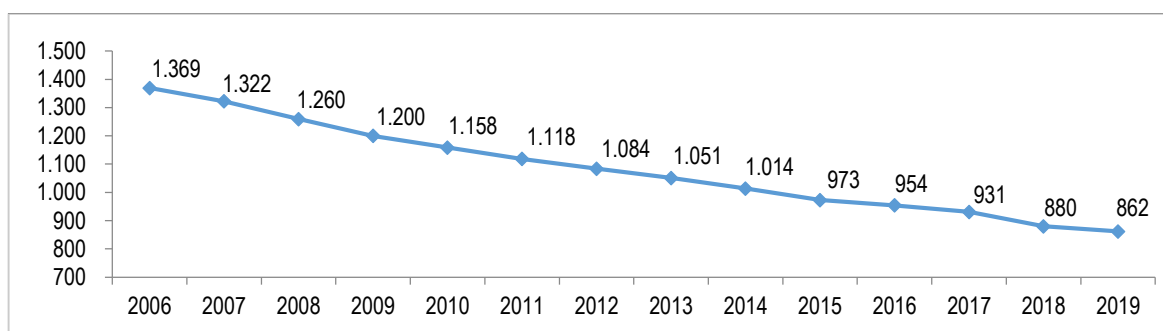
O FUNDEB é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação. É um Fundo de natureza contábil, instituído pela EC nº 53, de 19/dez/2006, e regulamentado pela MP nº 339, de 28/dez/2006, convertida na Lei nº 11.494, de 20/jun/2007, e pelos Decretos nº 6.253 e 6.278, de 13 e 29 de novembro de 2007. O Fundo foi implantado a partir de 1º/jan/2007, alcançando sua plenitude em 2009, com todo o universo de alunos da Educação Básica pública presencial e os percentuais de receitas que o compõem alcançando o patamar de 20% de contribuição. A Emenda que criou o FUNDEB estabeleceu o prazo final do programa em 2020.

O FUNDEB promove a distribuição dos recursos com base no número de alunos da Educação Básica, de acordo com dados do último Censo Escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária (art. 211, da Constituição Federal).

O Fundo da Educação é constituído por recursos próprios dos Estados e dos Municípios. Caso haja insuficiência de recursos, a União poderá complementar com 10% do valor total do Fundo. Os recursos do FUNDEB destinam-se ao financiamento de ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, independentemente da modalidade em que o ensino é oferecido (regular, especial ou de jovens e adultos), da sua duração (ensino fundamental de oito ou de nove anos), da idade dos alunos (crianças, jovens ou adultos), do turno de atendimento (matutino, vespertino ou noturno) e da localização da escola (urbana, rural, área indígena ou quilombola), observando-se os respectivos âmbitos de atuação prioritária dos Estados e Municípios, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º, do art. 211 da Constituição Federal.

O gráfico seguinte mostra a quantidade de alunos matriculados nas escolas estaduais do Rio Grande do Sul, entre 2006 e 2019. Em 2006, eram 1.369 mil alunos; em 2019, 862 mil alunos. Em apenas 14 anos, o Estado perdeu 507 mil alunos, uma queda de 37,0%.

Figura 23 – Alunos matriculados nas escolas públicas estaduais do Rio Grande do Sul – Em mil

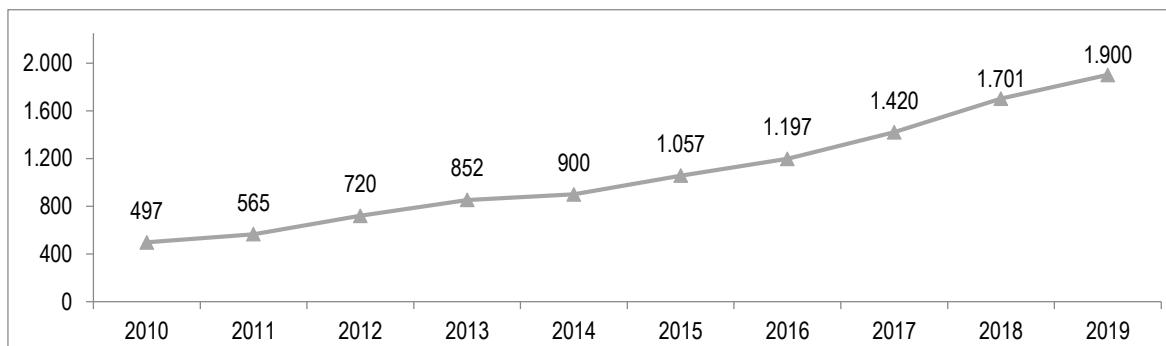


Fonte: Censo Escolar da Secretaria da Educação do Estado RS.
Nota: os dados referentes a 2019 estão sujeitos à alteração.

Abaixo o gráfico levanta as perdas do Estado do Rio Grande do Sul com o Fundo da Educação (FUNDEB). Somente no período entre 2010 e 2019, o Estado teve perdas de R\$ 10,8 bilhões, em valores nominais. Em 2019, aportou-se ao Fundo da Educação R\$ 6,3 bilhões; contudo, o retorno foi de apenas R\$ 4,4 bilhões, resultando em uma equação negativa de R\$ 1,9 bilhão.

Somente para fins ilustrativos, essa perda equivale a 5,0% da RCL aproximadamente, o maior patamar de toda a série histórica. Considerando apenas o ano de 2019, caso a perda fosse revertida ao caixa do Estado (R\$ 1,9 bilhão), seria suficiente para pagar a totalidade de um mês de salário líquido a todos os servidores do Estado.

Figura 24 – Perdas do Estado do RS para o FUNDEB – Em valores nominais – R\$ milhões



Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A DÍVIDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO – LEI Nº 9.496/1997 E LEIS POSTERIORES

Com base nos termos do protocolo de intenções, firmado em 20/09/1996, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul concordou em refinanciar junto à União toda a sua dívida mobiliária e quase toda a dívida contratual existente na época. O quadro a seguir mostra o valor original da dívida do Estado, que foi objeto de renegociação.

Quadro 2 – Valor original da dívida do Estado do RS refinanciada junto à União – R\$ milhões

Especificação	Refinanciamento Principal	PROES	Refinanciamento Resíduo	Fundação BANRISUL Contrapartida PROES	FINAME	BNDES	TOTAL
Valores Refinanciados	8.098	2.810	873	613	58	84	12.536

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS (Ano de 1999 – fl. 97).

Em relação à amplitude contratual da dívida dos Estados com a União, o Congresso Nacional aprovou Projeto de Lei que alongou os prazos por mais 20 anos, até 2048. No acordo firmado, foi concedida ainda a suspensão do pagamento das parcelas entre julho e dezembro de 2016. A contar de janeiro de 2017 até junho de 2018 (18 meses), as prestações voltariam a ser pagas na proporção simples de 5,5555% ao mês.

Contudo, a partir de julho de 2017, por medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, o Estado do Rio Grande do Sul deixou de pagar as parcelas antecipando os efeitos do "Regime de Recuperação Fiscal". A criação pela União desse programa beneficiou estados com

maiores dificuldades, com a suspensão dos pagamentos por 36 meses. Quando da sua retomada, as prestações serão feitas de forma progressiva e linear, por igual período, até atingir seu valor integral, ao final do prazo da prorrogação. O Estado está fazendo todos os esforços para cumprir com as exigências impostas pelo Governo Federal. Um passo importante para a concretização do acordo foi o aval da Assembleia Legislativa gaúcha permitindo ao Estado a venda da CEEE, CRM e SULGÁS.

A próxima tabela apresenta a evolução da dívida total do Estado do Rio Grande do Sul com a União, entre 1998 e 2019. Em 2019, totalizou R\$ 66,915 bilhões. É importante frisar que, a partir de 2017, a dívida do Estado com a União foi consolidada, não sendo mais classificada em intralimite e extralimite. Não há mais o limitador de 13% da Receita Líquida Real sobre as prestações nem a geração de resíduo. O cálculo da prestação mensal processa-se conforme a tabela PRICE.

Tabela 20 – Demonstrativo do estoque total da dívida do Estado contratada junto à União – R\$ milhões

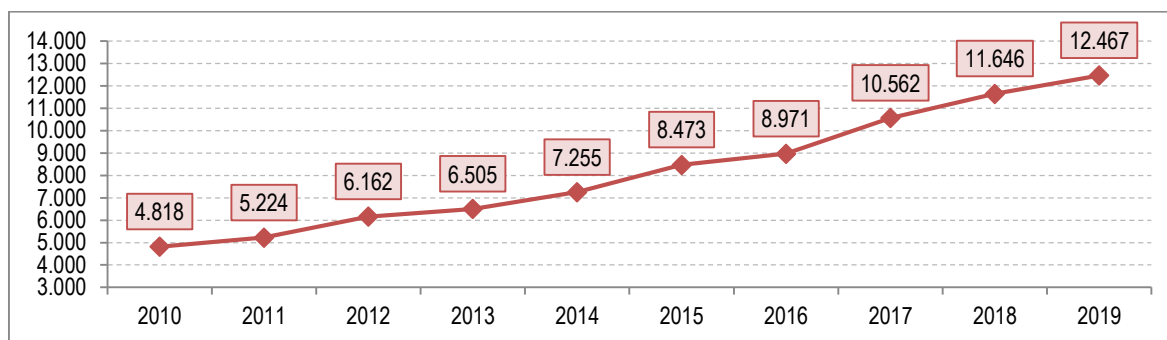
Especificação	Dívida Intralimite	Dívida Extralimite	Resíduo	Saldo de Liminar do STF	Total do Estoque	PIB-RS	% Estoque/ PIB-RS
1998	9.244	0	322	0	9.566	67.673	14,1
1999	10.908	0	873	0	11.781	74.016	15,9
2000	11.426	892	1.099	0	13.417	81.815	16,4
2001	12.498	976	1.736	0	15.210	92.310	16,5
2002	15.128	1.189	2.785	0	19.102	105.487	18,1
2003	16.102	1.265	3.842	0	21.210	124.551	17,0
2004	17.562	1.380	5.217	0	24.159	137.831	17,5
2005	17.948	1.411	6.434	0	25.793	144.218	17,9
2006	18.475	1.454	7.747	0	27.676	156.827	17,6
2007	19.247	1.515	9.280	0	30.041	176.615	17,0
2008	20.847	1.571	11.485	0	33.903	199.494	17,0
2009	19.901	1.500	12.359	0	33.760	215.864	15,6
2010	21.361	795	14.884	0	37.040	241.256	15,4
2011	21.790	811	16.823	0	39.423	264.969	14,9
2012	22.496	837	19.285	0	42.619	287.056	14,8
2013	22.759	847	21.625	0	45.231	332.293	13,6
2014	22.616	842	23.723	0	47.181	357.816	13,2
2015	23.559	877	27.182	0	51.617	383.803	13,4
2016	25.149	936	30.650	687	57.421	408.645	14,1
2017					58.572	427.500	13,7
2018					63.006	452.200	13,9
2019					66.915	ND	ND

Fonte de dados brutos: Relatório Anual da Dívida Pública Estadual, publicado pela Secretaria da Fazenda do RS.

O DÉFICIT DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO DE REPARTIÇÃO SIMPLES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O gráfico seguinte mostra a evolução do déficit previdenciário de **repartição simples** (salários dos ativos pagam os vencimentos dos inativos) – plano financeiro – entre 2010 e 2019. Em 2010, o déficit contabilizado foi de R\$ 4,8 bilhões; já em 2019, passou para R\$ 12,5 bilhões, aumento de 158,8%, em apenas 10 anos. Nesse período (2010/2019), o rombo do sistema previdenciário gaúcho atingiu o montante de R\$ 81,8 bilhões, em valores nominais.

Figura 25 – Déficit Previdenciário – Plano Financeiro – Em valores nominais – R\$ milhões



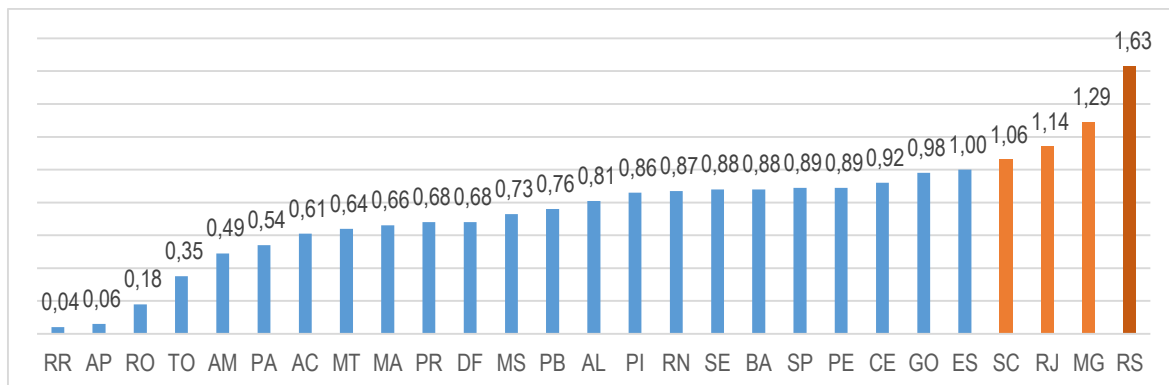
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO – Anexo 4 – LRF, Art. 53, Inciso II).

Os servidores admitidos a partir de 08/07/2011 e os admitidos a partir de 19/08/2016, estão abrigados, respectivamente, nos regimes de capitalização e de previdência complementar. Dessa forma, deduz-se que no Regime de Repartição Simples (ativos pagam os inativos), o déficit previdenciário continuará sua trajetória ascendente, pois o Estado contará sempre menos com as receitas dos servidores ativos. Contudo, no longuíssimo prazo, serão sentidos os primeiros efeitos positivos, quando o caixa do Tesouro, paulatinamente, começará a ser menos pressionado, devido aos efeitos esperados dos recém-criados Regimes de Capitalização e de Previdência Complementar.

O Rio Grande do Sul é o estado brasileiro em que há mais inativos do que ativos no serviço público⁹. Em 2017, eram 163 aposentados para cada 100 servidores trabalhando. Além disso, o RS é um dos 14 estados brasileiros em que os inativos recebem, em média, mais que a média dos salários dos servidores ativos. Em 2017, pagava-se R\$ 5,5 mil em média de aposentadoria a um inativo no estado, ao passo que o salário médio do servidor gaúcho ativo era de R\$ 5,1 mil. O déficit da previdência custava R\$ 1.038 para cada habitante do estado – o maior custo dentre todos os estados.

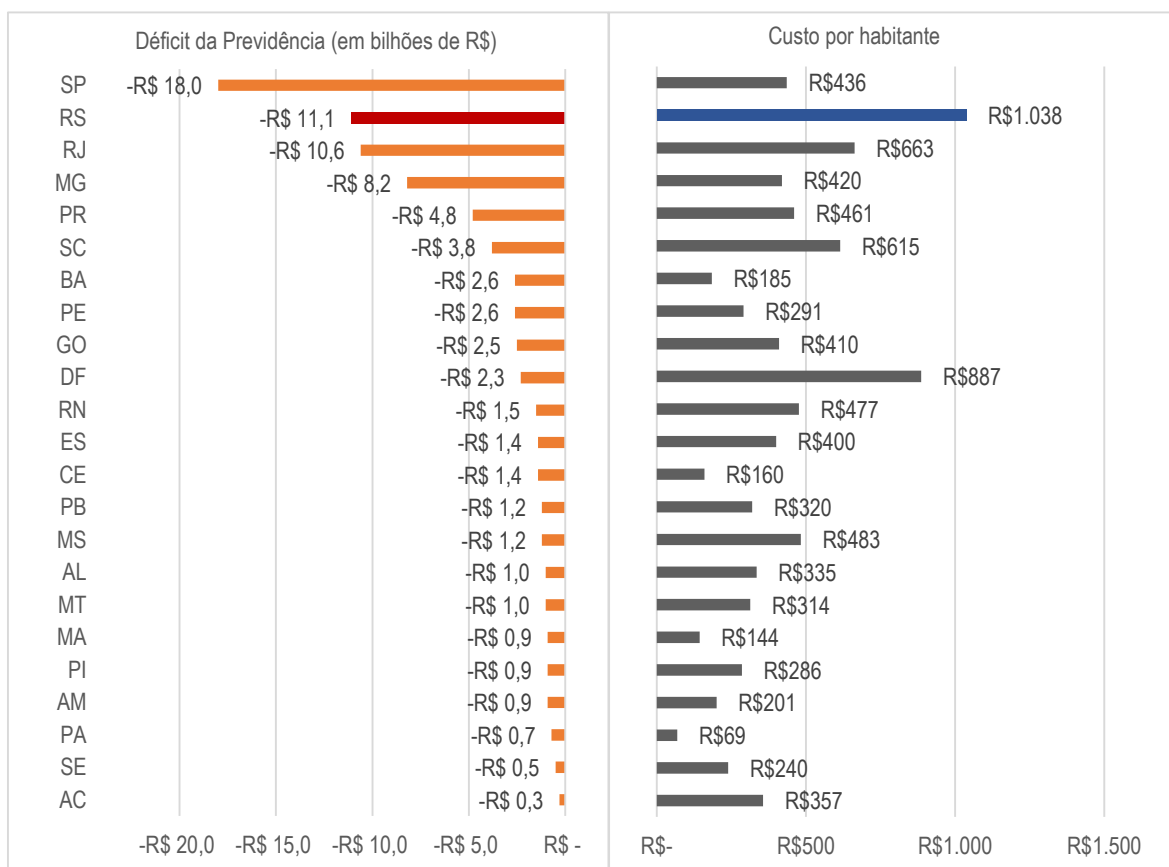
⁹ FIRJAN. A situação fiscal dos estados brasileiros: Déficit da previdência. Rio de Janeiro, Nota Técnica de abril de 2019.

Figura 26 – Número de Aposentados e Pensionistas por Ativo nos estados brasileiros – 2017



Fonte: FIRJAN, 2019, com dados da Secretaria de Previdência – Ministério da Economia (2017).

Figura 27 – Custo do déficit da previdência para a sociedade – 2017



Fonte: FIRJAN, 2019, com dados da Secretaria de Previdência – Ministério da Economia (2017). Nota 1: O déficit da previdência considera o aporte que o Tesouro estadual precisa fazer para cobrir o desequilíbrio entre receitas e despesas. Nota 2: O custo por habitante considera quanto cada habitante paga para cobrir o déficit do fundo previdenciário do estado onde vive.

RIO GRANDE DO SUL: AS AGENDAS ESTRATÉGICAS E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A base estratégica do Governo do Estado foi construída a partir dos compromissos que pautaram a campanha eleitoral e solidificada com o planejamento estratégico do Governo e com a elaboração do Plano Plurianual (PPA) – Novas Façanhas. O mapa estratégico do Governo expressa essa visão e mostra que os esforços do poder público devem convergir para a prestação de serviços públicos modernos e ágeis, para um estado mais justo, competitivo e sustentável e uma sociedade mais próspera. A partir dele, é possível extrair agendas temáticas estratégicas, que norteiam a ação governamental, expressa seja por meio do novo Plano Plurianual, seja dos projetos prioritários e estratégicos. O Plano Plurianual reforça o propósito de uma mudança de paradigma, visando recuperar a autoestima e criar as condições para construir um futuro melhor para a sociedade do Rio Grande do Sul, em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O compromisso é tal que mais de 90% das iniciativas do PPA estão alinhadas com os ODS.

Para tanto, fundamental torna-se não só propor medidas para perseguir essas agendas, mas diagnosticar, acompanhar e avaliar sua expressão ao longo da economia, da sociedade e do território gaúcho. Para cada eixo do mapa estratégico constituído no novo Governo, será apresentado um breve diagnóstico extraído a partir da análise de indicadores socioeconômicos e institucionais, seguido de uma síntese das realizações¹⁰ do governo em 2019 para cada agenda prioritária e os planos para os próximos quatro anos, materializados no PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DE GOVERNO

No eixo **Estado Sustentável**, busca-se uma *“evolução sem ruptura, que supera o discurso da crise e recupera a esperança e a autoestima...”*. Para tanto, definem-se os seguintes objetivos estratégicos:

- **Buscar equilíbrio fiscal otimizando o gasto e maximizando as receitas:** mitigar a insuficiência estrutural atuando sobre o caixa e sobre os desequilíbrios existentes. Visa à melhoria da arrecadação e à racionalização da execução da despesa, assegurando o cumprimento das obrigações legais para gerar consequências positivas para a economia do

¹⁰ Para fins de prestação de contas à Assembleia gaúcha e à sociedade, o próximo capítulo apresentará as realizações de cada secretaria e vinculada de maneira pormenorizada.

Rio Grande do Sul.

- **Aumentar a capacidade de investimento:** buscar alternativas para o fortalecimento da capacidade de investimento, alinhado com as prioridades estratégicas para o fomento da competitividade e do crescimento econômico do Estado.
- **Qualificar e incrementar a prestação de serviços formando parcerias com setor privado e terceiro setor:** ampliar a participação da iniciativa privada por meio de PPPs e concessões nos investimentos e na operação dos serviços, para superar deficiências e recuperar a estrutura que possa proporcionar a retomada do crescimento. Reforçar as medidas de captação de recursos, buscando fontes de financiamento que promovam o incremento das políticas públicas.

Por meio do eixo **Governança e Gestão**, os objetivos que sustentam a busca de um Estado Sustentável devem levar “...o Rio Grande do Sul para um novo patamar de competitividade, tirando o estado da era analógica rumo à era digital...”. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos estratégicos:

- **Garantir o alinhamento estratégico em todos os níveis do governo:** isso se dará com a implementação de uma estrutura de Governança que articule e integre os direcionadores estratégicos, atue por meio de projetos transversais e do monitoramento e gestão estratégica para produzir e entregar os resultados desejados.
- **Aprimorar os mecanismos de transparência:** tornar a disponibilidade de acesso a informações uma prática usual do poder público, garantindo a transparência da gestão pública para o efetivo controle social para aproximar a sociedade dos seus representantes.
- **Promover a articulação regional e a participação social:** gerar novos arranjos de políticas públicas que fomentem o papel mais ativo do cidadão e padronizem as estruturas de regionalização.
- **Valorizar e desenvolver o servidor público:** adotar ações que promovam o engajamento, a motivação e o desenvolvimento dos servidores, estimulando a integração, a colaboração e o trabalho em equipe, reforçando a confiança e a percepção da diferença que podem produzir e intensificando ações que contribuam com as estratégias e entregas ao cidadão.
- **Modernizar e desburocratizar os processos:** promover maior integração dos serviços com racionalização e aperfeiçoamento dos procedimentos e trâmites burocráticos, bem como fortalecer a interdependência e transversalidade das ações, simplificar o ambiente de negócios para fomentar o crescimento econômico e ampliar a condição competitiva do Estado.

Figura 28 – Mapa Estratégico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul



Por sua vez, no eixo **Sociedade com Qualidade de Vida**, para a “...promoção do desenvolvimento social”, foram elencados os seguintes objetivos estratégicos:

- **Aumentar a segurança e o combate ao crime:** buscar uma forte atuação coordenada das forças de combate ao crime em todos os níveis, assim como, o uso intensivo da tecnologia, a reorganização e eficientização da rede de casas prisionais e uma forte política preventiva junto à comunidade e às novas gerações. Perseguir uma maior eficiência no direcionamento dos recursos e potencialização do uso de tecnologias modernas de identificação, monitoramento e controle da criminalidade, além de oportunizar a reinserção social dos apenados e dos egressos, por meio de programas específicos de inclusão social.
- **Qualificar o aprendizado para a nova economia:** proporcionar às novas gerações uma educação eficiente e de qualidade, conectada aos novos tempos e às novas tecnologias. A qualidade de ensino é de vital importância, pois o nível de excelência a ser demandado pela nova economia exigirá profissionais diferenciados no mercado.
- **Promover a sustentabilidade ambiental:** a sustentabilidade deve assegurar a qualidade de vida às gerações atuais e futuras. Isso se dá pela conservação dos recursos hídricos, gestão sustentável e equilibrada dos ecossistemas terrestres, maior acesso a energias limpas e renováveis, processos produtivos mais eficientes e menos poluentes. Além disso, busca-se

intensificar a fiscalização ambiental e implementar políticas e programas de educação e conservação.

- **Promover a inclusão social e o espírito de cidadania:** agregar qualidade de vida a toda a sociedade gaúcha, proporcionando inclusão social, cultura, esporte e lazer, complementando as iniciativas de segurança, saúde e educação.
- **Prestar assistência à saúde, fortalecendo a promoção e prevenção:** investir nas melhores práticas de gestão da saúde pública, com uso de tecnologias modernas para agilizar o atendimento da população, universalizar o acesso e fazer com que este seja o mais perto possível das residências.

E, por fim, no eixo **Desenvolvimento Empreendedor**, visando à “... retomada do crescimento econômico”, foram elaborados os seguintes objetivos:

- **Agilizar as soluções ao cidadão por meio do Governo Digital:** migrar o setor público do analógico para o digital. Inovar por meio da digitização de processos e serviços, melhorando a interação com os cidadãos, empresas e a sociedade.
- **Fortalecer o desenvolvimento regional:** buscar o desenvolvimento regional sustentável alinhado estrategicamente com as políticas públicas e atividades empreendedoras mais vocacionadas em cada região do Estado. Desenvolver projetos regionais estratégicos por meio da organização de cadeias produtivas e arranjos produtivos locais e de incentivo ao desenvolvimento de cadeias de fornecedores locais.
- **Fomentar a nova economia e promover a inovação em setores tradicionais:** promover o crescimento econômico do Estado, criando um ambiente que estimule o seu desenvolvimento através de um sistema de apoio tecnológico e linhas de financiamento adequadas, visando à inovação das práticas, processos e negócios.
- **Adequar o modelo tributário com foco na competitividade:** melhorar o ambiente interno de negócios mediante a simplificação da desoneração tributária e a redução da burocracia, possibilitando a integração e revisão das regras fiscais com vistas à competitividade da indústria, do comércio e dos serviços.
- **Fomentar um ambiente de negócios mais ágil e simples:** descentralizar os processos, dando autonomia às secretarias e melhorando a coordenação das ações e recursos, ampliando a utilização da tecnologia de informação para incrementar a qualidade e eficiência na prestação de serviços públicos.
- **Reduzir custos logísticos e de transporte e melhorar a infraestrutura:** modernizar a infraestrutura logística e a integração entre os modais de transporte. Disponibilizar energia a toda população gaúcha, universalizar o acesso ao gás natural, ampliar as linhas de transmissão de energia elétrica e levar internet e energia trifásica ao campo.

DIAGNÓSTICOS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS PARA AS AGENDAS ESTRATÉGICAS

As medidas adotadas pelo Governo ao longo de 2019 foram pautadas pela Visão de Futuro e os Objetivos Estratégicos estabelecidos no Mapa Estratégico, assim como os projetos prioritários e estratégicos, os programas, e as ações programáticas e iniciativas do Plano Plurianual 2020-2023. Essa articulação deverá permitir o alinhamento das ações de governo que deverão ser acompanhadas tanto por meio do monitoramento intensivo dos projetos prioritários, quanto por meio da evolução do Plano Plurianual. Levam em consideração, ainda, os dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos em 2015 pelos países-membro da Organização das Nações Unidas e assumidos como compromisso da nova gestão.

Assim, projetos prioritários que visam à construção de um Estado Sustentável e melhorias na Governança e Gestão, como a adesão ao regime de recuperação fiscal, o RS Digital e o RS Parcerias foram destacados como ações ou iniciativas do Plano Plurianual 2020-2023. Isso também se aplica aos projetos destinados à busca de uma Sociedade com Qualidade de Vida, como os projetos prioritários para melhoria do fluxo escolar dos alunos de ensino fundamental e médio, de qualificação da segurança pública – RS Seguro, de aprimoramento da assistência farmacêutica, dentre outros. Na área de desenvolvimento empreendedor, projetos como da rede de inovação – InovaRS, de Desenvolvimento Regional, RS Turismo Sustentável, Reestruturação dos Portos e Hidrovias do RS são, também, exemplos da integração dos instrumentos de planejamento e monitoramento.

No entanto, os resultados que se pretendem alcançar com essas medidas só terão sucesso se pautados em uma análise objetiva da realidade, diagnosticando como as diferentes agendas estratégicas do governo se apresentam ao longo do Estado do Rio Grande do Sul, sua economia, sociedade e regiões. Sob essa visão, apresentamos uma breve contextualização sobre doze áreas temáticas extraídas do Mapa Estratégico de Governo e trabalhadas nos programas, nas ações e nas iniciativas do Plano Plurianual, os quais guiarão a ação governamental nos próximos anos.

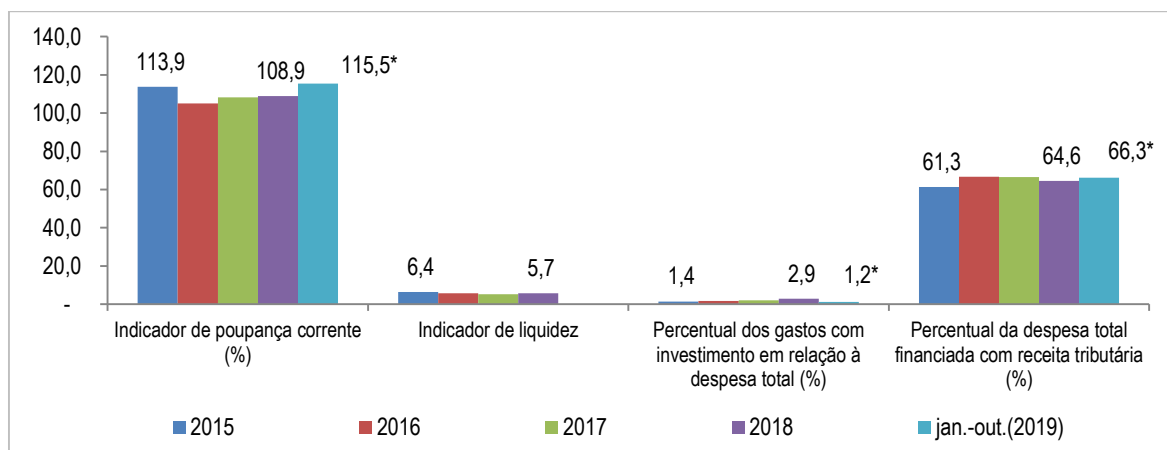
Ao analisar, revisar e constantemente comunicar à sociedade a realidade e os caminhos que se está adotando para se chegar ao resultado esperado, ampliam-se não só a transparência da ação pública, mas também a adesão dos atores direta ou indiretamente envolvidos. Dessa forma, é possível aproximar a ação ao que se planeja, assegurando que se mantenha o curso em direção ao resultado esperado. Busca-se, assim, fortalecer a eficiência, a eficácia e a efetividade da ação governamental.

EIXO ESTADO SUSTENTÁVEL

Os objetivos estratégicos do eixo Estado Sustentável buscam o equilíbrio fiscal, otimizando o gasto e maximizando as receitas; o aumento da capacidade de investimento; bem como a qualificação e o incremento na prestação de serviços formando parcerias com setor privado e terceiro setor. Sob esse enfoque, em um momento de lenta recuperação econômica e consequente escassez de receitas, o combate ao persistente desequilíbrio fiscal do Rio Grande do Sul recebe uma nova dimensão. Isso requer, portanto, um conjunto amplo de medidas, tanto sob a ótica da despesa quanto da receita.

Esse diagnóstico é apontado, por exemplo, pelo indicador de poupança corrente, calculado como a razão entre a despesa corrente e a receita corrente ajustada, conforme o gráfico abaixo. Em 2018, as despesas superaram as receitas em 8,9%. Apesar da queda em relação ao resultado de 2015 (13,9%), o dado apresenta crescimento desde 2017. Já o dado acumulado no ano de 2019 até o mês de outubro foi calculado em 115,5.

Figura 29 – Indicadores Fiscais – Rio Grande do Sul – 2015-2019*



Fonte dos dados brutos: SEFAZ/RS. Nota: o dado de 2019 é preliminar, acumulado até outubro.

O indicador de liquidez, mensurado como a razão entre as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa bruta, indica que o RS tem dificuldades financeiras. Em 2018, as obrigações financeiras superaram em 5,7 vezes a disponibilidade de caixa bruta, o que representa uma melhora em relação ao dado de 2015 (6,4).

Quanto à capacidade de o Estado arcar com suas despesas com base na receita tributária própria – ou seja, sem considerar as transferências da União – o indicador de receitas tributárias representou 64,6% da despesa total de 2018, o que significa um aumento em relação ao resultado de 2015 (61,3%), mas uma redução comparada ao dado de 2016 e 2017. Já o resultado preliminar

para o ano de 2019 nos primeiros cinco bimestres foi estimado em 66,3. Vale lembrar que esse indicador é similar ao utilizado pela Organização das Nações Unidas no acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Com essas restrições orçamentárias, sobram poucos recursos para o investimento público estadual, o qual representou apenas 2,9% das despesas de 2018, porém com ligeiro aumento em relação ao dado de 2015 (1,4%). O dado preliminar de 2019 foi calculado em 1,2%. Esse resultado restringe a capacidade produtiva, a oferta de serviços públicos de qualidade e o crescimento de longo prazo do nosso Estado. Nesse sentido, ações que visem melhorar a sustentabilidade das contas públicas, para as gerações presentes e futuras, são imprescindíveis para devolver a capacidade de investimento e os recursos financeiros necessários para a melhoria dos serviços públicos.

Diante disso, no ano de 2019, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul empreendeu um conjunto de medidas para saldar as contas públicas estaduais, bem como propôs uma série de reformas estruturais. Dentre essas medidas, que serão minuciosamente apresentadas no capítulo seguinte, destacam-se a aprovação da privatização das estatais de energia, gás e mineração e a proposição do pacote de reformas da previdência e das carreiras dos servidores públicos estaduais, batizado de Reforma RS. Soma-se, ainda, a apresentação de medidas para a modernização da estrutura de arrecadação tributária e uma nova política de governança, transparência e revisão dos incentivos fiscais.

Para o período de 2020-2023, por sua vez, foi estruturado, no âmbito do Plano Plurianual, o programa temático “Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias”, que tem como objetivo “promover e garantir a gestão sustentável dos recursos públicos, otimizando e qualificando a entrega de resultados para o cidadão, por meio da revisão de processos de trabalho, da busca pela qualidade do gasto, do combate à evasão e à sonegação fiscal, bem como da busca por alternativas inovadoras de parcerias e gestão de ativos”. Com foco temático no equilíbrio das contas públicas estaduais, esse programa guarda relação também com o 17º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS), Parcerias e Meios de Implementação, que visa fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Em especial, destacam-se as metas 1 e 4¹¹ do referido ODS 17.

Para atender ao objetivo proposto, o Governo do Rio Grande do Sul adotará estratégias materializadas em nove Ações Programáticas no PPA 2020-2023, as quais visam melhorar a arrecadação, fortalecer o planejamento no uso dos recursos, captar recursos, atuar na cobrança de dívidas e na gestão de passivos, otimizar o gasto, atacar a falta de transparência das despesas,

¹¹ A meta 1 visa “Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas”. A meta 4, por sua vez tem o intuito de “Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento”.

controlar a ação pública, aprimorar a eficiência das estatais, preservar os recursos públicos, melhorar a qualidade do serviço público e atuar na resolução dos contenciosos fiscais.

EIXO GOVERNANÇA E GESTÃO

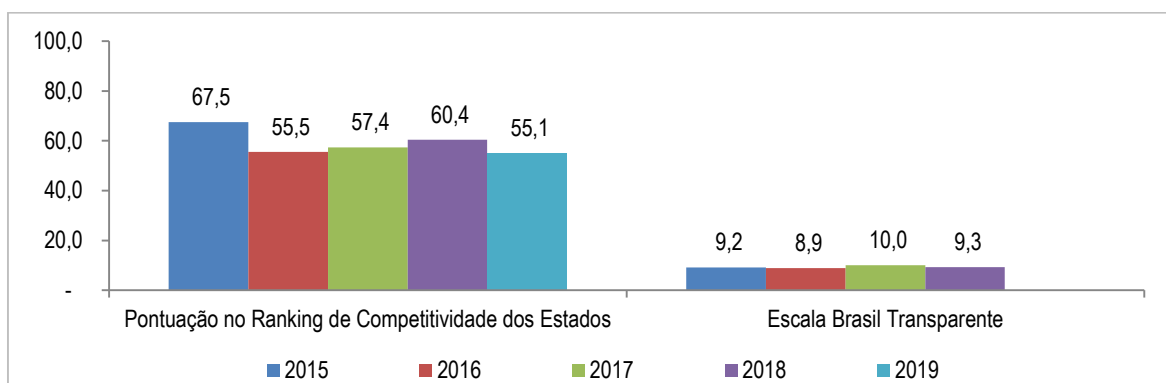
Os objetivos estratégicos do eixo Governança e Gestão buscam o alinhamento estratégico em todos os níveis do governo; a modernização e a desburocratização dos processos; a valorização e o desenvolvimento do servidor público; o aprimoramento dos mecanismos de transparência e a promoção da articulação e da participação social.

Nesse prisma, conforme o gráfico abaixo, entre 2015 e 2019 o Estado do Rio Grande do Sul perdeu 12,4 pontos em termos de competitividade, de acordo com o *Ranking* de Competitividade dos Estados, do Centro de Liderança Pública (CLP). Essa pontuação é calculada com base em 68 indicadores e em 10 pilares estratégicos para o desenvolvimento, quais sejam: capital humano, educação, eficiência da máquina pública, infraestrutura, inovação, potencial de mercado, segurança pública, solidez fiscal, sustentabilidade social e sustentabilidade ambiental. Embora não retrate explicitamente a performance do governo em termos de governança e gestão, o *Ranking* é adotado como *proxy* do resultado dos esforços do governo em coordenar agentes, recursos e ações.

Em termos dinâmicos, o ano de 2016 foi o de maior queda anual (17,8%) nessa pontuação até alcançar 55,5 pontos, o qual foi sucedido por alguma recuperação em 2017 e 2018 e queda de 8,8% em 2019. Assim, o Rio Grande do Sul ocupou a quinta colocação em 2018, ao receber 60,4 pontos, atrás de São Paulo (89,1), Santa Catarina (76,6), Distrito Federal (73,6) e Paraná (69,8). Já em 2019 o Estado caiu para a sétima colocação, atrás do Mato Grosso do Sul (64,3) e Espírito Santo (62,4).

Por sua vez na Escala Brasil Transparente (EBT), da Controladoria-Geral da União, o Rio Grande do Sul ocupou a sexta colocação no *ranking* nacional em dados de 2018, com 9,3 pontos, o que é ligeiramente acima do dado de 2015 (9,2) e evidencia espaço para o aperfeiçoamento desse quesito no Estado. Vale lembrar que a EBT avalia o acesso à informação pública tanto do ponto de vista da transparência pública passiva (por exemplo, a existência de canais de atendimento ao cidadão), quanto da transparência ativa, a qual envolve a publicação de informações em portais na internet, relativas às receitas e despesas, licitações e contratos, estrutura administrativa, servidores públicos, acompanhamento de obras públicas e outras.

Figura 30 – Pontuação no *Ranking* de Competitividade dos Estados e Escala Brasil Transparente – Rio Grande do Sul – 2015-2019



Fonte dos dados brutos: *Ranking* de Competitividade dos Estados e Controladoria-Geral da União (CGU). Nota: dado da EBT para 2019 não disponível.

Além da transparência, outro pilar fundamental da modernização da gestão pública envolve a progressiva prestação de serviços públicos digitais de maneira integrada, simples e orientada às necessidades do cidadão. Essa é a diretriz presente na Estratégia de Transformação Digital (E-Digital), lançada em 2018 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), em articulação com outras instituições e representantes da sociedade brasileira (Decreto nº 9.319/2018).

Nesse sentido, ao longo de 2019, houve o lançamento do portal único de serviços digitais ao cidadão, o rs.gov.br. O portal unificado rs.gov.br aprimora a relação do Estado com os cidadãos, centralizando os serviços digitais em uma única plataforma. Além disso, cumpre destacar a estruturação no novo modelo e sistema de governança e a reestruturação da Escola de Governo. Essas e outras realizações serão detalhadas no capítulo seguinte.

Para o período de 2020-2023, por sua vez, foi estruturado no âmbito do Plano Plurianual o programa temático “Governo 4.0”, que tem como tema de concentração a qualificação da gestão pública para entregar aos cidadãos gaúchos serviços públicos modernos, ágeis e transparentes. A nova economia exige maior agilidade e transparência na prestação de serviços, e as novas tecnologias digitais apresentam-se como ferramentas fundamentais para ampliar a qualidade e o alcance dos serviços públicos prestados, bem como a competitividade do Estado do Rio Grande do Sul. Sendo assim, esse programa temático tem o objetivo de “entregar respostas ágeis e efetivas às demandas do cidadão e otimizar a prestação de serviços e de informações de maneira simples, clara e transparente, por meio do alinhamento estratégico entre níveis de governo, do desenvolvimento de soluções digitais intuitivas e do atendimento por servidores qualificados”.

O programa “Governo 4.0” pode ser relacionado ao ODS 16, Paz, Justiça e Instituições Eficazes, com o intuito de promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento

sustentável, oferecer ou acessar a justiça para todos e criar instituições responsáveis e inclusivas em todos os países. Em especial, destaca-se a meta 6, qual seja, a de desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

Para tanto, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul propõe a realização de iniciativas organizadas em oito Ações Programáticas no PPA 2020-2023, com vistas a promover o alinhamento estratégico e a integridade das instâncias de ação e decisão; prover dados e informações para a tomada de decisão e inovar nas plataformas de comunicação pública; ofertar serviços digitais mais ágeis, convenientes e simples; qualificar o atendimento ao público por meio do cuidado e do desenvolvimento do servidor; ampliar a eficiência de projetos, obras e compras públicas.

EIXO SOCIEDADE COM QUALIDADE DE VIDA

O eixo estratégico Sociedade com Qualidade de Vida tem como propósito promover o desenvolvimento social, por meio do aumento da segurança e do combate ao crime; da qualificação do aprendizado para a nova economia; da prestação da assistência à saúde, fortalecendo a promoção e prevenção; da promoção da inclusão social e o espírito de cidadania, bem como da promoção da sustentabilidade ambiental.

Nesse aspecto, um dado que merece atenção diz respeito aos indicadores de violência no Rio Grande do Sul que apresentaram melhora significativa. No que tange às mortes por causas violentas, a taxa de homicídio no Estado caiu para 15,8 para cada mil habitantes em 2019, o menor patamar do último decênio. Ao considerar o período 2015-2019 a taxa caiu 7,8 pontos percentuais e só no último ano diminuiu 5,0 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Uma das explicações para isso é a ênfase territorial do RS Seguro nos 18 municípios mais violentos do Estado.

Outro indicador que se reduziu no Estado em 2019 foi o roubo a veículos, com diminuição de 5 mil ocorrências em relação ao ano anterior, totalizando 11.136 casos. Esse fator, em conjunto com o aumento da frota de veículos levou a uma queda da taxa de roubo de veículos para cada 100 mil veículos. Em 2018 essa taxa que era de 238 passou para 161 em 2019.

Destarte a melhoria em alguns indicadores, esses dados apontam para a necessidade de dar continuidade às políticas públicas que resultaram na diminuição dessas taxas, ao mesmo tempo em que são estruturadas políticas de prevenção, inclusive para crimes leves, como roubos de veículos e a pedestres. Ademais, a proteção à integridade material e à vida deve abranger não só ações de repressão, como também políticas intersetoriais de prevenção à violência.

Diante disso, ao longo de 2019, a tônica da ação governamental foi a **segurança pública**, com o lançamento do programa RS Seguro, composto por ações transversais da Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Administração Penitenciárias e secretarias da Educação, Saúde, Trabalho e Assistência Social, Direitos Humanos, dentre outras. O RS Seguro vem dando tratamento

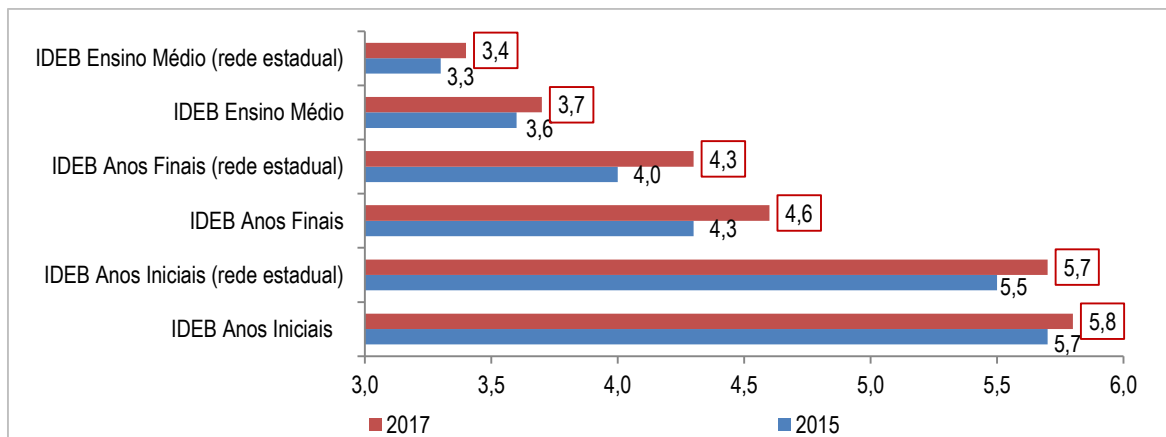
a uma das prioridades do Governo do Estado do Rio Grande do Sul: o combate à violência e à criminalidade. Essa temática destaca-se por seus efeitos diretos sobre a qualidade de vida dos cidadãos, bem como sobre a atividade econômica.

Seguindo essa linha, para o período de 2020-2023, o Plano Plurianual adota o “RS Seguro” como programa temático, com o objetivo de “recuperar a sensação de segurança da população, por meio do fortalecimento das instituições e da atuação efetiva, em sinergia com a sociedade, buscando a maior qualidade na prestação dos serviços”. O referido programa faz alusão ao ODS 16, denominado Paz, Justiça e Instituições Eficazes, cujo intuito é promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Para tanto, o Governo do Estado apresenta no PPA 2020-2023 quatro Ações Programáticas, voltadas tanto para a qualificação do serviço e do atendimento dos sistemas de segurança pública e prisional quanto para a promoção de políticas transversais que atendam à juventude e lhe proporcionem novas oportunidades, especialmente nos municípios mais violentos do Estado.

No que se refere à qualidade do ensino e da **educação** no Rio Grande do Sul, os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontam que o Estado não atingiu as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio no ano de 2017. Conforme o gráfico a seguir, tratando-se dos anos iniciais, o Rio Grande do Sul alcançou pontuação de 5,8, o mesmo resultado do Acre e do Rio de Janeiro, e abaixo da meta estabelecida, de 5,9. Em relação aos anos finais, o Estado alcançou pontuação de 4,6, a mesma do estado de Tocantins, situando-se abaixo da meta, de 5,3. O pior desempenho do RS está no Ensino Médio, em que alcançou a pontuação de 3,7, a mesma do estado de Sergipe, e abaixo da meta de 5,1.

Já os dados do IDEB exclusivos da rede estadual são inferiores à média geral para o Rio Grande do Sul (que inclui a rede privada, federal e municipal), tanto nos anos iniciais, quanto nos anos finais e no ensino médio. Em termos dinâmicos, um ponto positivo é que os dados melhoraram entre 2015 e 2017, em todos os indicadores observados no gráfico a seguir.

Figura 31 – Indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – Rio Grande do Sul – 2015 e 2017



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Por sua vez, segundo os dados do Departamento de Economia e Estatística (DEE/SEPLAG), o Bloco Educação do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) aumentou de 0,698 (2015) para 0,710 (2016), último dado disponível. Essa melhora é atribuída principalmente ao número de matrículas da educação infantil, em comparação com a população de quatro a cinco anos.

Diante desses resultados, ao longo de 2019, o Governo do Estado iniciou uma mudança na gestão no sistema de ensino, com esforços para ampliar os recursos disponíveis na rede de ensino e introduzir novas propostas de gestão da vida escolar. Foram revisados os critérios para a autonomia financeira das unidades de ensino e proposto novo Plano de Carreira para o professor, ora em discussão na Assembleia Legislativa. Foi também lançado o aplicativo Escola RS, que mostra em tempo real a frequência dos estudantes, permitindo o acompanhamento dos pais e da comunidade escolar sobre as avaliações e o desempenho dos alunos. Essas e outras medidas serão apresentadas no capítulo seguinte.

Para 2020-2023, as medidas na área de educação serão organizadas em torno do programa temático “Educa+RS” do PPA, que tem como desafio a melhora da qualidade do ensino e da aprendizagem e a preparação dos jovens para a nova economia. Outro desafio que se coloca para a educação no Estado é a garantia do acesso e da permanência dos alunos na escola. Diante disso, o Educa+RS tem como objetivo “garantir educação de qualidade para acompanhar a evolução do conhecimento, com um ambiente favorável para diminuir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento integral, em uma ambiência de empreendedorismo, inovação e inteligência”. Esse programa pode ser relacionado ao ODS 4 Educação de Qualidade, cujo objetivo é assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, bem como promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Algumas das metas para alcançar esse objetivo estão relacionadas à melhoria da qualidade do ensino.

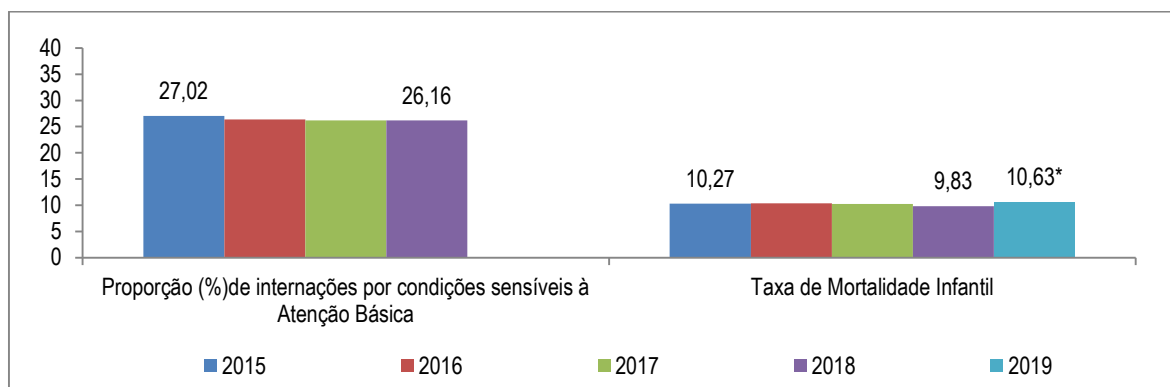
Para tanto, planeja-se a implementação de iniciativas diversas, organizadas em cinco Ações Programáticas do programa Educa+RS e voltadas à formação continuada do profissional da educação, especialmente no nível de liderança e gestão; à melhoria das infraestruturas e das condições de acolhimento dos espaços escolares; à garantia do acesso e da permanência nas escolas; à qualificação da aprendizagem, com atenção à formação de habilidades e competências para a nova economia, reduzindo as taxas de reprovação, abandono e distorção idade-série e ampliando as possibilidades de inserção profissional dos jovens.

Uma terceira agenda prioritária no âmbito do eixo estratégico Sociedade com Qualidade de Vida é a da **saúde**. Uma forma de verificar as condições gerais de saúde do Estado é através da análise do nível e da evolução do bloco saúde do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) calculado pelo DEE.

De acordo com o bloco saúde do IDESE, o Estado encontra-se em um nível elevado de desenvolvimento em 2016 (0,819), o que demonstra uma evolução em relação ao ano anterior. Uma das explicações para esse resultado é atribuída à longevidade do Estado, uma das mais elevadas em nível nacional. No que tange às condições em saúde materno-infantil, a análise evidencia o crescimento do indicador nos últimos 10 anos.

Já a taxa de mortalidade infantil aumentou no período 2015-2019, de 10,27 para 10,63 óbitos a cada mil nascidos vivos, com base no gráfico abaixo. Quanto à proporção de internações por condições sensíveis à Atenção Básica, ou seja, aquelas internações que poderiam ser evitadas por cuidados primários acessíveis e eficazes¹², essa registrou uma redução suave entre 2015 (27,02%) e 2018 (26,16%), o que pode ser considerada uma evolução positiva e esperada desse indicador.

Figura 32 – Indicadores de Saúde – Rio Grande do Sul – 2015-2019



Fonte dos dados brutos: Sistema de Informações sobre Mortalidade; Sistema de Informação de Agravos de Notificação; BI/SES/RS e SES/RS. Nota 1: a taxa de mortalidade infantil refere-se ao número de óbitos de crianças com menos de um ano de idade a cada mil nascidos vivos de mães residentes. Nota 2: o dado de 2019 é preliminar.

¹² Os exemplos mais usuais são as doenças passíveis de serem evitadas por imunização e o tratamento primário para as doenças crônicas.

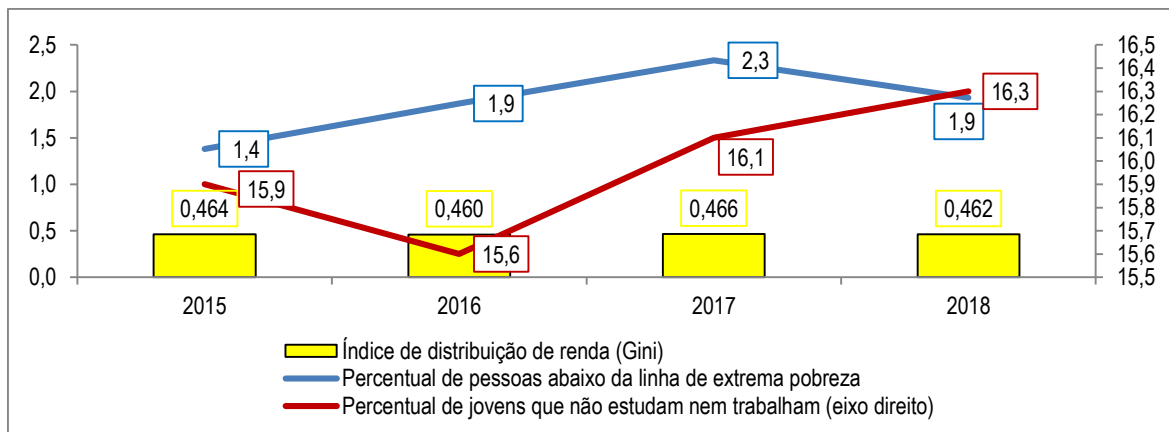
Em específico, na área da saúde, no ano de 2019, o Governo do Estado buscou regularizar o pagamento de dívidas e viabilizar novos recursos para investimentos junto a emendas parlamentares e ao Ministério da Saúde. Foram destinados R\$ 3,2 bilhões para o pagamento de dívidas, regularizando os repasses e programando a quitação parcelada de dívidas empenhadas desde 2014 com municípios e hospitais. No campo da gestão, foi criado o Sistema de Regulação Compartilhada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) em Bento Gonçalves, Santa Cruz do Sul e Santa Maria, permitindo o atendimento por médicos reguladores no próprio município, não mais centralizados em Porto Alegre. No capítulo seguinte essas realizações serão detalhadas.

Para os próximos quatro anos, o programa temático “Saúde Cidadã”, do PPA 2020-2023, reunirá medidas com foco na promoção da prevenção e na melhora da assistência à saúde, respeitando os preceitos fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS), garantidos na Constituição Federal de 1988, quais sejam: a universalidade, a equidade, a integralidade, a regionalização e a hierarquização, a resolubilidade, a descentralização, a participação dos cidadãos e a complementaridade do setor privado. O programa objetiva “promover a prevenção e melhorar a assistência à saúde da população, baseada na integralidade do cuidado, com atenção à qualidade, à resolutividade e à otimização da aplicação dos recursos públicos”. Esse programa está conectado ao ODS 3 Saúde e Bem-Estar, o qual visa “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”.

Com vistas a alcançar esses objetivos, o Saúde Cidadã reúne um conjunto de iniciativas concentradas em quatro Ações Programáticas, voltadas: à saúde da gestante, do feto e da criança; à prevenção e à redução das mortes por causas externas e por doenças infectocontagiosas; à promoção da qualidade de vida e à melhoria do acesso aos serviços de saúde.

Em sinergia com os esforços no campo da segurança, educação e saúde, destacam-se as medidas voltadas à **inclusão social**, levadas a cabo, principalmente, pelas áreas de assistência social, trabalho e emprego. Nesse prisma, segundo a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PNAD) do IBGE, no período observado, houve um aumento no percentual de pessoas abaixo da extrema pobreza em 2016 e 2017, no Rio Grande do Sul. Em 2018 esse indicador caiu para 1,9%, o que ainda é meio ponto percentual acima do dado de 2015, conforme o gráfico a seguir. Nesse mesmo período, a desigualdade social no Rio Grande do Sul, mensurada pelo Coeficiente de Gini, caiu de forma marginal, de 0,464 (2015) para 0,462 (2018).

Figura 33 – Indicadores sociais – Rio Grande do Sul – 2015-2018



Fonte dos dados brutos: PNAD/IBGE.

Diante desse cenário, ao longo do ano de 2019, o Governo do Estado deu continuidade à implementação do Programa de Oportunidades e Direitos (POD), criado para oferecer mais qualidade de vida aos jovens gaúchos. Foram realizados eventos, que reuniu mais de 600 jovens dos seis Centros da Juventude instalados no Estado, como será detalhado no capítulo seguinte. No ano, ainda, foram realizadas obras de melhoramento nos Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE) a cargo da Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), qualificando o atendimento aos jovens. Ainda, foi lançado o projeto Tô Ligado! – Conectando Trajetórias, com previsão de beneficiar 169 escolas até 2022, com ações de assistência social, qualificação e geração de emprego e renda, em articulação com o RS Seguro.

Para 2020-2023, essas e outras iniciativas foram organizadas no PPA sob o bojo do programa temático “RS Cidadania”, cujo objetivo é “promover uma sociedade mais próspera, igualitária e participativa, por meio da geração de oportunidades de inclusão social e de vivência de cultura, esporte e lazer, em sinergia com as ações de educação, saúde e segurança”. O programa envolve medidas voltadas à inclusão social e a garantia dos direitos dos cidadãos, o que envolve o combate à pobreza e ao desemprego, a proteção social, bem como o acesso à cultura, ao esporte e ao lazer. Portanto, remete a diversos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, como ao ODS 1 (Erradicação da Pobreza)¹³, ao ODS 10 (Redução das Desigualdades)¹⁴ e ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico)¹⁵. Remete, ainda, a medidas que atendam ao percentual de jovens que não estudam nem trabalham, o qual está relacionado à meta 6¹⁶ do ODS 8 (trabalho

¹³ “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”.

¹⁴ “Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”.

¹⁵ “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos”.

¹⁶ “Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação”.

decente e crescimento econômico). Vale observar que esse indicador caiu em 2016, mas aumentou em 2017 e 2018 no Estado e alcançou 16,3%, no último ano.

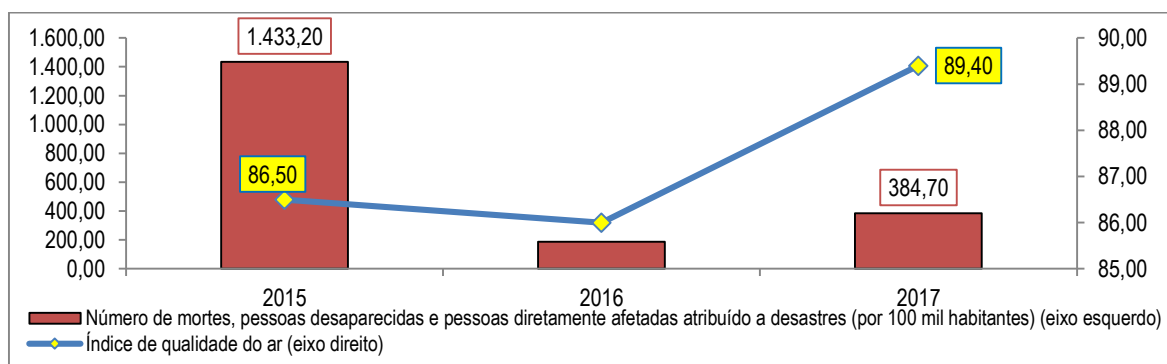
As iniciativas do RS Cidadania são materializadas em oito Ações Programáticas do PPA 2020-2023, voltadas à promoção de oportunidades de trabalho e renda; à proteção social e à promoção de direitos, especialmente de grupos vulneráveis; à proteção e à reinserção de socioeducandos; ao acesso e ao desenvolvimento da cultura, do esporte e do lazer, bem como ao acesso à moradia digna.

Por fim, considerando o compromisso estratégico com a **sustentabilidade ambiental**, acompanhamento das regiões de monitoramento da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM) indica que o percentual de dias com Índice de Qualidade do Ar considerado bom alcançou 89,4% em 2017, o que representa um avanço de 2,9 pontos percentuais, se comparado ao resultado de 2015.

Contudo, apesar da abundância dos recursos naturais do Rio Grande do Sul, observa-se sua degradação, causada, entre outros processos, pela poluição dos cursos d'água e pela redução da cobertura vegetal.

Em relação ao número de mortes, pessoas desaparecidas ou afetadas por desastres ambientais, no Rio Grande do Sul esse número totalizou 384,7 casos para cada 100 mil habitantes em 2017, o que significa uma queda se comparado a 2015 (1.433,20 casos para cada 100 mil habitantes), mas um aumento em relação ao resultado de 2016 (187,00 casos em 100 mil habitantes).

Figura 34 – Indicadores ambientais – Rio Grande do Sul – 2015-2017



Fonte: FEPAM/RS e Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

A questão ambiental ganhou maior destaque, em nível global, a partir da década de 1970, marcada pela cooperação política para tratar de questões relacionadas ao meio ambiente. No entanto, foi a partir do final dos anos 1980, com o Relatório *Brundtland*, que se estabeleceu a visão de desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer

a capacidade das gerações futuras de suprir suas necessidades. Fortalecendo esse compromisso é que o Governo do Estado assume os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas como um norte a orientar todas as medidas da sua agenda estratégica tanto na área do meio ambiente, como na área de desenvolvimento econômico e social.

Tendo em vista a agenda da sustentabilidade ambiental, em específico, em 2019, houve a aprovação pela Assembleia Legislativa do novo Código Estadual do Meio Ambiente, que buscou harmonizar a proteção ambiental com mecanismos para facilitar e incentivar a atividade produtiva e o desenvolvimento socioeconômico. No campo da defesa civil, por sua vez, houve o investimento de R\$ 1,6 milhão no Sistema Estadual de Gestão Integrada de Risco de Desastres (SEGIRD), uma ferramenta digital desenvolvida para integrar sistema de monitoramento, controle, alerta e gestão de emergências. O foco é na otimização da qualidade e na redução do tempo-resposta de atendimento. Outras medidas serão detalhadas no capítulo a seguir.

Nesses termos, para 2020-2023, as medidas voltadas à sustentabilidade ambiental são reunidas no programa temático “Evolução Sustentável” do PPA, cujo foco é a proteção do meio ambiente, em sintonia com o desenvolvimento. O programa tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável por meio da implementação de ações de proteção e gestão ambiental e do fortalecimento das práticas de educação ambiental. Nesse sentido, está intimamente relacionado ao ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima)¹⁷ e ao ODS 15 (Vida terrestre)¹⁸.

Para materializar esse objetivo, o PPA 2020-2023 reúne três Ações Programáticas, direcionadas à proteção e preservação da fauna e da flora gaúchas, ao desenvolvimento de práticas de gestão ambiental e à implantação de sistemas para prevenir ou mitigar a ocorrência de desastres.

EIXO DESENVOLVIMENTO EMPREENDEDOR

Visando à retomada do crescimento econômico do Estado, o eixo estratégico Desenvolvimento Empreendedor visa agilizar as soluções ao cidadão por meio do Governo Digital, adequar o modelo tributário com foco na competitividade e fomentar um ambiente de negócios mais ágil e simples; fomentar a nova economia e promover a inovação em setores tradicionais; reduzir custos logísticos e de transporte e melhorar a infraestrutura, assim como fortalecer o desenvolvimento regional.

A vasta quantidade de normas que regem a vida do cidadão e do empreendedor cria barreiras ao crescimento econômico, o que exige uniformização, simplificação e redução das normas estaduais que regulamentam as atividades econômicas, visando facilitar e estimular o

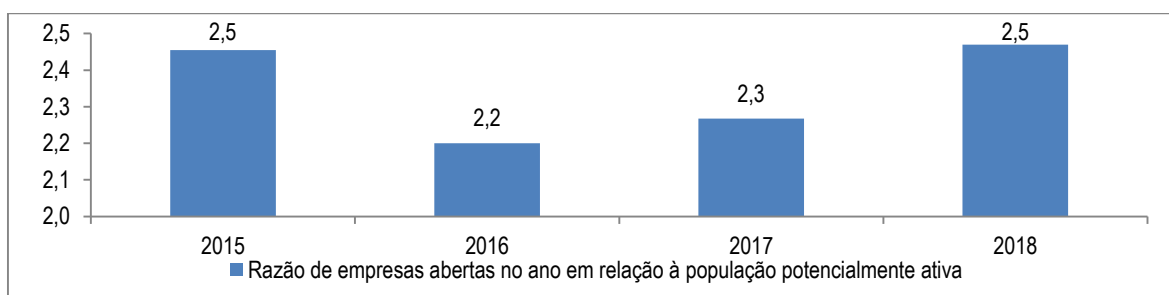
¹⁷ “Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos”

¹⁸ “Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade”

desenvolvimento e o crescimento de atuais e novos negócios no Estado. A desburocratização e a simplificação dos processos objetivam facilitar e acelerar o desenvolvimento das empresas, melhorar a vida das pessoas, reduzir o retrabalho existente na Administração Pública e proteger o Estado.

Uma maneira de melhorar o **ambiente de negócios** consiste em facilitar as transações de empreendedores, cuja realidade enfrente diversos obstáculos, como a demora nos trâmites burocráticos, as dificuldades para licenciamento e alvarás e uma legislação incompatível com as demandas dos novos tempos. Isso inibe novos investimentos e reduz a longevidade das empresas, o que prejudica a competitividade e a eficiência do Estado. Por exemplo, ao analisar o número de empresas abertas em relação à população economicamente ativa, percebe-se que a razão de 2018 retomou o nível de 2015, após a queda registrada em 2016 e 2017.

Figura 35 – Razão de empresas abertas em relação à população economicamente ativa, por 100 mil habitantes – Rio Grande do Sul – 2015-2018



Fonte dos dados brutos: JUCIRS e IBGE. Nota: os indicadores referem-se ao número de empresas para cada 100 mil pessoas da população potencialmente ativa.

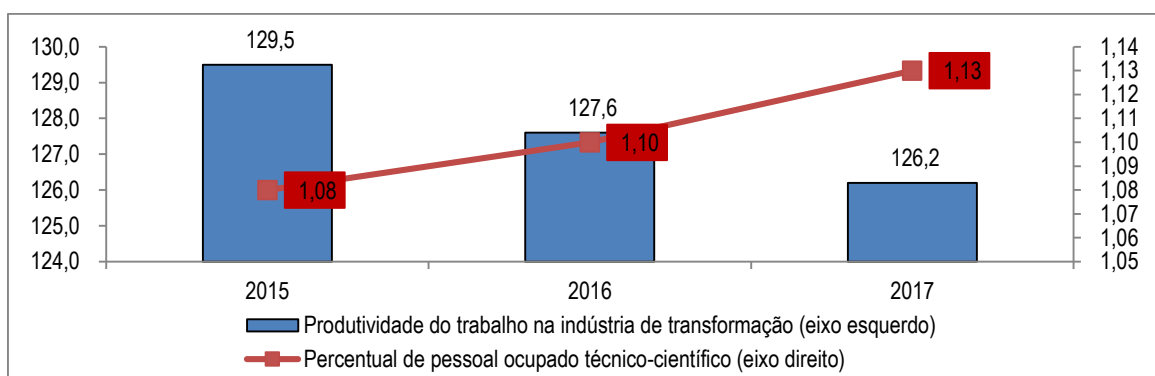
Para facilitar e agilizar a abertura de empresas, em 2019, o Governo do Estado criou o Descomplica RS. Com vistas a reduzir os entraves para abertura de empresas e o excesso de burocracia em serviços públicos, o projeto já revogou mais de 900 decretos ultrapassados. Na Junta Comercial, Industrial e Serviços do RS (JucisRS), por sua vez, houve a otimização do sistema integrado do registro digital, com o qual se conseguiu colocar em dia os processos em espera para análise e se passou a deferir e liberar processos de forma automática, desde que não haja pendências. Essas e outras realizações no Eixo são apresentadas no capítulo seguinte.

Seguindo esse norte, no PPA 2020-2023 foi proposto o programa temático “Simplifica RS”, com o objetivo de incentivar a competitividade e promover a sustentabilidade dos negócios, por meio da simplificação da legislação tributária, da desregulamentação e da revisão e redução dos processos burocráticos. Esse programa está alinhado ao ODS 8 – promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos – e ao ODS 9 – construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Para tanto, além do Descomplica RS, o programa Simplifica RS adotará estratégias materializadas em três Ações Programáticas, voltadas para a redução do excesso de burocracia, da facilitação do investimento produtivo e financeiro privado e da maior eficiência dos processos de licenciamento.

Outra agenda estratégica, a da **nova economia**, requer uma análise na dinâmica recente (2015-2017) do indicador de produtividade do trabalho na indústria de transformação do Rio Grande do Sul,¹⁹ que apresentou declínio de 2,5%, em termos acumulados. Em 2017, o valor da transformação industrial totalizou R\$ 126,2 mil por pessoa ocupado na indústria de transformação. No que tange ao percentual das ocupações tecnológicas, houve um aumento marginal entre 2015 e 2017, de 1,08 (2015) para 1,13 (2017). Entretanto, permanece em um nível baixo, o que limita o potencial dinâmico do Estado.

Figura 36 – Indicadores de produtividade do trabalho e de ocupações tecnológicas – Rio Grande do Sul – 2015-2017



Fonte dos dados brutos: IBGE e Ministério do Trabalho/RAIS. Nota 1: 2017 é o último ano com dados disponíveis. Nota 2: o indicador de produtividade do trabalho na indústria de transformação é calculado pelo valor de transformação industrial (em mil reais) em relação ao número de empregados na indústria de transformação.

A modernização e a qualificação tecnológica são ações importantes para devolver a competitividade ao Estado do Rio Grande do Sul. Com vistas a fomentar o ambiente de inovação no Estado é que, em 2019, foi lançado o programa Inova RS, o projeto StartUp Labs e o projeto Techfuturo, voltados à construção de parcerias estratégicas entre os setores empresarial, acadêmico e governamental, para fomentar novos ecossistemas de inovação no Estado. Foi criado, ainda, o projeto Conecta RS, que ligará as escolas da rede estadual de ensino a redes de conectividade de alta velocidade e de qualidade, com vistas a aperfeiçoar o ensino com base nas novas tecnologias. Nesse mesmo sentido, o programa RS Criativo foi criado, apostando no estímulo à economia criativa como catalisador do desenvolvimento. Apenas em 2019, mais de 3.500 pessoas capacitadas no Ciclo de Residência Criativa do programa.

¹⁹ Mensurado pelo valor de transformação industrial (em mil reais) em relação ao número de empregados na indústria de transformação.

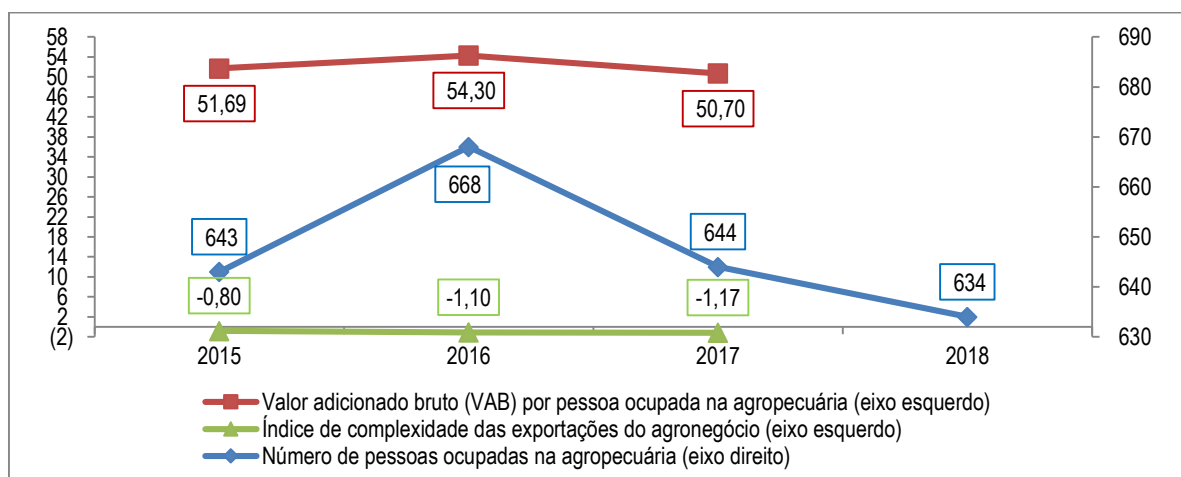
Essas e outras realizações, que serão detalhadas no próximo capítulo, foram incorporadas ao PPA 2020-2023 no programa temático Acelera RS, cujo objetivo é justamente “modernizar e agregar valor à produção por meio do fomento à educação empreendedora e do incentivo à qualificação tecnológica e às empresas da nova economia, gerando emprego e renda”. O programa guarda relação com o ODS 9, “Indústria, Inovação e Infraestrutura”, que tem o intuito de construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Para tanto, as iniciativas são apresentadas em cinco Ações Programáticas, as quais visam fomentar a inovação em setores tradicionais, estimular o empreendedorismo, fomentar novos negócios intensivos em conhecimento e desenvolver a economia criativa e a cultura como atividades econômicas no Estado.

Junto à nova economia, cabe observar também o comportamento dos **setores tradicionais**, muito importantes para a economia do Estado do Rio Grande Sul em termos de produção, exportações e geração de empregos. Não obstante, a renda da Agropecuária, em termos *per capita* (Valor Adicionado Bruto em relação ao número de pessoas ocupadas no setor) caiu 1,9% entre 2015 e 2017, enquanto o número de pessoas ocupadas no setor aumentou 0,2% no mesmo período, com base em dados da PNAD/IBGE. Por outro lado, no intervalo 2015-2018, esse número caiu 1,4% e totalizaram 634 mil ocupações na agropecuária gaúcha.

Quanto ao grau de sofisticação, as exportações do agronegócio do Estado do Rio Grande do Sul tornaram-se menos sofisticadas entre 2015 e 2017, o que é refletido na redução do índice de complexidade das vendas externas do setor, conforme o Atlas da Complexidade Econômica da Universidade de Harvard.

Figura 37 – Indicadores do agronegócio – Rio Grande do Sul – 2015-2018



Fonte dos dados brutos: Atlas da Complexidade Econômica (Harvard University), MDIC, DEE/SEPLAG e PNAD/IBGE. Nota 1: O VAB por pessoa ocupada está em R\$ mil e o número de pessoas ocupadas na agropecuária do Rio Grande do Sul está em milhares.

Em 2019, a EXPOINTER, maior feira do agronegócio da América Latina, cresceu 17,37% em volume de negócios, em comparação a 2018. Foram fechados R\$ 2,7 bilhões em negócios, com destaque para a agricultura familiar, que teve a maior participação da história na feira, somando R\$ 4,5 milhões em negócios, um crescimento de 13,51% em relação ao ano anterior. Além da EXPOINTER, mais de 800 estandes foram montados em 48 feiras municipais e regionais, garantindo assim a participação de agroindústrias familiares em feiras agropecuárias em todas as regiões do Estado. Essas e outras realizações serão detalhadas no próximo capítulo.

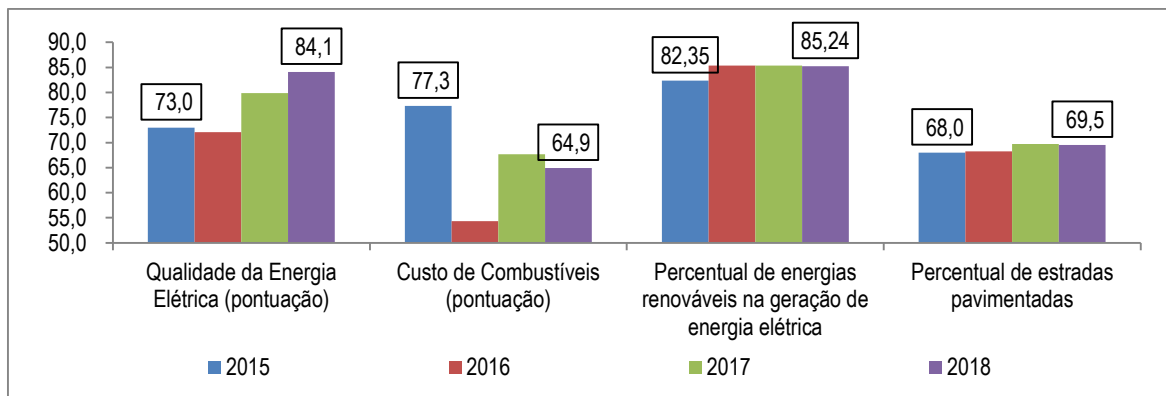
Para os próximos anos, as iniciativas voltadas ao agronegócio foram incorporadas ao PPA 2020-2023 no programa temático Campo em Ascensão, que tem como objetivo promover a qualidade da produção agropecuária, investindo na inovação tecnológica, na educação profissional, na assistência técnica, na extensão rural, na infraestrutura e no cooperativismo, com vistas a agregar valor ao produto e gerar emprego e renda no campo. Dentre outros, essas medidas estão relacionadas ao ODS 2, descrito como Fome Zero e Agricultura Sustentável, cujo objetivo é acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. Também se pode citar o ODS 8, voltado a promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, e ODS 12, que visa assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Nesse sentido, o programa temático Campo em Ascensão apresenta cinco Ações Programáticas, as quais visam garantir a sanidade animal e vegetal, promover novos negócios, aumentar a produtividade rural e estimular a comercialização dos produtos agrícolas, facilitar o acesso a serviços digitais para o trabalhador do campo, bem como melhorar o acesso à infraestrutura básica na zona rural.

Também estratégicas e urgentes são as agendas da **infraestrutura**, seja de energia, transporte ou saneamento, as quais têm relação direta com as possibilidades e oportunidade de expansão da produção e da produtividade.

Nessa matéria, segundo o *Ranking* de Competitividade dos Estados, a qualidade da energia elétrica no Rio Grande do Sul aumentou de 73,0 pontos (2015) para 84,1 pontos (2018). Já o custo de combustíveis declinou de 77,3 pontos para 64,9 pontos no período observado, segunda a mesma fonte de dados. O gráfico a seguir ilustra esse desempenho. Ciente da agenda dos ODS, vale observar que o percentual de energias renováveis na geração de energia elétrica aumentou de 82,35% para 85,24% entre 2015 e 2018 no Estado, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Figura 38 – Indicadores de infraestrutura energética e logística – Rio Grande do Sul – 2015-2018

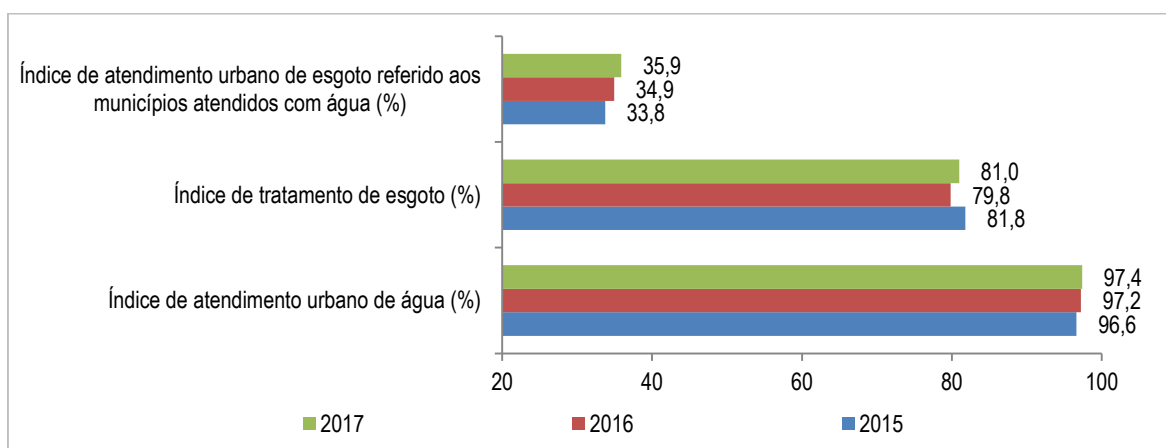


Fonte dos dados brutos: *Ranking* de Competitividade dos Estados, Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e DAER/RS. Nota: Os indicadores de qualidade de energia elétrica e custo de combustíveis tem como base o Pilar da Infraestrutura do *Ranking* de Competitividade dos Estados e são calculados em pontos.

Quanto à infraestrutura de esgoto, de acordo com o gráfico abaixo, em 2017, o tratamento do esgoto urbano coletado alcançou 81,0%, o que permitiu ao Estado atingir a meta do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB). Contudo, o percentual da população atendida com esgoto sanitário totalizou apenas 35,9% em 2017, mas representa aproximadamente 2,1 pontos percentuais de crescimento em relação ao resultado de 2015.

No que se refere à população urbana atendida com abastecimento de água, a cobertura encontra-se praticamente universalizada (97,4%, em 2017). Vale lembrar a meta de 98,0% estabelecida para o Rio Grande do Sul pelo PLANSAB para 2018 e de 100% para 2023.

Figura 39 – Atendimento de água e esgoto – Rio Grande do Sul – 2015-2017



Fonte dos dados brutos: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Nota: Dados disponíveis até 2017.

Contudo, no que diz respeito à malha rodoviária estadual, dados de pavimentação das estradas gaúchas apontam a precariedade da infraestrutura. Conforme o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), 30,5% das estradas gaúchas não são pavimentadas, com base em dados de 2018, enquanto em 2015 esse percentual era de 32,0%.

Diante disso, como visto no capítulo anterior, em 2019 foram lançadas as bases para a realização de parcerias público-privadas e concessões para a qualificação da prestação de serviços públicos ao cidadão. Destaca-se nesse sentido o início das negociações para a concessão das rodovias RSC-287 e ERS-324 e da Estação Rodoviária de Porto Alegre. Houve também a liberação de R\$ 131 milhões (com participação de financiamento do BNDES) para a conclusão da duplicação da ERS-118 e a liberação de tráfego no viaduto da ERS-040, entroncamento com a ERS-118, em Viamão, que facilitará o fluxo entre o Litoral Norte e a Região Metropolitana de Porto Alegre. Também foi realizado o leilão para a realização de PPP da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), que deverá beneficiar 1,7 milhão de pessoas até 2055.

Essas e outras ações foram incorporadas ao Plano Plurianual 2020-2023 no programa temático RS Infraestrutura, cujo objetivo é integrar os atuais e os novos modais de transporte de maneira eficiente e segura, por meio da modernização da infraestrutura logística, bem como garantir o acesso à energia, ao abastecimento de água e ao saneamento básico. Essa agenda está estritamente ligada aos ODS 6 (Água Potável e Saneamento, para assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos), ODS 7 (Energia acessível e limpa, com o objetivo de assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos) e ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura, para construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação).

Para isso, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul apresenta, no PPA 2020-2023, seis Ações Programáticas do RS Infraestrutura, voltadas para a geração e a disponibilização de energia, a ampliação da cobertura de água e esgoto, o aumento da qualidade e da segurança nas rodovias e a diminuição do custo logístico, por meio da integração intermodal. Esses serviços são essenciais para a recuperação da atividade econômica e a melhora da qualidade de vida dos cidadãos.

Crescimento e desenvolvimento econômico, no entanto, devem levar em conta a variável **regional**. As características do território do Rio Grande do Sul indicam desigualdades regionais marcantes entre o nordeste do Estado e o restante das regiões. Ao mesmo tempo, o Estado possui instrumentos institucionais importantes para atuar com o objetivo de diminuir essas desigualdades.

Nesse sentido, a criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), no início da década de 1990, embora tenha se constituído como uma iniciativa governamental originou uma institucionalidade regional autônoma, que tem atuado politicamente no planejamento e no desenvolvimento regional. Adicionalmente, os COREDEs têm coordenado a participação dos atores regionais nos instrumentos formais de planejamento, via Planos Plurianuais e Orçamentos Anuais.



Os estudos de longo prazo “RS 2030: Agenda de Desenvolvimento Territorial, de 2014”, e o “Caderno 5: Perspectivas para o Equilíbrio Territorial e o Desenvolvimento Regional”, da série Futuro RS, de 2017, elaborados pela Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Sul, indicam que, até 2015, estava ocorrendo uma desconcentração virtuosa do desenvolvimento socioeconômico do Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul em direção ao norte do Estado. Essa desconcentração pode ser observada a partir da evolução do crescimento do emprego dos segmentos de média-alta tecnologia, principalmente ligados ao setor metalomecânico. No entanto, a partir da crise econômica de 2015, esses segmentos entraram em crise, e passaram a ganhar importância as regiões com base agroalimentar, mais capilarizada pelo território.

No que se refere à renda *per capita* dos COREDEs em relação à renda *per capita* média do Rio Grande do Sul, em 2017 as maiores rendas *per capita* relativas estão no Alto Jacuí, Serra, Metropolitano Delta do Jacuí, Produção e Noroeste Colonial. Por sua vez, as menores rendas estão no Centro-Sul, Vale do Jaguari, Litoral, Jacuí Centro e Fronteira Oeste.

Em termos dinâmicos, entre 2015 e 2017, os COREDEs que diminuíram a renda *per capita* relativa foram: Campos de Cima da Serra, Vale do Rio Pardo, Serra, Paranhana-Encosta da Serra e Hortênsias. Já as regiões com ganhos relativos no período foram: Missões, Fronteira Noroeste, Campanha, Sul e Litoral. Dessa forma, a dispersão da renda *per capita* diminuiu no Rio Grande do Sul entre 2015 e 2017 de 0,196 para 0,178, quando mensurada pelo desvio-padrão das rendas relativas dos COREDEs. Portanto, pode-se afirmar que houve um processo de convergência de renda entre os COREDEs no Estado, no período observado.

Tendo em vista o melhor atendimento das demandas do cidadão, em 2019 houve a realização de nova edição da Consulta Popular, para a qual foram disponibilizados R\$ 20 milhões, divididos nos 28 COREDEs, resultando em 42 projetos eleitos pela população. A área que recebeu mais votos foi a agricultura, com 170 mil. Outra forma encontrada para estimular as regiões do Estado foi por meio do turismo. Em 2019, foi lançado o Programa Mais Turismo RS, que visa estruturar as regiões turísticas e os municípios com reconhecido potencial turístico no Estado. Serão disponibilizados recursos de financiamentos nacionais e internacionais para a implementação de planos de investimentos e projetos de desenvolvimento do turismo. Além disso, foram fortalecidos o Programa de Apoio à Participação de Empresas Gaúchas em Feiras Internacionais e o ExportaRS, com vistas à abertura de novos mercados para as empresas gaúchas, bem como à ampliação e consolidação da participação de empresas gaúchas no mercado internacional, em especial micro, pequenos e médios empreendimentos.

Essas e outras obras foram incorporadas ao Plano Plurianual 2020-2023 no programa temático Desenvolve RS, cujo objetivo é fortalecer a atividade econômica estimulando as potencialidades regionais, por meio da participação social, da melhoria da infraestrutura dos municípios, da qualificação da mão de obra e do fomento à inovação e à modernização da produção. O programa temático guarda relação com o ODS 8, cujo intuito é a promoção do crescimento



econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, e o ODS 10, com o objetivo de reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles, têm relação com essa temática.

Para atingir esse objetivo, serão implementadas ao longo dos próximos quatro anos oito Ações Programáticas, que visam formar profissionais da nova economia nas regiões, fortalecer a competitividade dos setores produtivos gaúchos, desenvolver o turismo gaúcho, apoiar a internacionalização de empresas, bem como prover infraestrutura nos municípios e oportunidades de formação e desenvolvimento profissional nas zonas rurais.

REALIZAÇÕES DO GOVERNO EM 2019 E PRIORIDADES PARA 2020

O governo do Estado do Rio Grande do Sul completa o seu primeiro ano com um conjunto de realizações expressivas, a despeito do cenário fiscal adverso. Iniciamos novos projetos. Demos também continuidade a bons projetos em andamento. Evolução é o nosso lema. Para fins de prestação de contas à Assembleia gaúcha e à sociedade, este capítulo apresentará as realizações de cada secretaria e vinculada de maneira pormenorizada. Para tanto, busca-se mostrar quais foram os principais resultados alcançados em todas as áreas do serviço público gaúcho.

As realizações do governo são apresentadas em quatro seções, cada uma delas tratando de um dos eixos do Mapa Estratégico que orienta a atual gestão. Estado Sustentável, Governança e Gestão, Desenvolvimento Empreendedor e Sociedade com Qualidade de Vida reúnem os vetores de ação e expressam as metas pretendidas pelo mandato, bem como as vocações e competências de cada secretaria.

Ao final, as prioridades governamentais para o ano de 2020 são apresentadas, conforme compromisso assumido no Plano Plurianual 2020-2023 e nas leis orçamentárias consequentes.

REALIZAÇÕES DE 2019 POR EIXO ESTRATÉGICO

EIXO ESTADO SUSTENTÁVEL & EIXO GOVERNANÇA E GESTÃO

O eixo Governança e Gestão tem o propósito de garantir um alinhamento estratégico em todos os níveis do governo através da modernização e da desburocratização dos processos; da valorização e do desenvolvimento do servidor público; do aprimoramento dos mecanismos de transparência e da promoção da articulação e da participação social. Por outro lado, o eixo Estado Sustentável tem como objetivo alcançar o equilíbrio fiscal, reduzindo despesas, melhorando a qualidade do gasto e maximizando as receitas, buscando a qualificação e o incremento na prestação de serviços, inclusive com parcerias com setor privado e terceiro setor.

Nesse sentido, abrigam-se os esforços de várias secretarias, dentre as quais a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG) e sua vinculada Instituto de Assistência à Saúde

dos Servidores Públicos do RS (IPE Saúde); a Secretaria da Fazenda (SEFAZ) e o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE Prev), a ela vinculado; a Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SGGE) e suas vinculadas, Companhia de Processamento de Dados do Estado (PROCERGS) e Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP); a Procuradoria-Geral do Estado (PGE); a Secretaria da Casa Civil (CC); a Secretaria de Comunicação (SECOM) e a Secretaria Extraordinária de Relações Federativas e Internacionais do Rio Grande do Sul (SERFI).



Uma das principais medidas foi o encaminhamento de oito propostas à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, abordando reformas da Previdência, dos estatutos dos servidores civis e militares e das carreiras do magistério, da Polícia Civil, da SUSEPE e do IGP. Com impacto fiscal inicial estimado em R\$ 25,4 bilhões em 10 anos, as medidas da Reforma RS, abaixo apresentadas, foram elaboradas com participação relevante da SEPLAG, SEFAZ e PGE. Após as alterações negociadas, a economia ficou estimada em R\$ 21,7 bilhões em 10 anos nesse mesmo período.

Em 2019, com a reestruturação administrativa realizada no início do atual governo, foi criada a **Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG)**, resultado da junção de parte das atribuições da extinta Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) e das atribuições da extinta Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos (SMARH), tendo o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do RS (IPE Saúde) como vinculada. Com isso, a Secretaria ampliou o leque de atribuições.

Além de ser responsável pelo planejamento de políticas públicas e pela elaboração das peças orçamentárias, passou a gerir os recursos humanos e o patrimônio do Estado. Na área de planejamento e orçamento, foram encaminhados para a ALRS o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (LDO), que se tornou-se a Lei nº 15.304, e a proposta orçamentária para 2020, que após aprovação legislativa originou a Lei nº 15.399. A maior inovação das Leis Orçamentárias foi promover um realismo fiscal estabelecendo meta factível, considerando previsão de receitas de R\$ 61,2 bilhões e fixando a despesas em R\$ 66,4 bilhões, evidenciando um déficit previsto da ordem de R\$ 5,2 bilhões. Orçamento sem expansão nos gastos para todos os poderes, demonstrando isonomia no tratamento e realismo. A marca da transparência e realismo se impuseram em 2019.

Uma novidade no Orçamento 2020 foi a disponibilidade R\$ 55 milhões para emendas parlamentares. Através das 255 emendas aprovadas, R\$ 32 milhões serão destinados para obras e programas escolhidos pelos deputados e outros R\$ 23 milhões irão reforçar a Consulta Popular e o combate à violência contra as mulheres.

A SEPLAG foi responsável por coordenar o processo de elaboração do Plano Plurianual, que define os programas prioritários e as diretrizes de governo para o período entre 2020 e 2023.



Com foco em 12 programas temáticos contemplando as prioridades do governo para os próximos quatro anos, a elaboração do PPA Novas Façanhas, como ficou denominado o projeto, inovou ao se alinhar com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que o país estabeleceu com as Nações Unidas. Foram mais de três meses de discussões de uma rede que envolveu mais de 1.500 pessoas, incluindo um fórum com lideranças regionais, reuniões com secretários, órgãos estaduais e demais Poderes, oficinas temáticas e, por fim, dez dias de votação on-line, quando a sociedade pode elencar em grau de importância os programas que considera os mais importantes. A área da segurança pública foi a mais votada na consulta pública.

O processo de construção do Plano passou por várias etapas, merecendo destaque: o Ato de Abertura conduzido pelo Governador do Estado, no qual estavam presentes cerca de 520 pessoas; o Fórum do PPA 2020-2023, que contou com a participação de representantes dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs, prefeitos e demais lideranças, no qual foram debatidas as prioridades ao desenvolvimento regional para os próximos quatro anos; capacitações presenciais e EAD, oficinas com servidores e seminários de validação com o Secretariado do Estado. O Plano foi organizado a partir dos quatro eixos presentes no mapa estratégico do Governo e contempla 12 programas temáticos, que abrigam 68 ações programáticas, 413 iniciativas e 1.051 produtos. O Plano após aprovado pela Assembleia Legislativa tornou-se a Lei nº 15.326.

O ano de 2019 também foi de reestruturação no Departamento de Economia e Estatística (DEE). A partir de uma parceria firmada em setembro com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o governo do Estado retomou o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB). Desde 2018, com a extinção da Fundação de Economia e Estatística (FEE), a produção dos dados estava sob responsabilidade da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). O primeiro boletim, já fruto dessa parceria, foi o PIB do 2º trimestre de 2019, divulgado em outubro.

Ao longo de 2019, foram produzidas também estimativas populacionais do RS (Total e por municípios), PIB do 3º trimestre de 2019, PIB Anual do RS – Atualização e revisão da série histórica desde 2002, PIB Municipal de 2017, IDESE de 2016, Indicadores do Agronegócio do RS – 1º semestre de 2019. Foram também produzidas notas, relatórios, boletins e informes técnicos sobre diversos temas, entre eles: gênero no RS, contexto demográfico, trocas migratórias no RS, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos indicadores de saúde e educação, sobre agronegócio, serviços de saúde e envelhecimento da população gaúcha e sobre mercado de trabalho da Economia Criativa.

A SEPLAG igualmente teve protagonismo na realização do 1º Workshop RS/CE, que permitiu compartilhar boas práticas na gestão pública entre o RS e o estado do Ceará e que embasou estudos e a elaboração de uma proposta que incluirá o desempenho da educação entre os critérios de distribuição da cota-parte dos municípios no bolo da arrecadação de ICMS. No campo da avaliação de políticas públicas, foram avaliados os Programas de Tele monitoramento e terceirização da frota veicular, Oportunidades e Direitos RS Socioeducativos – Fase II e RS Incubadoras.

A SEPLAG também atua na produção e divulgação de informações e estatísticas que subsidiam as decisões governamentais e dos atores econômicos e sociais. Em 2019, foi lançado o Geoportal RS, com dados e metadados do Diretório Estadual de Dados Espaciais parte da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais – IEDE. No Marco Zero da IEDE/RS, foram firmadas parcerias com diversos órgãos do governo estadual: SGGE, SES, SEDUC, METROPLAN, DAER, CORSAN, DEE (SEPLAG) e SEMA. Também foi lançada a quarta edição do Atlas Socioeconômico do RS, foram elaborados os Cadernos de Regionalização do PPA 2020-2023, relacionando os diagnósticos dos perfis socioeconômicos das Regiões Funcionais do Estado com as políticas públicas previstas no PPA.

No que se refere ao gerenciamento de limites municipais, atividade igualmente sob responsabilidade da SEPLAG, no ano de 2019, visando dirimir dúvidas sobre limites municipais, foram elaborados 16 relatórios técnicos, atendendo solicitações dos municípios, IBGE e demandas judiciais.

Tratando-se da captação de recursos, grande vitória foi a prorrogação do prazo de execução da operação de crédito denominada PROREDES BIRD em três meses, possibilitando a execução complementar de R\$ 200 milhões. Isso permitiu que fosse atingida uma execução final de 99,2% do valor financiado total de US\$ 480 milhões disponíveis. Ao total, de 2012 a 2019, foram investidos aproximadamente R\$ 2 bilhões no âmbito do PROREDES BIRD, incluindo contrapartida local, em restauração e conservação de estradas, reformas e modernização tecnológica de escolas, melhoria do desempenho escolar e apoio ao setor produtivo com inovação tecnológica, além de melhorias na gestão pública, incluindo meio ambiente, previdência, gestão de ativos, parcerias público-privadas e concessões. Em 2019, também houve prorrogação do PROREDES BNDES, juntamente com a aprovação de recursos do financiamento para a ERS-118, que está em execução. De 2012 a 2019, foi desembolsado mais de R\$ 1,05 bilhão do BNDES, de um montante de R\$ 1,08 bilhão para investimentos nas áreas de agricultura, segurança pública, apoio ao setor privado, parques tecnológicos, pavimentação de acessos municipais, rodovias (ERS-118 e ERS-509) e aeroportos regionais.

Quanto à captação de recursos federais, estão sendo executados e monitorados 316 convênios e contratos de repasse, totalizando mais de R\$ 4,2 bilhões, alguns em execução desde 2006. Em 2019, foram encaminhadas 57 propostas para diversas áreas da administração federal, totalizando R\$ 244 milhões. Dessas propostas, 16 entraram em execução no final do ano, totalizando R\$ 44 milhões. As demais estão em análise nos Ministérios ou em fase de complementação de informações, com possibilidade de entrar em execução em 2020. Para o OGU 2020, está projetado cerca de R\$ 1,13 bilhão para o Estado, sendo aproximadamente R\$ 80 milhões para execução por órgãos da administração estadual e R\$ 1,12 bi de transferências fundo a fundo, principalmente para a Saúde.

Com a atual incapacidade de endividamento do Estado, uma das apostas é um sistema integrado de projetos públicos já em fase de implantação, que terá como prioridade inicial a captação de recursos por meio do orçamento-geral da União, oferecendo orientação técnica na elaboração das propostas. Outro objetivo da SEPLAG, para o ano de 2020, é ter uma rotina constante de acompanhamento da execução dos convênios, incluindo apoio para solução de entraves.

Com o fim de zelar pelo patrimônio documental do Estado, objetivando pleno acesso à informação e à preservação da memória, tanto pelo cidadão quanto pelo próprio Estado, destacam-se algumas das atividades executadas pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS no ano de 2019. Foram catalogados em torno de 16.000 mil processos de habilitação de casamento do Acervo de Registro Civil, 15.000 mil processos do acervo do Poder Judiciário e indexadas cerca de 120.000 imagens de documentos. O acervo foi disponibilizado para 900 pesquisadores, os quais realizaram 7.000 solicitações de pesquisa e para 2.500 cidadãos, que receberam 5.000 cópias de certidões. Com relação às ações de difusão, destacam-se 90 visitas, com a participação de 1.200 pessoas e atividades de educação patrimonial constituídas de 81 oficinas com 922 participantes de 11 instituições. Foram realizadas 229 reuniões presenciais e 291 atendimentos a distância relacionados a assessorias técnicas em gestão documental, atendendo 44 órgãos e eliminando 3.026 m² de documentos. Além disso, o APERS participa como um dos órgãos gestores do PROA e atua em implantações de sistemas eletrônicos aplicados à gestão de documentos arquivísticos.

Dentro do plano de reestruturação da Política de Gestão de Pessoas do Poder Executivo, a realização do Qualifica RS, um programa de seleção inédito no governo do Estado e que contou com a parceria de cinco entidades do terceiro setor entre as mais reconhecidas do país, inaugurou uma nova agenda nesta área. Ao longo do processo, foram mais de 4 mil inscrições, das quais 1.511 foram aprovadas para a segunda fase de análise de currículo para ocupar 36 posições estratégicas. Três desses cargos foram para a própria SEPLAG (Subsecretário de Gestão de Pessoas, Diretor de Recursos Humanos e Coordenador da Escola de Governo) e 33 cargos para a Secretaria de Educação: 30 coordenadores regionais de Educação (CREs) e três agentes de Controle Externo de Gestão.

Buscando o aprimoramento da oferta de qualificação e cursos aos servidores do Estado, a SEPLAG reestruturou a Escola de Governo e está articulando a implantação de uma rede das escolas do Poder Executivo. Durante o ano de 2019, a Escola de Governo capacitou 2.306 servidores. Foi realizado, ainda, diagnóstico dos recursos humanos na SEPLAG, SES, SEFAZ, PGE e SSP. Projetos de lei para reestruturação das carreiras dos servidores foram encaminhados à Assembleia Legislativa, e foram realizados fóruns de recursos humanos com todos os órgãos do Executivo. Após cinco meses de capacitação de servidores que atuam nas áreas de RH e direção de escolas, a utilização do Sistema Pasta Digital (PDI) está presente em 100% das secretarias do governo, incluindo os respectivos órgãos vinculados. Estabelecida como meta antes da virada do ano, a capacitação integral dos setores da chamada administração direta envolveu mais de três mil funcionários por meio de cursos no formato EAD. Por meio da ferramenta é possível o envio via digital de documentos ao

Departamento de Perícia Médica e Saúde do Trabalhador (DMEST), unidade oficial do Estado para avaliações periciais. O Sistema PDI tornou mais eficiente e ágil a forma de envio dos pedidos de licenças e demais processos de natureza pericial, permitindo a substituição do Prontuário em papel.

Com uma média superior a 5 mil avaliações médico-periciais por mês, tais como laudos, atestados, exames de laboratórios e formulários em geral, o DMEST fechou o ano com 66.631 demandas atendidas. Principais serviços foram: Licença Saúde: 33.760; Licença família: 6.382; Ingresso: 5.874; Delimitação de Função: 3.886; Licença Gestante/Maternidade: 1.578; Licença para assistência – filho especial: 940.

Ao longo de 2019, a SEPLAG buscou contribuir diante do desafio de tornar o governo do Estado 100% digital no prazo de quatro anos. Buscando experiências de sucesso espalhadas pelo mundo no sentido de oferecer serviços mais ágeis à população, o ponto de partida foi, no início do ano, a realização do *SmartGov* – Seminário de Inovação na Gestão Pública, com o objetivo de incorporar práticas sobre Gov Tech e cidades inteligentes durante dois dias de evento. Também com o foco em compartilhar avanços nos serviços digitais, a Secretaria lançou o HaCkAFFthon, primeira experiência no sentido de tornar os prédios públicos e os serviços do governo mais inteligentes, ágeis e inovadores. Com a ferramenta que surgiu de um desafio para startups, o usuário terá acesso a uma série de informações sobre o funcionamento do CAFF, a localização dos serviços e vagas nos estacionamentos, ao passo que os funcionários públicos poderão acionar, via aparelho de celular, diferentes situações das suas rotinas de trabalho.

No início de 2019, foi criada a Unidade de Acompanhamento das Estatais (UNEST), com o objetivo de acompanhar e avaliar a governança corporativa e o desempenho econômico-financeiro das estatais. No seu escopo de atuação também se inserem o acompanhamento dos projetos de privatização das estatais e o apoio técnico ao Comitê de Governança Corporativa das Estatais – CGCE, instituído através do Decreto nº 54.587, de 25 de abril de 2019. Dentre as principais atividades desenvolvidas ao longo do ano, destacam-se: (i) a elaboração de diagnóstico inicial de governança e perfil dos conselhos das estatais; (ii) a elaboração de relatório consolidado de acompanhamento econômico-financeiro das estatais; (iii) a produção de materiais e justificativas para subsidiar o diálogo com a Assembleia Legislativa e a sociedade no âmbito dos projetos de privatização; (iv) a interlocução e o acompanhamento sistemático dos processos de privatização; e (v) a produção de guias de orientação para os representantes do Estado nos conselhos das empresas estatais.

As compras do Estado passaram, e ainda passam, por grande transformação, melhorando a gestão dos recursos públicos e a efetividade das demandas, projetos e políticas públicas dos órgãos e entidades. Os principais eixos de atuação foram o investimento em tecnologias da informação, a capacitação de alto nível técnico da equipe da Central de Licitações do Estado e a qualificação de infraestrutura. Dentre as ações realizadas, tem destaque o desenvolvimento e a implantação do

Sistema de Gestão de Compras do Estado, o qual vem servindo de referência para demais entes da Federação e inclusive para outros países.

A CELIC realizou, ao longo de 2019, um total de 875 licitações para aquisições e contratações de serviços e obras. Dos valores que estavam estimados para os lotes cujos certames terminaram com êxito, a CELIC registrou uma economia de 21,41%, o que representou uma economia superior a R\$ 129 milhões. Já nas licitações para venda de imóveis, veículos, aeronaves, equipamentos e demais itens, o valor arrecadado passou de R\$ 950 milhões. O montante ficou R\$ 13 milhões acima da avaliação inicial para os bens arrematados em 2019. Principais números:

- AQUISIÇÕES, SERVIÇOS E OBRAS

 - Licitações: 875

 - Lotes licitados: 2.335

 - Lotes Adjudicados: 1.469

 - Lotes desertos ou prejudicados: 866

 - Tempo médio: 60 a 90 dias

 - Valor Estimado total: R\$ 991.754.228,26

 - Valor Estimado Adjudicado: R\$ 605.807.078,74

 - Valor Adjudicado: R\$ 476.127.034,38

 - Economia: R\$ 129.680.044,36

- ALIENAÇÕES

 - Licitações: 90

 - Lotes licitados: 474

 - Lotes Arrematados: 359

 - Lotes desertos: 115

 - Valor Estimado total: R\$ 999.104.215,40

 - Valor Estimado Arremates: R\$ 936.649.439,16

 - Valor Arrematado: R\$ 950.498.409,28

 - Ganho: R\$ 13.848.970,12 (+ 1,48%)

Com relação acervo imobiliário do Estado, segundo levantamento realizado, das 8.832 matrículas regularizadas, 6.576 destinam-se a escolas, unidades policiais, presídios e outras instalações públicas. Durante o ano de 2019, a SEPLAG realizou oferta de alguns desses imóveis, arrecadando um total de R\$ 5,5 milhões. Parte dos imóveis que não estão sendo utilizados serão permutados por vagas prisionais. As permutas por novos presídios somam R\$ 99 milhões de investimento e significarão a abertura de 1.500 vagas.



Com a reforma administrativa no início do governo, houve a criação da Subsecretaria de Patrimônio do Estado (SPE), que contabilizou ao longo de 2019: 13 imóveis vendidos (R\$ 5,51 milhões); 95 cessões de uso autorizadas pelo Comitê Gestor (62 municípios contemplados); 4 permutas de imóveis; R\$ 11,9 milhões em arrecadação para o Fundo (alienações e uso oneroso); 312

imóveis com avaliação concluída (189 para venda e os demais para uso oneroso ou locação). Logo nos primeiros meses do ano, a SEPLAG também tirou de circulação 1.789 veículos da frota oficial do Estado e integrou as medidas iniciais de corte dos gastos. O objetivo era reduzir no mínimo 1.000 automóveis nos mais diferentes setores da máquina pública. Com a redução do número de veículos e outras ações de controle foi possível fechar o ano como uma economia de R\$ 2,23 milhões apenas nos gastos com combustíveis. O Estado gasta cerca de R\$ 92 milhões/ano com o abastecimento de veículos. Parte da frota desativada foi vendida em dois leilões, somando uma arrecadação de R\$ 1,3 milhão. Outros 166 automóveis foram doados para prefeituras e demais instituições. O Estado fechou 2019 com uma frota de 17.737 veículos.

Com a nova estrutura do Estado, a SEPLAG se adaptou para trazer a inovação para as ações de governo, criando o Laboratório de Inovação – Labinova, que tem como objetivo transformar a maneira como os projetos são pensados e implementados. Também faz parte das atividades do Laboratório apoiar em melhores processos e na tomada de decisão, incentivando o uso de Ciência de Dados que, junto com as novas tecnologias, podem trazer resultados rápidos e mais precisos. Ao final de 2019, o Labinova recebeu a missão de modificar a estrutura tecnológica da SEPLAG, trazendo a atribuição de TI da secretaria para si, assim a elevando a um papel mais estratégico. Destacam-se entre suas atividades desenvolvidas em 2019: organização do SmartGov (evento de Inovação com especialistas internacionais na Tecnopuc) e do HaCkAFFthon (primeiro hackathon com edital do Estado que trouxe uma ferramenta pronta como resultado), acima mencionados; participação no GTD Gov, primeiro grupo multiestudos sobre o tema transformação Digital; desenvolvimento do Sistema de Contratos da SEPLAG; e implementação de telefonia VoIP no CAFF. Além disso, o Laboratório tem apoiado outras secretarias, com metodologias inovadoras a fim de estimular a geração de resultados efetivos nos projetos das mesmas.

Cabe salientar, como secretaria-meio, que a SEPLAG teve atuação direta na reestruturação administrativa realizada na arrancada do governo, auxiliando diretamente na estruturação das demais pastas e áreas com intuito de qualificar os serviços.

Esta sintonia com a realidade fiscal do Estado e aos desafios para recuperar o equilíbrio das contas públicas também esteve presente na gestão do IPE Saúde, que é responsável pelo atendimento médico, hospitalar e ambulatorial de mais de 1 milhão de beneficiários. Ao longo de 2019, a rede de 9.725 credenciados (entre médicos, hospitais, clínicas, laboratórios e outros prestadores de serviços), o Instituto somou 15.972.640 atendimentos (5,2% acima do ano anterior). Com uma receita que superou a casa dos R\$ 2,339 bilhões no ano passado, o IPE Saúde teve uma atuação destacada na recuperação de valores em atraso, que somou R\$ 34,7 milhões. Já a despesas no mesmo período ficou em R\$ 2,167 bilhões. No comparativo com o exercício anterior, a receita teve uma evolução positiva de 6,15%, enquanto no campo das despesas este percentual ficou em 4,1%. Este desempenho torna-se mais significativa quando comparado à inflação específica do IPCA para os serviços de saúde, que no período alcançou 7,08%.



Além destes resultados em termos financeiros e do número de atendimentos, importante frisar os avanços do IPE Saúde como sistema de saúde dos Servidores Públicos na modernização dos atendimentos por meio digital. Houve a implantação, por exemplo, do processo de transmissão eletrônica da documentação básica referente a cobrança de serviços prestados pela rede credenciada, projeto que atingiu 40% dos prestadores. É possível agora realizar o atendimento sem cartão em casos especiais. Basta o cliente solicitar a autorização via site que o Instituto envia mensagem ao telefone do segurado com a autorização e órgão prestador de serviço pode consultar a autorização.

Na **Secretaria da Fazenda**, ao longo de 2019, foi dada continuidade às ações que buscam prover o Estado de recursos econômico-financeiros suficientes para o atendimento de sua função social. Nesse âmbito, registram-se ações de otimização e de racionalização das despesas públicas, com controle e transparência; de ampliação e de qualificação da interação da Secretaria com a sociedade e com os órgãos públicos, bem como de aperfeiçoamento e inovação da gestão fazendária.

Em 2019, o Governo elegeu a implementação de reformas estruturais como agenda prioritária para buscar o equilíbrio fiscal e impulsionar o desenvolvimento do Estado, com participação ativa da Secretaria da Fazenda. Destacam-se medidas em três eixos: otimização e racionalização dos gastos públicos; modernização da estrutura de arrecadação tributária; programa de desestatizações e parcerias com o setor privado.

A fim de viabilizar a desaceleração do crescimento das despesas correntes, a SEFAZ, além de participar da elaboração das reformas encaminhadas à Assembleia Legislativa, trabalhou para manter o controle permanente das despesas correntes, com uso de informações da Nota Fiscal Gaúcha eletrônica. Por meio do Projeto Gerenciamento Matricial de Despesa do Programa de Qualidade do Gasto, registrou-se ainda uma economia de R\$ 214.666.659,000 somente em 2019. Nesse Projeto, as despesas correntes mensais dos órgãos têm sido analisadas por grupos de unidades semelhantes, de maneira a obter um gasto médio que permite identificar, entender e atuar sobre as despesas discrepantes.

No ano, também houve quitação recorde de precatórios, com inédita redução líquida no estoque (diferença entre os quitados e os novos inscritos), por meio do fortalecimento do programa de compensação com dívida ativa, o Compensa-RS, que permitiu a compensação de débitos inscritos em dívida ativa com precatórios vencidos do Estado. Dessa forma, foram liquidados R\$ 933 milhões em precatórios, totalizando o equivalente a 2.993 precatórios abatidos em 6.725 baixas de dívidas ativas. Além do Compensa-RS, foi adotada uma nova sistemática de trabalho da Câmara de Conciliação de Precatórios, que garantiu mais agilidade no andamento dos processos, resultando em aumento no número de acordos celebrados e diminuição do estoque da dívida. Apenas em 2019, foram resolvidos mais de 3,5 mil processos por meio de acordos de conciliação, reduzindo

o estoque da dívida em R\$ 502 milhões. Esses esforços envolveram equipes do Tesouro do Estado, da Procuradoria-Geral do Estado e do Tribunal de Justiça.

Durante o ano de 2019, ainda, houve esforços de gestão fiscal para equacionar parte das despesas de exercícios anteriores, que somavam R\$ 4,4 bilhões no início do ano. Entre alguns resultados importantes da SEFAZ na gestão de caixa com vistas à garantia da prestação de serviços públicos, sublinha-se a liberação de linha de crédito de R\$ 160 milhões para as santas casas e hospitais filantrópicos (FUNAFIR) e a definição de um plano de quitação em 16 parcelas dos passivos da Saúde, acumulados desde 2014, estabilizando os pagamentos. Também houve estabilização nos repasses que garantiram a retomada de contratos do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens (DAER).

No que diz respeito à receita pública, por sua vez, em junho de 2019, foi lançado o programa Receita Digital 2030, com ações voltadas para qualificar a relação fisco-contribuinte e ampliar a arrecadação, por meio de medidas de otimização e eficiência da receita e de combate à sonegação. Quanto à relação com o contribuinte, foram propostas medidas de simplificação da arrecadação, como a obrigação fiscal única e a crescente disponibilização de serviços digitais. Além disso, foi iniciado o diálogo com os setores para adequação das regras da substituição tributária e para a análise e adoção de práticas que atendam às demandas dos principais setores econômicos do Estado, por meio dos Grupos Especializados Setoriais (GES). Para o cidadão, diretamente, foi criado o Prêmio Instantâneo da Nota Fiscal Gaúcha (NFG), além dos tradicionais benefícios ao consumidor, com sorteios mensais de prêmios em dinheiro e repasses mensais às entidades sociais. Apenas no ano de 2019, foram distribuídos R\$ 5,7 milhões em prêmios aos cidadãos por meio dos sorteios, além de repasses na ordem de R\$ 16,6 milhões para entidades de assistência social, educação, saúde e defesa e proteção dos animais. O ano se encerrou com mais de 1,8 milhão de contribuintes cadastrados no programa NFG. Em parceria com a PROCERGS, ainda, foi lançado o aplicativo Menor Preço Nota Gaúcha, que permite que os usuários encontrem o menor preço de um produto em tempo real, comparando os preços de mais de 300 mil estabelecimentos credenciados no programa NFG.

Já com vistas a elevar a arrecadação, foram adotadas medidas de otimização e eficiência, de combate à sonegação e de revisão de alíquotas e de benefícios fiscais. Com esforços de administração tributária, houve crescimento da arrecadação acima da inflação e do PIB, mesmo em meio ao cenário adverso desse exercício. Na cobrança de devedores, em específico, até novembro de 2019, foram arrecadados R\$ 2,4 bilhões, o melhor índice dos últimos cinco anos, considerando as compensações realizadas. Para tanto, contribuíram as ações do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos do RS (CIRA-RS), composto pela Secretaria da Fazenda, pela PGE e pelo Ministério Público (MPRS), dedicado a combater a sonegação fiscal, agilizar a cobrança dos devedores e viabilizar a responsabilização criminal nos casos de crime contra a ordem tributária.

Em relação à fiscalização, foram deflagradas 37 operações de combate à sonegação e seis programas de autorregulização para os contribuintes em 2019. Ao todo, foram constituídos mais de

R\$ 1,8 bilhão em autuações no combate à sonegação. O novo modelo também proporcionou efeitos positivos no julgamento de processos decorrentes de contestações por parte de contribuintes em relação à tributação. O valor julgado em 2019 foi de R\$ 5,2 bilhões, mais de 300% acima do mesmo período de 2018. Assim, o valor do estoque de processos caiu de R\$ 4 bilhões para R\$ 1,3 bilhão em 2019.

No que diz respeito às desonerações fiscais, foram lançadas novas diretrizes de gestão, calcadas na transparência, governança e avaliação dos seus efeitos socioeconômicos. Para tanto, foi constituída uma equipe técnica diversificada, responsável pela elaboração de estudos específicos, com auxílio do Ministério da Economia, o que foi viabilizado por meio de convênio inédito no País. Por meio do então criado Comitê de Controle e Gestão de Incentivos Fiscais, de composição intersetorial, já se garantiu o repasse de dados completos ao Tribunal de Contas do Estado sobre os benefícios fiscais desde 2014, incluindo a lista de mais de 25 mil empresas beneficiadas. Também foi encaminhado projeto de lei que adéqua os benefícios fiscais concedidos pelo Estado às exigências da legislação federal (Lei Complementar federal nº 160/2017 e ao Convênio CONFAZ 190/2017), garantindo maior segurança jurídica aos empreendedores.

Por sua vez, para alívio do fluxo de caixa, foram viabilizadas receitas extraordinárias, totalizando mais de R\$ 1,5 bilhão no ano: R\$ 217 milhões da cessão onerosa do Pré-Sal brasileiro, repassado para o Estado em dezembro; R\$ 49,5 milhões da venda de lote residual das ações PNB do BANRISUL (sem direito a voto); R\$ 464 milhões da venda de créditos do Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDOPEM), em parceria com a Central de Licitações da SEPLAG; mais de R\$ 720 milhões do Programa Especial de Quitação e Parcelamento de Débitos de ICMS – Refaz 2019 e outros R\$ 140 milhões que já ingressaram relativos à incidência do ICMS sobre a cesta básica – cobrança que estava suspensa devido a processo em julgamento no Supremo Tribunal Federal e que resultou em ganho de causa para o Estado. A estimativa de ingresso é de cerca de R\$ 500 milhões.

Por fim, a Secretaria da Fazenda seguiu conduzindo a negociação junto à União para celebrar a adesão do Estado do Rio Grande do Sul ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). As negociações avançaram em 2019 e prometem propiciar fôlego financeiro no curto prazo. O encaminhamento de propostas de reforma da Previdência Estadual, que replica a aprovada pelo Congresso Nacional, e de modificação de itens nas carreiras que fomentam o crescimento vegetativo da folha, sinaliza positivamente no sentido do cumprimento das medidas para a adesão. A economia total com as medidas propostas pode chegar a R\$ 21,7 bilhões em 10 anos, sendo R\$ 13,8 bilhões com as alterações previdenciárias.

Cumprir ainda destacar projetos desenvolvidos no âmbito da Contadoria e Auditoria Geral do Estado (CAGE), tais como a estruturação para implementação da Lei Anticorrupção Estadual (Lei nº 15.228/2018), o Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria (MINA) e o aperfeiçoamento do Portal da Transparência. Quanto à mencionada Lei, foram finalizados os estudos para a sua regulamentação, bem como planejadas as ações necessárias à institucionalização dos

processos administrativos de responsabilização por danos causados à Administração Pública e à avaliação dos programas de integridade das pessoas jurídicas contratadas e/ou conveniadas com o Estado. Já por meio do MINA, iniciou-se um processo de geração eletrônica de trilhas de auditoria que permitem evidenciar desvios na despesa pública. Atualmente, os painéis de controle do MINA já monitoram um montante equivalente a mais de R\$ 500 milhões por ano, relativos a despesas de água, energia e processamento de dados. A expectativa é que, até o final de 2021, essa solução esteja monitorando valores próximos a R\$ 1 bilhão e que, até o final de 2022, alcance 70% da despesa pública. O Portal da Transparência, por sua vez, está sendo reestruturado de modo a expandir o escopo de dados disponíveis ao cidadão em um único canal de acesso, incorporando soluções de inteligência de negócios, que ampliarão a acessibilidade, a responsividade e a transparência ativa, o que possibilitará uma melhor compreensão das informações pela sociedade e estimulará o controle social.

No que diz respeito às realizações do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE Prev), 2019 encerrou com o pagamento de 170.855 aposentadorias e 46.871 pensões. Em termos de gestão, cabe destacar o processo de cadastramento *online* para regularização das pensões das filhas solteiras pensionistas do Estado, levado a cabo ao longo do ano, por exigência da Lei Complementar nº 15.142, de 05 de abril de 2018, que dispôs sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul (RPPS/RS).

Ainda, foi composto grupo de trabalho para estudar a adoção de medidas necessárias para a obtenção da certificação do “Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” – Pró-Gestão RPPS. O Pró-Gestão RPPS contempla três dimensões: Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária. Com a certificação haverá maior transparência no relacionamento com os segurados e com a sociedade, bem como significativa melhoria na organização das atividades e dos processos da Autarquia.

Em 2019, foi criada a **Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SGGE)**, com parte das atribuições até então conduzidas pela extinta Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). A nova Secretaria deu continuidade à articulação, ao monitoramento e à avaliação das ações estratégicas de governo. Em específico, a SGGE conduziu o processo de elaboração e definição do Mapa Estratégico da gestão 2019-2022, apresentado em seção anterior. O mapa é composto pelos quatro eixos estratégicos (Estado Sustentável, Governança e Gestão, Sociedade com Qualidade de Vida e Desenvolvimento Empreendedor), que relacionam 19 objetivos estratégicos, os quais, por sua vez, visam a três entregas de valor fundamentais: serviços públicos modernos e ágeis; Estado competitivo e sustentável e uma sociedade próspera. A partir desses objetivos estratégicos, a Secretaria, com a assessoria do Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP), conduziu junto a secretários e corpo técnico o processo de elaboração e definição da estrutura e das metas de 94

projetos prioritários da gestão. Esses projetos passaram a ser monitorados pelo Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Em 2019, foram realizados 4 ciclos de monitoramento e avaliação dos projetos prioritários, com a participação de 42 secretarias e vinculadas.

A SGGE também deu início à implantação do novo Sistema de Governança e Gestão (Decreto Estadual nº 54.581/2019), levando em consideração oito princípios: capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, transparência, inovação e entrega de resultados. A nova sistemática objetiva direcionar, monitorar e avaliar as ações governamentais, a fim de buscar resultados para a sociedade, por meio da simplificação administrativa, da modernização da gestão pública e da integração dos serviços públicos. Para tanto, estão previstas a criação de novas instâncias de gestão, além dos colegiados já existentes, a serem dispostas em duas frentes: a Governança Interna, que tem a responsabilidade de analisar e deliberar sobre as pautas estruturantes do governo, e a Governança Externa, com o intuito de integrar a sociedade civil com a agenda do Estado em temas de relevância.

Nesse contexto, em abril foi instituído o Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo (CEDE), coordenado pela SGGE e formado por outras sete secretarias do Executivo e sete representantes da sociedade civil. O CEDE tem apoiado a identificação e implementação de medidas de simplificação administrativa e melhoria dos serviços públicos. Tendo em vista melhorar o ambiente de negócio para empresas gaúchas, novas e existentes, foi lançado, em agosto de 2019, o projeto Descomplica RS, que já levou à revogação de mais de 900 normas em desuso no Estado. Além disso, por meio dos esforços da Secretaria, 137 novos municípios gaúchos aderiram à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – RedeSim, que visa à integração de processos de órgãos públicos, necessários à abertura de novos negócios (Junta Comercial, Receita Federal, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e Secretaria da Fazenda). Atualmente 296 municípios estão integrados à RedeSim. Outra simplificação realizada no âmbito do projeto Descomplica RS em 2019 foi a do pagamento das taxas de licenciamento ambiental e autos de infração para empreendedores, cuja guia passou a ser emitida via Sistema Online de Licenciamento Ambiental (SOL) e paga em qualquer agência bancária, não mais somente no BANRISUL. O SOL, desenvolvido pela PROCERGS (companhia vinculada à SGGE), para a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA) e a Fundação Estadual de Proteção Ambiental, tem como objetivo automatizar as solicitações de licenciamentos ambientais via internet.

De maneira sinérgica a isso, cabe mencionar outros resultados alcançados pela SGGE no âmbito do Governo Digital. Em 2019, a Secretaria manteve a coordenação das políticas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) do governo, tendo estabelecido parceria com a Central de Licitações para a aquisição e contratação de 100% dos ativos de TIC, para que 100% dos projetos de TIC estivessem alinhados aos projetos estratégicos do Governo, conforme planejado. Nessa mesma linha, a Política de TIC do RS foi atualizada e novos padrões técnicos foram elaborados e publicados. A SGGE também adotou medidas para conduzir o governo gaúcho na direção da

transformação digital, tais como a adesão pioneira de um estado à Rede Gov.BR, a Rede Nacional de Governo Digital. A Rede Gov.br visa à promoção de intercâmbio de informações, ferramentas, soluções tecnológicas e experiências de transformação digital entre os diferentes órgãos e esferas da Administração Pública. Desse intercâmbio, catalisou-se a reorganização e o lançamento do portal unificado de serviços digitais, o rs.gov.br.

O Portal rs.gov.br é a porta de entrada para os serviços do Estado e centraliza 243 serviços, dos quais 95 são totalmente digitais – ou seja, iniciados e finalizados de maneira *online*, sem necessidade de deslocamento físico até os órgãos públicos. O Portal funciona de modo responsivo, podendo ser utilizado em qualquer dispositivo, como celular, *tablet* ou computador, e apresenta *layout* intuitivo e didático, de fácil acesso e com diversas funcionalidades. Nele, o usuário encontra em destaque uma barra de pesquisa e as demandas mais acessadas. Além de disponibilizar em uma mesma plataforma a carta de serviços digitais do governo, o portal apresentou mais novidades: oito serviços inéditos, tais como a Guia Eletrônica de Pagamento para a Retirada de Veículo em Depósito (DETRAN RS); o Escola RS (Secretaria da Educação) e o Alerta de Furto e Roubo (Secretaria da Segurança Pública). Desde seu lançamento, em novembro, o Portal alcançou mais de 75 mil acessos, além de já contar com mais de 52 mil usuários cadastrados para utilizar serviços. A nova plataforma foi uma iniciativa do governo do Estado liderada pela SGGE, com suas vinculadas – Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP) e Companhia de Processamento de Dados do Estado (PROCERGS).

No âmbito do planejamento regional, o Governo do Estado realizou mais uma edição da Consulta Popular. Nessa edição, contudo, o processo, existente desde 1998, deu um enfoque maior aos projetos voltados ao desenvolvimento regional. Para definir os projetos a serem votados pela população, a SGGE realizou 56 assembleias regionais nas 28 regiões dos COREDEs. Ao todo, 97 projetos foram disponibilizados nas cédulas de votação, a qual ocorreu durante três dias de setembro, contabilizando 253.832 votos, *online* e presenciais. O valor disponibilizado foi de R\$ 20 milhões, divididos nos 28 COREDEs, resultando em 42 projetos eleitos pela população. A área mais votada foi a agricultura, com 170 mil votos em 23 COREDEs, com a destinação de R\$ 12,847 milhões em verbas.

Além da nova edição da Consulta Popular, o governo liberou mais de R\$ 60 milhões dos cerca de R\$ 80 milhões previstos para a realização dos projetos da Consulta Popular votados no ano de 2018. A verba irá beneficiar 46 municípios e corresponde a 78 projetos, como de extensão e desenvolvimento da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), reaparelhamento da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), apoio a parques e polos tecnológicos, além de infraestrutura e regionalização do turismo.

Afora essas medidas, registram-se ações da SGGE no sentido da concretização de parcerias público-privadas e concessões de serviços públicos, em conjunto com a Secretaria

Extraordinária de Parcerias, captando investimentos privados para melhorar os serviços e estimular o desenvolvimento do Estado. Em 2019, foi lançado o edital de licitação, com o apoio técnico da SGGE, para modelagem de negócio, e realizado o leilão da parceria público-privada da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), com o intuito de acelerar a universalização dos serviços de coleta e de tratamento de esgotos na Região Metropolitana de Porto Alegre, ampliando a cobertura de esgoto de 14% para 87,3%, em até 11 anos. Em 2019, ainda, entraram no cenário de estudo para concessão à iniciativa privada a rodoviária de Porto Alegre e os mais de mil quilômetros de rodovias estaduais, atualmente com a Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) e com o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER). Consultas públicas específicas foram realizadas, como a concessão da rodoviária de Porto Alegre, da Rodovia RSC-287 e da ERS-324. A concessão da RSC-287 prevê R\$ 2,2 bilhões de investimento privado no trecho de 204 quilômetros entre Tabai e Santa Maria. Já a ERS-324 prevê R\$ 1,2 bilhões de investimento privado no trecho de 115 quilômetros entre Passo Fundo e Nova Prata. O contrato, válido por 30 anos, estabelece que a concessionária faça a duplicação total dos trechos. Para 2020, estão previstos o estudo e o desenvolvimento de novos projetos de viabilidade para concessões nas rodovias que hoje são administradas pela EGR (752 km) e mais alguns trechos do DAER (250 km).

Vinculado à SGGE, por sua vez, o Escritório de Desenvolvimento de Projetos tem atuado como órgão de apoio técnico e metodológico aos projetos transversais conduzidos pela SGGE. Nesse contexto, desempenhou o papel de assessorar no Planejamento Estratégico do Governo – especialmente na etapa de desdobramento do Mapa Estratégico em projetos –, no DescomplicaRS, no portal unificado de serviços rs.gov.br e na Consulta Popular. Além disso, o EDP liderou a elaboração e implantação da Trilha de Capacitação aos Gestores dos Projetos Prioritários, que, em dezembro de 2019, concluiu a formação de 26 servidores de distintas instituições do Executivo. Tem atuado intensamente ainda na construção da Política de Relacionamento com o Cidadão, que tem como propósito aproximar o Estado do cidadão gaúcho por meio de um atendimento único, mais simples e fácil e menos burocrático.

Durante o ano de 2019 a **Procuradoria-Geral do Estado** registrou recorde e somou mais de R\$ 1 bilhão em arrecadação, através da busca diária para garantir, facilitar e viabilizar a regularidade de pagamentos dos contribuintes. A PGE também reforçou a arrecadação do Estado por meio de acordo de mais de R\$ 220 milhões com empresa do ramo de alimentos, finalizando débitos em discussão judicial que tramitam há mais de uma década. Além disso, no que se refere ao combate à sonegação, a decisão do Tribunal de Justiça (TJ-RS) em favor do Estado assegurou a constitucionalidade do arrolamento administrativo de bens de devedores, tal como previsto pela Lei Estadual nº 14.381/2013, reforçando o trabalho da PGE.

Após intensa atuação da PGE, o Tribunal de Justiça emitiu decisão que manteve crédito tributário constituído de ICMS em montante superior a R\$ 100 milhões referente ao setor de

telecomunicações. O caso envolveu longa discussão judicial sobre a incidência do ICMS em serviços de telecomunicações cobrados por empresa autorizatória de serviços de telefonia fixa de seus clientes, que não eram oferecidos à tributação. A PGE também assegurou junto ao TJ-RS a manutenção de créditos que ultrapassam R\$ 40 milhões para o Estado. A regularidade da cobrança era discutida em duas ações judiciais que envolviam ICMS.

Em acordo envolvendo pagamentos mensais e precatórios para compensação, a Procuradoria garantiu conciliação com o reconhecimento de dívida histórica de empresas de grupo econômico do ramo de embalagens. Com a negociação, oito empresas e seus sócios, como responsáveis solidários, assumiram um passivo tributário de aproximadamente R\$ 52 milhões. As execuções fiscais decorrem, em sua maior parte, de ICMS não informado. A atuação da PGE também reverteu no TJ-RS decisões que condenavam o Estado ao pagamento de mais de R\$ 100 milhões em ações envolvendo duas arroteiras.

Em questão movida por grandes supermercados e por empresas da indústria alimentícia, a vitória da PGE junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) garantiu ao Estado, ainda, mais de R\$ 650 milhões. Discutia-se, nesse caso, a possibilidade de beneficiamento de empresas com o pagamento do ICMS sobre a base de cálculo reduzida e, ao mesmo tempo, a viabilidade de creditarem-se integralmente dos tributos pagos nas operações anteriores, o que não é autorizado na legislação estadual gaúcha. A PGE garantiu, ainda em 2019, a manutenção de créditos tributários superiores a R\$ 9 milhões. A tese da Procuradoria foi acolhida em segunda instância, pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, que deu ganho de causa ao Estado em processo envolvendo indústria do ramo de confecções, no âmbito de operação interestadual.

A viabilização da Penitenciária de Bento Gonçalves, inaugurada em outubro, também contou com trabalho da PGE, através de um projeto com investimento de R\$ 30,9 milhões que envolveu a permuta de imóveis do Estado, com parceria ativa da SEPLAG. Além da estruturação jurídica do modelo adotado para esse tipo de contrato, que serve, também, para outras ações semelhantes, a PGE atuou na escrituração dos imóveis. Por meio desse mesmo modelo está em andamento a obra da Penitenciária Estadual de Sapucaia do Sul (600 vagas) e será viabilizada a ampliação no Complexo Prisional de Canoas (192 vagas).

A Procuradoria-Geral do Estado teve atuação também em outras áreas da segurança, elaborando fundamentação jurídica para o Programa de Incentivo ao Aparelhamento da Segurança Pública (PISEG), que possibilita a destinação de parte dos valores de ICMS para ações específicas da área, como será abordado adiante. Ainda garantiu, no Supremo Tribunal Federal (STF), que líderes de grupos criminosos reclusos em penitenciárias federais não retornassem ao Estado, evitando a proximidade com outros integrantes de suas facções.

Em agosto de 2019, foi criada a Escola Superior de Advocacia de Estado Professor Almiro do Couto e Silva – ESAE-PGERS que tem a finalidade de promover formação, capacitação,

qualificação e aperfeiçoamento profissional dos membros e servidores da PGE. A Escola pode, também, diretamente ou mediante parceria com outras Escolas de Governo, promover capacitação, qualificação e aperfeiçoamento profissional dos servidores e empregados públicos da Administração Direta e Indireta do Estado nas áreas de atuação da PGE, bem como nas áreas que tenham implicação com a atividade jurídica.

A PGE ainda firmou acordo de penhora de faturamento e compensação de precatórios com grupo econômico formado por empresas distribuidoras de medicamentos do norte do Estado. A questão envolvendo débitos fiscais inscritos em dívida ativa totaliza R\$ 108 milhões.

A **Secretaria da Casa Civil**, por sua vez, adotou algumas medidas de redução de gastos, em atendimento ao Decreto Estadual nº 54.479/19, incluindo a conversação com diversos prestadores de serviço com quem mantém contratos, visando à redução dos valores. A redução de custos em 2019 foi de R\$ 868.627,72 em relação a 2018. Foram, ainda, captados recursos pelo Instituto Histórico e Geográfico do RS, para implantação do projeto de PPCI no Palácio Piratini, com base na Lei Rouanet, junto ao BANRISUL. Também foi elaborado o PPCI do Galpão Crioulo e do Anexo da Casa Civil.

Além disso, foram elaborados, acompanhados e executados projetos de conservação e restauração do Complexo do Palácio Piratini, incluindo a recuperação de diversas peças de mobiliário histórico, do Complexo das Hortênsias e de edificações da Governadoria no Parque de Exposições Assis Brasil. Para as comemorações do Centenário do Palácio Piratini, foram elaborados e acompanhados projetos especiais como: readequação das redes elétricas, dados e telefonia.

No âmbito do projeto Descomplica RS, acima mencionado, a Casa Civil participou da classificação de 21.372 decretos publicados entre 1989 e 2018, por competência das Secretarias de Estado. Foram identificados aqueles cuja eficácia já foi exaurida no tempo, pois apresentavam vigência para um exercício financeiro ou um prazo específico. Foi também realizada supervisão, na revisão feita pelas Secretarias de Estado, de 2.942 decretos relacionados a suas competências. Foram revistos e editados 900 decretos e publicado manual de boas práticas para atos administrativos normativos e ordinários, buscando aprimorar a produção de atos no Estado.

Ainda, foi implementado o Programa de Qualificação de Agentes Públicos Estaduais nas áreas de Ética, Controle Público e Transparência. Com relação às demandas da Lei de Acesso à Informação (LAI), no ano de 2019, ingressaram 2.995 pedidos de acesso à informação, o que significou uma média mensal de 249,58 pedidos. O tempo médio de resposta foi inferior a 19 dias.

Papel fundamental foi desempenhado, também, na coordenação da aprovação de medidas relevantes para o Estado, como o fim do plebiscito e a autorização legislativa para a privatização de empresas estatais e o pacote de reformas estruturais, como na previdência, nos estatutos e em algumas carreiras dos servidores públicos.

No decorrer de 2019, a **Secretaria de Comunicação** foi responsável pela cobertura diária de reportagem, fotografia, rádio e TV das ações desenvolvidas pelo governo em todo o Rio Grande do Sul. Também atuou na publicidade, *marketing* e comunicação digital, auxiliando os órgãos a levarem ao cidadão a informação, a prestação de contas e a publicidade dos atos governamentais inclusive nas redes sociais, *sites* e *apps*, incluindo a divulgação de campanhas e prestação de serviços.

Cabe destacar a criação e divulgação da nova marca do governo, formada pela sigla do Estado, RS, e a palavra "gov", cada uma nas cores da bandeira do Rio Grande do Sul. Em junho, o canal do RS na internet lançou uma série de cinco vídeos sobre torcedores na Copa América, com o nome de "Rio Grande – um Estado de todas as nações".

Mantendo o compromisso do governo de garantir uma comunicação clara e transparente, foram reunidas informações essenciais sobre a Reforma RS, um conjunto de medidas para enfrentar a grave crise do RS, no endereço eletrônico www.estado.rs.gov.br/reforma-rs. Os projetos buscam ajustar as contas por meio de ações como a modernização da legislação, redução de burocracias e revisão das estruturas de carreiras de servidores civis e militares.

Em dezembro, ainda, foi lançado o Balanço do ano de 2019, publicação de responsabilidade da SECOM, que apresenta um conjunto de realizações do primeiro ano de Governo da gestão 2019-2022. O objetivo do documento foi mostrar à sociedade quais foram os principais resultados alcançados em todas as áreas do serviço público gaúcho.

Por fim, a **Secretaria Extraordinária de Relações Federativas e Internacionais do Rio Grande do Sul (SERFI)** foi criada em 2019 com a atribuição de promover articulação, encaminhamento e acompanhamento de assuntos de interesse do Estado do RS, em Brasília. No âmbito das Relações Federativas, a SERFI atendeu 251 demandas no ano de 2019. Dentre essas, destaca-se o encaminhamento dos pleitos do RS ao Orçamento Geral da União de 2020, protocolados em todos os ministérios de competência, bem como a entrega de pleitos e demandas estaduais e municipais ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A SERFI realizou também encaminhamento de projetos de Pesquisa da Universidade de Brasília ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que viabilizam a utilização do tanino, extraído da casca da Acácia Negra (cultivada exclusivamente no RS, por 40 mil famílias, em 90 mil hectares), na cadeia produtiva de látex anti-alergênico, na produção de adubo natural e na indústria pneumática. Atuou também na articulação política com Ministérios e órgãos federais, especialmente Saúde, Agricultura e Logística, e monitoramento de repasses de emendas parlamentares e propostas voluntárias direcionadas ao RS, prestando apoio às Frentes

Parlamentares em Defesa das BRs 116, 448, 285 e 370, da Cultura Gaúcha, do Carvão Mineral, da Cadeia Produtiva da Reciclagem e do Combate ao Câncer Infantil.

Durante 2019, houve presença constante da SERFI nas reuniões da bancada gaúcha, em especial nos encaminhamentos relativos às sugestões do Governo do RS aos parlamentares, tratando de temas como obras de infraestrutura inacabadas no Estado, aquisição de materiais e equipamentos para escolas técnico-agrícolas e definição de áreas a serem contempladas com as emendas de bancada.

Na área de relações internacionais, a SERFI atendeu, no ano de 2019, 73 demandas. Dessas, merecem destaque a atuação da SERFI para apoio na implantação de aduana integrada, que se tornou pauta da agenda binacional Brasil-Argentina. Também fez a articulação da reunião sobre Tarifa Externa Comum (TEC), no MERCOSUL, sobre setor petroquímico e seus possíveis impactos aos polos que produzem matérias-primas para o setor petroquímico.

EIXO SOCIEDADE COM QUALIDADE DE VIDA

O eixo estratégico Sociedade com Qualidade de Vida tem como propósito promover o desenvolvimento social, por meio do aumento da segurança e do combate ao crime; da prestação da assistência à saúde, fortalecendo a promoção e prevenção; da qualificação do aprendizado para a nova economia; da promoção da inclusão social e o espírito de cidadania, bem como da promoção da sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, abrigam-se os esforços de várias secretarias, dentre as quais a Secretaria de Segurança Pública (SSP), juntamente com o Gabinete do Vice-Governador (GVG), a Secretaria da Administração Penitenciária (SEAPEN) e sua vinculada Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE); a Secretaria Estadual da Saúde (SES); a Secretaria de Educação (SEDUC) e sua vinculada Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC); a Secretaria da Cultura (SEDAC) e suas vinculadas Theatro São Pedro e Orquestra Sinfônica de Porto Alegre; a Secretaria do Esporte e Lazer (SEL); a Secretaria de Trabalho e Assistência Social (STAS) e sua vinculada Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS); a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH) e suas vinculadas Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPE), Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PcD e PcAH no RS (FADERS) e Fundação de Atendimento Sócio- Educativo (FASE); a Secretaria de Obras e Habitação (SOP); Secretaria de Articulação e Apoio aos Municípios (SAAM) e a Casa Militar (CM).

No campo da segurança pública, em 2019, o **Gabinete do Vice-Governador (GVG)**, a **Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (SSP)** e a **Secretaria da**

Administração Penitenciária (SEAPEN) uniram esforços para combater a violência e a criminalidade no estado, a partir de uma ótica transversal. Percebidas como uma questão que vai além da segurança, representando desafios sociais e econômicos, foi lançado no ano passado o programa RS Seguro, com medidas que inovam e qualificam a estrutura e a atuação de segurança do Estado, em articulação com várias secretarias do Estado, além de parcerias com a União, Municípios, outros Poderes, iniciativa privada e sociedade civil.

Orientado pelo tripé integração, inteligência e investimento qualificado, o RS Seguro está organizado em quatro eixos, com vistas a promover soluções sustentáveis no tempo e viabilizar a redução contínua da criminalidade. São eles:

- combate à criminalidade, com foco nos municípios com maiores índices de violência, especialmente homicídios.
- políticas sociais preventivas e transversais, com atenção aos bairros com altos índices de violência e mais vulneráveis no aspecto socioeconômico.
- qualificação do atendimento ao cidadão, melhorando nível de prontidão, especialização e abrangência dos serviços diretos ao cidadão.
- sistema prisional, com ampliação e adequação das vagas prisionais.

A partir de estudo que identificou os 18 municípios onde se concentraram os maiores índices criminais nos últimos dez anos foi lançada a Gestão de Estatística em Segurança (Geseg). Para discutir os números dos indicadores criminais prioritários e traçar ações focalizadas, mais de cem autoridades da Brigada Militar (BM), da Polícia Civil (PC) e do Instituto-Geral de Perícias (IGP) dessas cidades tem se reunido mensalmente. As reuniões se organizam em quatro níveis, sendo que o último tem a presença do secretário da Segurança Pública e do governador do Estado.

Com foco na integração de forças para combater a criminalidade, a criação do Gabinete de Gestão Integrada Metropolitana de Porto Alegre (GGIM-POA) foi a primeira ação do RS Seguro. Uma semana após o lançamento do Programa, mais de 80 autoridades policiais de 34 cidades da Região Metropolitana participaram do primeiro encontro para traçar as operações de prevenção e repressão ao crime. Segundo estudo apresentado, 79% dos roubos no Rio Grande do Sul ocorrem em 18 municípios, entre eles a Capital, 10 da Região Metropolitana e os demais do interior. Além dos órgãos estaduais de Segurança Pública, o GGIM-POA objetiva integrar os órgãos federais e municipais, especialmente guardas municipais e agentes de trânsito, para desenvolverem ações conjuntas. Essa união já trouxe resultados em 2019, dos quais se destacam cinco Operações Integradas Metropolitanas com ações simultâneas em 34 municípios da região, com quase 300 prisões, 18 mil abordagens e 11 mil veículos fiscalizados, além de apreensões de drogas, armas e mais de R\$ 300 mil sem procedência comprovada.

No eixo combate à criminalidade, além do GGIM-POA, em 2019 houve a implantação de oito Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs) para ampliar a eficiência no combate ao crime

nos municípios de Canoas, Capão da Canoa, Caxias do Sul, Esteio, Gravataí, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo. Para tanto, as áreas de atuação das unidades da BM, da PC e do IGP nessas cidades foram compatibilizadas para facilitar a troca de informações e o trabalho integrado. Todos os 18 municípios priorizados no RS Seguro serão contemplados com AISPs.

Ao final de 2019, os órgãos de Segurança Pública do Estado receberam investimentos que totalizam cerca de R\$ 140 milhões, oriundos dos cofres do Estado, da Consulta Popular, de emendas da bancada gaúcha no Congresso e de doações da União. O recurso atendeu todos os 18 municípios prioritários elencados no Programa RS Seguro e destinou viaturas e equipamentos para municípios do interior.

Novos investimentos foram possíveis também por meio do Programa de Incentivo ao Aparelhamento da Segurança Pública (PISEG). O PISEG visa captar recursos de empresas via destinação de ICMS em prol da segurança pública, por meio de aporte de bens ou valores até o limite mensal de 5% do saldo devedor do imposto. Em 2019, equipes técnicas da Secretaria da Segurança Pública percorreram o Estado para apresentar o programa aos empresários gaúchos. Os primeiros aportes de valores vieram da região de Erechim. Foram R\$ 147 mil repassados por meio de depósito na conta do Fundo Pró-Segurança Pública como colaboração de três empresas. Até dezembro de 2019, o PISEG já havia captado aproximadamente R\$ 200.000,00.

Para reforçar a efetividade do eixo de combate ao crime, em 2019, os 1.965 policiais militares formados no mês de julho foram distribuídos no território de maneira inédita. A estratégia colocou em prática as premissas de inteligência e investimento qualificado do programa RS Seguro, com adoção de critérios objetivos que priorizam os municípios menos guarnecidos, além das unidades e serviços com maior impacto regionalizado, buscando otimizar o aproveitamento do reforço. A lotação dos 412 novos policiais civis, também formados em julho de 2019, foi alinhada ao planejamento do RS Seguro, com reforço especial nos 18 municípios prioritários pela alta incidência criminal. Em setembro, ainda, o Comando de Bombeiros Militar passou a contar com 156 novos soldados que concluíram o Curso Básico de Formação de Bombeiros da corporação. Além disso, em novembro de 2019, o governo divulgou a previsão de chamamento de 4.459 novos servidores para Brigada Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE)²⁰ entre março de 2020 e março de 2022. Nesse período, o esforço financeiro do Estado com as nomeações será de R\$ 750 milhões.

Além do mais, foram adquiridas novas viaturas e equipamentos: 575 viaturas, 3 micro-ônibus, 9 caminhões, 314 armamentos, 3.462 coletes balísticos, 525 câmeras, 30 salas de videomonitoramento e cercamento eletrônico de 36 municípios. O policiamento 24 horas foi estendido para todas as estradas cobertas pelo Comando Rodoviário da Brigada Militar (CRBM). Houve também a criação de batalhões de Polícia de Choque em Caxias do Sul e em Pelotas e a implantação pela

²⁰ Brigada Militar: 2.776 – 2.576 praças e 200 oficiais; Corpo de Bombeiros Militar: 351 – 50 oficiais e 301 soldados; Polícia Civil: 882 -100 delegados e 782 agentes; SUSEPE: 450 – 400 agentes penitenciários e 50 agentes penitenciários administrativos.

Polícia Civil da Divisão de Combate à Corrupção no Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic). Junto com a Secretaria da Educação, ao longo de 2019, ainda, 169 escolas em áreas vulneráveis foram atendidas no âmbito do RS Seguro, totalizando 116 mil alunos com mais de 30 ações para melhoria da aprendizagem e do ambiente escolar.

Como resultado dessas iniciativas houve redução dos índices de criminalidade no estado para os menores níveis dos últimos dez anos. Registrou-se queda de 24,1% nos homicídios com relação a 2018 e de 19,4% nos latrocínios, que passaram de 93 para 75, o menor número desde 2009. Ainda, em relação aos roubos, foi registrada uma redução de 31%, com 7.352 casos a menos, sendo que no caso de roubos de veículos especificamente houve queda de 9,3% (redução de 4.993 registros). Com tanto, estima-se um impacto de 603 vidas preservadas no último ano, tomando por base a taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes no RS, a qual foi de 20,8 em 2018 e caiu para 15,8 em 2019. Já nos 18 municípios priorizados pelo RS Seguro, em específico, houve queda de 33% nos crimes violentos letais intencionais; 34% nos roubos de veículos e 6% nos roubos a pedestres.

Em relação à qualificação do atendimento ao cidadão, em 2019, ainda, vale mencionar diversas inaugurações e reformas de unidades, como a 2ª Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (2ª DPPA) na Capital e a DPPA de Santa Cruz do Sul, bem como a inauguração da nova sede do 9º Batalhão de Bombeiro Militar (9º BBM), em Tramandaí. Também foi ampliado o uso de novas tecnologias em benefício da segurança do cidadão. A SSP abriu novos canais para registrar ocorrências pelo celular, fazer denúncia numa plataforma digital segura, acessar o licenciamento do carro em qualquer lugar pela tela de um *smartphone* ou incluir na carteira de identidade outros documentos. Somam-se mais de 15 iniciativas que modernizaram sistemas de atendimento ao cidadão e aprimoraram as atividades da polícia, bem como do Departamento de Trânsito do Rio Grande do Sul (DETRAN RS), das quais se destacam:

- Licenciamento e multas pagos com cartão – as taxas de licenciamento, IPVA, DPVAT e até mesmo multas passaram a poder ser financiados no cartão de crédito ou pagas com cartão de débito.
- CRLV digital – o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos passou a contar com versão digital para *smartphone* ou outro dispositivo móvel.
- Apresentação virtual de condutor – pela internet, o proprietário do automóvel pode indicar ao DETRAN os dados de quem conduzia o veículo em determinada autuação de trânsito.
- Emissão *online* de guia para retirar veículo de depósito – nova possibilidade de emissão *online* da guia para pagamento das taxas referentes às despesas com remoção e depósito de veículo, sem necessidade de se deslocar até o pátio do Centro de Remoção e Depósito (CRD).

- Nova carteira de habilitação e segunda via pela internet – novo documento passou a incluir, além do RG, outros documentos opcionais, como Carteira de Trabalho, de Habilitação, de Previdência social e também informações importantes, como tipo sanguíneo e nome social. Além disso, segunda via do novo modelo poder ser solicitado via internet, sem sair de casa.

O DETRAN RS, em específico, além de apostar no uso da tecnologia e na integração de serviços com as diversas áreas da Segurança Pública, visando qualificar e agilizar os serviços prestados aos cidadãos, também deu prosseguimento as suas campanhas de conscientização pelo trânsito seguro e às atividades de capacitação para condutores. Dentre as campanhas, destacaram-se, em 2019, o movimento “Empatia no Trânsito”, que buscou obter amplo engajamento social, fazendo prosperar uma cultura de harmonia nas relações do trânsito; a campanha Viagem Segura – “A escolha é sua”, que voltou à televisão, rádio e redes sociais para abordar dois dos comportamentos de risco mais frequentes e nocivos observados nas estradas: o excesso de velocidade e a falta de uso do cinto de segurança; a campanha “A vida é a grande balada” – Balada Segura, veiculada em televisão e internet e voltada ao público jovem, visando sensibilizar o público para a importância de voltar da festa em segurança com a escolha de um “motorista da rodada”. Também houve Balada Segura educativa em eventos, a partir de um novo conceito que busca apresentar a Balada Segura como uma política pública não apenas para fiscalizar, mas, sobretudo, para educar. A Balada Segura educativa atuou durante os jogos da Copa América, em Porto Alegre, na Transposul, em Bento Gonçalves, e no evento de aniversário da Associação dos Motociclistas de Arambaré, entre outros eventos.

No que diz respeito à capacitação, durante a abertura da Semana Nacional de Trânsito, de 18 a 25 de setembro, foi lançada a Escola Pública de Trânsito do Rio Grande do Sul. A Escola promove cursos, ações e projetos educativos, tanto presencialmente quanto no modelo EAD, voltados para o exercício da cidadania no trânsito. Desde o lançamento, a Escola já realizou seis cursos EAD e oito presenciais, com temas como Educação para Ciclistas e Pedestres, por exemplo.

Por fim, em relação ao eixo do sistema prisional, a recém-criada Secretaria da Administração Penitenciária passou a contar com a atribuição de planejar, propor e coordenar a política penitenciária do Rio Grande do Sul, promovendo ações efetivas para reintegração social dos indivíduos privados de liberdade. Ela também passou a prestar apoio técnico ao órgão vinculado (Superintendência dos Serviços Penitenciários – SUSEPE) quanto à implantação dos princípios e das regras da execução penal.

Com vistas à ampliação de vagas, em 2019, cerca de quatro mil passaram a ser disponibilizadas ao sistema mediante o monitoramento eletrônico georreferenciado de sentenciados e/ou presos provisórios. Além dessas, 420 vagas foram criadas com a inauguração da nova Penitenciária de Bento Gonçalves – o primeiro presídio modelo desta gestão, com tratamento penal, incluindo trabalho, educação e assistência religiosa prisional. Com vistas à adequação das vagas

prisoinais, ainda, em 2019 foram feitas diversas obras de reforma e de recuperação de unidades prisoinais que haviam sido atingidas por sinistros, tais como ocorreu na Pecan II em Canoas, com recuperação de 260 vagas, no Albergue em Uruguaiiana, onde foram recuperadas outras 180 vagas. As reformas de galerias também qualificaram o ambiente prisoinal, como ocorreu em Pelotas e em Rio Grande, por exemplo. Também visando à qualificação da prestação do serviço, 2.143 novos servidores foram capacitados e 203 agentes penitenciários e 39 agentes penitenciários administrativos foram nomeados. Isso garantiu melhorias no tratamento penal, com a geração de 1.191 postos de trabalho prisoinal, objetivando a recuperação e a reintegração social das pessoas privadas de liberdade.

O reforço do sistema prisoinal contou com a aquisição de *scanners* corporais adquiridos através de parceria com o Departamento Penitenciário Nacional e instalados em unidades da grande Porto Alegre, Litoral Norte e interior do Estado. Em parceria com a PGE e com a SEPLAG, garantiu decisão favorável no Tribunal de Justiça para viabilizar a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de tornozeleiras eletrnicas de qualidade superior, a serem utilizadas por apenados em território gaúcho. Houve a disponibilização de 5.000 tornozeleiras e a aquisição de diversos equipamentos, como 41 detectores de metais, testes com novos bloqueadores de celular e aquisição de 69 veículos para escolta e custódia de presos.

Com isso, foram possíveis alguns progressos importantes na área prisoinal. Ao longo de 2019, foram 13 mil pessoas presas encaminhadas, na região metropolitana, através do Sistema Desep Vagas 24 horas. Com esse Sistema, os detentos ficam menos tempo no trânsito até a definição de seu destino, sem a necessidade de criação de uma vaga física sequer. Houve também a criação do Núcleo de Gestão Estratégica do Sistema Prisoinal, em parceria com o Sistema de Justiça, o qual busca agilizar o ingresso de pessoas presas no sistema penitenciário do Estado.

Com relação  promoção e prevenção em saúde, a **Secretaria Estadual de Saúde (SES)** iniciou o ano de 2019 com um grande desafio. A gestão atual herdou uma dívida de R\$ 1,1 bilhão, referente ao período de 2014 a 2018. Desse total, R\$ 488 milhões estavam empenhados e não quitados. No montante estavam dvidas com hospitais, municípios e fornecedores de medicamentos. Para regularizar a situação, o Estado tomou algumas providências e conseguiu retomar a regularidade dos repasses aos municípios gaúchos na área da Saúde. Para quitar a dívida com os municípios, que totalizava R\$ 162 milhões, o valor foi dividido em 16 parcelas.

O Governo encaminhou para a ALRS e aprovou ao final de janeiro de 2020, ainda, o programa Dao em Pagamento de Bens Imóveis Pertencentes ao Estado para Quitação de Débitos com os Municípios, criado em parceria com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), SEPLAG, PGE e SAAM. Essa estratégia usa a dao de imóveis com a finalidade de quitar dvidas não empenhadas na área da saúde, que somam R\$ 480 milhões. Cerca

de 60 municípios já manifestaram interesse em receber imóveis em troca dos créditos que têm com o Estado.

Também foi firmada uma linha de crédito com o BANRISUL de R\$ 260 milhões para repassar às Santas Casas e hospitais filantrópicos, o Fundo de Apoio Financeiro e de Recuperação dos Hospitais Privados, Sem Fins Lucrativos e Hospitais Públicos (FUNAFIR).

Além disso, Hospitais, Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) e outras entidades de saúde terão um investimento extra de R\$ 127 milhões no Estado. Ao todo, são 176 instituições beneficiadas com recursos federais liberados por emendas parlamentares de deputados e senadores. O investimento trará como frutos mais de 210 mil novas consultas especializadas e exames e cerca de nove mil cirurgias. Ao todo, são 143 cidades beneficiadas, contemplando 154 hospitais, 19 APAEs, além da Secretaria da Saúde de Porto Alegre, do Banco de Sangue de Erechim e da Associação Cristã de Deficientes Físicos de Passo Fundo.

Organizada a questão financeira, em 2019, a SES deu continuidade aos esforços para ampliação do número de leitos e serviços de saúde ofertados à população gaúcha, para o gerenciamento de internações hospitalares, para a qualificação da assistência farmacêutica, para adesão à vacinação, bem como aos esforços empregados em campanhas de prevenção e promoção em saúde. A planificação da Atenção à Saúde também recebeu atenção no ano.

No que se refere à disponibilização de leitos, em março de 2019, houve a inauguração do Centro Especializado de Reabilitação Física, Auditiva e Visual, em Osório. O centro funcionará como referência para os 23 municípios do Litoral Norte. Por sua vez, o Hospital Universitário da Universidade da Região da Campanha (URCAMP) inaugurou em março um novo Bloco Cirúrgico, elevadores e um Centro Clínico com área reservada para a coleta de sangue do Hemocentro Regional de Pelotas. Com recursos na ordem de R\$ 510 mil repassados pelo Governo do Estado com base nas prioridades elencadas pela população, por intermédio da Consulta Popular, o Bloco Cirúrgico é considerado o mais moderno da região e atenderá pacientes pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Os novos elevadores também são fruto de recursos oriundos da Consulta Popular, no valor de R\$ 380 mil.

Outra conquista fruto do esforço de toda a Secretaria da Saúde, em conjunto com os gestores municipais da Região Central, foi o pleno funcionamento do Hospital Regional de Santa Maria, inaugurado em meados de 2018. Em conjunto com a região, a SES definiu as especialidades prioritárias de atendimento e estabeleceu um cronograma de ação. No início de maio, houve a confirmação por parte do Governo Federal da liberação de R\$ 50 milhões destinados a equipar o Hospital Regional. O projeto preliminar apresentado ao Ministério da Saúde prevê um investimento de R\$ 72 milhões em equipamentos e um custeio mensal aproximado de R\$ 8 milhões. As projeções foram feitas para 130 leitos hospitalares nas seguintes especialidades: cardiologia, neurologia e traumatologia. Essas foram as prioridades elencadas pelo Estado em conjunto com as lideranças da região e gestores da Fundação Universitária de Cardiologia (FUC), instituição contratada pelo Estado

para gerir o hospital. O montante liberado pelo Governo Federal destina-se a equipar Centro Cirúrgico, UTI, Unidade de Internação, Reabilitação, Nutrição, Ambulatório, Diagnóstico por Imagem, Lavanderia e Laboratório, entre outros serviços do Regional.

Também foram inauguradas novas áreas do Hospital Regional do Vale do Rio Pardo, que incluem um lactário, uma unidade do serviço de nutrição e dietética hospitalar destinada ao preparo, higienização e distribuição de preparações lácteas e fórmulas infantis, seguindo rigorosas técnicas de controle higiênico-sanitário e microbiológicas das formulações preparadas na unidade. Houve ainda a reestruturação da lavanderia do Hospital. Foi investido um montante aproximado de R\$ 580 mil de recursos estaduais e federais em equipamentos e mobiliário para os dois setores, além das obras de infraestrutura realizadas para adequação dos ambientes.

No Hospital de Caridade de Santiago foi inaugurada, em outubro, a Unidade de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON), com serviços de oncologia clínica e cirúrgica. A instituição agora está habilitada para realizar o tratamento dos tipos de câncer com maior prevalência no Estado, como câncer de mama e de próstata. O contrato com o SUS prevê um repasse de recursos do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 4,9 milhões por ano. Entre os serviços a serem prestados estão consulta especializada, ultrassonografia, endoscopia, anatomopatológico, biópsia, tomografia, ressonância magnética, cirurgia oncológica e quimioterapia. O Hospital também será referência para outros 10 municípios da região para o tratamento dessas neoplasias. A estimativa é que 300 pessoas possam ser atendidas no complexo, em 15 leitos de quimioterapia.

Ainda em 2019 foram inaugurados 33 novos leitos na Associação Hospitalar Vila Nova, em Porto Alegre. Com a ampliação, o hospital passa a contar com 440 leitos instalados para internações clínicas e cirúrgicas, dependência química, UTI e saúde prisional, destinando 100% dos atendimentos aos usuários do SUS.

Por sua vez, em relação ao gerenciamento de internações, no mês de novembro foi assinado o convênio com a prefeitura de Porto Alegre para que o Estado passe a ter um maior monitoramento e gestão das internações hospitalares. O processo será realizado por meio do Sistema de Gerenciamento de Internações (GERINT), o qual qualificará a busca por vagas a partir de um mapa de ocupação dos leitos em tempo real, dando maior agilidade e qualidade ao fluxo dos pacientes. A ferramenta permite ainda a identificação do paciente através do Cartão Nacional de Saúde, identificação das unidades de Saúde e dos profissionais solicitantes e executantes pelo Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde, além do compartilhamento de informações com os prontuários eletrônicos dos serviços de saúde. Espera-se que, em 2020, o sistema já esteja em atividade em 163 hospitais do RS, com um monitoramento de mais de 17 mil leitos. Além da rede da Capital, o sistema já estará em funcionamento em cinco hospitais: hospitais Santa Cruz e Ana Nery, ambos de Santa Cruz do Sul; Hospital de Clínicas de Passo Fundo; e os hospitais Sanatório Partenon e Psiquiátrico São Pedro, de gestão da SES.

Também foi inaugurada em dezembro a Central Estadual de Regulação em Saúde Mental da Secretaria da Saúde. A Central prevê facilitar o acesso dos usuários aos Centros de Atenção Psicossocial, ambulatorios especializados em saúde mental, comunidades e residenciais terapêuticos e a leitos psiquiátricos em hospitais gerais e especializados. Serão adotados critérios de gravidade, risco e prioridade. Por meio da Central, a SES irá organizar e integrar os serviços de saúde mental, tanto no nível municipal, quanto regional e estadual. Conforme os hospitais passarem a utilizar o Sistema de Gerenciamento de Internações, toda a regulação dos leitos psiquiátricos ficará sob gestão do Estado, o que hoje é realizado também por algumas Coordenadorias Regionais de Saúde.

Já com vistas a qualificar a assistência farmacêutica aos cidadãos gaúchos, em 2019 foi iniciada uma reestruturação interna do setor na SES, com a criação de um departamento específico para essa finalidade. A Secretaria da Saúde passou a adotar novas medidas para padronizar e qualificar a logística de entrega dos medicamentos especiais sob a responsabilidade do Estado e, conseqüentemente, agilizar a distribuição desses insumos para os pacientes. Em dezembro, ainda, foi sancionada pelo Governador, uma Lei que cria um mecanismo de transparência sobre o estoque de medicamentos distribuídos. Serão divulgadas na internet informações atualizadas em tempo real como, por exemplo, a disponibilidade de medicamentos por local de distribuição.

Em relação à vacinação, uma pesquisa encomendada pela Secretaria da Saúde apontou que o descaso e a desinformação de pais ou responsáveis por crianças de até seis anos são as principais causas da não vacinação no Rio Grande do Sul. No levantamento, 59% das pessoas apontaram motivos pessoais para a não vacinação, como esquecimento, medo de efeitos colaterais e falta de tempo, revelando um descaso ou mesmo desinformação. Questões da saúde da criança, como contraindicação médica e alergia ao ovo, somaram 31% dos motivos citados. Problemas nas unidades básicas de saúde, como horário de atendimento, localização do posto ou falta de vacina, também foram citados por 30% das pessoas. Apenas 4% responderam não acreditar na eficácia das doses. A coleta de dados ocorreu entre 19 e 30 de setembro em 13 municípios gaúchos. Foram entrevistadas 1.371 pessoas cujos filhos tinham, ao menos, uma dose do calendário básico em atraso. Os dados serão utilizados para futuras intervenções, com o objetivo de melhorar as coberturas vacinais.

Por fim, quanto às campanhas de mobilização, entre janeiro e junho, a Secretaria da Saúde conseguiu contemplar com recursos todos os 361 municípios do território gaúcho que tiveram comprovada a presença do mosquito transmissor da dengue, o *Aedes aegypti*. Foram destinados R\$ 4.837.420,79 para a execução de ações de prevenção a doenças como dengue, zika e chikungunya.

Para marcar o Dia Nacional de Doação Órgãos (27 de setembro), diversos prédios foram iluminados na cor verde, símbolo da campanha, na última semana de setembro, incluindo a Assembleia Legislativa, o Theatro São Pedro e os estádios Beira-Rio e Arena do Grêmio. Conforme pesquisa da Secretaria da Saúde, em 43% dos casos a negativa familiar acontece porque o potencial doador, ainda em vida, não havia deixado claro qual era o seu desejo. Em 2019, foram realizados 1.881 transplantes no Estado.

Atividades alusivas ao Setembro Amarelo, mês de conscientização sobre a prevenção ao suicídio, também ocorreram em diversas regiões do Rio Grande do Sul. Foi lançado o Guia Intersetorial de Prevenção do Comportamento Suicida em Crianças e Adolescentes, uma publicação da Secretaria da Saúde em parceria com outras secretarias do Estado e entidades que fazem parte do Comitê Estadual de Promoção da Vida e Prevenção do Suicídio.

Além disso, o movimento, conhecido como Outubro Rosa, tem o objetivo de estimular a população a lutar contra o câncer de mama, que é o tumor mais frequente entre mulheres no Rio Grande do Sul. Nesse período, a Secretaria da Saúde procurou enfatizar que a prevenção, especialmente com a realização de mamografia, é a melhor forma de enfrentar o problema. Identificar pequenas lesões pode levar a tratamentos com alto índice de cura. No Estado, são realizados 1,3 milhão de rastreamentos, e feitos 308.187 exames por ano. O RS conta com 208 mamógrafos disponíveis para o Sistema Único de Saúde (SUS) que, atuando em sua capacidade máxima, disponibilizam 1.385.018 exames/ano. Mais de 50% das mulheres com diagnóstico recebem o primeiro tratamento de sua patologia em prazo inferior a 30 dias. Para ampliar o acesso ao exame, a SES, em parceria com o Instituto da Mama do Rio Grande do Sul (IMAMA), disponibilizou o chamado “mamamóvel”, um caminhão adaptado para o atendimento a mulheres que moram em locais de mais difícil acesso aos serviços de saúde, em lugares de vazios assistenciais ou que possuem filas para a realização de mamografias.

Em 2019, a campanha Novembro Azul, com foco na prevenção do câncer de próstata, buscou inovar, expandindo o foco para despertar os homens para a necessidade de cuidar de sua saúde como um todo. Além da próstata, outros tipos de câncer acometem a população masculina, entre eles pulmão, garganta e esôfago, principalmente em função do fumo, e doenças cardiovasculares. Já no mês de dezembro, a SES liderou a campanha Dezembro Vermelho, que tem o objetivo de chamar a atenção para as medidas de prevenção, assistência e proteção das pessoas infectadas pelo vírus HIV.

Visando à qualificação da porta de entrada ao SUS através da atenção primária e do fortalecimento do serviço em redes, no final de junho, as regiões Sul e Fronteira Oeste confirmaram a adesão à Planificação da Atenção à Saúde. Ao todo, 33 municípios no entorno de Pelotas e de Alegrete estão organizando de forma mais eficiente o encaminhamento dos usuários aos diversos serviços prestados pelo SUS. Essa estratégia está sendo implantada no Rio Grande do Sul desde 2015, e as primeiras Coordenadorias Regionais de Saúde a aderirem foram a 4ª (Santa Maria), a 18ª (Osório) e a 17ª (Ijuí). A Planificação é uma das principais estratégias da Secretaria da Saúde para efetivar o acesso dos usuários da saúde com maior qualidade e resolutividade. Está baseada no apoio à organização dos processos de trabalho, definições de fluxos na Rede de Atenção à Saúde e em pactuações para melhores resultados. O projeto é uma parceria da SES com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI).

Por fim, vale registrar a implantação do aplicativo para celular Chamar 192 – SAMU, que permite solicitar uma ambulância para casos de urgência e emergência em território gaúcho. O aplicativo usa as informações cadastradas pelos cidadãos, como nome completo, data de nascimento, sexo e locais favoritos para agilizar o processo de regulação do Serviço Móvel de Urgência (SAMU). Além disso, o aplicativo também disponibiliza a localização via GPS, diminuindo o tempo de resposta para a chegada da ambulância. Outra vantagem é inibir os trotes através da identificação prévia dos usuários. Em 2018 mais de 90 mil telefonemas recebidos pelo 192 foram falsos chamados, correspondendo a 8,3% das ligações.

Tendo em vista a qualificação do ensino e educação no estado, os esforços da **Secretaria de Educação (SEDUC)** no ano de 2019 foram dedicados às áreas de recursos humanos, gestão, adoção de novas práticas pedagógicas e qualificação da infraestrutura das escolas em atenção à realidade das novas tecnologias, bem como esforços para dar continuidade a medidas de acesso e a permanência com qualidade dos alunos na Educação Básica, tais como os serviços de transporte e merenda escolar.

Com foco na qualificação da gestão de recursos humanos, em 2019 foi realizado um estudo de todo o quadro funcional da Secretaria da Educação com o intuito de priorizar a sala de aula e o atendimento aos estudantes. A partir disso, foram realocados para sala de aula um total de 2.695 professores. Além disso, buscando aperfeiçoar a gestão e dar agilidade à reposição de professores, o Governo do Estado autorizou a renovação de 19.980 contratos temporários a partir de 2020 e também foram abertas mais de 5 mil vagas para professores e servidores da educação nas escolas estaduais. Ressalta-se, ainda, que a proposta de um Novo Plano de Carreira para o Professor, além de desagregar dois níveis no plano de carreira, direcionado a profissionais com mestrado e doutorado, também inclui um reajuste salarial de 12,84% para cumprir o piso do Magistério, o qual será aplicado a todos os níveis. O aporte do governo para essa proposta, incluindo novos subsídios e o cumprimento do piso do magistério, terá um reflexo de R\$ 350 milhões nas contas do Estado em 2020.

Em fevereiro de 2019, a SEDUC, em parceria com a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG), promoveu o Qualifica RS, estratégia inovadora de recrutamento para cargos comissionados e gratificados estratégicos, buscando qualificar a atuação das Coordenadorias Regionais da Educação (CRE). O processo de seleção contou com mais de 4 mil inscritos para 33 vagas na educação – 30 novos coordenadores regionais de Educação e três agentes externos de gestão. Os selecionados tomaram posse em setembro de 2019.

Ao longo do ano também houve a implantação do ponto digital nas CREs e o sistema ISE (Informatização da Secretaria da Educação) começou a ser constantemente atualizado, passando por auditoria interna e maior controle dos gestores. No campo da gestão e do planejamento cabe mencionar, ainda, a criação do Centro de Gestão e Inovação (CEGIN) com o objetivo de aprimorar os processos de gestão, implementando ferramentas para direcionar e monitorar o planejamento

estratégico e os indicadores com metas prioritárias. Também compete ao CEGIN buscar projetos e parcerias público-privadas que promovam a integração de ações entre os departamentos da SEDUC.

Ainda em 2019 foram lançadas novas funcionalidades no aplicativo Escola RS, ferramenta que busca qualificar a gestão escolar. Aos Professores o *app* possibilita registrar, por meio de *smartphones*, *tablets*, notebooks e computadores, informações como frequência, atividades e notas dos alunos. Aos gestores escolares, por outro lado, é possível obter informações tempestivas para tomada de decisão, a partir de gráficos e estatísticas. Já para pais e alunos, possibilita-se acompanhar as informações da vida escolar do aluno, incluindo frequência, ocorrências e notas. Esse módulo do aplicativo foi disponibilizado inicialmente para 382 escolas que fazem parte do projeto de implantação do Novo Ensino Médio. As demais escolas serão progressivamente contempladas no decorrer do ano de 2020. Em conjunto com outras medidas, o Escola RS compõe o projeto estratégico denominado Tecnologias na Educação, que objetiva integrar os sistemas de informações utilizados pela SEDUC para aumentar a confiabilidade e viabilizar a tomada de decisão baseada em evidências.

Ao longo de 2019, foi lançado, ainda, o Programa Jovem RS Conectado no Futuro, que já conta com a participação de 570 escolas. O Programa visa estimular o protagonismo dos estudantes, potencializando o pensar e o fazer científico. O Ideathon, uma maratona de atividades que buscou proporcionar a elaboração de novas estratégias para a Educação, é uma das iniciativas propostas. Contando com a participação de professores das 30 Coordenadorias Regionais de Educação, o Ideathon ocorreu em seis regiões do Estado: Passo Fundo, Pelotas, Santa Maria, Uruguaiana, Canoas e Ijuí. As instituições de ensino com projetos de destaque receberam selos de Escola Criativa, Empreendedora ou Inovadora.

Alinhado a essa perspectiva, em 2019, houve também o lançamento do projeto Conecta RS, em parceria com a Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (SICT) e a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS). O projeto tem como propósito conectar as escolas da rede estadual de ensino a redes de alta velocidade e qualidade, habilitando o acesso dos estudantes à internet e qualificando esses jovens para o mercado de trabalho. Na mesma linha, o Programa Educação Conectada visa inserir a tecnologia para o uso pedagógico e de gestão. Em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi feito um investimento de R\$ 3,1 milhões em benefício a 28 mil alunos e 2.900 professores de 73 escolas das redes municipal e estadual dos municípios de Cachoeira do Sul e Santa Maria. Para 2020, a SEDUC prevê um orçamento de R\$ 9,2 milhões em investimentos em tecnologia e qualificação da infraestrutura das escolas, focando em inovação e cultura digital.

Ao longo de 2019 também ocorreram diversas melhorias de infraestrutura, tendo sido investidos R\$ 2,3 milhões em novos mobiliários nas instituições de ensino. Além disso, as escolas receberam R\$ 3,3 milhões para a criação de novos espaços *Makers*, locais que serão destinados ao desenvolvimento de cultura digital, robótica educacional e inteligência artificial.

Considerando a adoção de novas práticas pedagógicas, outro importante projeto é o do Novo Ensino Médio que visa elaborar a nova Matriz Curricular a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Considerando que até 2022 as escolas precisam se adaptar à reforma prevista na Lei nº 13.415 de 2017, a SEDUC aplicou questionários nas escolas-piloto, em agosto de 2019, para saber a opinião da comunidade escolar. A ideia é mapear, a partir das respostas, quais serão as trilhas de formação oferecidas na rede estadual, uma vez que na nova estrutura curricular somente português, matemática e inglês são disciplinas obrigatórias e os demais conhecimentos devem ser distribuídos em atividades flexíveis e o estudante poderá escolher itinerários de formação conforme suas áreas de interesse.

Em 2019, a Secretaria também direcionou seus esforços à consolidação dos fluxos na rede pública estadual de ensino (aprovação, reprovação, abandono, infrequência, distorção idade-série), visando contribuir para a qualificação da rede. Assim, espera-se viabilizar a elaboração de Planos de Ação customizados para todas as escolas estaduais, visando à melhoria dos índices educacionais no Estado.

Em 2019, a SEDUC registrou 384,2 mil alunos matriculados no Ensino Médio da rede estadual de ensino e 33,3 mil alunos matriculados na rede estadual de Educação Profissional. Para oportunizar a ampliação do acesso e qualificação técnica de nível médio foram feitas ações de mobilização e articulação com o intuito de potencializar parcerias e convênios público-privados. Em 2019, 60 servidores foram capacitados, 6.126 vagas foram criadas em cursos técnicos de nível médio e 160 escolas foram atendidas com programas de autonomia financeira e pedagógica, manutenção centralizada e apoio administrativo. Um total de 5 mil alunos recebeu certificação de conclusão do Ensino Fundamental no Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e 20 mil alunos receberam certificação de conclusão do Ensino Médio pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Destacam-se, também, os esforços para o desenvolvimento do processo educacional e qualificação da aprendizagem por meio Programa Escola em Tempo Integral, o qual adota uma perspectiva de desenvolvimento de uma escola pública que cumpra com a sua função social de permitir às crianças, adolescentes e jovens o acesso ao conhecimento. Em 2019, foram implantadas 110 escolas de tempo integral e 19.703 alunos foram atendidos com educação em tempo integral nas escolas da rede pública estadual.

Nessa linha, também se deu continuidade em 2019 ao Programa Escola Aberta para a Cidadania, que possibilita a abertura da escola à comunidade aos finais de semana. Foram 111 escolas contempladas pelo Programa, nas quais oficinas foram planejadas de acordo com as peculiaridades e necessidades das escolas, priorizando o protagonismo juvenil e a integração da escola com as famílias e a comunidade. Dentre outros projetos de integração, salienta-se a participação de 93 alunos no Projeto Crianças e Jovens do Rio Grande Escrevendo Histórias, de 1.027 escolas em atividades educativas e culturais e de 138.335 alunos nos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS).

Ao longo do ano, foi ampliado o programa CIPAVE, com a instalação de Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência na Escola (CIPAVEs) em mais 88 escolas e a implantação do Núcleo de Gestão de Conflitos em 13 escolas da Região Funcional 1, pertencentes aos municípios de Alvorada, Porto Alegre e Viamão. As CIPAVEs buscam a união de todos no combate às ocorrências dentro e no entorno de estabelecimentos de ensino e os Núcleos de Gestão de Conflitos são resultado do Projeto “Escola + Paz”, de Justiça Restaurativa, desenvolvido em parceria com a AJURIS e a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

Em 2019, a SEDUC também deu continuidade ao Escola Gaúcha, projeto que objetiva definir diretrizes para a formação integral dos estudantes, organização curricular, práticas pedagógicas, gestão educacional, valorização dos profissionais da educação, infraestrutura escolar, avaliação, financiamento e regime de colaboração, contemplando projetos como o RS Alfabetizado, o Aceleração RS e o 6º Ano Tô Chegando. O RS Alfabetizado disponibiliza formação continuada, fomento a projetos e aquisição de recursos pedagógicos para iniciativas de alfabetização, enquanto o Aceleração RS busca reduzir a distorção idade/ano nos anos finais do Ensino Fundamental e o 6º Ano Tô Chegando realiza ações pedagógicas para apoiar a passagem dos estudantes do 5º para o 6º ano do Ensino Fundamental.

Para viabilizar o acesso e a permanência com qualidade dos alunos na Educação Básica, no ano de 2019, foram atendidos 861,5 mil alunos com alimentação qualificada na escola, e foram realizadas seis parcerias com entidades civis sem fins lucrativos. Em 2020, a previsão é dobrar o investimento anual em alimentação escolar, de R\$ 43 milhões para R\$ 85 milhões. Em relação ao transporte escolar, 76,2 mil alunos da Rede Pública Estadual do Meio Rural foram atendidos através da adesão de 463 municípios ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar no RS (PEATE/RS), que transfere recursos financeiros aos municípios para esse fim. Considerando o transporte realizado na zona urbana, por meio de contrato com a SEDUC ou através do Cartão TRI Vou à Escola, um total de 86,6 mil alunos foram transportados ao longo de 2019.

No âmbito específico da educação profissional de nível técnico, as ações da SEDUC, por meio da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC), registraram, em 2019, 3.344 alunos matriculados e 555 alunos concluintes em seus cursos. São oferecidos cursos diurnos, integrados com o Ensino Médio, nas áreas de Química, Mecânica, Eletrotécnica e Eletrônica. Também são oferecidos cursos noturnos de educação profissional nas mesmas áreas dos cursos diurnos para os alunos que já possuem o Ensino Médio e também em Segurança do Trabalho, Manutenção Automotiva, Design de Interiores e Informática para Internet. No ano, foram ofertadas 1.024 vagas em cursos técnicos, sendo 512 para o turno diurno, divididas em 128 vagas por curso, e 512 vagas nos cursos noturnos, divididas em 64 vagas por curso.

Com o objetivo de desenvolver projetos de inserção institucional da Fundação na sociedade e fomentar a pesquisa, a FETLSVC implantou 62 parcerias estratégicas em 2019, incubou 3 empresas (Fundação Solar, Pró-Azeite e SER Engenharia), realizou 3 seminários e 2 feiras científicas,

registrando 740 projetos de pesquisa participantes na Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia (MOSTRATEC). Com o intuito de modernizar e qualificar seus recursos de apoio e equipamentos didático-pedagógicos em 2019, a Fundação Liberato adquiriu 361 acervos bibliográficos, sendo 136 através da compra e 225 através de doação, implantou o laboratório de Nanotecnologia, modernizou o laboratório do curso de eletrônica com a aquisição de 13 osciloscópios, modernizou o laboratório de Controle Numérico Computadorizado (CNC) do curso de mecânica com o uso de impressoras 3D para as atividades da robótica e equipou 4 salas de recursos com equipamento de multimídia e ar-condicionado. Já para qualificar sua gestão, a Fundação realizou avaliação institucional e modernização administrativa, criando a central de atendimento ao público em geral, e promoveu a capacitação de 344 servidores, sendo 51 por dispensa para estudo acadêmico, 25 servidores administrativos com treinamento para atendimento ao público, 260 participantes em dois Seminários Pedagógico-Administrativos e 8 servidores concluindo capacitações de graduação, especialização, mestrado ou doutorado.

No que diz respeito à inclusão social e à cidadania, objetivo estratégico fundamental do eixo Sociedade com Qualidade Vida, 2019 contou com esforços de uma série de secretarias.

No campo da promoção, proteção e defesa dos direitos humanos (DH) baseada nos princípios de integração e transversalidade, a **Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH)**, deu continuidade ao exitoso Programa de Oportunidades e Direitos (POD). Criado para oferecer mais qualidade de vida aos jovens gaúchos e garantir dignidade e desenvolvimento para as famílias, o POD realizou em 2019 dois Seminários da Juventude, reunindo mais de 600 jovens dos seis Centros da Juventude. Nesses Centros são atendidos jovens de 15 a 24 anos, oportunizando qualificação profissional e atividades de lazer.

Além disso, 2.800 agentes da segurança pública foram capacitados para atuarem no policiamento comunitário, na garantia dos direitos e na construção da cultura da paz, e cinco bases de segurança cidadãs foram instaladas. Destas, três bases móveis com policiamento cidadão foram entregues, em Porto Alegre e na Região Metropolitana, com investimento de R\$ 2,1 milhões. Na prevenção ao uso indevido de drogas, disponibilizou-se um sistema de informação sobre os serviços de utilidade pública e sobre a rede de atenção ao alcance dos cidadãos, além de quatro campanhas de prevenção e atenção realizadas.



No tocante ao atendimento socioeducativo, sob responsabilidade da Fundação de Atendimento Sócio Educativo (FASE), no ano de 2019 um total de 3.299 adolescentes foram atendidos, sendo que 228 foram inseridos em cursos de aprendizagem profissional e outros 178 em cursos profissionalizantes. No total, 406 adolescentes foram qualificados e/ou certificados no período. Considerando a infraestrutura, em 2019, foram construídos os anexos escolares junto aos Centros de Atendimento Socioeducativo (CASEs) de Caxias do Sul e de Pelotas e o do Centro de Internação Provisória Carlos Santos (CIPCS), em Porto Alegre. Já o anexo escolar do Centro de Atendimento

Socioeducativo Feminino (CASEF/POA) está em obras, com previsão de conclusão para fevereiro de 2020. Foram finalizadas, ainda, reformas e adequações necessárias no CASE e no Centro de Atendimento em Semiliberdade (CAS) de Santa Maria, bem como nos CASEs Padre Cacique, Santo Ângelo e Uruguaiana. Ao longo do ano também foi dada ordem de início das obras de três novas unidades de CASEs: em Santa Cruz (R\$ 21.385.729,13); Osório (R\$ 22.153.824,39) e Viamão (R\$ 21.042.875,31).

Observando-se a questão da proteção especial em acolhimento, de competência da Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS), complementarmente aos municípios e ao Departamento de Assistência Social da Secretaria de Trabalho e Assistência Social (DAS/STAS), 2019 registrou um total de 422 crianças e/ou adolescentes em acolhimento institucional. Além disso, 125 crianças e/ou adolescentes receberam atendimento em contraturno escolar e 41 adolescentes foram inseridos em programas de qualificação. Foram realizadas 147 atividades comunitárias eventuais e 46 contínuas, bem como 55 eventos de formação/capacitação profissional. Na esteira da garantia de acesso dos acolhidos aos recursos para o seu pleno desenvolvimento, 44 tiveram padrinho/madrinha efetivados, seis abrigos foram reformados e um veículo adaptado foi adquirido. Em relação à inserção familiar e comunitária de crianças e adolescentes em fase de desligamento, 89 foram reinseridos na família ou na comunidade, sendo a maior parte beneficiada por projeto financiado pela Fundação de Proteção, que concede itens básicos (de alimentação e higiene) e materiais de construção às famílias que estão (re)assumindo os então acolhidos. Com tanto, houve uma melhoria significativa no tempo de institucionalização de crianças e adolescentes nesse período: 60% deles foram desligados em até 18 meses após o ingresso na instituição. Foram realizadas, também, 50 experiências de convívio familiar (reaproximações familiares autorizadas em juízo e supervisionadas pelas equipes do serviço, com objetivo de avaliar a possibilidade de retorno/encaminhamento definitivo da criança ou adolescente aos cuidados da família) e 159 visitas domiciliares. Cabe observar que, em 2019, ocorreu uma mudança estrutural na Fundação de Proteção, readequando-se sua estrutura para o atendimento apenas de crianças e adolescentes, conforme define a legislação. Em virtude de condições estruturais e financeiras, optou-se por transferir acolhidos adultos para uma clínica, até uma solução definitiva para o caso, conforme orientação da Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Dessa forma, foi possível também abrir 120 vagas a adolescentes egressos da FASE.

Ainda no âmbito da proteção e do acesso à justiça, em 2019, 33 crianças e adolescentes foram protegidos pelo Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), e 18 Defensores e Defensoras de Direitos Humanos (PPDDH) também receberam proteção do Estado. Ainda neste tema, 112 testemunhas foram protegidas através do Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas (PROTEGE).

Seguindo o objetivo da inclusão social, que envolve a promoção do acesso e usufruto a bens sociais, culturais, de lazer e esporte para as pessoas com deficiência (PcDs) e pessoas com



altas habilidades/superdotação (PcAHs), a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS) realizou ações em seus quatro eixos de atuação em 2019. Quanto ao eixo da atenção, 20.620 PcDs/PcAHs foram atendidas em serviços de referência da FADERS, distribuídas nos 28 COREDEs. Também foram feitos outros tipos de atendimentos, tais como disponibilidade de intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), audiodescrição em eventos, promoção de acessibilidade e remoção de barreiras físicas, sensoriais e/ou atitudinais e produção de materiais de baixa tecnologia (impressão de materiais em Sistema Braille). Contabilizaram-se 676 pessoas beneficiadas por estas atividades, até 30 de novembro de 2019.

Relativamente ao eixo construção de uma cultura de acessibilidade, o Projeto Praia Acessível atingiu dezesseis balneários das regiões Litoral, Sul, Centro Sul, Metropolitano Delta do Jacuí e Campanha, estendendo-se até março de 2019. Realizou-se, também, a XXV Semana Estadual da PcD, de 21 a 28 de agosto, cuja organização contou com mais de 30 entidades. No eixo articulação, o Fórum Estadual Permanente de Políticas Públicas para PcDs e PcAHs no RS, instituído em 2000, foi realizado em onze oportunidades em 2019, sendo dez delas em municípios do interior do Estado e a décima primeira na capital, no formato de Seminário Anual. As plenárias contaram com 1.762 pessoas, de 107 municípios, e o Seminário Anual, com 56 pessoas de dez municípios gaúchos.

Por fim, no tocante à produção do conhecimento para a promoção de uma cultura de acessibilidade, foram realizados 18 cursos de capacitação para atenção às PcDs/PcAHs, com 569 pessoas capacitadas, todas elas para atenção às deficiências; oito oficinas, totalizando 289 pessoas capacitadas; 46 oficinas na sequência das Plenárias do Fórum Estadual, em um total de 1.659 pessoas capacitadas, sendo 490 destas para atenção às PcAH e as outras 1.169 para atenção à PcD. Foram também promovidos 28 eventos formativos para disseminação de informações, conhecimentos e práticas pontuais, que atingiram 1.808 pessoas, sendo 1.418 capacitadas para atenção às PcD e 390 capacitadas para atenção às PcAH.

Referente às políticas para as mulheres, ao longo de 2019, um total de 150 agentes foram capacitados com vistas ao fortalecimento e à manutenção da rede de enfrentamento à violência e proteção às mulheres e meninas no Estado. Além disso, foram realizadas ações de conscientização de consumidores e fornecedores e fiscalizações dos direitos do consumidor, e foi qualificada a Escola Superior de Defesa do Consumidor do RS. O Tudo Fácil – Rede de Serviços ao Cidadão – remodelou sua rede que inclui as três unidades de atendimento no Estado.

No ano de 2019, também foram realizados eventos dedicados à expansão e ao fortalecimento do controle social, por meio da promoção de quinze eventos de capacitação para conselheiros tutelares e de direitos e na realização de três Conferências/Fóruns. Visando à construção e aprimoramento das políticas públicas de DH, foram elaborados o plano de ação para crianças e adolescentes filhos(as) de apenados(as) e os planos de enfrentamento à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes e de convivência familiar e comunitária.

O desafio da inclusão social está intimamente ligado também a políticas públicas de assistência social, bem como às de trabalho, emprego e desenvolvimento, de responsabilidade da **Secretaria de Trabalho e Assistência Social (STAS)**, em conjunto com a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS). No campo do emprego, trabalho e renda e relações com o mercado de trabalho, em 2019, 1.166.724 atendimentos foram realizados, sendo que 352.903 trabalhadores foram beneficiados pelo Seguro-Desemprego, e 158.892 carteiras de trabalho foram emitidas. Ao longo de 2019, um total de 75.995 vagas de emprego foram captadas, e 21.832 trabalhadores foram inseridos no mercado de trabalho por meio das agências FGTAS/SINE, além de 488 trabalhadores com deficiência.

Como política de geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento do artesanato gaúcho, em 2019 alcançou-se o registro de 56.496 artesãos no Programa Gaúcho do Artesanato (PGA) e 7.890 no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB). Além disso, 1.102 pessoas foram qualificadas por meio de seminários, oficinas, cursos e *workshops*. Por sua vez, no que diz respeito a projetos de inclusão e desenvolvimento social em parceria e/ou colaboração com sociedade civil e empresas, 13.714 entidades sem fins lucrativos foram registradas, e 653 tiveram seus certificados renovados em 2019. Para tanto, foi fundamental a liberação de recursos referentes à Lei nº 11.853/2002, que instituiu o Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social, e do Nota Fiscal Gaúcha, que repassou 84,9% dos recursos planejados para 2019 a entidades da assistência social.

Quanto aos recursos destinados à Política Estadual de Assistência Social do Estado, em específico, a STAS efetuou o repasse financeiro de 3% do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (PBF) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com vistas a estimular os entes federados a atualizarem continuamente o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e monitorarem as condicionalidades de saúde e educação do PBF. No Rio Grande do Sul, em 2019, 488 municípios apresentaram o Cadastro Único ampliado e atualizado e 283 estiveram com condicionalidade do PBF acompanhada.

Além disso, foram destinados R\$5 milhões ao Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), atingindo 98,5% em repasse do recurso para os municípios. O processo de cofinanciamento do FEAS, em 2019, registrou número recorde de adesão de municípios, com 392 municípios aptos, maior índice dos últimos anos. Nesse sentido, 384 adesões se destinaram aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), no valor de R\$ 3,937 milhões; 18 para Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), totalizando R\$ 555 mil; três para Residências Inclusivas, representando R\$ 180 mil; um para o Centro-Dia de Referência, no montante de R\$ 240 mil, e 21 para CRAS (R\$ 79 mil).

Cabe destacar, ainda, o lançamento em 2019 do projeto "Tô Ligado! – Conectando Trajetórias", cujo objetivo é promover ações de assistência social, qualificação e geração de emprego e renda que resultem em oportunidades à juventude. Sua execução está prevista até 2022, sendo que 169 escolas serão beneficiadas e 116.232 alunos atingidos em 52 bairros de diferentes cidades gaúchas.

Por sua vez, no que compete à gestão estadual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Estado, a STAS realizou, em 2019, um total de 760 atividades de assessoramento e apoio técnico, distribuídas uniformemente nas nove Regiões Funcionais. No que concerne à implementação do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CapacitaSUAS), 2.200 pessoas foram capacitadas em 489 municípios gaúchos. Ainda, através da implementação do Programa Estadual de Educação Permanente para o SUAS (EducaSUAS-RS), foram capacitadas, na área de assistência social, 781 pessoas em 2019.

Em relação à implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), 39 municípios gaúchos com Reordenamento do PETI foram acompanhados em 2019. O Reordenamento foi instituído em 2013 e marcou uma importante mudança na política de prevenção e erradicação do trabalho infantil, através de ações intersetoriais integradas e articuladas.

Cumprir registrar, ainda, que, em 2019, 3.240 acolhimentos foram realizados no Estado através da implementação do RS Acolhedor – Casas da Solidariedade, a partir do qual são oferecidos espaços de acolhimento provisório para pessoas em tratamento de doenças graves e seus acompanhantes que estejam fora da localidade de residência e não tenham condições de autossustento.

Em 2019, a área de segurança alimentar do Estado foi totalmente reestruturada, passando a compor o Departamento de Projetos Estratégicos da STAS. Além disso, teve destaque a realização da VII Conferência Estadual da Segurança Alimentar e a recomposição do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio Grande do Sul (CONSEA/RS).

Em relação ao atendimento à comunidade, em 2019, o Centro Humanístico Vida (VIDA) atingiu 89.320 fluxos de atendimento nas áreas de educação, saúde, trabalho, esporte, cultura e lazer. O VIDA é um espaço de cidadania, localizado na zona norte de Porto Alegre/RS, que atende a usuários de Porto Alegre e Região Metropolitana desde 1990.

Dentre as diversas atividades ocorridas em 2019, destacam-se a Plenária do Orçamento Participativo Região Eixo Baltazar, para votação de prioridades de obras e ações do poder municipal para aquela localidade, com 800 participantes; e a 2ª Copa de Karatê, integrando projetos sociais voluntários que desenvolvem atividades na área, tendo como público-alvo crianças e adolescentes, com 300 participantes. Além disso, para a promoção da inclusão digital, 2.202 pessoas tiveram acesso à rede de computadores, 112 foram qualificadas e 12 cursos foram realizados pela FGTAS.

Por fim, no que se refere à participação e ao controle social, vale registrar a realização da XIII Conferência Estadual de Assistência Social que contou com o apoio do Governo do Estado através da STAS, cujo tema foi “Assistência Social: Direito do Povo com Financiamento Público e Participação Social”.

Dentre as várias iniciativas realizadas pela **Secretaria da Cultura** em 2019, destaca-se a economia da cultura, cujo fomento ocorre através do Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais (PRÓ-CULTURA – RS), o qual funciona por editais do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), que disponibiliza recursos financeiros diretamente para proponentes de projetos selecionados, e da Lei de Incentivo à Cultura (LIC). Em 2019, 164 projetos de atividades culturais foram aprovados pela LIC, e 113 aprovados pelo FAC. Em relação a esse fundo, foram lançados 4 editais, em parceria com o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA): o de Educação Patrimonial, com recursos de R\$ 1,5 milhão, que contempla 32 municípios; o Teatro Hoje, de R\$ 400 mil; o Audiovisual II, de R\$ 7,5 milhões; e o Movimento, de R\$ 3 milhões. Tanto o Teatro Hoje quanto o Movimento preveem 50% das vagas para o interior do Estado. Também foi definida a prorrogação, até outubro de 2020, do Convênio ICMS 77/19, que garante a operação do Pró-Cultura.

Ainda em relação à economia da cultura, um dos propósitos é disseminar a cultura empreendedora com foco na economia criativa, a partir da implantação de espaços de atendimento e capacitação dos gestores e produtores culturais do Estado. Um desses espaços é o *Hub Criativa Birô*, criado em 2019, na Casa de Cultura Mario Quintana, em Porto Alegre, o qual tem como objetivo servir de apoio e ponto de encontro para os empreendedores criativos de todo o Rio Grande do Sul. O *Hub* possui 16 empreendedores incubados e 50 empreendimentos habilitados. No âmbito do RS Criativo, em 2019, foram capacitados 3.595 agentes e produtores culturais no Rio Grande do Sul, superando a meta anual, de 250. Essas capacitações ocorreram nas 9 Regiões Funcionais de Planejamento, a partir das caravanas de interiorização. Destaca-se que o segmento da economia criativa é responsável, no Estado, por mais de 130 mil empregos formais e 48 mil microempreendedores individuais que atuam em áreas como publicidade, artes visuais, ensino da cultura, design e moda, entre outras.

A democratização do acesso aos acervos e serviços culturais do Estado ocorreu por meio da divulgação dos bens históricos e culturais das diversas instituições – museus, bibliotecas e casas de cultura – e da realização de exposições e apresentações artísticas. Nessa linha, podemos citar as 42 exposições realizadas, em 2019, nas seguintes instituições culturais: Memorial do Rio Grande do Sul, Museu de Arte do Rio Grande do Sul, Museu Hipólito José da Costa, Museu Júlio de Castilhos e Casa de Cultura Mário Quintana, em Porto Alegre; e Museu Histórico Farroupilha, em Piratini. Também pode-se apontar as três exposições itinerantes realizadas pela Biblioteca Pública Lucília Minssen, localizada na Casa de Cultura Mário Quintana, a qual oferece atividades culturais voltadas

para crianças e adolescentes. Os serviços culturais oferecidos pela SEDAC atingiram 262.100 pessoas nesse mesmo ano.

As apresentações artísticas também buscaram contribuir para a democratização dos serviços culturais. A Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA), fundada em 1950 e que constitui a orquestra mais antiga do país com atividades ininterruptas, realizou, em 2019, 44 apresentações, sendo 35 em Porto Alegre e nove no interior do Estado. O público total dessas apresentações foi de 36.401 pessoas.

A Escola de Música da OSPA constitui a única instituição de ensino voltada para a formação gratuita de músicos de orquestra no Estado e tem como público-alvo crianças e jovens de 8 a 25 anos de idade, contando com 280 alunos. Em 2019, a Orquestra Jovem realizou 6 apresentações, todas em Porto Alegre.

Em relação ao Theatro São Pedro, em 2019, foram realizadas 439 apresentações em seus espaços, sendo 224 no palco principal e 120 espetáculos com entrada franca. O teatro teve um público total de 67.635 pessoas. Diversas iniciativas do Theatro São Pedro foram desenvolvidas em 2019, como 42 apresentações do musical Évora, com entrada franca, ao meio-dia, 32 do musical Mistura Fina, que oferece apresentações no final da tarde, 6 espetáculos e 5 atividades formativas de teatro para crianças e 3 apresentações musicais do Festival de Primavera.

Buscando a qualificação das instituições culturais, foram realizados projetos de restauração, necessários para dotá-las de segurança e acessibilidade ao público. Em 2019, foram elaborados os projetos de restauração e qualificação do Museu de Arte do Rio Grande do Sul, do Memorial do Rio Grande do Sul, do Museu Hipólito José da Costa e do Museu Júlio de Castilhos. Em relação a esse museu, aproximadamente R\$ 10,5 milhões do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Ministério da Justiça e Segurança Pública serão utilizados para restauração das duas edificações que o compõem, além da construção de uma reserva técnica do acervo. No caso do Museu de Arte do Rio Grande do Sul, serão utilizados R\$ 5,5 milhões, do mesmo Fundo, para a recuperação do prédio.

Por fim, é importante citar a conquista da sede definitiva do Museu de Arte Contemporânea do Rio Grande do Sul. Fundado em 1992 e contando com um acervo de 1.380 obras, o museu, que atualmente está localizado na Casa de Cultura Mario Quintana, terá nova sede no IV Distrito, em Porto Alegre.

A então criada **Secretaria do Esporte e Lazer** coordena e executa a política estadual de esporte e promove o lazer como modo de integração social das pessoas. Um instrumento fundamental para suas atividades é o Programa de Incentivo ao Esporte do Estado do Rio Grande do Sul (PRÓ-ESPORTE/RS). O programa atua por meio de duas ferramentas: a Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), vinculada ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); e o Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte (FEIE), realizado por meio de editais. Nessa área, além da disponibilização de

editais e da avaliação de projetos, a SEL atua com a capacitação de gestores voltada à captação desses recursos. Em 2019, foram 800 gestores capacitados, com palestras ocorrendo em Porto Alegre, Santa Maria, Novo Hamburgo, Farroupilha, Cruz Alta, Gramado e Lajeado.

Em 2019, foram aprovados 65 projetos ligados ao Pró-Esporte, com financiamento total de mais de R\$ 14 milhões. Em agosto, a SEL lançou o novo edital do FEIE com recursos de R\$ 1 milhão e 40 mil, os quais serão destinados a 24 novos projetos de pessoas físicas que contemplam o desporto, o paradesporto e os que se enquadram no programa RS Seguro. O resultado dos contemplados ocorrerá até março de 2020.

O fomento ao esporte também ocorreu através de convênios com prefeituras para a instalação de academias ao ar livre, beneficiando 205.361 pessoas. Além disso, o Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE), localizado em Porto Alegre, que conta com diversos espaços, como pista de atletismo, academia ao ar livre, ginásios e quadras de futebol, vôlei e tênis, foi objeto de um estudo jurídico para a melhor forma de realização de parcerias com a iniciativa privada para sua reforma e manutenção. Dessa forma, foi realizado um projeto de edital de parceria que terá continuidade em 2020.

Ainda em 2019, foram realizados o Campeonato Paradesportivo Estudantil do Rio Grande do Sul (PARACERGS), com cerca de 120 atletas de paradesporto, o Festival Paralímpico, o Campeonato Estudantil do Rio Grande do Sul (CERGS) e os Jogos de Integração da Pessoa Idosa, que reuniram cerca de 1.000 participantes. Foi propiciada, também, através do financiamento de despesas de transporte e de confecção de camisetas padronizadas para as equipes, a participação de atletas gaúchos nos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs), Jogos Escolares da Juventude (JEJ) e Paraolimpíadas Escolares.

Por fim, em dezembro, foi divulgada a campanha O Esporte Muda Vidas, que conta as histórias de atletas escolares, universitários, idosos e de alto rendimento beneficiados pelo Pró-Esporte. Além disso, a campanha divulga eventos e jogos, como o Gaúchão de Várzea e as etapas regionais dos Jogos Escolares da Juventude e Jogos Universitários Brasileiros.

Para alcançar à população do Estado uma melhor qualidade de vida foram executadas pela **Secretaria de Obras Públicas (SOP)**, em 2019, ações das quais destacam-se a recuperação de mais de 1.100 quilômetros de estradas vicinais e o desassoreamento de 29 quilômetros de meios hídricos, beneficiando ao todo 14.528 famílias residentes em 50 municípios, em áreas periurbanas ou rurais. Para isso, foram despendidos pelo Estado cerca de 3 milhões de reais. Essa ação se deu pela celebração de termos de cessão de uso de escavadeiras hidráulicas ou por meio da contratação emergencial de horas máquina, para atender municípios em situação de emergência, ou ainda, por meio da Consulta Popular 2017/2018, contemplando os municípios com a recuperação de estradas vicinais.

Atendendo às demandas dos diversos órgãos da administração estadual, a SOP também realizou em 2019 a elaboração, análise e gerenciamento de projetos de arquitetura e engenharia para prédios públicos do Estado envolvendo mais de 95 mil m². Foram, ainda, fiscalizadas 255 obras públicas, em 119 municípios do RS, as quais envolveram 162 mil m² de obras supervisionadas.

A SOP contribuiu com projetos de arquitetura e de engenharia e com Planos de Prevenção de Combate a Incêndio (PPCI) elaborados para os prédios Sede do Instituto Riograndense de Arroz – IRGA, Centro de Excelência em Difusão de Tecnologia Orizícolas – IRGA, e para o Centro de Pesquisa Sede FEPAGRO, entre outros. Também em 2019, foi executado o projeto de arquitetura referente à reforma da Inspeção Veterinária e Zootecnia – IVZ, em Caçapava do Sul, e os projetos de arquitetura e engenharia da reforma e ampliação do Pavilhão da Agricultura Familiar no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, em Esteio.

Foram desenvolvidos pela SOP os projetos de arquitetura para a reforma do Arquivo Público do RS, cuja área total é 3,5 mil m², e a análise de documentos técnicos para apoiar as licitações realizadas para a contratação de projetos e obras para diversos órgãos do Estado, atendendo às solicitações da Central de Licitações (CELIC). Também foram elaborados pela Secretaria, ao longo do ano de 2019, pareceres técnicos referentes à situação de imóveis do Estado.

Visando à adequação das escolas estaduais foram elaborados, sob supervisão da SOP, em 2019, cerca de 240 projetos envolvendo Planos de Proteção e Prevenção contra Incêndios (PPCIs). E, a fim de verificar a compatibilidade entre os PPCIs contratados e as edificações escolares existentes, as Coordenadorias de Obras Públicas (CROPs) realizaram 607 vistorias, de modo a permitir a análise e aprovação dos projetos executivos contratados pela SEDUC. O Sistema de Gestão de Obras (SGO), desenvolvido para o gerenciamento de todo o processo envolvendo as obras públicas, foi implantado na Secretaria de Educação e contou com aprimoramentos em 2019.

A fim de adequar as edificações da Secretaria da Saúde (SES) também foram elaborados PPCIs para os prédios das Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS), cujas áreas respectivas somam cerca de três mil m², e para os prédios do Departamento de Assistência Farmacêutica, da Unidade de Pronto Atendimento – Zona Norte, e para o Hospital Sanatório Partenon. Ainda foram elaborados os projetos de arquitetura referentes à reforma do prédio da 4ª Coordenadoria Regional da Saúde, com área de 450 m², em Palmeira das Missões, e o projeto de reforma do prédio da Escola de Saúde Pública, em Porto Alegre, com área de 200 m². Estão também em elaboração os projetos de arquitetura com mais de 6,8 mil m² de área construída, para as reformas em pavilhões do Hospital Psiquiátrico São Pedro.

Ainda em 2019, a SOP, em ação integrada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Estado, analisou os projetos de arquitetura e de engenharia contratados pela Secretaria da Cultura para a restauração dos museus Júlio de Castilhos, Hipólito José da Costa e o Museu do Memorial do Rio Grande do Sul, os quais, em conjunto com os projetos anteriormente aprovados para o Museu de Arte Aldo Malagolli (MARGS), superam nove mil m² de projetos para a

reforma dessas edificações tombadas pelo patrimônio histórico. A aprovação dos projetos possibilitou a captação dos recursos, ainda em 2019, para a execução das obras em 2020.

Foram executados e aprovados os Planos de Prevenção Contra Incêndio para o edifício sede da Secretaria de Segurança Pública e para os prédios de doze Delegacias de Polícia. No âmbito do sistema prisional os profissionais da SOP, da força tarefa e da 16ª Coordenadoria Regional de Obras fiscalizaram, em 2019, as obras da penitenciária de Bento Gonçalves, com área construída de mais de 5,6 mil m², e da penitenciária de Sapucaia do Sul, cuja área de construção é de mais de 8,8 mil m². Para a penitenciária de Bento Gonçalves, foi emitido o termo de recebimento da obra concluída e, para a de Sapucaia do Sul, está sendo realizada a análise para emissão do termo de recebimento.

Em relação à produção habitacional, regularização fundiária e reassentamento foram desenvolvidas as ações para construção de habitações para as famílias de baixa renda. Tais ações compreendem o repasse de recursos financeiros e/ou doação de áreas, inclusive complementando programas habitacionais da União. Em 2019 foram concluídas mais de 2,5 mil unidades habitacionais, localizadas em 88 municípios.

No que diz respeito à regularização fundiária e reassentamento em áreas de propriedade do Estado, localizadas nos COREDEs Metropolitano-Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos, foram beneficiadas 43 famílias com titulação de lotes e individualizados 1.336 lotes, por meio do projeto "More Legal". Foram, também, elaborados projetos de infraestrutura e/ou projetos urbanísticos para 778 lotes, beneficiando o mesmo número de famílias. Durante o ano de 2019, mais de 1,5 mil escrituras de imóveis da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB RS) tiveram sua titulação transferida aos moradores, beneficiando 46 municípios das diferentes regiões do Estado.

A **Secretaria de Articulação e Apoio aos Municípios** tem duas funções fundamentais: a de estreitar relações com todas as regiões do Estado, articulando ações estratégicas do governo com os diversos órgãos, poderes e setores, e, principalmente, apoiar política e tecnicamente as prefeituras no desenvolvimento de projetos e obras.

Entre as ações realizadas pela SAAM, em 2019, destaca-se a organização da apresentação da proposta de remodelagem do sistema de transporte coletivo de passageiros da Região Metropolitana de Porto Alegre, elaborada pela Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN), aos representantes dos 34 municípios integrantes da região metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e aos representantes de outros órgãos públicos que têm interface com o sistema. A SAAM, através da METROPLAN, também vem desenvolvendo o Plano de Gestão do Sistema Estadual de Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros da RMPA, o qual indicará os critérios para a futura licitação das concessões que envolvem o transporte na região que devem ocorrer em 2020.

A articulação da SAAM e METROPLAN propiciou a assinatura de um protocolo de intenções, em 2019, entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Porto Alegre para integração do sistema de transporte coletivo da Região Metropolitana com o municipal. O protocolo visa encaminhar um plano de ações para a interligação dos ônibus municipais e metropolitanos, o que trará benefícios à população em termos econômicos e de mobilidade urbana, otimizando os serviços de transporte coletivo urbano e metropolitano.

Com o objetivo de encaminhar a regulamentação da Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG), a SAAM realizou reunião com representantes de Caxias do Sul, cidade polo, buscando a adesão legal deste município à região metropolitana. Ainda, com o apoio da METROPLAN, realizou reunião com os prefeitos e representantes da RMSG, com vistas a aprovação de lei autorizativa de inclusão dos municípios, prevista por artigo da Constituição Estadual.

Em específico, buscando o planejamento e o fortalecimento das Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglomerações Urbanas, foram implantadas ações para modelagem do transporte coletivo metropolitano de passageiros na Região Funcional 1. Foram entregues os seguintes produtos: Plano de Trabalho; Levantamento de Dados; Diagnóstico; Prognóstico; Modelo Geoespacial e Plano de Gestão e Projeto do Sistema Inteligente de Transporte (SIT), Modelo Institucional e Modelo de Gestão e Controle provados. Encontram-se em análise: Modelo Operacional, em discussão (60%) e Modelo de Bilhetagem Eletrônica, em análise (80%). Também foram desenvolvidas ações de parcelamento do solo. Foram protocolados 287 processos, sendo que desses, 189 foram concluídos. No que se refere à gestão de projetos, obras e estudos de alternativas e concepções para prevenção de cheias na Região Metropolitana de Porto Alegre, foram realizados estudos de alternativas e projetos para minimização do efeito das cheias na Bacia do Rio dos Sinos, bem como estudos de concepção e anteprojetos de engenharia para proteção contra cheias do Rio Gravataí e afluentes em Alvorada e Porto Alegre. Foram realizadas ações relacionadas à manutenção e expansão do Programa Passe Livre Estudante, que contemplaram a adesão ao benefício nas Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e municípios. Com relação à promoção das ações integradas da infraestrutura urbana, foi executada obra de pavimentação no município de Viamão.

Por fim, dentre as principais realizações da **Casa Militar** em 2019, cumpre destacar o atendimento prestado pela Defesa Civil em 100% dos casos de calamidade pública e/ou situações de emergência. Além disso, foi implementado o sistema de prevenção e atendimento em acidentes envolvendo cargas com produtos perigosos, tendo sido realizadas 100 % de operações de resposta aos acidentes envolvendo esse tipo de cargas.

Durante o ano, foi feita a capacitação de 598 pessoas, dentre gestores estaduais e municipais de Defesa Civil e corpo de voluntários nas Coordenadorias Estaduais de Proteção e Defesa Civil do Rio Grande do Sul (CREPDECs), como segue: CREPDEC 7, Frederico Westphalen, dia 06/05/2019, 36 municípios atingidos, 87 participantes; CREPDEC 8, Lajeado, dia 06/05/2019, 24

municípios atingidos, 52 participantes; CREPDEC 4, Pelotas, dia 10/09/2019, 15 municípios atingidos, 78 participantes; CREPDEC 1, Porto Alegre, dia 24/09/2019, 23 municípios atingidos, 52 participantes; CREPDEC 5, Santo Ângelo, dia 15/10/2019, 54 municípios atingidos, 95 participantes; CREPDEC 2, Passo Fundo, dia 29/10/2019, 45 municípios atingidos, 85 participantes; CREPDEC 9, Caxias do Sul, dia 04/11/2019, 22 municípios atingidos, 54 participantes; CREPDEC 6, Uruguaiana, dia 06/12/2019, 06 municípios atingidos, 15 participantes; e CREPDEC 3, Santa Maria, dia 06/12/2019, 35 municípios atingidos, 80 participantes.

Com relação ao gerenciamento de riscos e desastres, o Estado do Rio Grande do Sul implementou o Sistema Estadual de Gestão Integrada de Risco de Desastres (SEGIRD), que consiste em uma ferramenta digital desenvolvida para integrar os sistemas de monitoramento, controle, alerta e gestão de emergências. O foco é na otimização da qualidade e na redução do tempo-resposta de atendimento. O investimento é de R\$ 1,6 milhão, com recursos do Banco Mundial. Foram elaboradas e implementadas, 14 ferramentas digitais para a gestão e resposta da Defesa Civil do Estado, bem como desenvolvido aplicativo móvel, acessível para toda a população e todos os operadores da Defesa Civil dos municípios.

Destaca-se, ainda, a Campanha do Agasalho, que arrecadou 1.449.452 itens, atendendo 102 entidades em 245 municípios.

EIXO DESENVOLVIMENTO EMPREENDEDOR

O eixo Desenvolvimento Empreendedor tem como enfoque a retomada do crescimento econômico, por meio das soluções ao cidadão disponibilizadas pelo Governo Digital; do fortalecimento do desenvolvimento regional; do fomento à nova economia e promoção da inovação em setores tradicionais; da adequação do modelo tributário com foco na competitividade, do fomento a um ambiente de negócios mais ágil e simples e da redução dos custos logísticos e de transporte e melhoria na infraestrutura.

Na direção desse propósito, encontram-se as iniciativas desenvolvidas pela Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA) e suas vinculadas Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM), Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados (AGERGS), Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Rio-Grandense de Saneamento (CORSAN), Companhia Rio-Grandense de Mineração (CRM) e Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás); pela Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR), em conjunto com suas vinculadas Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA) e Instituto Riograndense de Arroz (IRGA); pela Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (SICT) e as vinculadas Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do RS (FAPERGS); pela Secretaria de

Logística e Transportes (SELT) e suas vinculadas Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. (EGR) e Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG) e também pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR) e sua vinculada Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul (JUCIRS).

Em 2019, com as mudanças promovidas na estrutura administrativa, a **Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA)** ampliou suas competências e agregou, dentre outras, as atribuições de elaborar e executar a política estadual de saneamento e de formular e coordenar programas e executar obras públicas nesta área. Passou a responder, também, pelas políticas de infraestrutura, envolvendo energia e mineração, e pela promoção da regulação dos serviços públicos delegados.

Em relação à elaboração, implementação e manutenção do Sistema de Gestão de Riscos, em dezembro de 2019, foi lançado o novo portal da Sala de Situação, mais dinâmico e interativo, que possibilita o acesso a informações de monitoramento, prevenção e eventos hidrológicos, e disponibiliza mapas de previsão, dados agroclimáticos e boletins regulares. A Sala de Situação, que atua de forma integrada à Agência Nacional de Águas, e com a Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul como principal parceiro, tem como propósito contribuir para a gestão integrada de bacias hidrográficas e identificação de ocorrência de eventos extremos, por meio do acompanhamento e da previsão das condições hidrometeorológicas, com o objetivo de minimizar os efeitos adversos de secas e inundações. A ação ligada à manutenção da rede hidrometeorológica abrange, no total, 160 plataformas de coletas de dados.

Também no mês de dezembro de 2019, foi aprovado pela Assembleia Legislativa o projeto que institui o novo Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, resultado de um esforço de atualização e aperfeiçoamento da normativa ambiental, e com foco em uma gestão mais eficiente e na implementação de mecanismos para maior transparência, em sintonia com as atualizações da legislação federal e legislações vigentes nas demais unidades da federação. Nesse sentido, o Código promoverá melhor definição dos fluxos e a criação de instrumentos para desburocratização, fomento ao empreendedorismo e atualiza prazos de vigência de licenças e de procedimentos de análise buscando a uniformização. Pretende, também, prover segurança para equipe técnica junto a eventuais problemas jurídicos, com a elaboração de critérios claros para revisões ou considerações junto aos atos técnicos do processo de licenciamento.

Com o intuito de construir ferramentas orientadas ao planejamento do uso dos recursos naturais, a SEMA implantou o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) e o Sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT) e capacitou representantes de 97 municípios a operarem na

gestão e no licenciamento de atividades de impacto local. Foi implementada, também, a primeira etapa do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, um instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que permite aos órgãos técnicos, empreendedores e cidadãos, o conhecimento do panorama atual e o planejamento de ações para a gestão adequada dos resíduos sólidos.

Dentre as ações de gestão ambiental, foram realizadas dez ações de fiscalização de combate à pesca predatória e ao tráfico de animais silvestres, 2.248 atividades antrópicas de intervenção em recurso hídrico foram outorgadas, e 134 atividades antrópicas de intervenção em recurso hídrico vistoriadas. Do ponto de vista do monitoramento da qualidade do ar, foi dada continuidade ao controle diário e à elaboração de relatório anual. Quanto ao monitoramento quantitativo da água, com a ampliação do Qualiágua foram mais de 1.500 amostras em 334 pontos de coleta. Destaca-se, também, a retomada da utilização de placas informativas em todos os municípios contemplados pelo projeto Balneabilidade.

No que se refere às ações relacionadas a recursos hídricos, vale frisar a revisão de 92 decretos estaduais, a operação da Rede de Monitoramento da Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba e a constituição de grupo de trabalho voltado à segurança de barragens, com a realização de vistoria em 134 barragens/açudes, localizados em 35 municípios e de um Seminário abordando a temática de segurança desses reservatórios. O número de processos de outorga de água analisados aumentou em relação a 2018 em 18%, atingindo o total de 2.248 processos.

Em relação à questão das espécies invasoras, destacam-se algumas iniciativas, dentre elas o Plano Estadual de Prevenção, Controle e Monitoramento do Javali, o protocolo de controle e monitoramento de espécies exóticas invasoras, a realização do 1º Seminário Regional de Espécies Exóticas Invasoras e a constituição de uma rede de colaboradores, que conta com 33 pesquisadores de 12 instituições nacionais. Sobre a conservação de espécies ameaçadas de extinção, importante mencionar a definição dos territórios de atuação (Planalto Sul e Bagé) no âmbito da estratégia nacional GEF Pró-espécies. Em conformidade com as normas e procedimentos pertinentes à destinação de fauna silvestre apreendida, resgatada ou entregue voluntariamente no RS, foram concedidas 552 autorizações da Divisão de Fauna, 130 autorizações de transporte, 130 autorizações de soltura e 384 indivíduos foram soltos.

Ainda, em relação às ações de gestão, controle e licenciamento ambiental, vale salientar que foram analisadas 335 amostras de efluentes líquidos das fontes antrópicas, atendidas 73% das demandas advindas do Ministério Público, Polícias e Judiciário e 89% denúncias de dano ambiental. A reestruturação da equipe de emergência ambiental, por sua vez, possibilitou o recorde de 96 atendimentos no ano de 2019. Além disso, a Secretaria, ao longo de 2019, atuou para a elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação, no apoio às atividades da *Alianza del*

Pastizal, ação sul-americana que conta com a participação do setor industrial, sindicatos rurais, instituições de pesquisa e associações de produtores, no contexto da conservação dos campos nativos do Rio Grande do Sul. A respeito dos licenciamentos, cabe destacar que, em 2019, foram emitidos 9.996 documentos licenciatórios, superando o valor observado em 2018, de 7.736. Dentre esses, foram concedidas licenças prévias para 216 mil cabeças de suínos, 14 mil cabeças de bovinos e 10,5 milhões de aves; licença prévia para mina de fosfato em Lavras do Sul (com a geração de 900 empregos); licença prévia para usina de energia a partir do Biogás em Minas do Leão; 2 autorizações para testes em equipamentos de pirólise, e emitidas 15 licenças para regularização da atividade de lavra de gemas em Ametista do Sul. Além disso, foram 1.460 km licenciados de rodovias estaduais, 271 mil m³/dia licenciados em coleta e tratamento de esgoto.

Como incentivo às boas práticas ambientais, com foco na geração de renda e no uso sustentável da biodiversidade, em 2019, foram 340 hectares de área certificada em Sistemas Agroflorestais, 49 hectares de área plantada com espécies nativas, 86,3 hectares manejados em extrativismo sustentável da flora. Foram aplicados recursos importantes em projetos como o de incentivo, manejo e conservação de meliponíneos, o de incentivo ao manejo conservacionista em campo nativo e a implementação de corredores ecológicos.

Com o objetivo de manter e ampliar o acesso da população aos serviços de saneamento básico e estruturar e implementar a Política Estadual de Saneamento Básico, em 2019, a CORSAN avançou na expansão e melhoria dos sistemas de abastecimento de água. No município de Encantado, estão concluídas a adutora de água tratada, a estação de bombeamento e as adequações no RAP-03, o sistema já se encontra em operação. Vale evidenciar o alto percentual de execução em Parobé, onde a implantação da adutora de água tratada e elevatória de água tratada estão com 97,58% das obras concluídas; em Eldorado do Sul, a adutora de água tratada e travessia com 97,47% das obras concluídas; em Santa Rosa, as obras de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água no Município estão 96,80% concluídas. Em Charqueadas, a Adutora de Água Bruta em Ferro Fundido Dúctil DN600 apresenta 96,79% das obras concluídas, já a ampliação e a reforma da ETA e execução das obras do Sistema de Tratamento de Lodo com 92,78% concluídas em Campo Bom. Por sua vez, as obras para o tratamento de lodo da estação de tratamento de água do Sistema Atlântico e do Sistema Copas Verdes, em Erechim, encontram-se com 84,52% concluídas. Em Gravataí, a execução da adutora de água tratada entre os reservatórios R-22 e R-10 está com 88,55% das obras concluídas. Em Lagoa Vermelha, a ampliação e reforma da captação EAB e adutora de água bruta contam com 88,23% das obras concluídas. Em Rio Grande, as obras da casa de sopradores e reforma dos filtros da ETA estão com 13,61% das obras concluídas. Em Santa Cruz do Sul, a execução da adutora de água bruta e da nova câmara de manobra para o sistema de abastecimento de água no município com 66,31% das obras concluídas. Já em São Sepé, a Barragem de elevação de nível no Rio São Sepé está com 27,53% das obras concluídas e, em Soledade, as intervenções da adutora e

da elevatória de água bruta apresentam execução de 59,78%. No litoral, a execução das redes de água remanescentes, em Torres, está com 81,13% das obras concluídas e, em Xangri-lá, a adutora de água tratada Norte e Sul, em ferro fundido dúctil DN 400 com junta elástica, está com 1,22% das obras executadas.

No que diz respeito à expansão e melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário e às obras de infraestrutura para a ampliação da capacidade instalada de tratamento de esgoto, cabe evidenciar que foram atingidas as seguintes metas físicas em 2019: ampliação de 3.052.032 m³ relativos à capacidade instalada de tratamento de esgoto; 34.921 economias disponibilizadas com sistemas de esgotamento sanitário; 129.465 metros de redes de esgoto assentadas e 1.395.870 m³ de volume de esgoto tratado ampliado. Encontram-se concluídas as obras executadas nos municípios de Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul, e em andamento nas cidades de Aceguá, Alegrete, Alto Alegre, Alvorada, Caçapava do Sul, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Capão da Canoa, Carazinho, Carlos Barbosa, Cruz Alta, Dom Pedrito, Encantado, Erval Seco, Esteio, Farroupilha, Gravataí, Guaíba, Ijuí, Jaguarão, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Quaraí, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Antônio da Patrulha, São Borja, Torres, Tramandaí, Venâncio Aires e Xangri-lá. Relativamente à promoção de medidas institucionais, foram instalados/substituídos aproximadamente 252 mil hidrômetros. Quanto aos repasses de convênios para saneamento nos municípios e integralização de capital, em 2019, observou-se o valor de R\$ 52.458.675,67, que corresponde ao montante de recursos oriundos do Orçamento Geral da União para expansão e/ou melhorias nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, conforme convênio de repasses entre Estado e CORSAN.

As metas físicas observadas em 2019 para a ação ligada à expansão e melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água foram as seguintes: capacidade instalada de tratamento de água ampliada em 21.101 m³, 58.144 economias atendidas, índice de perda de faturamento apurado no valor de 38,98%, rede de água assentada/substituída totalizando 175.790 metros e volume de reservação ampliado em 2.500 m³. Para a ação relativa à expansão e melhoria dos Sistemas de Esgotamento Sanitário, no mesmo ano, a capacidade instalada de tratamento de esgoto foi ampliada em 3.052.032 m³, 34.921 economias disponibilizadas com sistemas de esgotamento sanitário, 129.465 metros de redes de esgoto assentadas e 1.395.870 m³ de volume de esgoto tratado ampliado. Sobre a ação voltada ao saneamento básico para pequenas comunidades, executada pela Secretaria de Obras Públicas, cabe frisar que foram beneficiadas 321 famílias por meio de convênio para implantação de módulo sanitário no Estado e, em 13 municípios, foram perfuradas 33 unidades de poço tubular profundo, beneficiando 6.941 famílias com a implantação de sistemas coletivos de abastecimento de água potável e/ou sistemas de esgotamento sanitário.

Em 2019, também aconteceu o processo licitatório que culminou no Consórcio Aegea como vencedor do leilão da parceria público-privada (PPP) da CORSAN, e que, até 2055, assume a responsabilidade por obras de infraestrutura, manutenção e ampliação da rede de saneamento. São previstos R\$ 2,23 bilhões em investimentos, R\$ 2,9 bilhões de geração de renda, 32,5 mil novos empregos e a contribuição para a despoluição dos rios dos Sinos, Gravataí e Guaíba. A ampliação da cobertura de esgoto será de aproximadamente 14% para 87,3%, em até 11 anos, nos municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Gravataí, Guaíba, Sapucaia do Sul e Viamão. O projeto pretende acelerar a universalização da coleta e do tratamento de esgoto nesses municípios, e estima-se que a população beneficiada será de 1,7 milhão de habitantes da Região Metropolitana. Está pendente, contudo, a homologação da licitação e a assinatura do contrato da parceria.

Foram viabilizados, em 2019, 120 empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia na ação de ampliação da disponibilidade energética. Também foi elaborado o Atlas Solarimétrico do Rio Grande do Sul e apoiados dois projetos de conservação de energia, os quais buscam induzir unidades consumidoras a minimizar o consumo final, por meio da apropriação de ganhos de eficiência energética. Quanto à política para a mineração, foi realizada pesquisa tecnológica com intuito de contribuir para a dinamização do aproveitamento do carvão mineral no Estado.

Em 2019, houve avanços na direção de ampliar a capacidade de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no estado. Vale ressaltar as realizações da CEEE voltadas à expansão da transmissão, com a capacidade de linhas de transmissão expandida em 181 MVA e capacidade de transmissão expandida nas seguintes subestações: SE Farroupilha, SE Garibaldi (concluídas) e, em andamento, SE Canastra (em Canela), SE Sanremo (em Canoas), SE Erechim 1, SE Júlio de Castilhos, SE Osório 2, SE Porto Alegre 6, SE Porto Alegre 10, SE São Vicente (em São Vicente do Sul) e SE Uruguaiana 5. Em relação à expansão, renovação e melhoria das instalações de redes de distribuição, cabe mencionar os resultados da expansão da capacidade de rede de distribuição, de 96.587,510 kVA, e 21.284 unidades consumidoras regularizadas. Já, sobre a expansão, renovação e melhoria das instalações de subtransmissão, no ano, foi registrada a expansão da capacidade de subtransmissão na ordem de 100 MVA e 14,9 km de expansão na capacidade linhas de transmissão. Quanto à produtividade das usinas da geração, destacam-se os investimentos em manutenção e modernização das usinas em operação e de propriedade da CEEE GT, que visam manter e automatizar as instalações em produção, ampliando sua vida útil com qualidade, confiabilidade e redução de custos. Já a manutenção e operação da transmissão registrou 99,3% como meta de manutenção preventiva e preditiva realizada, superando os 98% previstas.

No sentido de ampliar a oferta de gás natural, cabe dar destaque à ação voltada para ampliação da distribuição de gás natural e melhorias operacionais dos sistemas de distribuição de gás natural, que beneficiou 6.180 clientes atendidos e, quanto à rede de distribuição de gás natural expandida, por meio da construção de cerca de 60,79 km de rede de gasodutos distribuídos em Cachoeirinha, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre, Triunfo, Três Coroas, Canoas, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapiranga, Bento Gonçalves e Caxias do Sul. Em termos de volume de GN foram comercializados 2.214.490,408 m³/d e, a respeito da ação de planejamento, estudos e desenvolvimento tecnológico de sistemas de distribuição de gás natural, foram realizados 14 projetos executivos nas cidades de Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Caxias do Sul, Garibaldi, Gramado (Interligação Igrejinha-Gramado), Gravataí, Lajeado, Novo Hamburgo, Porto Alegre (MC-43, MC-45, MC-54, MC-39, MC-52, MC-44 e Interligação Restinga-Agronomia), São Leopoldo, Triunfo e Viamão. Por sua vez, a ação relativa à produção de carvão CE 3.300 na Mina de Candiota registrou produção de 1.380.444 toneladas de carvão mineral energético nacional no ano de 2019.

Após a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição n° 272/2019, em maio de 2019, o Governo foi autorizado pela Assembleia Legislativa, no mês de julho, a privatizar a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), a Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e a Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás). A privatização dessas estatais está relacionada à adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, e conta com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na condução do processo de desestatização.

Acerca das ações vinculadas à regulação de serviços delegados, a AGERGS atuou no sentido de assegurar a prestação de serviços adequados, observadas as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade nas suas tarifas, assim como garantir a harmonia entre os interesses dos usuários, concessionários, permissionários e autorizatários de serviços públicos e zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro dos serviços públicos delegados. Para tanto, salienta-se a realização de 42 ações de fiscalização (relatório e termo de notificação) no âmbito da execução de Convênios para Regulação de Serviços de Competência da União e dos Municípios. Quanto ao fomento à participação social, foram realizadas dez audiências públicas e mais de dois mil usuários voluntários cadastrados e, quanto ao monitoramento da modicidade tarifária, equilíbrio econômico-financeiro e justa remuneração abrangendo as áreas reguladas pela AGERGS, foram realizadas 32 atividades de fiscalização regulatória, 11 revisões e reajustes tarifários, e implantado um banco de dados. Outro banco de dados foi implantado para o monitoramento e fiscalização da qualidade dos serviços públicos delegados nas áreas reguladas pela Agência.

A Secretariada Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR), por sua vez, foi responsável pela execução de obras de construção de barragens para o abastecimento de água, bem como a irrigação das lavouras de arroz. Com a Barragem Jaguari, espera-se possibilitar a irrigação de 117 mil hectares da várzea do rio Jaguari. Nesse sentido, já foram executados 20% do barramento e 60% do complexo e encontram-se em andamento as tratativas para a assinatura do Termo de Compromisso com o Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Essa Barragem vai favorecer o abastecimento de água para municípios que são historicamente afetados pela escassez (Cacequi, Dom Pedrito, Lavras do Sul, Rosário do Sul, Santana do Livramento e São Gabriel), beneficiando aproximadamente 240 mil pessoas que residem na bacia do rio Santa Maria. Já no Arroio Taquarembó, a construção de barragem visa alcançar uma área com potencial irrigável de 52 mil hectares e atenderá a população dos municípios de Dom Pedrito, Lavras do Sul e Rosário do Sul. A respeito das ações de apoio e desenvolvimento da infraestrutura rural, foram perfurados 37 poços artesianos, implantados 1.632 projetos de armazenamento de água e irrigação e realizados 4.134 serviços de infraestrutura rural.

Com relação ao cadastro ervateiro, que se refere ao cadastro e georreferenciamento das indústrias ervateiras no RS, no ano de 2019, chegou-se a 98,8% da indústria ervateira georreferenciada, alcançando 247 empreendimentos, de um total estimado de 250. Foram, ainda, realizadas visitas aos viveiros de produção de mudas de erva-mate na região do Vale do Taquari para apresentação, orientação e execução do georreferenciamento. No que se refere à execução do orçamento do FUNDOMATE, aprovado em 2018, foram abertos processos que correspondem a R\$ 1.273.110, relativos às rubricas para o orçamento de 2019.

No apoio e desenvolvimento ao cooperativismo gaúcho, foram realizados 164 acompanhamentos de ações, 177 cursos, 168 diagnósticos e implementados 168 planos de aprimoramento. Nas ações voltadas ao apoio ao cooperativismo, quatro cooperativas foram beneficiadas com acesso a crédito e saneamento. Foram realizados 112 eventos e apoiados 10 projetos de estruturação. No fomento à intercooperação, foram beneficiadas 70 cooperativas e realizados 29 eventos.

No que se refere à defesa sanitária animal, foram identificados 39.055 animais, realizadas 191 atividades educativas, executadas 650 barreiras sanitárias, realizadas 24 capacitações, monitoradas quatro enfermidades, disponibilizados 25.000 materiais educativos, fiscalizadas 9.000 propriedades, e georreferenciadas 5.505 propriedades. Na inspeção de produtos de origem animal, foram capacitados 18 auditores SISBI-SUSAF, realizadas 100% das auditorias em relação à quantidade de solicitações de adesão aptas, capacitados 20 servidores estaduais e realizadas 2 reuniões interinstitucionais SISBI-SUSAF.

Na defesa sanitária vegetal, foram executadas 11.706 barreiras fitossanitárias, realizadas 59 capacitações, fiscalizados 1.245 estabelecimentos de comércio de insumos agrícolas, emitidas 58.475 permissões de trânsito, fiscalizadas 218 propriedades com certificação e 646 propriedades

rurais no uso de agrotóxico, implantado 100% do Sistema Integrado de Gestão de Agrotóxicos (SIGA), realizadas 9 capacitações e fiscalizadas 85 unidades consolidadoras. Na inspeção de produtos de origem vegetal, foram realizadas 140 coletas e análises laboratoriais de produtos vegetais para análise de resíduos de agrotóxicos e contaminantes, 1.591 inspeções, 4.842 análises laboratoriais de vinhos e derivados de uva e do vinho, e 903 coletas de vinificação, fiscalizados 168 estabelecimentos de comércio de vinhos e derivados de uva e 125 estabelecimentos produtores de vinhos e derivados da uva e do vinho, desenvolvido 100% do Módulo de inspeção de produtos de origem vegetal no Sistema de Defesa Agropecuária (SDA), realizados dois treinamentos e capacitações de servidores, e fiscalizados 67 veículos transportadores de vinhos e derivados de uva e vinho.

Nas ações relacionadas às cadeias produtivas, foi apoiada e beneficiada uma cadeia, atendidas 40 demandas, realizado um estudo e diagnóstico de cadeia produtiva, adquiridos 71 kits irrigação por gotejamento, adquiridas 222 máquinas agrícolas, disponibilizados nove materiais técnico-informativos, e realizadas sete reuniões para coordenação de processos de gestão.

Buscando difundir boas práticas para o solo, foram beneficiados 300 agricultores, realizadas duas capacitações de servidores e três capacitações externas, gerados 32 contratos de financiamento para adoção de tecnologia de produção sustentável, e implantadas oito unidades de referência.

Para incentivo ao consumo do arroz, foram realizadas 100 ações de divulgação junto à comunidade, realizados 20 cursos com merendeiras e nutricionistas, apoiados 12 eventos, e realizadas 43 palestras técnicas. Buscando a sustentabilidade na orizicultura, foram realizadas 34 ações de fomento à adequação ambiental das lavouras e propriedades rurais (selo ambiental), acompanhados 256 agricultores no sistema de produção de arroz orgânico, capacitados 575 agricultores e colaboradores, vistoriados 980 ha de área atingida por queda de granizo, realizadas 4.356 coletas de amostras de solos, água e sementes para análise laboratorial, realizados 13 dias de campo regional, promovidos 96 eventos técnicos para difusão de tecnologia, realizadas 37 lavouras demonstrativas para difusão da tecnologia, assistidos 31.959 produtores pela ATER, realizados 108 roteiros técnicos, implantadas 122 unidades demonstrativas, realizadas 15.000 vistorias em campos para produção de semente certificada.

A EXPOINTER, realizada no Parque de Exposições Assis Brasil, movimentou na sua edição de 2019, R\$ 2,7 bilhões, e cresceu 17,37% em volume de negócios em relação ao ano anterior. Foi concluída a construção do pavilhão de agricultura familiar, a qual atingiu a maior participação da história na feira, fechando negócios da ordem de R\$ 4,5 milhões, o que representou um crescimento de 13,51% em comparação a 2018.

Em 2019 foram armazenadas 14.700 toneladas de grãos, e construídos 180 silos secadores armazenadores. Para a gestão e adequação socioeconômica e ambiental dos estabelecimentos rurais, foram implantados 8.872 planos. Com relação ao abastecimento, no complexo CEASA/RS, foram comercializadas 607.584 toneladas de alimentos, distribuídas 57.832 toneladas de alimentos

pelo programa assistencial da empresa, e beneficiados 21.255 usuários do complexo. Para modernização do sistema de gestão e capacitação na CEASA/RS, foi realizado 6% do diagnóstico/pesquisa. E, objetivando a melhoria estrutural da empresa, foi qualificada 9% de sua infraestrutura.

Foram apoiados quatro projetos produtivos da agricultura familiar camponesa, legalizados 160 empreendimentos e apoiados 112 projetos de agroindústria familiar. No apoio à comercialização e ao fortalecimento dos sistemas locais e regionais de abastecimento, foram apoiadas 46 feiras livres e da agroindústria familiar. Mais de 800 estandes foram montados em 48 feiras municipais e regionais, com aporte de R\$ 1,2 milhão, garantindo assim a participação de agroindústrias familiares em feiras agropecuárias em todas as regiões do Estado. Houve um aumento de 92% nas adesões de municípios ao novo modelo do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF). Atualmente são 125 municípios no SUSAF. Como consequência, alcançou-se expansão da comercialização de produtos da agroindústria familiar, inclusão de empreendimentos em 48 feiras, e valorização da produção da agricultura familiar gaúcha.

Foram concedidas novas bolsas juventude rural, e apoiados 30 projetos produtivos, com objetivo de contribuir à permanência do jovem no campo. No ano de 2019, o programa Bolsa Juventude Rural recebeu a inscrição de 1.152 jovens estudantes de 15 a 29 anos, crescimento de 45% em relação ao ano anterior. Foram disponibilizadas 375 bolsas no valor de R\$ 200 mensais, pagas por um período de dez meses para manutenção dos jovens na escola durante o Ensino Médio. Também houve incentivo à implantação de projetos produtivos nas propriedades rurais familiares, e entre 80% e 90% dos jovens que estudam nessas escolas permanecem no campo, garantindo a sucessão rural.

No apoio e desenvolvimento da produção leiteira e da pecuária familiar, foram beneficiados 11.386 agricultores e pecuaristas familiares, e apoiados 60 projetos produtivos. No apoio e desenvolvimento de sistemas de base ecológica, foram apoiados quatro projetos produtivos. Para desenvolvimento e fortalecimento de assentamentos, foram recuperados/construídos 256 km de estrada, e implantados dois sistemas de abastecimento de água.

No desenvolvimento e apoio socioeconômico de comunidades quilombolas, foram beneficiadas nove comunidades. No desenvolvimento integrado da pesca artesanal e aquicultura, foram realizados 60 eventos de divulgação das ações de pesca e aquicultura, foram construídos 30 viveiros para piscicultura. Para fortalecimento etnossustentável e desenvolvimento socioeconômico de comunidades indígenas, foram atendidas 115 comunidades, e elaborados quatro planos de gestão territorial e ambiental. Para inclusão social e produtiva no meio rural, foram beneficiadas 500 famílias.

Na regularização e reorganização fundiária, foram indenizados três agricultores desalojados de áreas indígenas e de barragem, concedidos 80 ha de área devoluta, geocadastradas, georreferenciadas e certificadas 520 unidades, e concedidas 192 titulações de propriedade a agricultores desalojados de área indígena e barragem.

No troca-troca de sementes, foram disponibilizadas 152.095 sementes. Na pesquisa e inovação tecnológica agropecuária, foram publicados cinco boletins técnicos, circulares técnicas e revista científica PAG, viabilizadas 10 participações em feiras agropecuárias, e realizados dois seminários técnicos de divulgação de resultado de pesquisa. Foram também matriculados 19 alunos de pós-graduação, realizados 3.653 análises de solo, semente e inoculante, 12 ensaios científicos, 58.295 exames laboratoriais veterinários, e implementados 125 projetos de pesquisa com foco no setor agropecuário. Foram realizados dois projetos de obra civil de construção e reforma dos Centros de Pesquisa. Para otimização e ampliação da rede laboratorial de diagnósticos, foram credenciados 21 diagnósticos laboratoriais, capacitados sete servidores vinculados ao sistema de gestão da qualidade de laboratório, e implantado um sistema de gestão da qualidade.

Na pesquisa para orizicultura, foram analisadas 5.568 amostras de semente nos laboratórios do IRGA, analisadas 7.088 amostras de solo, água e grãos, realizados 120 ensaios científicos, 102 palestras técnicas para difusão de tecnologia, 63 publicações científicas, e produzidas 17.300 toneladas de sementes genética e básica das cultivares IRGA.

No ano de 2019, foi conquistada a manutenção da equivalência do serviço de inspeção estadual ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA). Cabe destacar, também, que foram construídos 362 açudes para irrigação e piscicultura, beneficiando 362 famílias em municípios da Região Sul e do Vale do Rio Pardo. Foram investidos R\$ 1,03 milhão no programa Segunda Água e R\$ 894,7 mil no programa Mais Água Mais Renda, objetivando aumento da produtividade agrícola e aumento da renda do produtor.

Ainda, no que concerne às principais realizações no ano de 2019, vale ressaltar que a **Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (SICT)** desenvolveu a metodologia do INOVA RS, o qual visa incluir o Rio Grande do Sul no mapa global da inovação a partir da construção de parcerias estratégicas entre a sociedade civil organizada, setores empresarial, acadêmico e governamental nas seguintes regiões: Metropolitana e Litoral Norte; Sul; Fronteira Oeste e Campanha; Central; Noroeste e Missões; Produção e Norte, Serra e Hortênsias e Região dos Vales. O INOVA RS propõe a construção de uma agenda comum entre os atores dos ecossistemas de inovação dessas regiões. Essa agenda articula projetos voltados ao desenvolvimento econômico e social das regiões. Para isso, são utilizados os ativos existentes no Estado, que ocupa a 5ª posição no *ranking* de estados inovadores e a 4ª colocação em competitividade global em setores tecnológicos, conforme o Índice FIEC de Inovação dos Estados (2018). O programa estimulará o investimento em inovação tecnológica para potencializar o crescimento do Estado e para torná-lo um lugar capaz de gerar, reter e atrair empreendedores, negócios e investimentos intensivos em conhecimento. Conta com a parceria de representantes da quádrupla hélice da inovação de diferentes regiões e teve sua metodologia inspirada em projetos já existentes no Brasil e no mundo, os quais apresentaram resultados positivos, quanto ao desenvolvimento econômico e social das regiões onde estão

inseridos. Em Porto Alegre, o Pacto Alegre – que prevê o compartilhamento de recursos e parcerias entre o poder público e a iniciativa privada para impulsionar o crescimento da capital – é uma das referências.

Já o projeto TechFuturo desenvolverá ações e parcerias que promovam a conexão entre tecnologias avançadas e os setores estratégicos da economia regional, conforme previsto nas diretrizes estratégicas de inovação (2018-2028), aprovadas pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, com o objetivo de transformar a matriz econômica do Estado em uma economia intensiva em conhecimento.

Com o foco na promoção do desenvolvimento científico e tecnológico sustentáveis, do setor produtivo e de serviços e da qualificação do capital humano, durante o ano de 2019 foram concedidas 85 bolsas de extensão. Ademais, a UERGS promoveu 12 eventos em parceria com outras instituições e foram implementados 299 projetos de extensão e três programas. Além disso, foram publicados cinco artigos nos municípios de Encantado, Frederico Westphalen, Novo Hamburgo e Três Passos. Em 2019, foram concedidas 242 bolsas acadêmicas referentes ao aprimoramento e qualificação da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica, associadas às vocações regionais. Foram implementados, no mesmo ano, 24 cursos de pós-graduação *lato-sensu* (nos municípios de Alegrete, Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Erechim, Fortaleza dos Valos, Montenegro, Novo Hamburgo, Osório Porto Alegre, Santa Cruz do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Francisco de Paula, São Luiz Gonzaga, Soledade, Tapes, Três Passos e Vacaria) e quatro cursos *stricto-sensu* nos municípios de Encantado, Guaíba, Osório e São Francisco de Paula. Houve 2.196 participações de docentes e discentes em eventos de ensino, pesquisa e extensão, financiada pela UERGS. Ademais, durante o ano, foram realizados 140 projetos de pesquisa e inovação tecnológica vinculados aos grupos de pesquisa.

Foram concedidas, também, 1578 bolsas de Iniciação Científica – BIC e de Iniciação Tecnológica e de Inovação – BITI com enfoque no fomento à formação e à fixação de recursos humanos. Houve ainda a concessão de 759 auxílios na ação voltada ao fomento à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação. Já a ação voltada à formação inicial e continuada concedeu 582 bolsas acadêmicas e ofertou 37 cursos de graduação. Foram realizadas 152 parcerias com órgãos públicos, privados e/ou internacionais ativos. Foi implementado um Programa de formação inicial e continuada. Foram ofertadas 1445 vagas em cursos de graduação. Por fim, no escopo da ação de melhoria e ampliação da infraestrutura, foram adquiridos 3.331 acervos bibliográficos.

A FAPERGS investiu mais de R\$ 35 milhões em pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação. As ações executadas incluem: apoio à formação de recursos humanos por meio de bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado; organização de eventos científicos no RS e participação de pesquisadores em eventos internacionais; execução de projetos de pesquisa em todas as áreas de conhecimento; infraestrutura de pesquisa científica nas instituições científicas e tecnológicas do Estado.

Em 2019, a **Secretaria de Logística e Transportes (SELT)** atuou na realização de projetos, estudos e iniciativas destinadas à melhoria da infraestrutura de transporte, da administração de aeroportos, da realização do planejamento da coordenação e da integração do sistema transportador, bem como serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e o transporte hidroviário. À SELT, órgão central do sistema de transportes, coube a coordenação das ações relacionadas ao planejamento logístico multimodal, em que o sistema transportador foi abordado do ponto de vista de três dimensões fundamentais as quais englobaram o desenvolvimento de atividades de planejamento e coordenação, de tratamento de ativos da rede e desenvolvimento de processos de governança. Nessas diferentes dimensões estão contidos os obstáculos a serem enfrentados diante do propósito da promoção do desenvolvimento setorial. Foram desafios relacionados, respectivamente, às ferramentas de planejamento, a infraestrutura física e a modelos de gestão que, no ano de 2019 foram objeto dos esforços de superação realizados de forma alinhada com os objetivos estratégicos da ação governamental em especial a redução de custos logísticos e a melhoria da infraestrutura de transportes a partir da lógica do desenvolvimento empreendedor e da qualificação da prestação de serviços através de parcerias com o setor privado a partir da noção de Estado sustentável.

O Plano Estadual de Logística e Transportes (PELT), em fase de implementação, e a elaboração do Plano de Obras foram ferramentas utilizadas para identificação de deficiências sistêmicas, gargalos de infraestrutura, e estratégias de intervenção pública e privada tendo ainda permitido que temas como ganhos de eficiência, produtividade setorial pudessem ser tratados a partir da lógica da racionalidade e da integração dos diferentes modais que compõem o setor transportador que no caso do RS tem o rodoviário como estruturador do sistema, requerendo tratamento diferenciado.

Nesse campo, a SELT através do DAER, investiu em obras de engenharia destinadas à qualificação da malha rodoviária promovendo a liquidação de mais de R\$ 361,6 milhões. Foram recursos oriundos do Tesouro do Estado, da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e de financiamento via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Obras de duplicação de rodovias receberam o aporte de mais de R\$ 69,5 milhões. Destaque para a ERS-118, que atingiu mais de 83% de obras e serviços concluídos. Essa rodovia, uma das principais rotas econômicas da Região Metropolitana de Porto Alegre, alcança contagens de tráfego de até 30 mil veículos/dia no percurso entre a BRS-290 e a BRS-116. A duplicação de 21,5 km de rodovia, que conta com recursos financiados junto ao BNDES, abrange também a construção de ruas laterais, viadutos, pontes e passarelas.

Investimentos em restauração de rodovias foram viabilizados através da prorrogação do contrato de financiamento firmado com o BIRD. Foram liquidados mais de R\$ 149,8 milhões para o custeio de obras em mais de 140 km de rodovias nos municípios de Erechim, Serra, Passo Fundo-

Cruz Alta, Passo Fundo-Palmeira e o CREMA Santa Maria-Cachoeira. A malha pavimentada foi objeto de expansão, com a construção de mais de 54 km de acessos municipais pavimentados, beneficiando 10 municípios e suas populações. Mais de 9 km de ligações regionais foram concluídas articulando cidades do interior a corredores rodoviários. Vale registrar, ainda, as obras realizadas através de convênios municipais que permitiram a realização de mais de 23 km de melhorias viárias, em 17 municípios. A conservação de rodovias foi realizada em mais de 280 km de estradas, tendo sido concluído o levantamento das condições do pavimento em mais de 7.200 km. Realizado, ainda, o treinamento de servidores para utilização da ferramenta ROUTE 2000 RS, destinada ao planejamento e a priorização de intervenções de restauração e conservação de rodovias.

O Mapa Rodoviário Interativo foi disponibilizado ao público, permitindo o *download* das bases georreferenciadas. O transporte de passageiros, no ano de 2019, foi objeto do lançamento de 61 editais de licitação de estações rodoviárias, cinco já se encontram em fase de contratação. Estão em elaboração editais para licitação de agências rodoviárias e linhas intermunicipais de transporte de passageiros divididas em 14 mercados. Em 2019, o DAER assinou contrato com a PROCERGS para elaboração do Sistema de Gestão de Transporte Coletivo (GTC) destinado a agilizar a concessão de licenças para o transporte especial através de fretamento. O Departamento atuou no acompanhamento do transporte regular em aproximadamente 1.400 linhas buscando, através de fiscalização continuada, promover a melhoria dos serviços prestados aos cidadãos.



Por sua vez, a malha rodoviária pedagiada, que está sob a responsabilidade da EGR, administra trechos em 16 rodovias, mantém 14 praças de pedágio ao longo de 893 km e gerencia fluxos de mais de 40,9 milhões de veículos. A EGR, em 2019, promoveu a restauração e a melhoria de mais de 280 km de rodovias. Dentre os investimentos mais relevantes destaca-se a construção do Viaduto da ERS-040 (entroncamento com a ERS-118) que, com o investimento de R\$ 20,7 milhões, visa eliminar congestionamentos, intensificados durante o veraneio entre o município de Viamão e as praias de Pinhal e Cidreira. Destaque também para as obras realizadas nas rodovias: ERS-115 com implantação de terceira pista entre Três Coroas e Gramado; ERS-235 com implantação de rótula no km 2,9 em Nova Petrópolis; ERS-239 com obras de duplicação no município de Taquara entre os quilômetros 52 e 54,5; ERS-287 com implantação de rótula no km 139, em Candelária. Digno de nota é a manutenção do serviço de ambulâncias e guinchos nas 24 horas do dia em toda a extensão da malha pedagiada.

No ano de 2019, foi lançado um programa de parcerias para que, através da concessão de rodovias, se possa ampliar os investimentos privados direcionados à modernização da infraestrutura de transporte de cargas e pessoas através da duplicação de segmentos da RSC-287 (204,51 quilômetros entre Tabai e Santa Maria) e da ERS-324 (115 quilômetros entre Passo Fundo e Nova Prata) os investimentos previstos são da ordem de R\$ 3,3 bilhões em 30 anos, sendo R\$ 2,2 bilhões para a RSC-287 e R\$ 1,1 bilhão para a ERS-324. Observe-se que as concessões ou PPPs não estarão limitadas ao modal rodoviário, tendo em vista que hidrovias, portos e aeroportos regionais também estão cotados. Em 2019, foi iniciado o processo de concessão da Estação Rodoviária de

Porto Alegre que, ao longo de 25 anos, deve gerar investimentos da ordem de R\$ 76 milhões em melhorias operacionais e físicas destinadas à ampliação de sua eficiência e do conforto oferecido aos usuários.

A SELT também realizou atividades destinadas a ampliar a competitividade e a sustentabilidade setorial e a partir de alterações no decreto que regulamenta o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR-RS) – flexibilizando regras operacionais e redução de alíquota sobre combustíveis das aeronaves – o governo deflagrou dinâmicas econômicas destinadas a impactar a oferta de linhas regulares nos aeroportos do interior. Com efeito, novos voos ligando Porto Alegre a Bagé, Passo Fundo, Rio Grande, Santa Rosa, Santana do Livramento e São Borja foram constituídos. A Aviação Regional em 2019, segundo dados da ANAC, apresentou crescimento de mais de 22,5 % no número de passageiros nos principais aeroportos do RS. A manutenção do sistema aeroportuário, fundamental para o desenvolvimento do RS, foi objeto de investimentos de mais de R\$2,37 milhões em obras e serviços destinados às melhorias nos aeroportos de Caxias do Sul, Santo Ângelo e Passo Fundo. O processo de modernização da infraestrutura e da operação dos voos regionais, no ano de 2019, contou com a viabilização de R\$ 88 milhões para os aeroportos Lauro Kortz, de Passo Fundo, e Sepé Tiaraju, de Santo Ângelo, cada um receberá investimentos de R\$ 44 milhões do governo federal e contrapartida de R\$ 1 milhão do Estado para obras de ampliação e modernização. Os investimentos permitirão a aquisição de novos equipamentos, terminais de passageiros, restauração da pista de pouso e decolagem e novo pátio para aeronaves.

Ainda sob o enfoque do empreendedorismo e da sustentabilidade, a SUPRG, no ano de 2019, iniciou os trabalhos de implantação de um novo modelo de gestão dos portos gaúchos. Inserido nesse esforço de transformação, encontra-se o Projeto Rio Grande Porto-Indústria, que objetiva reformular a forma de apresentação das áreas disponíveis para novos investimentos no Complexo Portuário. O Porto do Rio Grande, até novembro de 2019, movimentou 38,2 milhões de toneladas, destaque para graneis sólidos com 23,5 milhões. A movimentação de contêineres no ano atingiu a marca de 631 mil TEUs. Os números em boa medida resultam de investimentos efetuados na modernização das infraestruturas conexas a atividade portuária e da retomada dos serviços de dragagem que retiraram 16 milhões de metros cúbicos de sedimentos aumentando de 12,8 para 14,4 metros o calado do canal de acesso permitindo a ampliação do carregamento das embarcações de grande porte que acessam o complexo portuário. O PRG está conectado a uma malha hidroviária de mais de 742 km e articulado aos portos de Porto Alegre e Pelotas que, em 2019, movimentaram juntos mais de 1,6 milhão de toneladas. O esforço de modernização e dinamização deste complexo, implementado no ano que transcorreu, registrou ainda o início do processo de implantação do Terminal Logístico do Arroz (TLA) que, alocado em instalações da extinta CESA, busca minimizar custos logísticos, facilitar processos de exportação, conferir maior competitividade à produção regional e apresentar o complexo hidroportuário como alternativa viável ao transporte de cargas.



A **Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR)** atuou na promoção do desenvolvimento econômico, turismo e no apoio às micro e pequenas empresas. Desse modo, atuou no sentido de promover o desenvolvimento sustentável, através da inovação, incrementando os setores econômicos tradicionais, atraindo novos investimentos, adensando cadeias produtivas e superando as desigualdades regionais. Atuou, também, em conjunto com as demais áreas de governo na implementação de políticas de desenvolvimento e turismo do Estado. Em parceria com a Secretaria da Fazenda, a SEDETUR é responsável por promover e executar políticas de incentivos fiscais voltados ao desenvolvimento regional e setorial e incrementar o turismo.

No que tange às principais realizações da SEDETUR no ano de 2019, ressalta-se o Programa Mais Turismo RS, lançado em 31 de julho, com o objetivo de estruturar as regiões turísticas e os municípios com reconhecido potencial turístico no Estado. O programa disponibiliza recursos de financiamentos nacionais e internacionais para a implementação de planos de investimentos e projetos de desenvolvimento do turismo. Destacam-se, também, 13 ações promocionais voltadas ao desenvolvimento e *marketing* de destinos e produtos turísticos. Em 2019 foram cadastradas 6.672 empresas prestadoras de serviços turísticos. Quanto às informações, estudos e estatísticas do turismo, foram realizadas cinco pesquisas de demanda turística. Ressalta-se, ainda, a capacitação de 20 atendentes dos CAT (Centro de Atendimento ao Turista) e do Batalhão de Polícia Turística. Além disso, foram realizadas sete Conferências Estaduais do Turismo e sete governanças regionais foram apoiadas. Por fim, foram qualificadas 700 pessoas entre gestores, empreendedores e profissionais na área do turismo.

Quanto às ações voltadas à dinamização econômica do Estado, modernização de setores tradicionais, indução de novas economias e alavancagem da infraestrutura estadual, foram aprovadas as seguintes operações de financiamento: R\$ 158.418.997 em investimentos à ampliação da infraestrutura pública municipal do RS; R\$ 55.008.736 em investimentos para a ampliação da infraestrutura econômica; R\$ 143.186.805 em operações de financiamento de indução de novas economias empresariais; R\$ 133.841.841,68 de financiamentos de investimentos para a modernização e ampliação da produção e da produtividade agropecuária gaúcha.

Por sua vez, no âmbito das ações para o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Extensão Produtiva e Inovação (NEPIs), foram apoiados 15 APLs em Governança e 13 em projetos prioritários. Foram realizados 10 seminários do “Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do RS – FOPEMEPE/RS”. Além disso, a ação destinada às redes de cooperação capacitou 200 empresários, associou 93 novas empresas, implantou cinco novas redes e acompanhou seis redes de cooperação em desenvolvimento.

Foram realizados 415 estudos relacionados à articulação de negócios internacionais e inteligência estratégica competitiva. Além disso, para o fomento e promoção comercial, foram apoiadas 120 empresas em feiras internacionais, 68 empresas atendidas, oito estandes apoiados em feiras internacionais e cinco interiorizações realizadas.

Quanto às ações de apoio à participação de empresas gaúchas em feiras internacionais, foram apoiadas empresas com matriz ou planta produtiva no RS, a fim de abrir novos mercados. O governo atuou ao subsidiar a participação, adquirindo parte da área ou do estande. Assim, foram investidos R\$ 524.238, o que gerou R\$ 12,553 milhões em negócios realizados durante as feiras.

O programa Exporta-RS amplia e consolida a participação de empresas gaúchas no mercado internacional, em especial micro, pequenos e médios empreendimentos. Ele se desenvolve por meio do atendimento personalizado a quem deseja identificar possibilidades de exportação ou importação e também difunde oportunidades e informações. Desde o lançamento do programa (março de 2016), foram atendidas 400 micro, pequenas e médias empresas, totalizando a entrega de aproximadamente cem estudos de mercado a cada ano.

Além disso, em 2019 houve a otimização do sistema integrado do registro digital na Junta Comercial, Industrial e Serviços do RS (JucisRS) que permitiu que se alcançasse a meta de colocar em dia os processos em espera para análise. Ou seja, atualmente, muitos dos processos que ingressam no sistema são deferidos e liberados de forma automática, desde que não haja pendências.

Com a implantação do Registro Automático, os processos de determinadas naturezas jurídicas são deferidos em segundos. O número de deferimentos automáticos supera os 20% das aberturas de empresa. Os demais, todos analisados por meio da Junta Digital, tiveram sua tramitação reduzida de dez para três dias, em média, desde que não apresentem pendências. Isso é resultado das inovações nos processos de modernização dos sistemas de registro digital e legislação pertinente, além de melhorias no atendimento aos usuários, disponibilizando ferramentas de atendimento 100% digital. A evolução simplificou as etapas de formalização de empresas e colaborou para a celeridade das análises de documentos e livros do registro do comércio.

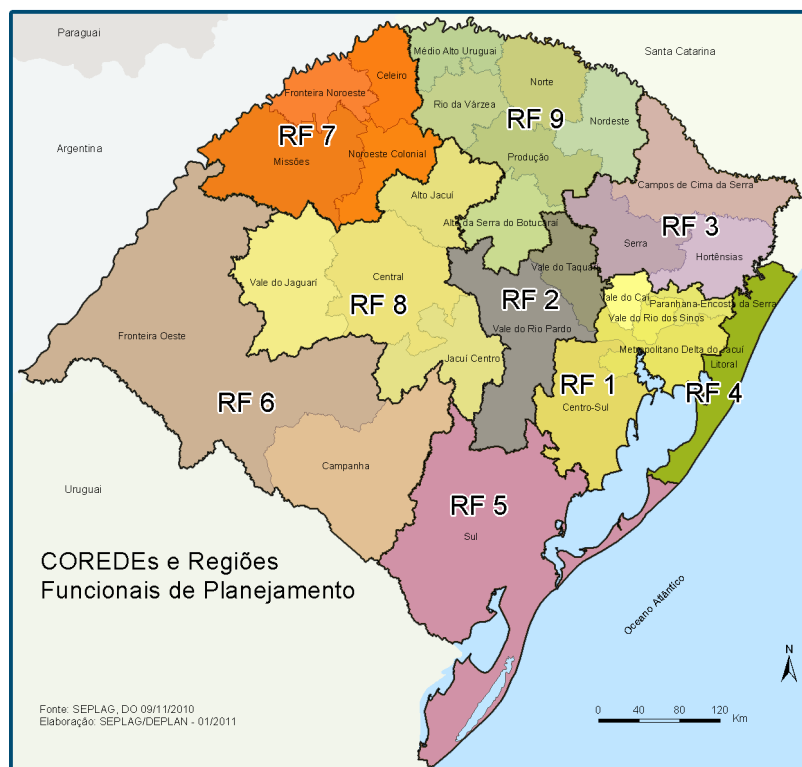
QUESTÕES ESTRATÉGICAS E INICIATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PPA 2020-2023

O planejamento territorial busca coordenar e harmonizar as atuações com incidência territorial dos diferentes setores da administração pública, visando à diminuição dos desequilíbrios socioeconômicos regionais. No Plano Plurianual 2020-2023 a dimensão territorial foi considerada desde a identificação das situações-problema até o diagnóstico de suas causas, diante das quais o Governo do Estado procurará soluções nas regiões onde elas se apresentam de forma mais acentuada.

A fim de subsidiar os órgãos estaduais com a identificação de situações-problema de forma regionalizada para a elaboração do PPA 2020-2023, o Governo do Estado elaborou o estudo Sínteses Territoriais²¹, com o objetivo de demonstrar a distribuição regional de alguns indicadores utilizando as escalas das Regiões Funcionais (RFs), dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) e dos municípios. Também considerou as estratégias apresentadas pelos COREDEs como contribuição ao processo de elaboração do PPA.

²¹ Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/plano-plurianual>. Acesso em: 19.11.2019.

Figura 40 – COREDEs e Regiões Funcionais de Planejamento



Com base nessas análises e em complementação às informações disponibilizadas nas demais seções desta mensagem, são apresentadas, a seguir, as principais iniciativas do Plano Plurianual 2020-2023 para cada uma das regiões Funcionais.

INICIATIVAS DO GOVERNO DO ESTADO VOLTADAS A QUESTÕES ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES

A partir de estudos anteriores realizados pelo Governo do Estado e nos Planos Estratégicos dos COREDEs, finalizados em 2017, foram selecionadas estratégias para o desenvolvimento das regiões, que serão contempladas por iniciativas do PPA 2020-2023. Dessa forma, a regionalização dos produtos oriundos das iniciativas deve contemplar problemas e oportunidades de cada uma das regiões. A seguir, apresenta-se esse conjunto de iniciativas do PPA 2020-2023.

REGIÃO FUNCIONAL 1

Figura 41 – COREDEs e municípios que compõem a Região Funcional 1

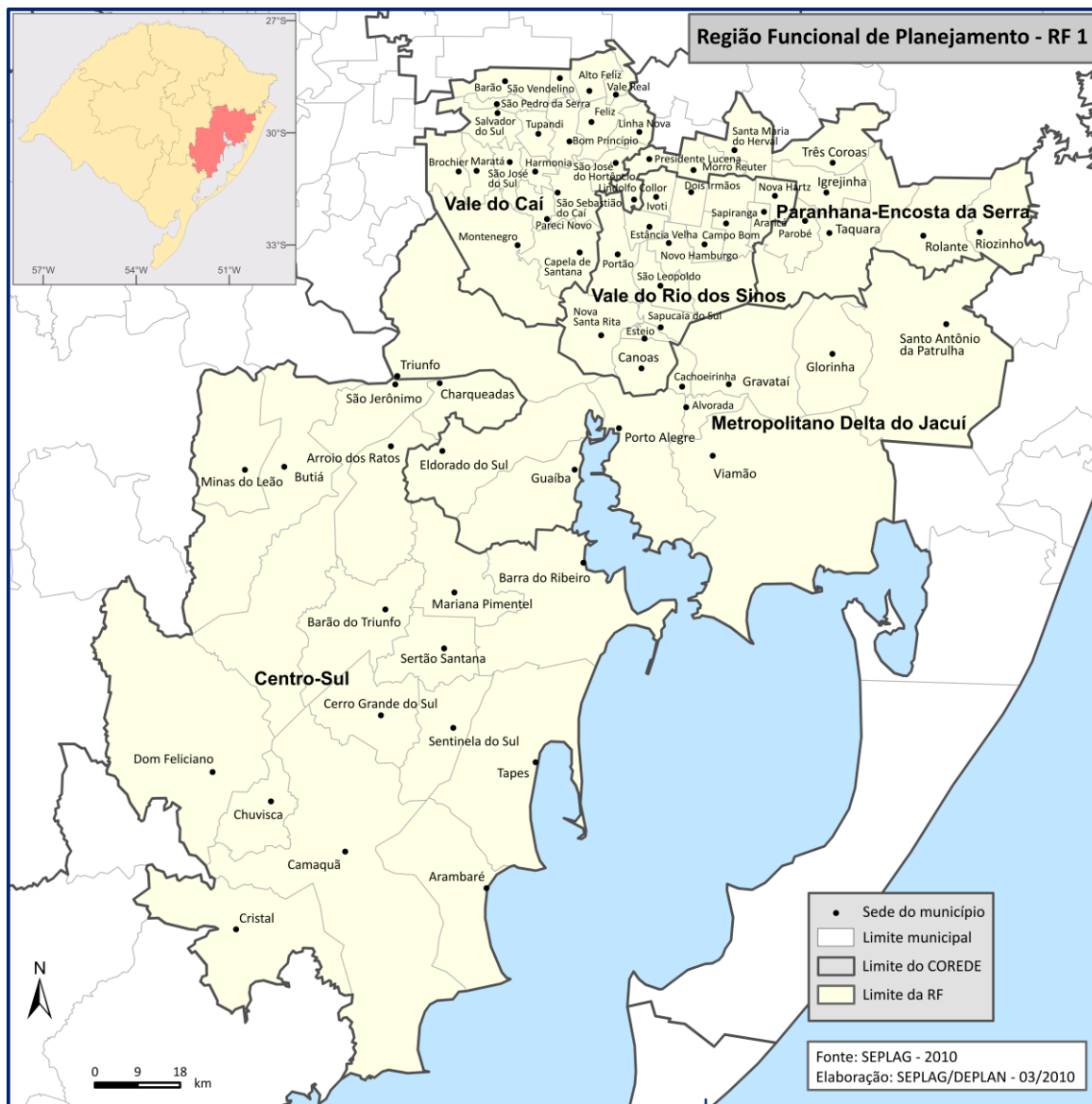


Figura 42 - Questões estratégicas e iniciativas voltadas à Região Funcional 1

Estratégias voltadas à RF1	
<p>Fortalecimento dos polos de inovação</p> <p><u>Iniciativas:</u></p> <p>INNOVA - Desenvolvimento e Implantação de Ecossistemas Regionais de Inovação no RS: prevê o estabelecimento de um ecossistema regional de inovação, articulando a sociedade civil e os setores empresarial, acadêmico e governamental.</p> <p>Tech Futuro - Tecnologias portadoras de futuro para setores econômicos estratégicos: visa ao desenvolvimento de ações estratégicas e parcerias que promovam a conexão entre as tecnologias portadoras de futuro e setores estratégicos da economia regional, com a qualificação de profissionais e a realização de workshops regionais.</p> <p>Educar para inovar: prevê a capacitação de professores/multiplicadores em formação empreendedora, computacional e científica a fim de aprimorar as habilidades intrínsecas dos estudantes da rede pública de educação.</p> <p>Implementação de propostas pedagógicas pautadas no empreendedorismo, inovação e criatividade nos ambientes escolares: visa à preparação dos alunos para o mercado de trabalho e para a nova economia, através da participação desses em mostras, feiras e projetos científicos e tecnológicos.</p> <p>Capacitação e formação na área da economia criativa: prevê a realização de cursos e oficinas de qualificação de empreendedores criativos, além da criação do Espaço Hub Criativa Biró, na Casa de Cultura Mário Quintana.</p>	<p>Desigualdades sociais e expansão da ocupação sem ordenamento territorial</p> <p><u>Iniciativas:</u></p> <p>Aperfeiçoamento do ordenamento territorial das Regiões Metropolitanas e Aglomerados: visa à formulação de políticas e diretrizes que promovam a organização territorial e o desenvolvimento sustentável, através da elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDU.</p> <p>Ações de inclusão social: prevê o apoio a projetos de desenvolvimento local e a realização de cursos, palestras e oficinas voltadas à inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social.</p> <p>Ações de promoção de trabalho e renda: visa à inserção de trabalhadores no mercado formal, a partir da captação de vagas junto a empresas e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGAS/SINE.</p>
<p>Estrangulamentos no uso do modal rodoviário</p> <p><u>Iniciativas:</u></p> <p>Ampliação de capacidade de rodovias: visa ao aumento da capacidade de rodovias através da duplicação de rodovias arteriais existentes e implantação de terceiras e quartas faixas de trânsito em pontos críticos.</p> <p>Aperfeiçoamento do planejamento e da mobilidade urbana nas Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Regionais: tem o objetivo de promover estudos, projetos e obras de engenharia para requalificar e ampliar o sistema estruturante viário.</p> <p>Aperfeiçoamento e qualificação do Sistema de Transporte Metropolitano: prevê a conclusão do Plano de Gestão do Sistema Estadual de Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros e a qualificação dos terminais metropolitanos de passageiros.</p>	<p>Estruturação do turismo</p> <p><u>Iniciativas:</u></p> <p>Apoio e incentivo ao desenvolvimento do turismo nos municípios: tem o objetivo de apoiar os municípios para o desenvolvimento da atividade turística e fomentar a sua inclusão nos roteiros e rotas turísticas do estado.</p> <p>Estruturação de novos produtos e destinos, promovendo a ampliação e a diversificação da oferta turística: consiste na prestação de assessoria técnica, organização de feiras e workshops e promoção de encontros técnicos visando à inserção de novos produtos e destinos nos mercados estadual e nacional.</p>
<p>Degradação dos recursos hídricos</p> <p><u>Iniciativa:</u></p> <p>Expansão e melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário: visa expandir e dar manutenção nas redes e ligações de esgoto, ampliando o número de economias com sistema de esgoto.</p>	<p>Baixos indicadores de saúde e educação</p> <p><u>Iniciativas:</u></p> <p>Apoio à Educação de Jovens e Adultos: visa qualificar a oferta de educação de jovens e adultos na rede estadual de ensino.</p> <p>Promoção da Primeira Infância Melhor: visa qualificar as ações de promoção da primeira infância, expandindo a política da Primeira Infância Melhor.</p> <p>Programa Vida no Trânsito: tem o objetivo de desenvolver ações de vigilância e prevenção de lesões e mortes no trânsito.</p> <p>Resolutividade da Atenção Primária em Saúde: prevê a ampliação e qualificação da Atenção Primária em Saúde, priorizando o modelo de Estratégia de Saúde da Família, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família, as equipes com cofinanciamento estadual e a Política Estadual de Incentivo para Qualificação da Atenção Básica.</p> <p>Redução das doenças infectocontagiosas: prevê a implementação de ações de saúde voltadas para a redução de doenças infectocontagiosas (hepatites, tuberculose, HIV/Aids, sífilis, entre outras).</p> <p>Estímulo ao atendimento às gestantes, em especial as de alto risco: visa ampliar os serviços de referência para o pré-natal de alto risco.</p> <p>Acompanhamento de bebês egressos de UTI em serviços especializados: tem o objetivo de qualificar o acompanhamento dos egressos de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal em ambulatório especializado em nível hospitalar durante os primeiros dois anos de vida.</p>

REGIÃO FUNCIONAL 2

Figura 43 – COREDEs e municípios que compõem a Região Funcional 2

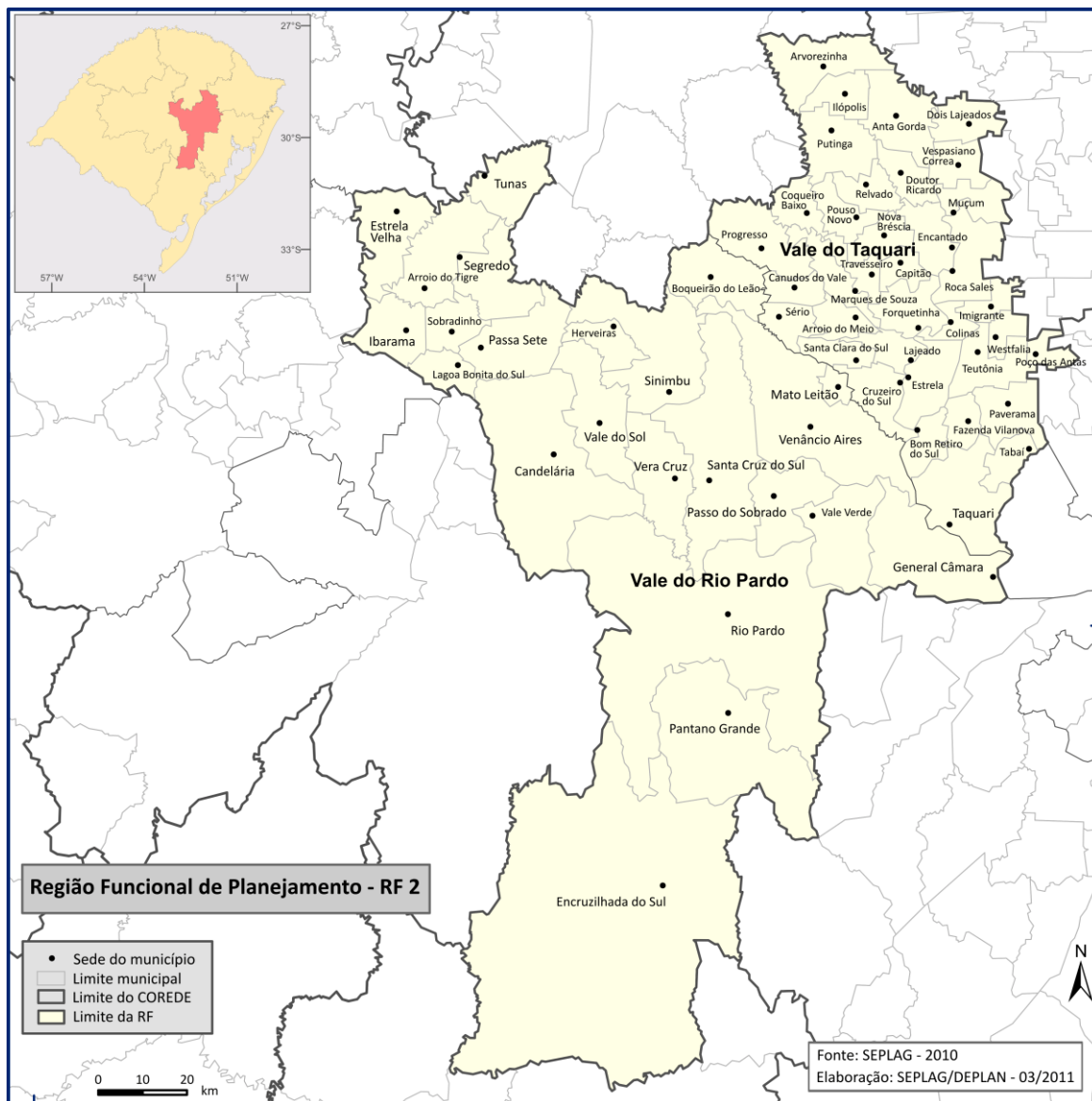


Figura 44 – Questões estratégicas e iniciativas voltadas à Região Funcional 2

Estratégias voltadas à RF2	
<p>Apoio à produção agropecuária</p> <p><u>Iniciativa:</u> Apoio às famílias em vulnerabilidade social cadastradas no CadÚnico (Segunda Água): Busca promover o acesso à construção de sistemas, microaçudes, instalações de pequenos sistemas de irrigação, beneficiando agricultores com tecnologias sociais para segurança alimentar.</p>	<p>Investimentos em saneamento básico</p> <p><u>Iniciativas:</u> Expansão e melhoria do sistema de esgotamento sanitário: Propõe expandir as redes e ligações de esgoto, além de promover a manutenção nas redes existentes. Expansão e melhoria do sistema de abastecimento de água: Busca otimizar e melhorar o sistema de abastecimento, expandindo as redes e ligações de água.</p>
<p>Fortalecimento da identidade regional com base na atividade turística</p> <p><u>Iniciativa:</u> Apoio e incentivo ao desenvolvimento do turismo nos municípios: Busca fomentar a inclusão de roteiros e rotas turísticas no Turismo estadual.</p>	<p>Melhorias dos indicadores educacionais</p> <p><u>Iniciativas:</u> Atualização de cursos ofertados na Educação Profissional a partir dos Arranjos Produtivos Locais (APL): Propõe a oferta de cursos profissionais baseados nas potencialidades regionais e integrados ao ensino médio, visando a inserção do jovem no mercado de trabalho. Educar para Inovar: Busca capacitar multiplicadores/professores como forma de aprimorar as habilidades intrínsecas dos estudantes da rede pública de educação, focando no conhecimento intensivo e preparando-os para o mercado do futuro através da inovação tecnológica e do empreendedorismo intensivo em conhecimento. Implementação de propostas pedagógicas pautadas no empreendedorismo, inovação e criatividade nos ambientes escolares: Busca adequar as propostas pedagógicas do ensino médio regular e da educação profissional focadas no empreendedorismo, na inovação, criatividade e tecnologia, para tanto pretende incentivar a participação de alunos em feiras, mostras e projetos científicos e tecnológicos.</p>
<p>Qualificação da infraestrutura de transportes</p> <p><u>Iniciativas:</u> Construção de rodovias: Prevê a execução dos serviços destinados à expansão e qualificação do sistema rodoviário. Reestruturação dos portos e hidrovias: Tem o objetivo de garantir a manutenção da navegabilidade, a partir da viabilização dos serviços de dragagem e sinalização náutica, além da manutenção e modernização das infraestruturas de acostagem.</p>	

Figura 46 – Questões estratégicas e iniciativas voltadas à Região Funcional 3

Estratégias voltadas à RF3	
<p>Fortalecimento do polo de inovação tecnológica</p> <p><u>Iniciativas:</u></p> <p>Tech Futuro - Tecnologias portadoras de futuro para setores econômicos estratégicos: visa ao desenvolvimento de ações estratégicas e parcerias que promovam a conexão entre as tecnologias portadoras de futuro e setores estratégicos da economia regional, com a qualificação de profissionais e a realização de workshops regionais.</p> <p>Educar para inovar: prevê a capacitação de professores/multiplicadores em formação empreendedora, computacional e científica a fim de aprimorar as habilidades intrínsecas dos estudantes da rede pública de educação.</p> <p>Implementação de propostas pedagógicas pautadas no empreendedorismo, inovação e criatividade nos ambientes escolares: visa à preparação dos alunos para o mercado de trabalho e para a nova economia, através da participação desses em mostras, feiras e projetos científicos e tecnológicos.</p> <p>Capacitação e formação na área da economia criativa: realização de caravanas de interiorização com cursos e oficinas de qualificação de empreendedores criativos.</p>	<p>Apoio ao desenvolvimento das atividades turísticas</p> <p><u>Iniciativa:</u></p> <p>Apoio e incentivo ao desenvolvimento do turismo nos municípios: tem o objetivo de apoiar os municípios para o desenvolvimento da atividade turística e fomentar a sua inclusão nos roteiros e rotas turísticas do estado.</p>
Baixos indicadores de saneamento	
<p>Problemas de mobilidade</p> <p><u>Iniciativas:</u></p> <p>Aperfeiçoamento do planejamento e da mobilidade urbana nas Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Regionais: tem o objetivo de promover estudos, projetos e obras de engenharia para requalificar e ampliar o sistema estruturante viário.</p> <p>Aperfeiçoamento e qualificação do Sistema de Transporte Metropolitano: prevê a elaboração do Plano de Gestão do Sistema Estadual de Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros da RMSG.</p>	<p><u>Iniciativas:</u></p> <p>Expansão e melhoria dos sistemas de abastecimento de água: consiste na expansão das redes e ligações de água, assim como na substituição e otimização de redes de água.</p> <p>Expansão e melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário: visa expandir e dar manutenção nas redes e ligações de esgoto, ampliando o número de economias com sistema de esgoto.</p>
Necessidade de investimentos em energia elétrica	
	<p><u>Iniciativas:</u></p> <p>Expansão da geração: visa ampliar a capacidade de produção de energia através do aumento da potência hidrelétrica.</p> <p>Expansão da transmissão: prevê a construção de linhas de transmissão e sub-estações de energia elétrica.</p>

REGIÃO FUNCIONAL 4

Figura 47 – COREDEs e municípios que compõem a Região Funcional 4

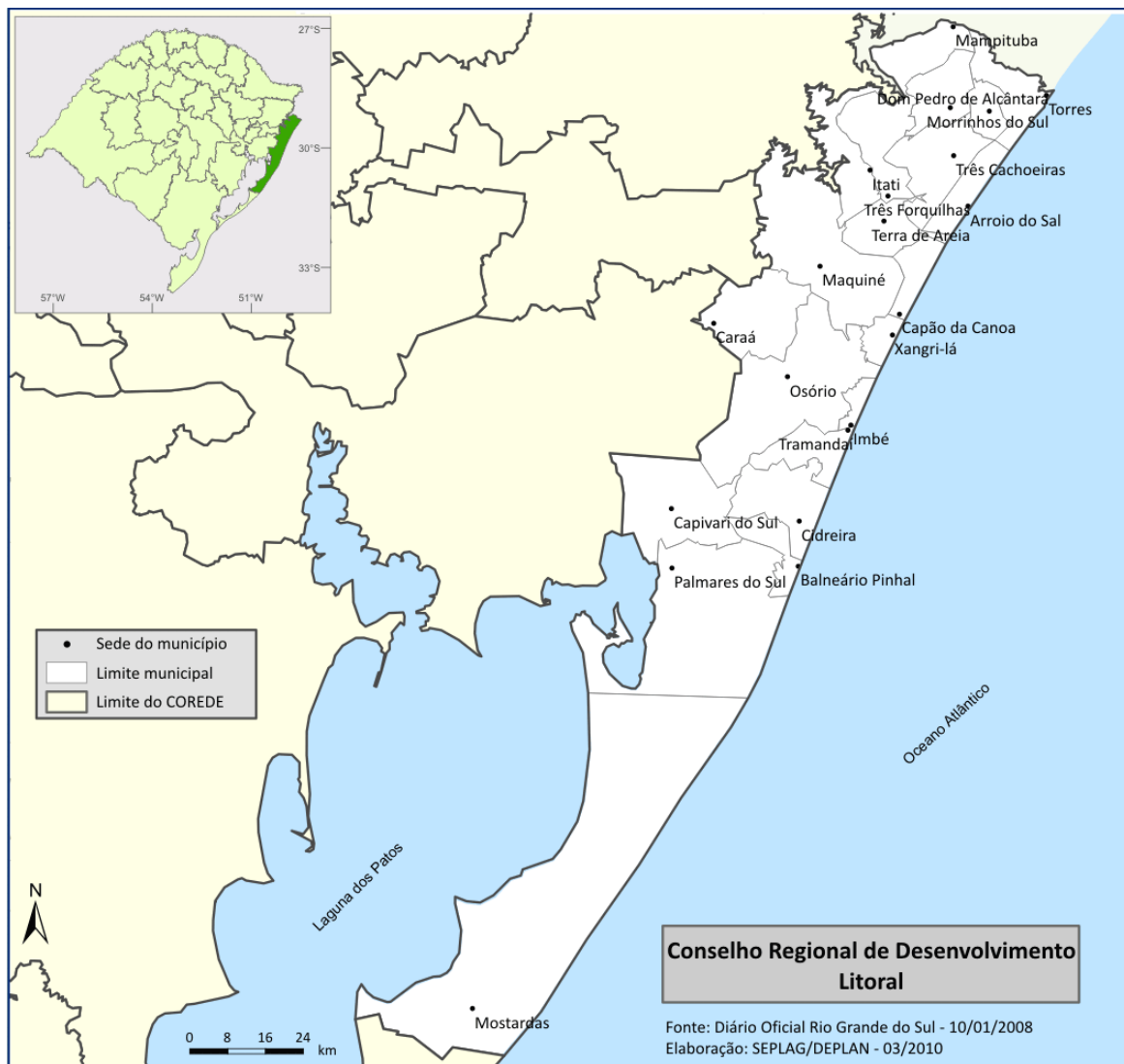


Figura 48 – Questões estratégicas e iniciativas voltadas à Região Funcional 4

Estratégias voltadas à RF4	
<p>Apoio ao desenvolvimento das atividades turísticas</p> <p><u>Iniciativa:</u> Apoio e incentivo ao desenvolvimento do turismo nos municípios: tem o objetivo de apoiar os municípios para o desenvolvimento da atividade turística e fomentar a sua inclusão nos roteiros e rotas turísticas do estado.</p>	<p>Ocorrência de desastres naturais</p> <p><u>Iniciativa:</u> Desenvolvimento de cursos de capacitação voltados à proteção e defesa civil: prevê o fornecimento de conhecimentos necessários para atuar e minimizar os riscos e a exposição a um desastre.</p>
<p>Apoio ao surgimento de novas atividades econômicas</p> <p><u>Iniciativas:</u> Capacitação e formação na área da economia criativa: realização de caravanas de interiorização com cursos e oficinas de qualificação de empreendedores criativos. Educar para inovar: prevê a capacitação de professores/multiplicadores em formação empreendedora, computacional e científica a fim de aprimorar as habilidades intrínsecas dos estudantes da rede pública de educação. Implementação de propostas pedagógicas pautadas no empreendedorismo, inovação e criatividade nos ambientes escolares: visa à preparação dos alunos para o mercado de trabalho e para a nova economia, através da participação desses em mostras, feiras e projetos científicos e tecnológicos.</p>	<p>Baixos indicadores relativos à saúde e renda</p> <p><u>Iniciativas:</u> Promoção da Primeira Infância Melhor: visa qualificar as ações de promoção da primeira infância, expandindo a política da Primeira Infância Melhor. Resolutividade da Atenção Primária em Saúde: prevê a ampliação e qualificação da Atenção Primária em Saúde, priorizando o modelo de Estratégia de Saúde da Família, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família, as equipes com cofinanciamento estadual e a Política Estadual de Incentivo para Qualificação da Atenção Básica. Estímulo ao atendimento às gestantes, em especial as de alto risco: visa ampliar os serviços de referência para o pré-natal de alto risco. Ações de promoção de trabalho e renda: visa à inserção de trabalhadores no mercado formal, a partir da captação de vagas junto a empresas e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTS/SINE.</p>
<p>Baixos indicadores de saneamento básico</p> <p><u>Iniciativas:</u> Expansão e melhoria dos sistemas de abastecimento de água: consiste na expansão das redes e ligações de água, assim como na substituição e otimização de redes de água. Expansão e melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário: visa expandir e dar manutenção nas redes e ligações de esgoto, ampliando o número de economias com sistema de esgoto.</p>	

REGIÃO FUNCIONAL 5

Figura 49 – COREDES e municípios que compõem a Região Funcional 5

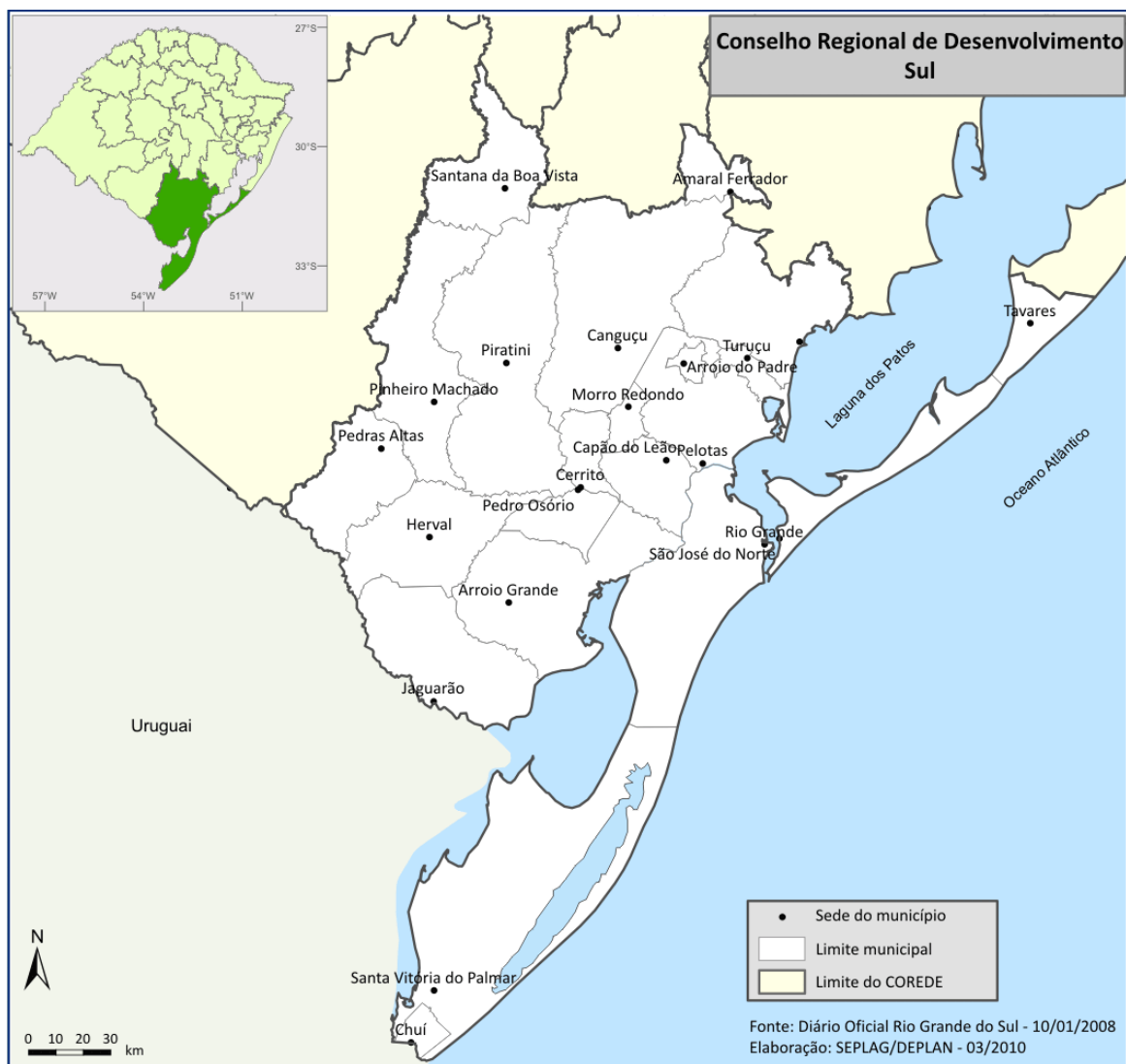


Figura 50 – Questões estratégicas e iniciativas voltadas à Região Funcional 5

Estratégias voltadas à RF5	
<p>Desenvolvimento dos segmentos produtivos de alta e média-alta tecnologia</p> <p><u>Iniciativas:</u></p> <p>INNOVA - Desenvolvimento e implantação de ecossistemas regionais de inovação no RS: Esta ação busca organizar a integração entre a sociedade civil organizada e os setores empresarial, acadêmico e governamental estabelecendo ecossistemas regionais de inovação e execução de projetos neste setor.</p> <p>Capacitação e formação na área da economia criativa: Pretende realizar caravanas de interiorização promovendo cursos e oficinas de qualificação de empreendedores criativos.</p> <p>Educar para inovar: prevê a capacitação de professores/multiplicadores em formação empreendedora, computacional e científica a fim de aprimorar as habilidades intrínsecas dos estudantes da rede pública de educação.</p> <p>Implementação de propostas pedagógicas pautadas no empreendedorismo, inovação e criatividade nos ambientes escolares: visa à preparação dos alunos para o mercado de trabalho e para a nova economia, através da participação desses em mostras, feiras e projetos científicos e tecnológicos.</p> <p>Baixos indicadores sociais relativos à saúde e educação</p> <p><u>Iniciativas:</u></p> <p>Promoção da Primeira Infância Melhor: visa qualificar as ações de promoção da primeira infância, expandindo a política da Primeira Infância Melhor.</p> <p>Resolutividade da Atenção Primária em Saúde: prevê a ampliação e qualificação da Atenção Primária em Saúde, priorizando o modelo de Estratégia de Saúde da Família, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família, as equipes com cofinanciamento estadual e a Política Estadual de Incentivo para Qualificação da Atenção Básica.</p> <p>Estímulo ao atendimento às gestantes, em especial as de alto risco: visa ampliar os serviços de referência para o pré-natal de alto risco.</p> <p>Apoio à Educação de Jovens e Adultos: visa qualificar a oferta de educação de jovens e adultos na rede estadual de ensino.</p>	<p>Qualificação da infraestrutura e fomento à multimodalidade dos transportes</p> <p><u>Iniciativas:</u></p> <p>Ampliação de capacidade de rodovias: visa ao aumento da capacidade de rodovias através da duplicação de rodovias arteriais existentes e implantação de terceiras e quartas faixas de trânsito em pontos críticos.</p> <p>Modernização, Manutenção e Ampliação do Sistema Aeroportuário: busca a realização de obras de construção civil e reformas na infraestrutura aeroportuária, objetivando a ampliação e qualificação necessárias ao aumento da capacidade de transporte.</p> <p>Reestruturação dos Portos e Hidrovias do RS: Tem o objetivo de garantir a manutenção da navegabilidade, a partir da viabilização dos serviços de dragagem e sinalização náutica, além da manutenção e modernização das infraestruturas de acostagem.</p> <p>Ampliação da competitividade das atividades tradicionais, com fortalecimento da matriz produtiva e diversificação da produção:</p> <p><u>Iniciativas:</u></p> <p>Pesquisa para orizicultura: prevê a realização de atividades na área de pesquisa para o desenvolvimento de cultivares de arroz irrigado convencionais e híbridos.</p> <p>Transferência de tecnologia: visa ao oferecimento de serviços de extensão e difusão de tecnologia a fim de produzir mais arroz e com menor custo.</p> <p>Educar para Inovar: Busca capacitar multiplicadores/professores como forma de aprimorar as habilidades intrínsecas dos estudantes da rede pública de educação, focando no conhecimento intensivo e preparando-os para o mercado do futuro através da inovação tecnológica e do empreendedorismo intensivo em conhecimento.</p> <p>Atualização de cursos ofertados na Educação Profissional a partir dos Arranjos Produtivos Locais (APL): Propõe a oferta de cursos profissionais baseados nas potencialidades regionais e integrados ao ensino médio, visando a inserção do jovem no mercado de trabalho.</p>
<p>Degradação dos ambientes naturais</p> <p><u>Iniciativas:</u></p> <p>Expansão e melhoria do sistema de esgotamento sanitário: Propõe expandir as redes e ligações de esgoto, além de promover a manutenção nas redes existentes.</p> <p>Fiscalização, prevenção e repressão a ilícitos ambientais: Manutenção e intensificação da fiscalização ambiental realizada pelos órgãos de segurança pública, a fim de evitar a degradação ambiental e de responsabilizar os infratores.</p>	

REGIÃO FUNCIONAL 6

Figura 51 – COREDEs e municípios que compõem a Região Funcional 6

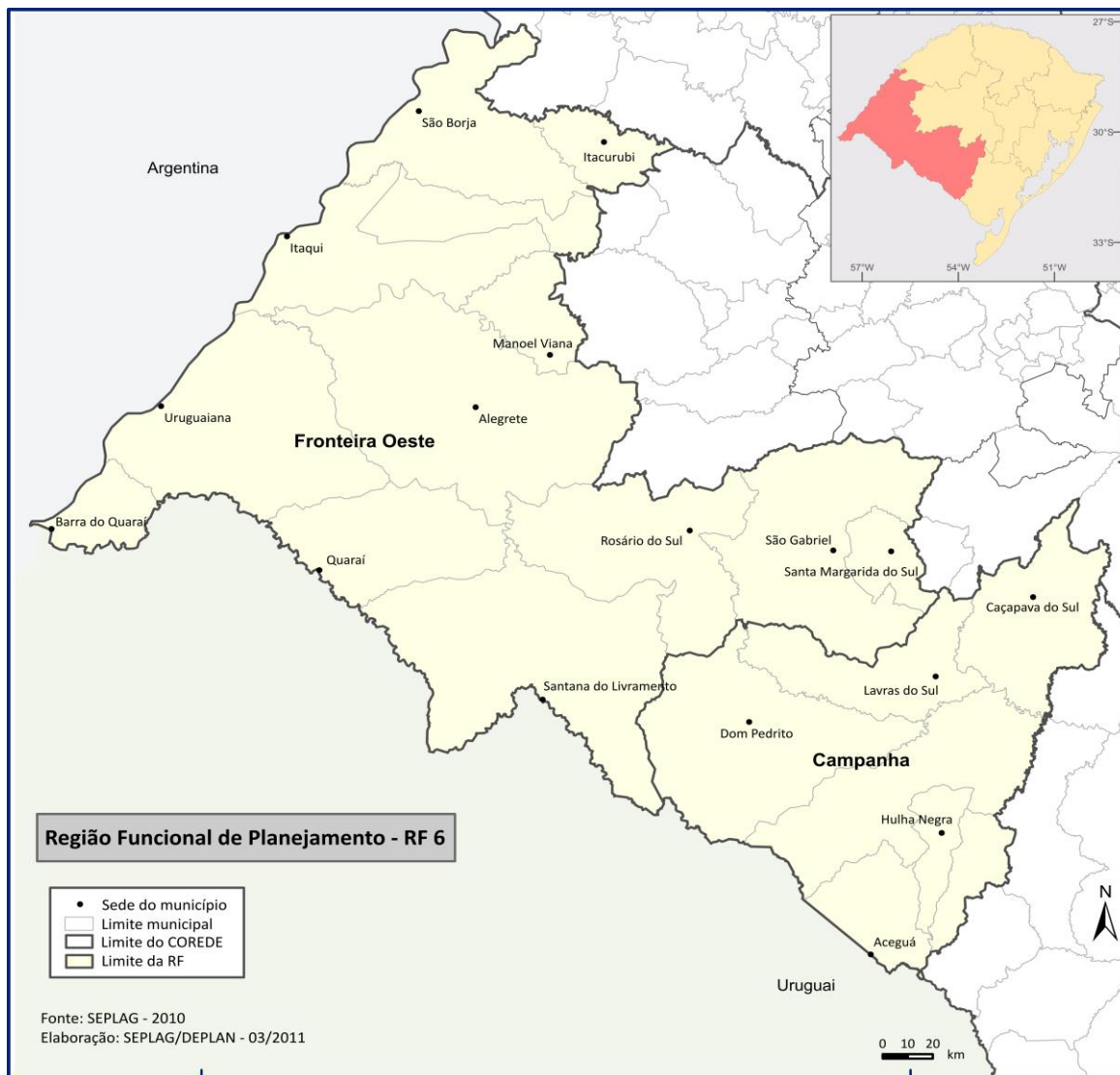


Figura 52 – Questões estratégicas e iniciativas voltadas à Região Funcional 6

Estratégias voltadas à RF6	
<p>Apoio à produção agropecuária</p> <p><u>Iniciativas:</u></p> <p>Pesquisa para orizicultura: prevê a realização de atividades na área de pesquisa para o desenvolvimento de cultivares de arroz irrigado convencionais e híbridos.</p> <p>Transferência de tecnologia: visa ao oferecimento de serviços de extensão e difusão de tecnologia a fim de produzir mais arroz e com menor custo.</p>	<p>Baixos indicadores de saúde e renda</p> <p><u>Iniciativas:</u></p> <p>Promoção da Primeira Infância Melhor: visa qualificar as ações de promoção da primeira infância, expandindo a política da Primeira Infância Melhor.</p> <p>Resolutividade da Atenção Primária em Saúde: prevê a ampliação e qualificação da Atenção Primária em Saúde, priorizando o modelo de Estratégia de Saúde da Família, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família, as equipes com cofinanciamento estadual e a Política Estadual de Incentivo para Qualificação da Atenção Básica.</p> <p>Estímulo ao atendimento às gestantes, em especial as de alto risco: visa ampliar os serviços de referência para o pré-natal de alto risco.</p> <p>Ações de promoção de trabalho e renda: visa à inserção de trabalhadores no mercado formal, a partir da captação de vagas junto a empresas e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTAS/SINE.</p>
<p>Recuperar a estrutura urbana</p> <p><u>Iniciativa:</u></p> <p>Ações habitacionais: visa à contratação de novos empreendimentos e conclusão de ações habitacionais em execução para famílias da baixa renda</p>	<p>Baixos indicadores de saneamento</p> <p><u>Iniciativas:</u></p> <p>Expansão e melhoria dos sistemas de abastecimento de água: consiste na expansão das redes e ligações de água, assim como na substituição e otimização de redes de água.</p> <p>Expansão e melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário: visa expandir e dar manutenção nas redes e ligações de esgoto, ampliando o número de economias com sistema de esgoto.</p>
<p>Fragilidades ambientais</p> <p><u>Iniciativas:</u></p> <p>Fiscalização, prevenção e repressão a ilícitos ambientais: manutenção e intensificação da fiscalização ambiental pelos órgãos de segurança pública.</p> <p>Desenvolvimento de cursos de capacitação voltados à proteção e defesa civil: prevê o fornecimento de conhecimentos necessários para atuar e minimizar os riscos e a exposição a um desastre.</p>	

REGIÃO FUNCIONAL 7

Figura 53 – COREDEs e municípios que compõem a Região Funcional 7

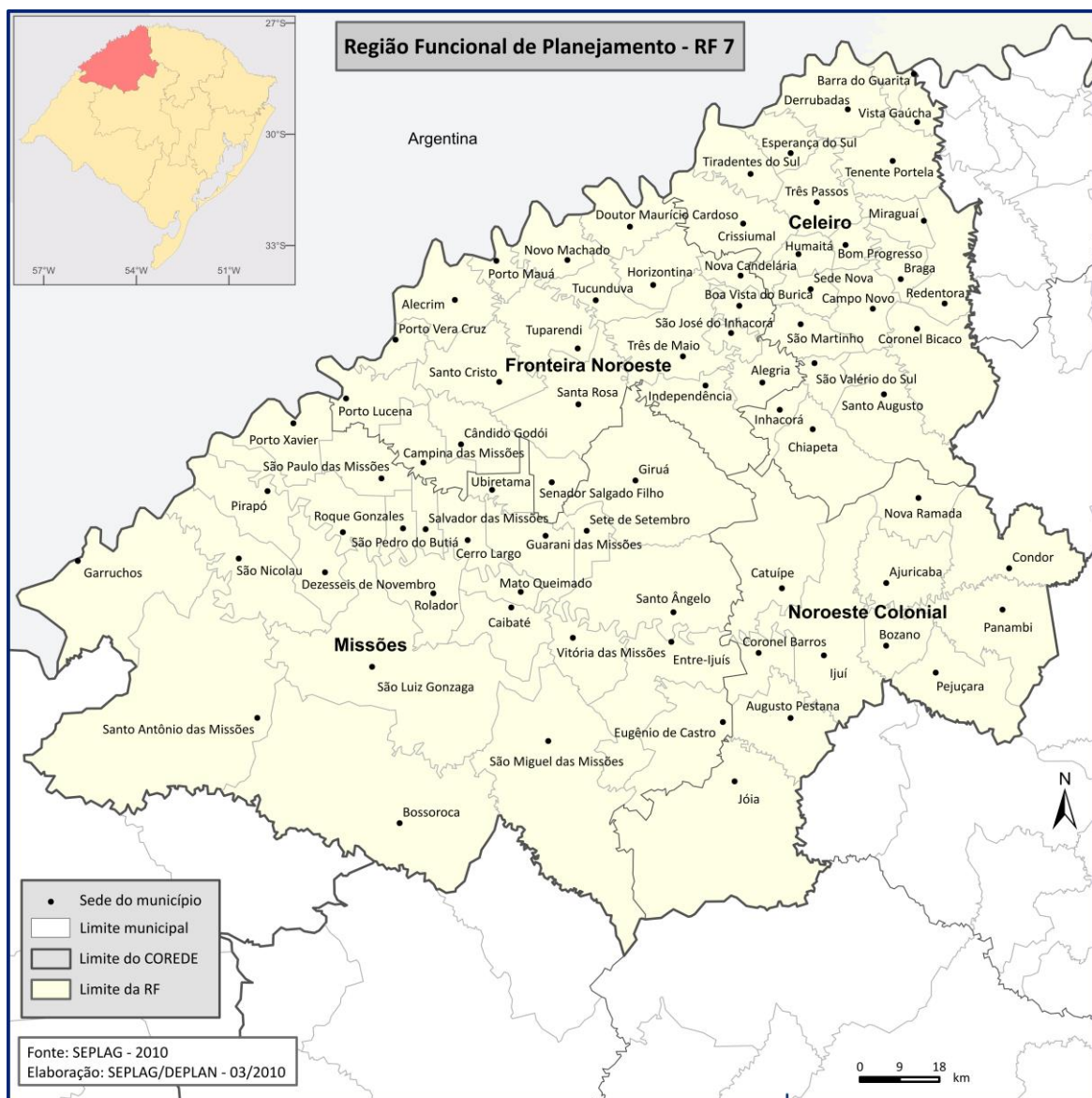


Figura 54 – Questões estratégicas e iniciativas voltadas à Região Funcional 7

Estratégias voltadas à RF7	
<p>Fomento ao turismo regional</p> <p><u>Iniciativas:</u></p> <p>Apoio e incentivo ao desenvolvimento do turismo nos municípios: tem o objetivo de apoiar os municípios para o desenvolvimento da atividade turística e fomentar a sua inclusão nos roteiros e rotas turísticas do estado.</p> <p>Estruturação de novos produtos e destinos, promovendo a ampliação e a diversificação da oferta turística: consiste na prestação de assessoria técnica, organização de feiras e workshops e promoção de encontros técnicos visando à inserção de novos produtos e destinos nos mercados estadual e nacional.</p>	<p>Baixos indicadores de renda</p> <p><u>Iniciativas:</u></p> <p>Ações de inclusão social: prevê o apoio a projetos de desenvolvimento local e a realização de cursos, palestras e oficinas voltadas à inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social.</p> <p>Ações de promoção de trabalho e renda: visa à inserção de trabalhadores no mercado formal, a partir da captação de vagas junto a empresas e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTS/SINE.</p> <p>Orientação, qualificação profissional e de empreendedorismo para trabalhadores: consiste no encaminhamento de pessoas às instituições de microcrédito, qualificação por meio de cursos e oficinas e orientação sobre formas de trabalho e renda.</p>
<p>Apoio à produção agropecuária</p> <p><u>Iniciativas:</u></p> <p>Apoio a famílias em vulnerabilidade social cadastradas no CadÚnico (Segunda Água): prevê o acesso à construção de sistemas, micro-açudes, instalações de pequenos sistemas de irrigação e capacitação para agricultores em vulnerabilidade social.</p> <p>Transferência de tecnologia: visa ao oferecimento de serviços de extensão e difusão de tecnologia a fim de produzir mais arroz e em menor custo.</p>	<p>Qualificação da infraestrutura de transportes</p> <p><u>Iniciativas:</u></p> <p>Ampliação de capacidade de rodovias: visa ao aumento da capacidade de rodovias através da duplicação de rodovias arteriais existentes e implantação de terceiras e quartas faixas de trânsito em pontos críticos.</p> <p>Construção de rodovias: prevê a construção de rodovias arteriais, coletoras e locais.</p> <p>Ampliação e reaparelhamento do Aeroporto de Santo Ângelo: prevê a ampliação e reaparelhamento do aeroporto mediante a aquisição de equipamentos e a ampliação da infraestrutura.</p>
<p>Baixos indicadores de saneamento</p> <p><u>Iniciativas:</u></p> <p>Expansão e melhoria dos sistemas de abastecimento de água: consiste na expansão das redes e ligações de água, assim como na substituição e otimização de redes de água.</p> <p>Expansão e melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário: visa expandir e dar manutenção nas redes e ligações de esgoto, ampliando o número de economias com sistema de esgoto.</p>	

REGIÃO FUNCIONAL 8

Figura 55 – COREDEs e municípios que compõem a Região Funcional 8

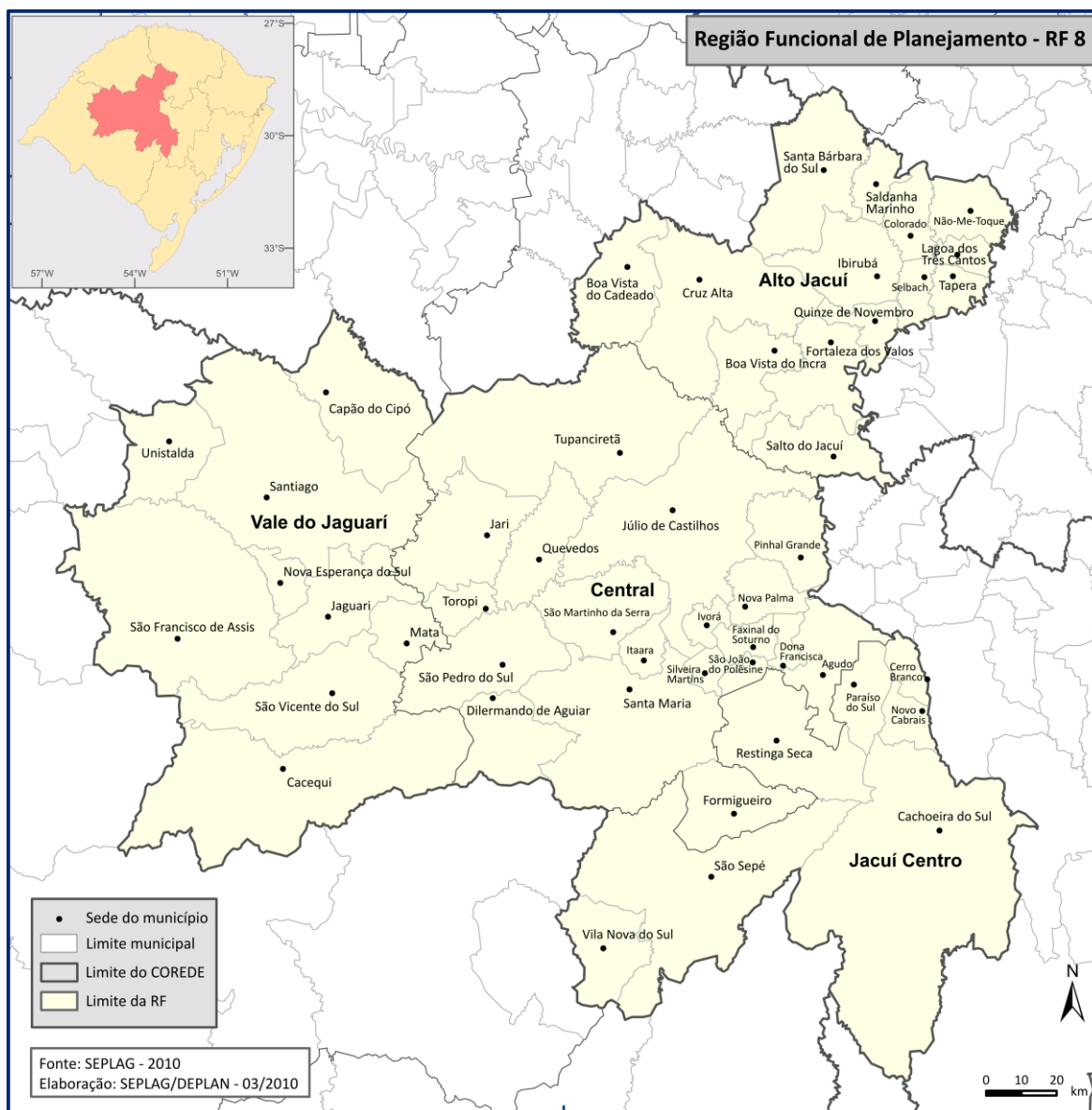


Figura 56 – Questões estratégicas e iniciativas voltadas à Região Funcional 8

Estratégias voltadas à RF8	
<p>Apoio à produção agropecuária</p> <p><u>Iniciativas:</u> Pesquisa para orizicultura: prevê a realização de atividades na área de pesquisa para o desenvolvimento de cultivares de arroz irrigado convencionais e híbridos. Transferência de tecnologia: visa ao oferecimento de serviços de extensão e difusão de tecnologia a fim de produzir mais arroz e com menor custo.</p>	<p>Baixos indicadores sociais relativos à educação, saúde e renda</p> <p><u>Iniciativas:</u> Promoção da Primeira Infância Melhor: visa qualificar as ações de promoção da primeira infância, expandindo a política da Primeira Infância Melhor. Resolutividade da Atenção Primária em Saúde: prevê a ampliação e qualificação da Atenção Primária em Saúde, priorizando o modelo de Estratégia de Saúde da Família, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família, as equipes com cofinanciamento estadual e a Política Estadual de Incentivo para Qualificação da Atenção Básica. Ações de promoção de trabalho e renda: visa à inserção de trabalhadores no mercado formal, a partir da captação de vagas junto a empresas e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTAS/SINE. Apoio à Educação de Jovens e Adultos: visa qualificar a oferta de educação de jovens e adultos na rede estadual de ensino. Atualização de cursos ofertados na Educação Profissional a partir dos Arranjos Produtivos Locais: tem o objetivo de atualizar, qualificar e modernizar a oferta dos cursos da Educação Profissional e Médio Integrado a partir dos arranjos produtivos locais. Aperfeiçoamento dos profissionais da educação por meio de formação continuada: busca propiciar a formação continuada dos profissionais de educação e gestores que atuam nas escolas da rede estadual de ensino. Apoio a projetos e propostas pedagógicas visando à integração entre Gestão Educacional e Comunidade Escolar: visa apoiar a implementação de projetos e atividades educacionais, sociais, esportivas e culturais, com a implantação de escolas em tempo integral e do Programa Escola Aberta para a Cidadania.</p>
<p>Fortalecimento do polo de inovação tecnológica</p> <p><u>Iniciativas:</u> Tech Futuro - Tecnologias portadoras de futuro para setores econômicos estratégicos: visa ao desenvolvimento de ações estratégicas e parcerias que promovam a conexão entre as tecnologias portadoras de futuro e setores estratégicos da economia regional, com a qualificação de profissionais e a realização de workshops regionais. Educar para inovar: prevê a capacitação de professores/multiplicadores em formação empreendedora, computacional e científica a fim de aprimorar as habilidades intrínsecas dos estudantes da rede pública de educação. Implementação de propostas pedagógicas pautadas no empreendedorismo, inovação e criatividade nos ambientes escolares: visa à preparação dos alunos para o mercado de trabalho e para a nova economia, através da participação desses em mostras, feiras e projetos científicos e tecnológicos. Capacitação e formação na área da economia criativa: realização de caravanas de interiorização com cursos e oficinas de qualificação de empreendedores criativos.</p>	<p>Baixos indicadores de saneamento</p> <p><u>Iniciativas:</u> Expansão e melhoria dos sistemas de abastecimento de água: consiste na expansão das redes e ligações de água, assim como na substituição e otimização de redes de água. Expansão e melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário: visa expandir e dar manutenção nas redes e ligações de esgoto, ampliando o número de economias com sistema de esgoto.</p>
<p>Fomento ao turismo regional</p> <p><u>Iniciativa:</u> Apoio e incentivo ao desenvolvimento do turismo nos municípios: tem o objetivo de apoiar os municípios para o desenvolvimento da atividade turística e fomentar a sua inclusão nos roteiros e rotas turísticas do estado.</p>	

Figura 58 – Questões estratégicas e iniciativas voltadas à Região Funcional 9

Estratégias voltadas à RF9	
<p>Fomento ao turismo regional</p> <p><u>Iniciativa:</u></p> <p>Apoio e incentivo ao desenvolvimento do turismo nos municípios: tem o objetivo de apoiar os municípios para o desenvolvimento da atividade turística e fomentar a sua inclusão nos roteiros e rotas turísticas do estado.</p>	<p>Fortalecimento do polo de inovação tecnológica</p> <p><u>Iniciativas:</u></p> <p>Tech Futuro - Tecnologias portadoras de futuro para setores econômicos estratégicos: visa ao desenvolvimento de ações estratégicas e parcerias que promovam a conexão entre as tecnologias portadoras de futuro e setores estratégicos da economia regional, com a qualificação de profissionais e a realização de workshops regionais.</p> <p>Educar para inovar: prevê a capacitação de professores/multiplicadores em formação empreendedora, computacional e científica a fim de aprimorar as habilidades intrínsecas dos estudantes da rede pública de educação.</p> <p>Implementação de propostas pedagógicas pautadas no empreendedorismo, inovação e criatividade nos ambientes escolares: visa à preparação dos alunos para o mercado de trabalho e para a nova economia, através da participação desses em mostras, feiras e projetos científicos e tecnológicos.</p> <p>Capacitação e formação na área da economia criativa: realização de caravanas de interiorização com cursos e oficinas de qualificação de empreendedores criativos.</p>
<p>Baixos indicadores de saneamento básico</p> <p><u>Iniciativas:</u></p> <p>Expansão e melhoria dos sistemas de abastecimento de água: consiste na expansão das redes e ligações de água, assim como na substituição e otimização de redes de água.</p> <p>Expansão e melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário: visa expandir e dar manutenção nas redes e ligações de esgoto, ampliando o número de economias com sistema de esgoto.</p>	<p>Baixos indicadores sociais relativos à educação e renda</p> <p><u>Iniciativas:</u></p> <p>Apoio à Educação de Jovens e Adultos: visa qualificar a oferta de educação de jovens e adultos na rede estadual de ensino.</p> <p>Ações de promoção de trabalho e renda: visa à inserção de trabalhadores no mercado formal, a partir da captação de vagas junto a empresas e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada pelas Agências FGTA/SINE.</p>
<p>Apoio à produção agropecuária</p> <p><u>Iniciativa:</u></p> <p>Apoio a famílias em vulnerabilidade social cadastradas no CadÚnico (Segunda Água): prevê o acesso à construção de sistemas, micro-açudes, instalações de pequenos sistemas de irrigação e capacitação para agricultores em vulnerabilidade social.</p>	

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Secretária: Leany Lemos

Secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento: Gilberto Pompílio de Melo Filho

Secretário Adjunto de Gestão: Marcelo Soares Alves

Elaboração:

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Diretor: Antonio Paulo Cargnin

Diretora Adjunta: Juliana Feliciati Hoffmann

Equipe técnica: Ana Júlia Possamai, Antonio Paulo Cargnin, Bruno de Oliveira Lemos, Irma Carina Brum Macolmes, Juliana Feliciati Hoffmann, Laurie Fofonka Cunha, Ana Maria de Aveline Berte, Aida Dresseno da Silveira, Alberto Marcos Nogueira, Carina Ribas Furstenau, Clarissa Black, Dionísio Saccol Sangoi, Fernanda Rodrigues Vargas, Fernando Dreissig de Moraes, Gisele da Silva Ferreira, Grazieli Testa, Luciana da Silva Mieres, Mariana Lisboa Pessoa, Marlise Margo Henrich, Paulo Victor Marocco Milanez, Rayssa Miczewski de Araujo, Rosanne Lipp João Heidrich, Sílvia Letícia Lorenzetti, Suzana Beatriz de Oliveira, Vera Ines Salgueiro Lermen.

Colaboração:

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Diretor: Herbert Klarmann

Técnicos: Adi Collaziol, Éverton Luís Pohlmann

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Liderau dos Santos Marques Junior

Revisão: Marlise Margô Henrich e Irma Carina Brum Macolmes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:

Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa / Rio Grande do Sul.
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão . Departamento de Planejamento
Governamental. Porto Alegre : Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão,
2020.

157 p. : il.

1. Ciência Política. 2. Planejamento Governamental. 3. Gestão Pública I. Rio Grande
do Sul. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão . Departamento de
Planejamento Governamental. II. Título.

CDU 320



rs.gov.br